



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| CPI - PETROBRAS | | | |
|------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------|
| EVENTO: Audiência Pública | REUNIÃO Nº: 0074/15 | DATA: 12/03/2015 | |
| LOCAL: Plenário 2 das Comissões | INÍCIO: 09h30min | TÉRMINO: 20h19min | PÁGINAS: 267 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

EDUARDO CUNHA - Deputado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados.
JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Ex-Presidente da PETROBRAS.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve tumulto no Plenário.
Grafia não confirmada: rebide.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; às irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 3ª Reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de leitura.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dispensada a leitura, por solicitação do Deputado Marco Feliciano.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico aos Srs. Parlamentares, aos Srs. Deputados o recebimento do seguinte expediente: ofício do Deputado Eduardo da Fonte, Líder do Partido Progressista, indicando os Deputados Fernando Monteiro, do PP de Pernambuco, e Ezequiel Fonseca, do PP do Rio Grande do Sul, para titulares, e Beto Rosado para suplente desta CPI.

Informo ao Plenário que foi realizado na data de ontem, a partir das 16 horas, reunião interna com a presença deste Presidente, do 1º Vice-Presidente, Deputado Antonio Imbassahy, do 2º Vice-Presidente, Deputado Félix Mendonça Júnior, do 3º Vice-Presidente, Deputado Kaio Maniçoba, do Relator, Deputado Luiz Sérgio, dos sub-Relatores, Deputados Altineu Côrtes, Bruno Covas, Arnaldo Faria de Sá e André Moura, e também dos Deputados Valmir Prascidelli e Ricardo Barros.

Ordem do dia. A presente reunião destina-se à audiência pública com a presença do Sr. Deputado Federal Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos



Deputados, que comparece espontaneamente nesta Comissão, e do Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, ex-Presidente da PETROBRAS, convocado pela aprovação dos Requerimentos nº 23, de 2015, do Deputado Carlos Sampaio, nº 58, de 2015, do Deputado Onyx Lorenzoni, nº 162, de 2015, do Deputado Ivan Valente, nº 180, de 2015, do Deputado Afonso Florence, nº 240, de 2015, do Deputado Paulo Pereira da Silva, e nº 306, de 2015, do Deputado Carlos Marun.

O Deputado Federal Eduardo Cunha, Presidente da Câmara, já se encontra aqui no plenário, já está à mesa conosco.

Quero, inicialmente, agradecer a presença do Presidente nesta Comissão, que, de forma espontânea, vem para prestar esclarecimentos e contribuir com os trabalhos.

Quero, antes de passar a palavra para o Presidente, passar rapidamente a palavra ao Relator para que ele possa fazer alguns encaminhamentos. Em seguida...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Para uma comunicação, Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim.

Sr. Presidente, louvando, é claro, a disponibilidade do Deputado Eduardo Cunha de aqui comparecer, avaliamos — aí é uma comunicação da Liderança do PSOL — que isso quase que impõe o mesmo gesto aos outros 21...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Chico Alencar, só para que possa constar, V.Exa. está usando a palavra como Líder ou é questão de ordem?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, não. É comunicação de Liderança, como estabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço atenção ao cronômetro para o tempo de Liderança do PSOL.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Portanto, entendo que... Entendemos — vou falar sempre pelo coletivo — que os outros 21 Deputados, se não convocados, devem ter a mesma disponibilidade. Aliás, valendo também para o que já ouvi do Deputado Heinze, se não me engano, para abrir os seus sigilos



telefônicos, bancários e fiscais, porque todos, sem exceção, da lista do Janot, por assim dizer, se declaram surpresos, indignados e inocentes.

À primeira vista, no âmbito político, o Juiz Moro, o Procurador Janot e mesmo o Ministro Teori são novos e fantásticos ficcionistas brasileiros. Mas quanto ao depoimento de agora, eu falo já de ambos, louvando a presença do Deputado Eduardo Cunha, reitero, entendo que ele não deve ter um tom de desagravo e, sim, de esclarecimento, nada laudatório, e tem uma deficiência congênita da parte até da CPI em relação a seus objetivos.

O Dr. Sérgio Gabrielli será ouvido aqui, corretamente, tem muito o que esclarecer, a partir de um depoimento importantíssimo para esta CPI que foi o do ex-Diretor Pedro Barusco.

O Deputado Eduardo Cunha, que vem espontaneamente, não terá os seus esclarecimentos precedidos — e aí fica como sugestão à CPI — de oitivas fundamentais que estão na petição que pede para investigá-lo. De quem? Alberto Youssef, o doleiro; Julio Camargo, representante da MITSUI; Fernando Soares, uma figura central, tido como operador do PMDB; Jayme Alves de Oliveira, o policial, transportador das somas de dinheiro de Youssef; Rafael Ângelo Lopes, contabilista da entrega de dinheiro de Youssef, Francisco José Reis, advogado, ligado ao Deputado Estadual Jorge Picciani, pelo que está na petição, proprietário da estranha casa amarela, da Barra da Tijuca; o próprio Deputado Picciani, também citado na petição da investigação; e a ex-Deputada e Prefeita de Rio Bonito no Rio de Janeiro, Solange Amaral.

Esses depoimentos, na CPI, ajudariam a deslindar melhor, como é tarefa da CPI, todo o suposto envolvimento de políticos e do próprio Deputado Eduardo Cunha no esquema da PETROBRAS.

Portanto, a gente vai ter um depoimento isolado, de iniciativa do próprio Presidente, mas fica parcial, ou seja, é só uma parte. Eu espero que a gente não considere que fique tudo encerrado hoje. Seria uma sessão de desagravo. Tem que ser uma sessão de procedimentos da CPI, que tem muito o que investigar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Passo rapidamente para o Relator para que o Presidente possa...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, uma questão de ordem, antes do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Qual o artigo, Deputado Ivan Valente?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Art. 95.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria só colocar o seguinte, Presidente. Eu queria uma resposta. O Presidente da Casa, o Deputado Eduardo Cunha, ele vem aqui hoje na condição de quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não é questão de ordem, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É uma pergunta que eu estou fazendo a V.Exa. para efeito de ... juramento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. V.Exa. na hora da inscrição poderá fazer esse questionamento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, não é na hora da inscrição. É agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas eu não posso aqui abrir o debate.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, não é debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Na última reunião, nós passamos 2 horas aqui discutindo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas não é debate, Presidente. Veja V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós temos hoje, Deputado Ivan, nós temos hoje aqui dois convidados; temos o Deputado Eduardo Cunha, que vem espontaneamente, e o Sr. Sérgio Gabrielli. Então, teremos uma sessão extensa. Darei a palavra a V.Exa. quando V.Exa. estiver inscrito.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu quero saudar...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tem juramento aqui? É isso que eu estou perguntando. Se ele está na condição de estar na CPI...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso é atropelo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quero saudar o Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, também o Presidente da Comissão, Deputado Hugo Motta, os membros desta Comissão, os não membros, e quero reforçar aqui as palavras do Deputado Hugo Motta, porque o Presidente da Casa vem a esta Comissão espontaneamente. Isso é um gesto de que ele está aberto a explicar essa situação em que o nome dele foi envolvido. Isso é muito importante pela posição que ele ocupa em presidir um dos Poderes da República, que é o Parlamento brasileiro.

Então, quero aqui expressar que a postura do Presidente da Casa é uma postura que está à altura do cargo que ele exerce no Parlamento brasileiro para que não parem dúvidas acerca do envolvimento do nome dele nesse episódio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Relator.

Com a palavra o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, pelo tempo que lhe convier.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Eduardo Cunha) - Exmo. Sr. Presidente, demais membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, Sras. e Srs. Deputados que não são membros e que estão aqui nos assistindo, senhoras e senhores, agradeço a possibilidade de me receberem aqui hoje, como eu já havia proposto, na quinta-feira passada, de aqui vir espontaneamente, se porventura houvesse qualquer fato a esclarecer, e eu vim aqui hoje para fazê-lo. O fato de eu estar aqui hoje para fazê-lo não impede que eu venha quantas vezes for necessário para esclarecer quantas vezes forem as citações ou dúvidas que se tenham acerca da minha posição, dos meus atos, do meu mandato. Não se preocupem, porque eu não vim aqui buscar qualquer aplauso ou situação de desagravo.

Eu vim em respeito à Comissão Parlamentar de Inquérito, em respeito ao processo investigativo da maior corrupção que aconteceu neste País e de estar aqui à disposição. Então, eu não vim aqui em busca de nenhum aplauso; eu vim em busca de esclarecer os fatos e virei quantas vezes for necessário, da minha parte, para tentar esclarecer e me oferecendo espontaneamente, ou quantas vezes a Comissão entender que eu deva me explicar, sem necessidade de qualquer tipo de



requerimento. É só pedir, que eu estarei aqui no mesmo momento para esclarecer qualquer fato.

Gostaria de tentar estabelecer algumas metodologias. Eu quero me ater basicamente ao teor da petição, porém quero relembrar alguns fatos e tecer alguns comentários de natureza política.

Todos sabem que, durante o período em que eu fui candidato à Presidente da Câmara, no início de janeiro, aconteceram dois fatos que foram de domínio público. Um deles foi o vazamento do tal depoimento do policial, que eu vou atacar no seu detalhe aqui, o Sr. Jayme Alves, em que falava supostamente de que teria entregue recursos a três pessoas com prerrogativa de foro. Citava o hoje ex-Deputado Luiz Argôlo, em que ele dizia que teria entregue determinada importância em um hotel no Rio de Janeiro, que teria entregue recursos a uma casa que ele dizia inicialmente que era o Condomínio Nova Ipanema e dava descrição de que, quando ingressava no condomínio, virava à esquerda, ia até o fim da rua, virava à direita e quase ao fim ele virava à direita e era uma casa amarela à sua esquerda, e falava do Senador Antonio Anastasia, dando a descrição do imóvel que lhe teria sido entregue. Sendo confrontado com fotos, teria supostamente reconhecido e obviamente não teria me reconhecido, não dizia que teria sido a mim.

Naquele momento, eu vi que havia tido não uma retificação, como foi colocado no pedido de inquérito, mas uma petição esclarecendo o exato endereço da residência. Ele fez uma petição, dizendo que o endereço da residência era a Rua Fala Amendoeira 105, Condomínio Novo Leblon. Não era o Condomínio Nova Ipanema a que ele havia se referido, que também não é o condomínio em que eu resido, eu resido no Condomínio Park Palace. Então, efetivamente, nem no primeiro e nem na sua correção, faziam menções ao meu condomínio. A minha residência, quando se entra no condomínio, vira-se à esquerda e é logo à direita, não condizia com a descrição. Eu mesmo fui ao Condomínio Nova Ipanema e vi que o Nova Ipanema não tinha essa configuração. Quando do endereço fornecido por ele, realmente, no Condomínio Novo Leblon, quando você vira à esquerda, vai até o fim, vira à direita, quase ao fim, vira à direita, é uma casa amarela à esquerda. Realmente, o endereço que ele forneceu corresponde à exata dimensão do que tem o imóvel lá. Eu mesmo retirei a certidão de ônus reais do imóvel, descobri o nome do



proprietário e peticionei ao Procurador-Geral da República com a certidão de ônus reais do imóvel, que se descobriu depois ser o seu proprietário o cidadão que foi falado, Francisco José Reis.

Eu vou, por enquanto, parar por aqui, só para atacar esse ponto político. Depois, eu quero ir na sequência da petição, atacando todos os pontos.

Naquele momento, eu vim a público, mostrei que o imóvel não era meu e que eu estava tirando a certidão de ônus reais. Houve matéria jornalística comprovando isso. Ficou de domínio público que aquela informação que havia sido dada pelo policial, de que antes supostamente seria a minha residência, comprovadamente não era a minha residência. Em sequência, eu recebi uma gravação que supostamente seria entregue no inquérito e me foi entregue por denúncia de um policial federal. Eu chamei uma entrevista coletiva e denunciei a gravação, a tentativa de montagem para parecer que aquele diálogo supostamente seria o tal policial falando com alguém supostamente ligado a mim, mostrando o desconforto dele, que ele estava sendo jogado a segundo plano, que o Ministério Público estava em cima dele, como se estivesse insinuando que tivesse pedido uma vantagem e tivesse havido promessa de vantagem desse suposto interlocutor.

A gravação foi motivo da abertura de um inquérito policial pedido por mim, ao qual eu inclusive já prestei esclarecimentos, e estou aguardando que a Polícia Federal chegue à comprovação da autoria dessa gravação forjada, que já ficou, por laudo, comprovado que não houve uma ligação telefônica. Isso foi por mim denunciado de forma pública, dentro do processo político de debate das eleições.

Efetivamente depois, ainda no curso dessa história, o advogado do delator Alberto Youssef veio a público e deu uma declaração formal de que não havia citação desse delator com relação a esse assunto, à minha pessoa, o que foi de domínio público, foi dada em todos os meios, no dia 12 de janeiro, durante o processo eleitoral.

Agora, desde a semana passada, quando começaram a surgir as notícias, e eu aqui estive para me prontificar, eu tomei conhecimento da petição. E a petição parte... Inclusive, já emiti duas notas, uma no sábado, quando eu li a petição, e uma no domingo, em consequência à reportagem que havia saído no jornal *O Globo*. A petição — e eu tenho todos os pedidos de instauração de inquérito e todos os



pedidos de arquivamento; ainda não tive a oportunidade e o tempo de ler todos, li de alguns —, efetivamente, tem uma característica incomum. As 12 primeiras páginas são iguais para todos, onde tem uma descrição de um núcleo político, e, a partir da página 13, parte para o caso concreto.

No que se refere... Em primeiro lugar, quero refutar toda e qualquer especulação de que se tem qualquer tipo de indício de benefício, até porque não há aqui nenhuma acusação. O que está aqui é um pedido de abertura de inquérito para investigação, com a decisão do Ministro Relator de que não há qualquer juízo probatório e ressalvado, inclusive, que a palavra de delação não significa prova. Se não houver comprovação de absolutamente nada, não existe a palavra de delação com testemunha de qualquer fato.

Feita essa ressalva, para não parecer que ninguém está respondendo a uma denúncia, porque denúncia não há, o que há é um pedido de abertura de investigação, de inquérito. Inclusive, na minha vida pública, eu já respondi a dois inquéritos e a uma denúncia, sendo que dos dois inquéritos a que eu respondi um foi arquivado de pronto, nem recebido foi, o outro foi arquivado e depois instaurado ao fim e na denúncia eu fui absolvido por unanimidade pela Segunda Turma no Supremo Tribunal Federal, por cinco a zero. Dessa denúncia, inclusive, eu fui absolvido no dia 26 de agosto do ano passado.

Ao fato em si, partimos do seguinte corpo, que está na petição a partir da página 13. Quanto à autoridade do Ministério Público, que eu quero deixar claro aqui — e eu vou falar sobre isso —, o Ministério Público escolheu a quem investigar. Ele não investigou todos, não teve um critério único para todos e, por motivações de natureza política, ele escolheu exatamente aqueles que eram alvo de investigação. E isso eu deixei muito claro na nota que eu soltei no domingo, usando como exemplo o pedido de arquivamento do Senador Delcídio do Amaral.

O arquivamento do Senador Delcídio do Amaral — não estou aqui fazendo nenhuma acusação ao Senador Delcídio do Amaral, até porque eu não tenho competência nem condições de fazê-lo, porque eu não tenho conhecimento de fatos, eu estou apenas apontando as incoerências —, o embasamento do arquivamento do Senador Delcídio do Amaral, confrontado com o que está nos outros, é uma



verdadeira vergonha. É uma verdadeira vergonha. E eu vou me ater nos detalhes nele, até porque é o seguinte: existe uma contradição clara.

Em todas as 12 páginas, onde só há a descrição do chamado núcleo político, ele parte de uma premissa que está descrita no item C, de que existe uma diretoria internacional ocupada pelo Sr. Nestor Cerveró, de 2003 a 2008, que teria sido nomeada pelo PMDB. E, no pedido de arquivamento do Senador Delcídio do Amaral, há trechos detalhados da delação do Sr. Paulo Roberto Costa, porque o objetivo do arquivamento do Senador Delcídio do Amaral fala de um suposto recebimento de propina quando ele era Diretor da PETROBRAS de Gás e Energia, da empresa Alstom, na construção ou na contratação de usinas termoeletricas.

E, lá, o Sr. Cerveró era gerente de energia, subordinado ao Senador Delcídio. E o Paulo Roberto detalha isso, falando que Delcídio do Amaral teria nomeado, no início do Governo do ex-Presidente Lula, o Cerveró para a Diretoria Internacional da PETROBRAS, e que, quando o Tribunal de Contas da União começou a questionar a contratação da refinaria de Pasadena, a compra de Pasadena, o Cerveró teria sido retirado da Diretoria Internacional e seria deslocado para a Diretoria Financeira da BR Distribuidora, o que inclusive causou estranheza aos funcionários da PETROBRAS — não sou eu que estou falando, está nos termos da delação do pedido de arquivamento anexado do Senador Delcídio do Amaral —; que alguém que estaria sendo questionado pela compra de Pasadena estaria sendo, de uma certa forma, amparado na Diretoria Financeira da BR Distribuidora. E essa delação do Paulo Roberto, a ser considerada, praticamente rompe todo o paradigma das 12 páginas comuns a todos os pedidos de inquérito, porque se lastreia, porque a Diretoria Internacional da PETROBRAS teria sido nomeada pelo PMDB, e que não o foi — aí eu falo também como ex-Líder partidário do meu partido —, e que o operador desse Sr. Cerveró seria o operador do PMDB, Sr. Fernando Soares.

Aí está lastreado todo o lastro que está sendo colocado como comprovação de abertura do inquérito policial de vários daqueles que tiveram abertos os inquéritos.

Essa é a contradição. Ao ter sido aberto o inquérito contra o Senador Delcídio do Amaral, teria que ter sido considerada essa contradição. E, como não poderia se



explicar, optou-se pelo arquivamento. Por isso a escolha de quem foi investigar foi feita pelo Procurador-Geral.

Ao fato em si do que está descrito na minha petição, do fato concreto: ele cita um depoimento prestado pelo Alberto Youssef, em 13 de outubro de 2014, Termo nº 13, das folhas 14/17, que fala parcialmente — é óbvio que eu já mandei requerer pelo meu advogado vídeo para ver o que consta —, a gente tem aqui o termo em que ele fala:

“Que indagado acerca dos fatos referentes ao Anexo nº 13, Navios e Samsung, afirma que o Sr. Paulo Roberto Costa intermediou aluguel de um navio plataforma junto à área internacional da PETROBRAS, em contrato que foi formalizado entre a Samsung e a PETROBRAS.”

Esse contrato, está descrito que foi no ano de 2006. Em 2006, todos sabem que, além de que havia essa posição de que o Cerveró era o diretor e o Paulo Roberto era o diretor, a minha posição política nesta Casa era de oposição frontal ao Governo, inclusive disputando convenção do PMDB para ter candidatura própria contra a reeleição do Presidente Lula, à época. Todos sabem. Esse é um fato notório, público. Na época, defendíamos um candidato a Presidente. Enfrentamos uma convenção duríssima internamente partidária, que foi objeto de várias matérias. Havia o ex-Governador Garotinho, candidato pelo PMDB, havia greve de fome. Há uma série de fatores, e foi nessa época em que se deu essa situação.

“Que esse navio teria sido formalizado o contrato entre a Samsung e a PETROBRAS, também com a participação da Mitsue, cujo representante no Brasil era Júlio Camargo; que, para viabilizar a assinatura do contrato com a Samsung, foi demandado que Júlio Camargo repassasse para o PMDB percentual que o declarante não sabe precisar, mas que se destinava a pagamento de vantagem indevida a integrantes do partido PMDB, notadamente o Deputado Eduardo Cunha, bem como em favor de Paulo Roberto Costa, à época Diretor



de Abastecimento da PETROBRAS; que, para gerar tal valor, Júlio Camargo, agindo como broker em tal operação, inclusive respaldado em contrato firmado entre ele e a Samsung, passou a repassar valores a Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano; que Júlio Camargo, enquanto broker, recebia comissionamento da Samsung, em percentual que o declarante desconhece, mas a partir do qual passou a fazer frente aos pagamentos destinados a Fernando Baiano; que Fernando Soares representava o Deputado Eduardo Cunha, do PMDB; que afirma que Fernando Soares representava o PMDB no âmbito da PETROBRAS, isto é, era operador do PMDB tal qual o declarante era operador do PP; que Fernando Soares, nesse sentido, viabilizava recursos em espécie para pagamento de propinas e formação de caixa dois desde o ano de 2004; que indagado sobre o que sabe de Fernando Soares, afirma que foi ele quem fez a junção do PMDB, tanto da Câmara Federal, quanto do Senado Federal, com Paulo Roberto Costa, para que, junto com o PP, mantivessem Paulo Roberto na posição de Diretor de Abastecimento da PETROBRAS; que, em decorrência disso, Paulo Roberto Costa passou a viabilizar também a destinação de valores ao PMDB decorrentes de contratos firmados junto à PETROBRAS, tanto no âmbito da diretoria de abastecimento, quanto da Diretoria Internacional e ambos com intermédio de Fernando Soares; que o contato de Paulo Roberto Costa na área internacional era a pessoa de Nestor Cerveró, este também indicado pelo PMDB para coordenar a Diretoria Internacional; que, indagado sobre fraudes específicas praticadas no âmbito da Diretoria Internacional, afirma que sabe que Fernando



Soares operava em favor do PMDB em tal Diretoria, mas não sabe detalhes da operação e dos contratos, embora saiba que um cartel de empresas também funcionava em tal diretoria, gerando valores excedentes para pagamento de propina e formação de caixa dois.”

Eu vou relatar toda a denúncia — denúncia não, da justificativa do pedido de abertura de investigação —, para que depois eu faça comentários por partes e possa rebater, e, assim, todos tenham a compreensão e o conhecimento do conjunto.

“... o declarante não sabe dizer se houve algum favorecimento pessoal de Cerveró; que, durante o aluguel, a SAMSUNG suspendeu o comissionamento que era pago em favor de Julio Camargo no exterior referente a tal locação, embora continuasse a prestar e a receber da PETROBRÁS os valores a título de aluguel; que o comissionamento se referia à intermediação feita por Julio Camargo; que o pagamento do comissionamento era feito mediante emissão de invoice, no exterior; que acredita que havia contrato de brokeragem entre uma das empresas de Julio Camargo e a SAMSUNG, possivelmente a TREVISO, AUGURI ou PIEMONTE; que Julio Camargo demandou a SAMSUNG na Corte de Londres para receber as comissões que deixaram de ser pagas; que, diante da paralisação do pagamento das comissões, Julio Camargo deixou de passar tal dinheiro a Fernando Soares; que Eduardo Cunha, por conta disso, realizou uma representação perante uma Comissão na Câmara dos Deputados e nela pediu informações junto à PETROBRÁS acerca da MITSUE, TOYO e Julio Camargo; que requisitou que tais informações fossem prestadas pela PETROBRAS, sendo que, na realidade, isso foi um subterfúgio para fazer pressão em Julio



Camargo a fim de que este voltasse a efetivar os pagamentos a Fernando Soares, que, por sua vez, os repassaria ao PMDB; que, diante de tal pressão, Julio Camargo, de um lado, demandou contra a SAMSUNG em Londres, por causa dos contratos que esta possuía com suas empresas, conforme dito; que, de outro lado, por conta da pressão, Julio Camargo pagou, ele próprio, as vantagens indevidas à pessoa de Fernando Soares; que o pagamento retido pelo declarante foi no total de 6 milhões em espécie; que, desse montante, recebeu 70% no exterior mediante operações de dólar cabo, viabilizados por contas de Leonardo Meirelles, e os outros 30% em espécie, entregues por Julio Camargo pela pessoa de Franco, tendo o declarante retirado o montante no escritório utilizado pelos mesmos em São Paulo; que, na sequência, o declarante repassou a Fernando Soares.

Em depoimento complementar prestado em 11 de fevereiro de 2015...”

Aí eu faço uma ressalva que é muito importante entender. Em 11 de fevereiro de 2015, o Ministério Público reinquiriu o delator única e exclusivamente para fazer indagações somente com relação a mim, e o Ministério Público não fez isso com outros personagens que poderiam estar aqui esclarecendo tudo.

“... com autorização do Supremo Tribunal Federal, Alberto Youssef destacou: que, em relação ao pagamento de valores para Eduardo Cunha e Cerveró pela empresa SAMSUNG, o declarante se recorda que, em determinado dia, Julio Camargo ligou ao declarante para que fosse ao escritório de Julio para conversar com ele; que o declarante foi e, ao chegar ao escritório, até estranhou, pois atendeu o declarante de maneira rápida, o que era incomum; que, então, Julio disse ao declarante que tinha intermediado um contrato de aluguel, do qual Paulo



Roberto Costa, Genu e Fernando Soares participaram, entre SAMSUG MITSUE e a área internacional da PETROBRAS; que Julio Camargo relatou ao declarante que, em determinado momento, deixou de repassar os valores para Fernando Soares e este último, para pressionar — ou seja, já não fala aqui que teria sido repassado para mim —, fez um pedido para que Eduardo Cunha pedisse uma Comissão do Congresso para questionar sobre a empresa TOYO, MITSUE e sobre Julio Camargo, SAMSUNG e suas relações com a PETROBRAS, e cobrando contratos e outras questões; que, por isso, Julio Camargo ficou bastante assustado; que este pedido à PETROBRAS foi feito por intermédio de dois Deputados do PMDB — no primeiro teria sido feito por mim, agora já passa a ser por dois Deputados do PMDB; que esta Comissão fez questionamentos à PETROBRAS sobre a SAMSUNG, o que pode ser comprovado perante a PETROBRAS; que houve um pagamento para Fernando Soares no valor 2 milhões de dólares, na RFY ou DGX, em Hong Kong, e o declarante fez o pagamento deste valor diretamente para Fernando Soares no escritório deste último; que o nome do Eduardo Cunha surgiu através de Julio Camargo; que, salvo engano, Paulo Roberto Costa — que, salvo engano — mencionou o nome de Eduardo Cunha durante esse episódio; que Paulo Roberto Costa dizia ao declarante que Fernando Baiano representava o PMDB, mas o declarante nunca presenciou encontros de Fernando Baiano com algum político do PMDB; que esteve com Fernando Baiano em três ocasiões, uma vez em um restaurante no Rio de Janeiro, na Marina da Glória, oportunidade em que chamou a atenção dele por estar



indo cobrar valores de empresas em nome de Paulo Roberto Costa, e, nesta oportunidade, o Fernando Baiano disse que o declarante deveria falar com o Paulo Roberto Costa, que a outra vez foi no Hotel Sky, na Brigadeiro Luís Antônio, e a última no escritório da São Gabriel, em ambos para tomar um café e tratar da questão do Julio Camargo e da Samsung; que, por fim, na campanha de 2010, o declarante conversou com Fernando Baiano a pedido de Paulo Roberto Costa e queria receber valores da Andrade Gutierrez referente à Diretoria de Abastecimento, pois havia pressão de cobrança de valores para a campanha; que foi Fernando Baiano quem viabilizou estes recursos, pois ele tinha contato com Otávio Azevedo, presidente da Andrade Gutierrez; que o declarante” — declarante, ele, Alberto Youssef — “recebeu valores na Andrade Gutierrez em três segundas-feiras seguidas, e retirou lá R\$500.000,00 (...)”

Aí vem, já, a autoridade do Ministério Público:

“Embora não tenha como precisar neste momento se os valores mencionados nos termos em questão” — quer dizer, ele está fazendo menção aos valores da Andrade Gutierrez, que não tem nada a ver com a denúncia — “foram entregues diretamente ao Deputado Federal Eduardo Cunha, fato é que o colaborador Alberto Youssef reiterou, e com razoável detalhamento, que Eduardo Cunha era beneficiário dos recursos e que participou de procedimentos como forma de pressionar o restabelecimento do repasse dos valores que havia sido suspenso, em determinado momento, por Júlio Camargo.

Importante destacar, por oportuno, os vultosos valores recebidos por Eduardo Cosentino da Cunha (em princípio como ‘doações oficiais’) de várias empresas que



já se demonstrou estarem diretamente envolvidas na corrupção de parlamentares...”

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Presidente, quem fala essa última frase, que é razoável...

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Eduardo Cunha) - O Ministério Público, no detalhamento da petição de inquérito. Aqui é a petição. Eu estou lendo a petição. Ali, aquela parte que eu falei é a transcrição dos dois depoimentos do Alberto Youssef.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Isso. Pulou de lá para... Aí já é o Procurador-Geral falando.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Eduardo Cunha) - Um em 13/10/2014 e o segundo em 11 de fevereiro de 2015.

“(especialmente em período prévio às eleições), reiterando-se que uma das formas de pagamento de propinas (anteriormente detalhado) era exatamente a realização de várias doações registradas ‘oficialmente’ aos Diretórios dos Partidos (que depois repassavam aos parlamentares). Quanto ao Comitê Financeiro do PMDB, constataram-se as seguintes doações:

| <i>Empresa</i> | <i>Data</i> | <i>Valor (R\$)</i> |
|--|-------------------|---------------------|
| <i>CAMARGO CORRÊA S/A</i> | <i>31.08.2010</i> | <i>1.000.000,00</i> |
| <i>CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHET</i> | <i>23.09.2010</i> | <i>200.000,00</i> |
| <i>CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO</i> | <i>22.09.2010</i> | <i>100.100,00</i> |
| <i>CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO</i> | <i>08.09.2010</i> | <i>500.000,00</i> |
| <i>CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO</i> | <i>01.09.2010</i> | <i>500.000,00</i> |



| | | |
|---------------------------|------------|--------------|
| ENGEVIX ENGENHARIA S/A | 16.09.2010 | 100.000,00 |
| TOTAL DE "DOAÇÕES" | | 1.860.100,00 |

Além disso, a empresa Camargo Corrêa S/A, em 2.9.2010, doou ainda R\$ 500.000,00 diretamente a Eduardo Cunha, conforme registros no TSE."

Conforme registrado no TSE. Faço a ressalva de que o primeiro foi para o PMDB, e o segundo, única e exclusivamente, que foi para a minha conta de campanha, registrada no TSE, 500 mil reais, da Camargo Corrêa — não é da Samsung ou da Mitsui; não é de ninguém. Não sei o que a Camargo Corrêa tem a ver com a Samsung.

Mas vamos lá:

"Também outro dado de relevo é o repasse registrado do Comitê Financeiro Único do PP (que está muito vinculado a inúmeras condutas criminosas e de seus integrantes) diretamente para Eduardo Cunha no dia 1º.9.2010, no valor de R\$100.000,00.

Não bastassem tais elementos, no bojo do Inquérito n. 3.963-PR (cuja cópia lá se postulou a juntada neste procedimento), perante este Egrégio Supremo Tribunal Federal, outros elementos fazem menção à entrega de valores a Eduardo Cunha.

Jayme Alves de Oliveira Filho, conhecido como Careca, era um dos transportadores de dinheiro de Alberto Youssef. Ao ser questionado se transportou dinheiro, a pedido de Youssef, para políticos, Jayme declarou:

[...] Também levei dinheiro do Yossef (sic) umas duas ou três vezes para uma casa no condomínio que acho que se chama Nova Ipanema, localizado na Barra da Tijuca, em frente ao Barra Shopping, em uma casa



amarela de dois andares, entrando no condomínio, vira à esquerda, vai até o final, vira à direita, vai quase até o final e vira à direita, é uma casa amarela de dois andares à esquerda de quem entra na rua. Segundo o Youssef me falou, essa é a casa do Eduardo Cunha. Nessa casa fui atendido e entreguei o dinheiro ao proprietário, mas não posso afirmar (...) que seja Eduardo Cunha.

Segundo Jayme, esta entrega ocorreu mais ou menos dois anos antes do depoimento, ou seja, provavelmente em 2012.

Segundo fontes abertas, o referido policial retificou seu depoimento, por meio de seus advogados” — retificou — “em 05 de janeiro de 2015, e afirmou que a casa amarela ficava no Condomínio Novo Leblon e que não teria como saber se a casa seria mesmo de Eduardo Cunha.”

Eu tenho a cópia do depoimento de retificação. E ele não retificou, ele esclareceu o endereço da entrega, nominando o endereço, a Rua Fala Amendoeira nº 105, Condomínio Novo Leblon.

“Porém, destaque-se que, em documento intitulado Transcareca — encontrado em poder de Alberto Youssef e elaborado por Rafael Angulo Lopez, que contabilizava as entregas feitas por Jayme entre os anos de 2011 e 2013, a pedido de Youssef — verificam-se diversas entregas no Rio de Janeiro, de altos valores, tais como R\$ 800.00,00, R\$ 312.500,00 (...), dentre outros. Apenas entre 2011 e 2012, Jayme entregou, a pedido de Youssef, quantia de aproximadamente (...) treze milhões de reais em espécie (...), quase (...) um milhão de dólares (...) e trezentos e setenta e cinco mil euros (...)



Baseando-se nas informações prestadas por Jayme, especialmente em vista dos detalhes apresentados, foi possível localizar (...)

Quer dizer, misturou entregas generalizadas que tinham sido entregues. Aí volta o Procurador:

“Baseando-se nas informações prestadas por Jayme, especialmente em vista dos detalhes apresentados, foi possível localizar a residência mencionada” — na petição feita pelo Sr. Jayme, ele deu endereço e deu foto —, “cujas características coincidem com as apresentadas pelo policial federal. Veja-se a imagem da referida residência:”

Ou seja, o Procurador reconhece que o endereço bate e anexou a foto da casa dentro do pedido de inquérito.

“Não bastasse a ‘coincidência’ com os detalhes apresentados, apurou-se que a mencionada ‘casa amarela’ — ele não apurou; eu peticionei com a certidão de ônus reais; eles não apuraram nada! — “é de propriedade de advogado Francisco José Reis, aliado do deputado estadual Jorge Sayeda Picciani, atual presidente do PMDB do Rio, que, segundo fontes abertas, possui fortes ligações com Eduardo Cunha.

Realmente, Francisco José Reis, conhecido como Chico Reis, foi conselheiro em duas agências reguladoras por indicação de Jorge Sayeda Picciani e trabalhou com este último por cerca de dez anos. Segundo pesquisas em fontes abertas, Chico Reis trabalhou como assessor parlamentar de Jorge Picciani de 1991 a 1997 e como subchefe da 1ª Secretaria da Assembleia Legislativa (Alerj) entre 1997 e 2001, época em que Picciani era o primeiro-Secretário. Por indicação deste último, Francisco Reis passou a ser conselheiro da Agência Reguladora de



Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio (Asep) e, depois, da Agetransp, a agência reguladora do transporte público no Rio, onde trabalhou até dezembro de 2013.”

Pasmem:

“Por sua vez, deputado Leonardo Picciani (RJ), filho de Jorge Sayeda Picciani, assumiu recentemente a liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, justamente em substituição a Eduardo Cunha”.

Quer dizer, é o indício da abertura de inquérito.

“Não bastasse, em planilha apreendida com a empresa Queiroz Galvão aparece o nome ‘Picciani’, com o número ‘300’ em frente.”

Aí vem a planilha.

“Sobre a entrega de valores a Eduardo Cunha, Alberto Youssef afirmou, no Termo de Declarações Complementar n. 15” — esse, de 11 de fevereiro de 2015, que foi apenas e exclusivamente chamado para falar de Eduardo Cunha:

“que, questionado sobre se houve alguma entrega de valores por parte do declarante para Eduardo Cunha, o declarante diz que fazia caixa dois tanto da OAS quanto da UTC; que não fazia na totalidade, mas de alguns valores; que muitas vezes ou a OAS ou a UTC pedia para entregar valores no Rio de Janeiro e o declarante pedia para seus funcionários entregarem tais valores — grifo negro do Procurador —; que nestes endereços nunca foi especificado que os valores seriam entregues a Eduardo Cunha ou a pessoas ligadas a ele; que Jayme Careca, quando esteve preso, perguntou ao declarante” — o declarante, nesse caso, é Youssef, que estava preso também — “se houve algum valor para Eduardo Cunha, o declarante disse a Jayme que não sabia e quem deveria



saber seria Jayme; que Jayme perguntou ao declarante, quando esteve preso na carceragem da Superintendência, aqui em Curitiba, sobre uma casa amarela em um condomínio na Barra; que o declarante não tem conhecimento de este imóvel ter ligação com Eduardo Cunha; que o declarante nega que tenha dito a Jayme, em alguma oportunidade, que havia determinado a entrega de valores para Eduardo Cunha; [...] questionado se o declarante conhece Francisco José Reis, proprietário da casa amarela, o declarante diz que não; que questionado quem era o proprietário da residência amarela; que não conhece Jorge Picciani; que esta entrega efetivamente ocorreu, a pedido da construtora OAS, mas que o declarante não sabe quem era o destinatário; que acredita que foram duas parcelas de R\$500.000,00 cada entregues neste endereço, ambas por Careca; que o declarante, analisando o documento 'planilha OAS', que estava junto com o documento Transcareca, identifica dois valores entregues no Rio de Janeiro: um de R\$900.000,00, ocorrido em janeiro de 2014," — nada a ver com o de 2012, dois anos antes — "provavelmente, e outro de 08 de agosto de 2013, mas cujo valor não está identificado; que acredita que no original o valor se encontra identificado; que recebeu da OAS apenas o endereço e o nome da pessoa com quem o entregador teria que contatar, mas que não era Eduardo Cunha."

Aí vem o Procurador:

"Embora tenha negado que passou a informação sobre Eduardo Cunha, Youssef confirmou que a entrega efetivamente ocorreu, a pedido da construtora OAS, com dinheiro de 'caixa 2', e foi feita por Jayme.



Outrossim, o depoimento em que Jayme menciona Eduardo Cunha foi dado em 18 de novembro de 2014 e a retificação” — não foi retificação, foi fornecimento do endereço real — “ocorreu em 05 de janeiro de 2015, mais de um mês depois. Não se pode descartar que Jayme tenha sofrido pressão para retificar suas declarações.”

Ora, se o Ministério Público fez a convocação do doleiro delator, Alberto Youssef, em 11 de fevereiro de 2015, por que não reinquiriu o policial?

“Desta forma, os elementos indicam que ao menos deve-se aprofundar as investigações, para se confirmar ou não a entrega das quantias, assim como reafirmar ou descartar o envolvimento dos parlamentares” — mas a abertura de inquérito está plural; o pedido de abertura de inquérito está contra Eduardo Cunha — “mencionados.”

Agora é que vem uma pérola do Procurador, na página 27, iniciada ao fim da minha petição do inquérito, continuando na página 28:

“Há nos autos, portanto, um conjunto suficiente de elementos, a justificar a instauração de inquérito para integral apuração das hipóteses fáticas específicas aqui versadas. A respeito, cumpre registrar que foi também requerida a instauração de inquérito próprio, para apurar, na esteira do quanto descrito no Item 1 da presente peça,” — o que é o item 1 da presente peça? São as doze páginas comuns a todos os pedidos de abertura de inquérito que tratam do chamado núcleo político — “o denominado núcleo político do esquema criminoso perpetrado junto à PETROBRAS, integrado, preponderantemente, por autoridades com prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal - algumas já nominadas nos elemento colhidos até o momento. Assim, o processo sistêmico de distribuição de recursos ilícitos a agentes políticos, notadamente com utilização de agremiações



partidárias, no âmbito do esquema criminoso perpetrado junto à PETROBRAS, será objeto de investigação apartada.”

O que está dizendo aqui o Procurador? Que tudo o que trata do núcleo político de vantagem de quem tem foro privilegiado tem uma investigação em inquérito próprio apartada, que está descrita na Petição nº 5.260, com abertura de inquérito, que tem 39 agentes políticos citados, entre os quais eu não estou citado, o que significa que essa abertura de inquérito não está feita e nem poderia ser feita para poder apurar a circunstância que está envolvendo o suposto benefício de agente político. Está restrito apenas aos fatos da doação oficial e do policial.

Essa contradição está aqui. Não sou eu que estou escrevendo, não. Foi o Procurador que escreveu.

Aí vem:

“III. Do enquadramento típico

As condutas noticiadas acima, dentro do contexto de pagamento de vantagens indevidas no âmbito da PETROBRAS, aponta, pelo menos, para eventual crime de corrupção passiva qualificada, assim tipificado:”

Ora, se a parte do agente político está no inquérito apartado, como ele pode querer tipificar o suposto benefício indevido, se houver, com relação a essa parte que deveria estar apartada?

“Conforme visto, os políticos não apenas tinham consciência de que os valores eram provenientes das vantagens indevidas destinadas aos diretores e altos funcionários da PETROBRAS, mas também atuavam, direta ou indiretamente, para a continuidade do esquema de pagamento de vantagens indevidas, seja pela manutenção dos diretores em seus cargos, seja pela manutenção do cartel de empresas (...)”

Outro parágrafo:

“Além disso, os valores indevidos foram entregues aos destinatários após processos de ocultação e



dissimulação dos valores provenientes dos crimes contra a Administração. Isto caracteriza também o delito de lavagem (...)

IV. Conclusão.

Em face do exposto, manifestando-se pela instauração de inquérito, com prazo inicial de 30 (trinta) dias (...)"

Essa é a petição que trata do pedido de abertura de investigação. Mas, mesmo que seja um inquérito apartado, essa parte inicial que fala da diretoria internacional de 2004 em diante, com esse contrato em 2006, e que fala de Samsung... Eu faço questão de contestar todos os fatos, ressaltando que, nos 39 que estão no Inquérito nº 5.260 e apensados — e eu os tenho todos aqui —, não consta o nome de Eduardo Cunha.

Com relação, já falei, 2006, ano em que a gente exerceu oposição, nomeação do Diretor Internacional da PETROBRAS, Sr. Nestor Cerveró, esclarecida à página do pedido de arquivamento do Sr. Alberto Youssef, na página 15 do seu pedido de arquivamento... Aliás, quando eu fiz a nota e explicitiei as divergências com relação ao pedido (*ininteligível*) Senador Delcídio do Amaral, o Procurador não fez o mesmo tratamento de pesquisar as doações oficiais recebidas pelo Senador Delcídio do Amaral, porque, se tivesse pesquisado, ele iria encontrar doação do Sr. Julio Gerin de Almeida Camargo, de 100 mil reais; da empresa Piemonte Empreendimentos, no valor de 50 mil reais; da Treviso Empreendimentos, no valor de 50 mil reais; novamente da Treviso Empreendimentos, no valor de 100 mil reais, e uma doação da UTC, no valor de 500 mil reais, que são as pessoas que estão elencadas no cargo que ele nomeou e supostamente estariam envolvidas no aluguel dessa sonda Samsung.

Porém, eu quero fazer menção ao seguinte: um dos critérios que foram colocados ou, pelo menos, anunciados que seriam colocados é que as delações teriam que ter depoimentos coincidentes para dar o suporte. Nos pedidos de arquivamento, os que eu já li, há casos em que o Procurador justifica que a delação feita por um delator não foi confirmada por outro delator e, então, não tem o indício mínimo para abrir a investigação.



É de conhecimento público, e nos anexos da petição de inquérito, está colocado aqui, que o Sr. Julio Camargo é delator, com a delação homologada pelo juiz da 13ª Vara, o que significa que ele não falou de nenhum agente político. Se ele é delator e se a delação do Sr. Alberto Youssef faz menção a fatos não do conhecimento dele e que ele supõe terem sido ditos pelo Sr. Julio Camargo, e o Sr. Julio Camargo, na delação dele, não confirmou, por que não tem menção aqui de que o Sr. Julio Camargo não confirmou na delação dele?

Por que o Procurador se esqueceu de fazer referência à delação do Sr. Julio Camargo, de que ele tem perfeito conhecimento e que está arquivada no âmbito, repito, da 13ª Vara Federal do Paraná, a qual o juiz homologou por não ter agente político? Eu tenho na cópia integral da minha petição e seus anexos todos os termos de cooperação do Sr. Alberto Youssef, a menção de quem falou. Vários deles fazem menção ao Sr. Julio Camargo, e todos eles reafirmam que essa delação foi arquivada no âmbito do juízo.

Ou seja, aquilo que o Sr. Alberto Youssef falou, fazendo menção ao Sr. Julio Camargo, não consta na delação dele. E mais: quando ele fala no depoimento de 11 de fevereiro de 2015, ele fala que, salvo engano, o meu nome apareceu mencionado pelo Sr. Paulo Roberto Costa. O Sr. Paulo Roberto Costa, delator, não faz menção na sua delação — senão o Procurador teria sido mencionado — nem por engano, nem salvo engano, ao nome de Eduardo Cunha com relação a esse fato.

Bom, em seguida, Sr. Fernando Soares. O PMDB nunca teve operador. O Sr. Fernando Soares nunca foi operador do PMDB nem relação tem com o PMDB. O Sr. Fernando Soares eu o conheci e já falei publicamente isso, que eu já o recebi. Representava uma empresa espanhola que estava fazendo a construção do Porto do Açú, em Campos, no Rio de Janeiro, empreendimento do empresário Eike Batista, privado. E, para isso, várias gestões fez para todo o setor do Rio de Janeiro, para que ajudasse ou que tivesse conhecimento do engajamento daquele processo de obras. Isso é público e notório.

Inclusive, saíram muitas notinhas aqui: notinhas para cá, que veio à Liderança, que veio não sei a quê. Ninguém nunca comprovou nem nunca falou nada. Houve notinha até de recebimento. É bom esclarecer — e eu quero esclarecer isso — que em frente ao meu condomínio é a sede da rádio à qual eu presto



serviços e em que faço programas de rádio. Lá eu tenho um escritório, exatamente na entrada do meu condomínio, na Avenida das Américas nº 5.777, a Rádio Melodia. Eu tenho escritório na Rádio Melodia e tenho o meu escritório político, na Avenida Nilo Peçanha nº 50, no Edifício De Paoli — para deixar claro onde podem me procurar, onde eu posso receber gente, até porque existem várias maneiras de se comprovar isso.

Bom, Sr. Fernando Soares, Sr. Julio Camargo. Quanto ao requerimento, em primeiro lugar, eu emiti a nota e, depois, veio a correção. Eu não fiz qualquer requerimento para quem quer que seja. Depois, eu mesmo sugeri ao jornalista que me procurou que pesquisasse no *site* da Câmara, coisa que o Procurador poderia ter feito. O Procurador poderia ter feito e comprovado quem fez, porque isso leva exatamente meia hora, no máximo, para pesquisar no *site* se eu fiz a representação ou não e se houve a representação. São pesquisas fáceis de serem feitas, tanto que o jornal *O Globo* o fez e encontrou um requerimento, não com a Samsung, em nome de Mitsui, segundo a matéria do jornal *O Globo*, assinado por dois Parlamentares, Solange Almeida e Sérgio Brito, que não é do PMDB.

Pergunto o seguinte: se havia suspeição de dar curso na palavra da delação de que esses requerimentos pudessem ter sido feitos para suposta pressão, por que o Procurador não determinou abertura de inquérito contra os Parlamentares que assinaram o requerimento, para esclarecer? Por que não promoveu a oitiva dos Parlamentares para esclarecer, pois dizia que tinha desconhecimento, se o jornal *O Globo* fez isso em meia hora no sábado? Por que o Procurador, há 6 meses com essa informação, desde 13 de outubro de 2014, não o fez?

Como é que eu posso ser responsável, mesmo como Líder da bancada do PMDB, com 80 Parlamentares no momento, pelo que cada Parlamentar faz de requerimento? Cada um é responsável pelo seu mandato. Como eu tenho conhecimento do que alguém faz ou deixa de fazer? Cada um responde pelos seus atos. Aliás, a Deputada Solange Almeida deu nota pública, entrevista, que eu vi na televisão, no programa *Fantástico*, de domingo, rebatendo... Nós não podemos pôr em dúvida um mandato agora. Se isso é a fonte da dúvida, o Procurador tinha a obrigação de abrir inquérito, propor inquérito contra todos os que estavam envolvidos no fato, e não escolher apenas e me atribuir.



No depoimento complementar, ele deixa claro — vamos para as doações oficiais —, ele fala doações oficiais do comitê financeiro do PMDB... As doações oficiais do comitê financeiro do PMDB... Não estava em vigor em 2010 a resolução do TSE feita para a eleição de 2014 que obriga a identificação de quando entra no comitê financeiro, de onde é o destino de cada contribuição. Em 2010, as doações indo para o comitê, e o comitê, o partido as destina a quem quiser.

Como é que eu posso... Ele não afirma, não tem nem como afirmar que as doações feitas ao comitê financeiro do PMDB tenham sido feitas porque eu as coloquei lá e ainda mais fruto de benefício indevido. Isso é uma afirmação leviana. Não houve nenhuma prova disso, dessa natureza. Isso à parte da discussão política que nós temos que fazer que a criminalização da doação oficial legal...

Então, vamos pelo seguinte: a Construtora Camargo Corrêa, que ele coloca que doou para mim 500 mil reais... Alguém já teve a curiosidade de pesquisar a quem a Construtora Camargo Corrêa doou na eleição de 2010? No mínimo aqui tem: Tarso Genro, Aloizio Mercadante, além, é óbvio, dos Presidentes, Jaques Wagner, Genoino, Marta Suplicy, Odair Cunha, Newton Lima, Wellington Dias, José Pimentel, Humberto Costa... Até aqui. São tantas...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É só do PT?

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Eduardo Cunha) - Não, não. Tem de vários partidos. Eu estou citando apenas do PT. Guilherme Campos, do Democratas na época. Alguns nomes eu não consigo identificar. José Otávio Germano. Tem vários aqui, vários. É só pesquisar na lista. Ângela Portela, Antônio Leitão — não sei quem é. Vitor Penido, Democratas; Marcelo Chagas, PT. Tem uma lista aqui. Luiz Paulo Vellozo Lucas, PSDB; Jutahy Magalhães; Aldo Rebelo; Vanessa Grazziotin; Fernando Pimentel. Tem vários. É que alguns eu não identifico o nome de cara; está o nome completo. Rodrigo de Castro; Gleisi Hoffmann. São vários.

A minha pergunta é a seguinte: se for considerar o princípio... Em primeiro lugar, a Camargo não foi a denúncia do objeto do núcleo político que está se referindo a mim. Se for para dizer que a doação da Camargo ou de qualquer empresa da Lava-Jato contra um é motivo de pedido de abertura de inquérito e contra os outros não é, é porque está se escolhendo quem quer investigar.



Não estou dizendo que esses que eu falei receberam doações fruto de nada ilegal, não. Eu não concordo com a tese de que quem recebeu doação oficial tenha nada de ilegal. Ilegal é quem pega dinheiro no caixa dois. Mas por que escolher a quem investigar?

Casa do policial. O Procurador insiste, até porque, como eu havia dito inicialmente, o depoimento do policial, ele fala em três agentes políticos: o Ex-Deputado, hoje Ex-Deputado Luiz Argôlo, Senador Antonio Anastasia e Eduardo Cunha. É estranhamente isso. Não teria como se manter um sem manter o outro, porque o suporte de um é o suporte do outro, porque está lastreado no mesmo policial. O policial retifica e dá o endereço correto, a gente comprova de quem é o endereço, aí o Procurador vai achar, por ilação, que o proprietário da casa, que eu não sei quem é, foi assessor do Presidente do PMDB do Rio de Janeiro, de 91 a 97 e até 2001, há 14 anos atrás! E a partir daí tem ilação e faz supor que a própria eleição do Líder do PMDB, o nosso nobre Líder Deputado Leonardo Picciani... Isso aí é a justificativa para a abertura de investigação? Isso é uma piada, isso realmente é uma piada.

Então, eu estou fazendo esses comentários sobre a petição, que é o que eu tenho disponível aqui, como eu tenho disponível a comprovação anexada aos autos da petição de que o Sr. Julio Camargo prestou delação e foi homologada pelo juiz da 13ª Vara, o que significa que o juiz da 13ª Vara homologando não há qualquer agente político, o que significa que ele delatou que supostamente ele teria sido vítima da pressão, que supostamente ele teria feito o pagamento e não nominou. O outro disse que ouviu dizer que é. Então, o Procurador esquece e não coloca que o outro não colocou. Então, houve uma escolha política para investigar.

Essas, as considerações iniciais que eu queria fazer, tentando acertar a petição. Acho que V.Exas. podem e devem ter dúvidas e eu gostaria de esclarecê-las, a todas, mas é que é tão pífia a forma de colocação da petição que a gente não tem mínima dúvida porque, ressalvo bem: a parte referente ao núcleo político está dito aqui pelo Procurador que é uma investigação apartada que está dentro do 5.260, na qual meu nome não consta. Só resta a doação oficial da Camargo Corrêa e (*ininteligível*) do PMDB, como se eu fosse o dono do PMDB, tivesse colocado todos os recursos do PMDB e fosse fruto do benefício indevido.



E o caso do policial, em que ele insiste em querer aprofundar a investigação. Mas, se ele teve a condição de pegar um delator preso e tomar um termo de referência no dia 11 de fevereiro, por que ele não intimou e não ouviu o policial para esclarecer? Por que ele fez essa omissão?

E digo mais: alguns absurdos a gente vê aqui nos pedidos de instauração e no pedido de arquivamento. Quando se pega, por exemplo, o pedido de instauração de inquérito da Senadora Gleisi Hoffmann, a gente vê que está elencada uma série de agentes políticos agregados à Senadora, que foram esquecidos; só ficou com a Senadora. E lá não se faz e pede... O Procurador pede, no pedido de instauração de inquérito, para fazer a pesquisa, no Tribunal Superior Eleitoral, das doações oficiais da campanha dela. Ora, ele fez de todos! É uma coisa que vai ao *site* e consulta. Por que ele não fez isso?

Essas incoerências estão em todas as petições, todas as petições; é só ter atenção e lê-las que vai encontrar várias contradições e incoerências em cada uma dessas petições que estão sendo colocadas. Não estou querendo dizer que não possa haver qualquer tipo de problema, não estou dizendo que aqui está considerada uma situação, que ninguém tenha praticado qualquer tipo de ato que possa ser considerado objeto de investigação, mas ao menos que a gente tenha uma coerência naquilo que se está propondo com pedido de abertura de investigação, naquilo que se suporta, porque colocar a honra de quem quer que seja... Porque dizer que um pedido de abertura de inquérito não constrange... Constrange, principalmente a quem está no exercício da chefia do Poder. À toa. Colocar de uma forma irresponsável e leviana, por escolha política, na colocação de alguém para investigação é criar um constrangimento para transferir a crise do lado da rua para cá. E nós não vamos aceitar.

Nós temos, sim, que investigar todo e qualquer fato referente a esta CPI, a qual teve meu total apoio, não só como Líder partidário para coleta de assinatura e como Presidente para prontamente instalá-la e por declarações, na época da minha campanha, de que eu era favorável à instalação desta CPI, como da outra CPMI, o total apoio do meu partido, que eu liderava na época, inclusive dando número para coleta de assinatura, para que ela fosse instalada, para dizer que nós não temos nada a temer e estamos aqui, efetivamente, para justificar qualquer fato.



Não só nós, mas que todos façam a justificativa dos fatos, para que, à luz dos fatos, nós possamos ter o discurso político para dizer, afirmar e comprovar. Fomos escolhidos, sim, pelo Procurador para a investigação sem o critério único para todos aqueles de quem ele pediu abertura de inquérito e aqueles de quem ele pediu o arquivamento. Eu estou à disposição, Sr. Presidente, para responder quem quer que seja, qualquer detalhe.

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - Questão de ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Peço a palavra como Líder.

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Jorge Boeira.

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria que o Deputado Eduardo Cunha, que foi brilhante na sua...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Qual é o artigo da questão de ordem?

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - Não, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, é pela ordem. A palavra pela ordem tem inscrição, Deputado Jorge.

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - Eu só gostaria que ele citasse todos os nomes dos Deputados envolvidos a que ele se referiu, para que não ficassem pairando dúvidas de que todos estão envolvidos da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou seguir a ordem. Isso é um questionamento. Nós vamos seguir a ordem de inscrição em respeito àquilo que já foi dito aqui anteriormente, que nós iríamos respeitá-la. Peço desculpas a V.Exa., mas nós iremos seguir essa ordem.

Temos aqui...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como Líder, darei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Paulo Magalhães.



O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Depois da belíssima explanação do Presidente Eduardo Cunha, eu queria deixar registrado que ficou claro que ele quer que convide o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso será deliberado quando tivermos sessões deliberativas.

Antes de dar a palavra ao Deputado Carlos Sampaio, reitero que a Secretaria da Comissão colheu aqui uma lista de inscrição, e nós temos aqui inscritos 21 Deputados membros e mais 2 Deputados não membros.

Eu indago aos Parlamentares se todos os inscritos nessa lista têm questionamentos ao Deputado Eduardo Cunha ou se se inscreveram para questionar o convidado que virá após. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, existem duas listas diferentes. Existem duas listas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço desculpas, achava que era a mesma. Vamos seguir.

O Deputado Carlos Sampaio está com a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, inicialmente, meus cumprimentos ao Presidente Eduardo Cunha, que espontaneamente veio a esta Comissão, como Presidente da nossa Casa Legislativa, apresentar os seus esclarecimentos, a sua versão sobre os fatos que são imputados a ele.

Eu queria fazer algumas observações e apenas obter de V.Exa...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, peço que seja registrado o tempo de Líder. Atenção, por favor, senhores na mesa: ele está usando o tempo dele de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Que o tempo de Liderança do PSDB seja registrado, por favor. Peço a atenção ao cronômetro aqui, Secretaria da Mesa, para a gente poder cumprir com rigor o tempo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Retomando, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas observações, apenas para obter a confirmação ou não por parte do Presidente Eduardo Cunha. A primeira delas: a denúncia de que havia o recebimento de dinheiro em sua residência foi feita por um policial que estava preso,



que é o Sr. Careca. Foi ele quem disse no seu primeiro depoimento que levou o dinheiro à sua residência, é isso?

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Eduardo Cunha) - Ele disse que o enviou, que esteve no endereço inicialmente tal, que supostamente...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Carlos Sampaio, fui cobrado por V.Exa., inclusive, ontem, pelo telefone, e pelo Deputado Afonso Florence: no tempo de Liderança, não é permitido fazer questionamentos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Peço tratamento igual, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É isso que esta Presidência irá fazer.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Presidente, solicito inscrição como Líder do PMDB, após o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, eu pediria que fosse retomado o meu tempo, porque eu não consegui sequer iniciar a minha fala, por conta das objeções. E eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço para reparar o tempo do Líder do PSDB.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu, em vez de fazer perguntas, farei afirmações e, ao final da minha fala...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Presidente, peço que me inscreva como Líder do Solidariedade.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, eu peço que seja assegurada a minha palavra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. já está inscrito, Deputado Arthur Oliveira Maia.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ...porque isso não é possível. Eu não consigo sequer expressar aqui aquilo que quero falar sobre o depoimento.

Sr. Presidente, a primeira afirmação que foi feita que pesaria, em tese, sobre os ombros do Presidente Eduardo Cunha é do Sr. Careca, um policial de reputação



bastante abalada perante o próprio Ministério Público e a Polícia, na qual ele diz que teria entregue essa quantia supostamente na casa do Presidente Eduardo Cunha. Depois, ele foi reinquirido, e ele mesmo retificou e disse qual era o endereço e, ao retificar e dizer qual era o endereço, a Procuradoria-Geral da República teve conhecimento pleno de que não era na casa do Sr. Presidente Eduardo Cunha. É o primeiro ponto, o primeiro registro.

Segundo ponto, segundo registro: o delator Youssef negou que tivesse pedido ao Careca a entrega desse valor ao Deputado Eduardo Cunha, em seu depoimento. Portanto, é mais um fato a corroborar a tese esposada aqui pelo Presidente Eduardo Cunha.

No que tange à afirmação do Sr. Youssef de que, naquela relação com a Samsung, devido àquele navio-plataforma, de que haveria o recebimento de propina, eu faço também um registro importantíssimo: tanto o Sr. Youssef como o Sr. Camargo estão sob delação premiada. O Sr. Youssef disse que efetivamente esse dinheiro, supostamente, — vou usar o termo dele — “salvo engano”, teria sido dito pelo Paulo Roberto que foi entregue ao Sr. Eduardo Cunha. E o “salvo engano” é de quem ouviu dizer, e não de quem sabe. Ele afirma que, salvo engano, teria sido entregue ao Sr. Eduardo Cunha, ao Presidente Eduardo Cunha. E ele fez essa afirmação, que se imaginava, no mínimo, fosse corroborada pela delação premiada do Sr. Camargo. Na delação do Sr. Camargo — aliás, delação essa que se encontra em Curitiba com o Juiz Moro —, evidentemente que o nome do Presidente Eduardo Cunha não foi citado, porque, se fosse, lá não estaria a delação premiada, ela teria vindo para o Supremo.

Então, registro que nós temos, a corroborar a tese do Presidente, a negativa por parte do próprio Careca de que a residência era dele; a afirmação do advogado de Youssef de que o Youssef não pediu ao Careca que levasse esse dinheiro para ele; a afirmação do Youssef que, reinquirido...

E V.Exa. aqui, Presidente, disse que pode ter sido para prejudicá-lo. Eu acho que essa reinquirição, se foi para prejudicá-lo, deram-se mal, porque ele acabou esclarecendo os fatos ao deixar claro que, salvo engano, o Paulo Roberto teria dito que V.Exa. seria o beneficiário. O “salvo engano”, repito, é de quem ouviu dizer, e não de quem sabe.



Portanto, se a palavra do Sr. Youssef, no primeiro momento, era a de que o Presidente recebia valores e, num segundo momento, ele retifica isso dizendo “salvo engano”, que ele soube, é evidente que nós não estamos passando a mesma régua para todos os investigados. E fugiu-se daquilo que seria a régua para todos para algo que entrou na linha da ilação, e não mais da confirmação. Se o Sr. Camargo não confirma isso em sua delação, é mais um ponto favorável.

E, por fim, o próprio Paulo, em seu depoimento, Paulo Roberto da Costa, não fala do envolvimento nem do recebimento do Sr. Eduardo Cunha. Eu tenho me atido à análise detalhada de todos os fatos, não só agora nesta CPI, Sr. Presidente, mas também como responsável pelo relatório paralelo ofertado pelas oposições no final do ano passado.

Eu disse nessa CPI e repito: não é possível tratar igualmente casos desiguais. Casos desiguais merecem ser tratados como sendo diferentes, porque senão gera uma impressão de que todos estão envolvidos sobre — abre aspas — “a investigação do inquérito”, quando contra alguns existem provas robustas e absolutas e a respeito de outros sequer indícios existem, porque os que existem são desmentidos.

Eu reputo que V.Exa. está nesta hipótese muito clara de indícios desmentidos por delatores. Na minha concepção, V.Exa. não perde, em momento algum, a autoridade que tem para presidir esta Casa e, portanto, para estar à frente da Câmara Federal. Eu, mais uma vez, enalteço a postura de V.Exa. — e sou aqui muitas vezes visto como um inquisidor muito firme, um inquiridor muito firme. Tenho procurado ser justo em todas as minhas ponderações.

Por fim, reitero a negativa de que a residência era de V.Exa. por parte do policial Careca, sobre o qual, aliás, faço um registro importantíssimo: é o mesmo que denunciou o Senador Anastasia, sinônimo de retidão e caráter neste País, reconhecido até mesmo por seus opositores. Denunciou o Senador Anastasia e foi desmentido pelo Youssef e pelo advogado do Youssef. É a este que estamos dando guarida — este quer fez a retificação. Realmente me assusta quando eu vejo o Procurador-Geral dizer: *“Tudo bem! Ele retificou e disse que não era a casa do Presidente Eduardo Cunha. Mas sabe-se lá se ele não foi pressionado!”* Desculpe-



me, esse tipo de ponderação não combina com atuação de Ministério Público — e eu sou do Ministério Público há 28 anos.

Então, eu quero deixar muito claro que, por vezes, ficamos com uma impressão realmente ruim de que pessoas foram inseridas em um contexto nesta investigação, que nada tem a ver com a investigação que está sendo feita de outros. Ou seja, são réguas distintas para assuntos distintos, ou melhor, para assuntos que ele trata como iguais.

Era apenas esse registro, Sr. Presidente. Não preciso formular nenhuma pergunta. Se fiz alguma afirmação incorreta, peço que o depoente, Presidente Eduardo Cunha, a corrija. Mas tenho a clareza de que o caso dele diverge, e muito, de todos os outros que temos em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Arthur Maia, pela Liderança do Solidariedade.

V.Exa. terá até 4 minutos.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Cumprimento meu caro Presidente Hugo Motta e meu caro Presidente Eduardo Cunha.

Eu quero dizer, Presidente Eduardo Cunha, que a vinda de V.Exa. a este Colegiado é um desagravo a esta Casa e um desagravo a todos os Deputados, porque naturalmente a denúncia contra a pessoa de V.Exa., ou melhor, o pedido de investigação contra V.Exa. traz para o conjunto da Casa uma condição de dúvida. Eu quero parabenizá-lo pela sua brilhante fala aqui na Comissão nesta manhã de hoje. Eu faço minha, de maneira absoluta, a fala do Deputado Carlos Sampaio.

Meu caro Presidente Hugo Motta, Sras. e Srs. Deputados, pela primeira vez numa CPI nós estamos tratando e convivendo com esse novo instituto, ainda não devidamente regulamentado no Direito brasileiro, que é a delação premiada. A delação premiada...

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - O cronômetro, Presidente...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu já pedi à Secretaria que cuide da questão do tempo.



V.Exa. iniciou a sua fala às 10h44min — eu estou cronometrando pelo relógio que há atrás do plenário, porque houve um problema com este cronômetro aqui —, e eu irei cumprir religiosamente aquilo a que o Sr. Líder tem direito.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Perfeitamente.

Mas eu quero dizer, Sr. Presidente, que nós estamos, pela primeira vez, tratando em uma CPI de assuntos referentes a este instituto, como eu diria, ainda não devidamente recepcionado pelo Direito Positivo brasileiro, que é a delação premiada. É um conceito, um instituto extremamente complicado sobre o qual possamos formar juízo de valor. Veja só: é o mesmo acusado criminoso que está lá respondendo por um crime que já confessou que realizou. Em determinados momentos é o criminoso; em determinados momentos é o juiz. O juiz é que decide se inclui A, ou se não inclui B; se fala alguma coisa verdadeira, ou se fala uma menos verdade em outro momento.

Portanto, ainda que nós tenhamos que reconhecer que houve avanços significativos em vários desses aspectos, eu penso que esse instituto precisa ser ponderado dentro daquilo que conta também a história das pessoas que estão sendo envolvidas nesse episódio e ver também que cada fala de delação premiada não tem necessariamente que ser tida como uma verdade absoluta, porque quem faz uma delação premiada tem a obrigação de provar que aquilo que está falando de fato corresponde à realidade.

De sorte que as falhas das chamadas, das alegadas provas contra o Deputado Eduardo Cunha, aqui tratadas de maneira muito pertinente pelo Deputado Carlos Sampaio, correspondem realmente a dúvidas que todos nós temos que ter a respeito desses meios de prova que estão sendo utilizados.

Mas eu penso, por outro lado, que a fala do Presidente Eduardo Cunha, nesta manhã de hoje, devolveu à Casa a convicção de que o seu Presidente não tem absolutamente nada a ver com esse episódio. E nós esperamos que esta investigação, que já foi aberta, seja concluída o mais rapidamente possível, e que seja o Presidente excluído deste rol de investigados.

Quero dizer, Sr. Presidente — realmente penso eu —, que estas investigações, a partir das denúncias abertas desde sexta-feira, trouxeram para o Congresso Nacional uma crise que definitivamente não foi criada por nós. Eu tenho



feito uma pergunta e quero repeti-la aqui: cadê o chefe? Pergunto cadê o chefe porque acusar um ou outro Parlamentar... Ora, Parlamentar não indica Presidente de PETROBRAS, Parlamentar não nomeia Diretor de PETROBRAS e, portanto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - ... Parlamentar não autorizou compra de Pasadena. Então, a pergunta que fica aqui, ao final da minha fala, é só uma: cadê o chefe?

Parabéns, Presidente Eduardo Cunha!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Leonardo Picciani, V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Cumprimento o Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Hugo Motta, os senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Presidente Eduardo Cunha, os demais Parlamentares que acompanham esta sessão.

Presidente Eduardo Cunha, eu quero inicialmente saudar a iniciativa de V.Exa., que dá uma demonstração de respeito a esta Casa e de respeito ao cidadão brasileiro, ao vir aqui espontaneamente prestar esses esclarecimentos.

No Estado de Direito, qualquer cidadão pode ser alvo, objeto de uma investigação e de um inquérito. Isso não tem nada demais. Na conclusão do inquérito, os inocentes serão assim considerados, e sobre aqueles que porventura se encontrarem indícios responderão a processos.

E o que nós vemos, como já dito pelos Deputados Sampaio e Arthur Maia, da peça que instrui o pedido de inquérito sobre V.Exa., é muita fragilidade nos indícios apresentados, nos fatos narrados. É uma junção de fatos que não se interligam, porque não têm nexos de causalidade entre si.

V.Exa. também usa esta oportunidade para um esclarecimento importante para o nosso partido, o PMDB. Diz, primeiro, que o PMDB não indicou, em momento nenhum, o Sr. Nestor Cerveró; segundo, que o Sr. Fernando Soares não é nem nunca foi operador do PMDB — aliás, nem ele nem ninguém, porque o PMDB não possui operador, não tem esse tipo de atitude e de condução no trato da coisa pública.



Então, faço aqui, em nome da Liderança do nosso partido, este agradecimento ao esclarecimento que V.Exa. presta para toda a sociedade em nome do nosso partido.

Eu quero, Sr. Presidente, tratar aqui de dois temas que, de certa forma, citam a mim e a meu pai nesse processo, nesse pedido de inquérito. Primeiro, Sr. Presidente, quero dizer que tanto eu quanto o Deputado Jorge Picciani não temos nenhuma restrição às investigações, porque temos a certeza de que nunca nos envolvemos com nenhuma dessas pessoas citadas — nenhuma dessas pessoas citadas.

Eu estou no meu quarto mandato e não tenho nem nunca tive qualquer indicação de cargo no Governo Federal, nem eu, nem o Deputado Jorge Picciani. O Sr. Francisco Reis é quem deve responder pela acusação desse policial bandido Jayme Careca — é quem deve responder. Desde que deixou a assessoria na ALERJ, há 14 anos, portanto, há não menos que 10 anos, não possui nenhuma relação política nem pessoal nem comigo, nem com o Deputado Jorge Picciani.

O segundo fato — e esse eu não quero nem tratar aqui, porque beira ao ridículo — é tentar elencar a eleição da Liderança do PMDB como fato a ensejar a possibilidade de se montar um cenário para o inquérito.

A bancada do PMDB nesta Casa e muitos dos Srs. Parlamentares desta Casa acompanharam o processo de disputa pela Liderança do PMDB, em que eu disputei com meu prezado amigo e companheiro Deputado Lucio Vieira Lima. Foi uma disputa duríssima, um processo político e uma disputa duríssima, que se resolveu por um voto de diferença. Então, esse fato beira ao ridículo, e eu paro os comentários sobre ele neste momento.

O importante é que, uma vez trazidos esses fatos, uma vez expostos os fundamentos que ensejaram o pedido de abertura de inquérito, nós só temos uma coisa a desejar: que esse inquérito se encerre, ele se conclua o mais rapidamente possível, porque não é possível que um pedido sem embasamento venha tentar fragilizar uma instituição, no caso, a Câmara dos Deputados, representação legítima do povo brasileiro, e venha manchar o nome de quem quer que seja.

Que se apurem condutas, que se restrinja o processo a quem efetivamente houver indícios e provas materiais de culpabilidade.



O que pesa no pedido de abertura do inquérito de V. Exa. funda-se, exclusivamente, Deputado Sampaio, em testemunhos controversos de réus confessos, testemunhos controversos de cidadãos que estão fazendo a delação premiada para não serem presos por muitos e muitos anos, porque quanto a esses não resta dúvida da conduta criminosa.

É o caso desse policial bandido que faz a denúncia, que muda o seu depoimento com constância. Um fato que chama a atenção é: quem é da cidade do Rio de Janeiro — e ele era um policial que exercia as suas atividades no Estado do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro — pode até confundir o condomínio. Agora, confundir o Barra Shopping, que é um ponto de conhecimento de qualquer morador da cidade do Rio de Janeiro, jogar o Barra Shopping 2 quilômetros para o lado, parece-me pouco verossímil, pouco consistente. Mas cabe a ele dar as suas explicações a isso.

Então, Presidente, fica aqui, em nome da bancada do PMDB, a nossa manifestação de confiança, que já foi manifestada em nota oficial durante esta semana, de que V.Exa. tem, como demonstrou hoje aqui, a capacidade de responder a todos esses fatos que necessitam de esclarecimentos.

A CPI presta também um grande serviço ao permitir que esses fatos sejam aqui esclarecidos. Aliás, quero consignar aqui os meus cumprimentos a todos os Parlamentares desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu não tenho dúvida de que tem e, a cada dia, ganha o respeito e a confiabilidade do cidadão brasileiro, porque demonstrou e tem demonstrado, desde o seu primeiro dia de trabalho, compromisso com a investigação, compromisso com a apuração, compromisso com o patrimônio brasileiro ao defender a PETROBRAS.

Então, eu, na figura do Presidente Hugo Motta, cumprimento todos os integrantes desta Comissão, de todos os partidos, que têm prestado e, não tenho dúvida, ao fim deste processo, prestarão um importantíssimo e relevante serviço à Nação.

Presidente Eduardo Cunha, a atitude de V.Exa. — para concluir — foi uma atitude cidadã, uma atitude que honra o povo do Rio de Janeiro, que o elegeu para o desempenho do seu mandato nesta Casa, mostrando que nenhum cidadão está acima da lei e nenhum cidadão deve fugir dos esclarecimentos.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, pela Liderança do PTB.

V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta, o Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio.

Sr. Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, V.Exa. demonstra, ao vir a esta Comissão, independente de qualquer convite, a sua total disponibilidade de provar não só a sua inocência, como também a independência desta Casa.

Atitudes como esta demonstram que realmente a crise não pode ser transferida do outro lado da rua para este lado. Se compararmos a CPMI anterior com esta CPI, todos podem perceber a cabal diferença entre aquela e esta. Inclusive, esta foi instalada antes do pedido de abertura de inquérito pelo Sr. Procurador-Geral da República.

Portanto, esta CPI tem dado mostras, através da brilhante condução do nosso Presidente, Deputado Hugo Motta, e do Relator Luiz Sérgio que nós queremos apurar. E vamos apurar, como lembrou o Deputado Arthur Maia, quem é o chefe e a quem interessa tudo isso.

Tenho certeza de que os esclarecimentos de V.Exa. são extremamente importantes. V.Exa. coloca-se à disposição para, diante de todos os Parlamentares desta Comissão, esclarecer e apresentar documentos. Um aparte a este meu comentário sobre aquele detalhe que foi muito bem frisado por V.Exa.: as doações de 2010 diferem das doações de 2014. Na verdade, tentar usar de maneira duvidosa as doações de 2010, colocadas claramente na prestação de contas, sem dúvida nenhuma, é a tentativa espúria de querer forjar algo para poder incriminar alguém.

Sem dúvida nenhuma, o objetivo de poder colocar V.Exa. como uma das pessoas investigadas é para tentar atingir esta Casa. Não irão atingi-la, em hipótese alguma. Tenho certeza de que a sua atitude demonstra não só respeito particular com o Parlamentar, mas respeito à Casa como um todo, dispondo-se a vir aqui e mostrar qual é a jogada que está por trás de tudo isso.

Quando V.Exa. lembra que uma das delações foi reconhecida pela Vara Federal, é porque ela não tinha relação com qualquer membro de foro privilegiado.



Se o tivesse, teria que ter sido homologada aqui pelo Ministro Teori Zavascki. Então, sem dúvida nenhuma, esse disse que disse e esse vai que vai, na verdade, não chegarão a lugar nenhum. Fosse V.Exa. uma pessoa que tivesse deixado razão para qualquer dúvida, não se disporia a fazer o que está fazendo.

Portanto, em nome do meu partido, autorizado pelo Líder Jovair Arantes, deixo nossa total solidariedade, nossa disponibilidade para poder colaborar com esta CPI da melhor maneira possível e procurar, como fizemos aqui no depoimento do Sr. Pedro Barusco, mostrar que esta Comissão não tem nenhum comprometimento, ela quer buscar a verdade. Muitas pessoas que duvidavam de certos detalhes acabaram percebendo que, com esta CPI, terão a oportunidade de conhecer a realidade que se passa por trás da PETROBRAS e de todas as suas subsidiárias.

Sem dúvida nenhuma, é um momento triste que vive a Nação brasileira, mas, neste momento, nós não podemos enxovalhar e atacar a tudo e a todos de uma maneira geral, principalmente com insinuações, com plantações aqui e ali.

Temos certeza de que V.Exa. dá exemplo a esta Casa, dá exemplo ao Parlamento brasileiro e, acima de tudo, a toda a sociedade, porque os documentos acostados à sua manifestação provam aquilo que foi aqui colocado. Fez um pronunciamento como se fosse um discurso político, trouxe dados. E esses dados, Sr. Presidente e Sr. Relator, são extremamente importantes para verificar que o Deputado Eduardo Cunha não tem medo de qualquer apuração, e isso é extremamente importante para a nossa Casa.

Parabéns, Deputado Eduardo Cunha, nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra para o Líder do PR, Deputado Maurício Quintella Lessa.

V.Exa. tem até 6 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Não vou precisar disso tudo, não, Sr. Presidente.

Primeiro, eu queria parabenizar o Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, pelo desprendimento, pelo espírito público de, por conta própria, tão logo ter sido citado nesta lista, ter se prontificado a vir a esta Comissão de Inquérito prestar todos os esclarecimentos não só à Casa, mas à Nação. Não só como Deputado,



mas como Presidente da Casa, era fundamental que o senhor fizesse isso, e o fez. Não me lembro de outro caso parecido.

Eu passei o mandato passado todo citando o caso de Pasadena — V.Exa. se recorda —, denunciando a compra de Pasadena, tentando coletar, durante todo o mandato, assinaturas para abrir a CPI, chegamos a conseguir as assinaturas com o apoio do PMDB. O apoio que eu não encontrei na Liderança do meu partido, do PR, eu encontrei na Liderança do PMDB para viabilizar a investigação de Pasadena. Da mesma forma, para instalarmos aqui a Comissão Externa que investigou e produziu um relatório que está à disposição da CPI das investigações das relações entre a PETROBRAS e SBM *Offshore*, que se mostraram depois relações absolutamente promíscuas. Tivemos o apoio de V.Exa. em todas essas demandas.

Já tive a curiosidade, Sr. Presidente, de ler várias peças desses inquéritos propostos pelo Ministério Público. Em grande parte, demonstra-se a seletividade dessas investigações. A partir da leitura que V.Exa. fez do inquérito, da defesa do Deputado Carlos Sampaio e do conhecimento que a gente tem de vários companheiros que jamais, jamais, pelo procedimento aqui, não só na Casa, mas governando os seus Estados, poderiam estar nessa investigação e de tantos outros que deveriam estar e não estão, a gente constata efetivamente essa seletividade.

Quero dizer que V.Exa. tem do PR a total confiança para continuar exercendo as suas funções na Presidência da Casa, enquanto este inquérito perdurar, porque a gente sabe que, em relação a V.Exa., no final, isso não passará de um risco n'água.

Boa sorte e conte com o nosso apoio!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Sibá Machado, pela Liderança do PT.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, eu estou aqui e, para eu falar da tribuna, eu tenho que incomodar alguém. Posso falar daqui mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pode falar daí mesmo.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - O.k.

Sr. Presidente, eu ouvi atentamente toda a base da argumentação do nosso Presidente, Deputado Eduardo Cunha.

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar V.Exa., o Relator, o nosso Vice-Presidente e o Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha.



Já o tinha escutado em outras oportunidades, e toda a sua preocupação que, neste momento, eu compreendo perfeitamente, é que não há nenhum fato que relacione o nome dele a esta lista. O que esta Comissão, o que esta Casa tem em mãos não nos leva, neste momento, a ter nenhuma razão para ver este nome citado.

Eu lembro muito bem que, em uma das tantas CPIs de que já participei, estava lá uma acusação contra um Parlamentar de Mato Grosso, e eu, lendo, até por acaso, os autos, estava lá o depoimento dessa pessoa que acusava ao delegado, chefe do inquérito. E, na pergunta do delegado, ele disse: *“Por que você citou essa pessoa?”* Ele disse: *“Por pura raiva e ódio que eu tenho, porque essa pessoa, no passado, me fez muita raiva, e eu quero prejudicá-la”*. Estava escrito isso lá.

Eu tive que usar isso como argumento para fazer a defesa. E, naquela CPI, eu não concordei em citar nome algum que não tivesse base alguma sobre o que estava sendo acusado, e foram vários. Em alguns, eu até me ofereci para depor em favor, na defesa da pessoa. Eu procurei outros Parlamentares que também têm seus nomes citados nesta lista.

E o que eu disse lá na imprensa e que foi totalmente desvirtuada a minha fala? O que eu entendo é que, se está sob sigilo de Justiça uma investigação, por que está seleção maldosa de estar citando, pinçando nomes, prejudicando a imagem de uma pessoa? Porque o nome, uma vez citado, mesmo que depois esteja totalmente absolvido e inocentado, não é a mesma referência de volta, não consegue mais a mesma referência de volta. Então, é uma judicialização e um modo, eu digo assim, altamente prejudicial para a disputa política comportamentos dessa natureza. Então, eu fiz questão de vir hoje a esta CPI, porque esta tem sido minha condução desde a primeira CPI que participo, que foram 10 até hoje. Desde 2005, eu participo.

Então, quero aqui deixar claro que essa é uma opinião de minha bancada, Presidente. Essa é a opinião de minha bancada e acredito que deve ser hoje, pelo que já ouvimos de vários Líderes, a opinião comum. Então, o que esperamos é estar separando aqui disputas políticas de fatos concretos. E fatos concretos... Depois da lista apresentada, foi dito, em alto e bom som, e todos viram pela imprensa, que o nome citado é uma abertura e que, portanto, não há nenhuma culpabilidade. Mas o



nome já está lá. E, uma vez citado, como é que fica? E ficou uma disputa de nome que entra, de nome que sai, essas coisas.

Então, isso é extremamente maldoso para a imagem das pessoas, e aqui para toda a classe política. O cidadão comum vive também da sua imagem, da sua índole, da sua *performance* perante a sociedade, principalmente quem vem para esta Casa. Quem vem para esta Casa aqui tem que cumprir rigorosamente. É aquela história de não basta ser, tem que provar que é. Então, é esta imagem que está aqui.

Eu estou apresentando esta fala porque não é de hoje, é uma opinião que vem desde 2003, quando assumi o mandato de Senador no lugar da Senadora Marina Silva. Então, quero deixar esta opinião muito clara e espero a lucidez aqui desta CPI de que ela não pode ser contaminada em nenhum momento pela disputa política. Então, essa história de que está de um lado da rua, do outro lado da rua, na minha opinião, já entra também no outro tipo de debate que eu não quero entrar. Eu faço questão de não entrar. Então, onde é que está o problema? Está onde ele começou.

Nós temos pessoas que estão presas sob delação premiada que muitas das coisas que estão sendo veiculadas é com base única e exclusivamente nas falas dessas pessoas, condenadas da Justiça, recebendo o direito de delação, de alguns confessos que foram ladrões, que roubaram, que têm dinheiro para devolver e coisa parecida.

Então, vale a palavra dessa pessoa? E só a palavra, mais nada além da palavra? Nós não podemos nos contaminar por esse gesto. Esse gesto não ajuda em absolutamente nada a construção de um momento que o Brasil precisa passar, que é passar a limpo a corrupção, um mal que toma conta não só do espírito dentro do Brasil como em tantos outros lugares, como muitos já falavam. A carta de Pero Vaz de Caminha já fazia, no final, um pedido de emprego. Estava ali uma primeira mácula no aspecto político deste País.

Então, é preciso, sim, ter uma contribuição. Uma vez ouvi aqui o nosso brilhante Deputado Perondi falando da experiência da Operação Mãos Limpas da Itália. Eu fui lá. Eu passei lá 12 dias com o então, na época, Senador e hoje Senador também Magno Malta. Fomos lá conhecer aquela experiência. Passamos 12 dias



conhecendo os depoimentos de pessoas que viveram aquela realidade: juízes, polícia e tantos outros. E estava lá a cabeça pensante da Cosa Nostra toda presa naquele presídio central de Roma. E fomos ver aquilo. Mas, ao fim, acaba a Polícia dizendo: *“Ainda assim a máfia continuou”*. Então, como é que conseguimos nos livrar em definitivo? Não pode se livrar parcialmente de uma situação como essa.

Então, eu ouvi atentamente o Presidente Eduardo Cunha, confio nas suas palavras. Traz aqui alguns dados já complementares para o que foi publicado. E dentro do que foi publicado, eu também concordo que não há consistência para se tratar dessa maneira. Então, que o Supremo apresente razões. Se não há razão, vamos encerrar essa novela e vamos para o passo seguinte.

Encerro, dizendo que fico também constrangido por tratarmos da mesma situação, como se fosse aqui um campeonato de quem fez mais ou quem fez menos. Temos que separar uma coisa. A delação premiada está por um fio, porque, se ficar provado que esses senhores... À luz da tentativa de prejudicar um Parlamentar do Estado do Mato Grosso que era meu arquirrival na disputa no Senado, meu arquirrival — nestas coisas o Sibá não tem política, tem seriedade, e eu não posso abrir mão das minhas responsabilidades de Parlamentar desta Casa —, eu fui depor a favor dessa pessoa, para retirar o seu nome daquela encrenca em que não merecia estar. Disputa política se faz com outras lógicas, em outros espaços e não numa coisa tão séria como é o trabalho desta CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Mendonça Filho, do Democratas.

V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, Srs. Parlamentares aqui presentes, o assunto PETROBRAS de certo modo ganhou peso na Casa a partir de uma proposição de minha autoria como Deputado, a primeira proposição apresentada aqui na Câmara Federal, que foi o requerimento para que se pudesse formar uma Comissão Externa para investigar as denúncias de corrupção envolvendo a SBM *OffShore* e o seu relacionamento com a PETROBRAS.



A partir daquela iniciativa, houve uma grande movimentação na Casa, envolvendo vários Líderes. Era Líder do PSDB à época o Deputado Antonio Imbassahy, que hoje é Vice-Presidente da Comissão. Nos dois episódios, na viabilização da Comissão Externa e, posteriormente, na coleta de assinaturas para constituição da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar corrupção na PETROBRAS, o Deputado Eduardo Cunha, então Líder do PMDB, atuou de forma vigorosa e posso dizer decisiva para que essas duas etapas fossem cumpridas.

Eu quero crer que, se porventura, não tivéssemos passado por esses dois momentos importantes aqui, no Parlamento brasileiro, talvez hoje não tivéssemos a oportunidade de estarmos em mais uma CPI com o objetivo de apurar ilegalidade, ilícitos no âmbito da PETROBRAS.

A própria instalação desta CPI, onde se dá esta discussão e evidentemente este debate importante que o Brasil acompanha, contou com o apoio também do hoje Presidente Eduardo Cunha. Eu acho que esses pontos são relevantes. Se, porventura, o Deputado Eduardo Cunha quisesse esconder algo ou tivesse algo a dever com relação à PETROBRAS, evidentemente ele não seria uma pessoa que atuaria para que pudessem avançar a CPI Mista do passado, a CPI atual e a própria constituição da Comissão Externa encarregada de apurar os desvios na SBM Offshore, que hoje a Procuradoria da República aponta como um dos focos principais de corrupção na empresa.

Acompanhei o depoimento do Presidente Eduardo Cunha. Primeiro, quero dizer que acho importante a atitude dele como Presidente da Casa. Houve até quem questionasse se, porventura, a antecipação da sua presença aqui, por iniciativa própria, seria uma coisa positiva ou não. Eu considero positiva, Presidente Eduardo Cunha, porque V.Exa. não é um Deputado, V.Exa. representa o Parlamento, V.Exa. ocupa o terceiro cargo em importância na República, tem a responsabilidade como Parlamentar, mas tem a responsabilidade institucional como representante de um Poder. E, à medida que V.Exa. é questionado, evidentemente quem se coloca diante desse questionamento é o próprio Parlamento brasileiro. A atitude de V.Exa. de vir à presença da CPI, fazer a leitura do pedido de abertura de inquérito, contestar ponto a ponto, com coragem, com determinação, com vigor é algo que merece o respeito da Casa e eu, como representante de um dos partidos que inclusive atuou na sua



condução à Presidência do Parlamento, quero dizer que me sinto satisfeito pelo fato de V.Exa. encarar este momento difícil. Evidentemente que a Procuradoria da República, o Ministério Público como um todo, em qualquer país democrático do mundo, deve sempre ter autonomia, autonomia e responsabilidade. O pedido de abertura de inquérito contra qualquer pessoa é algo sério. Em se tratando de um homem público, onde as coisas são interpretadas,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Mendonça.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - ...muitas vezes, de forma as mais diversas e com vários ângulos, a repercussão ainda é mais complicada e, por isso, tem que se dar com absoluta responsabilidade. Eu me senti satisfeito diante dos fatos que V.Exa. apresentou ao Parlamento, aos membros da CPI e que rebatem ponto a ponto aquilo que justificou o pedido da abertura de inquérito ao qual V.Exa. se coloca como vítima. Aqui expresso, em nome do meu partido, esse respaldo no sentido de que continue conduzindo a Presidência da Câmara com independência e com autonomia diante do próprio Poder Executivo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Com a palavra o Deputado André Moura, pela Liderança do PSC. Tem V.Exa. até 4 minutos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta, Sr. Relator, Sr. Presidente, Deputado Eduardo Cunha. Quero primeiro, Presidente, cumprimentar V.Exa. pela iniciativa de vir aqui, de forma espontânea, para elucidar, esclarecer. E quero aqui dizer que V.Exa. vem aqui, como nós dizemos lá no meu Estado, Sergipe, colocar verdadeiramente os pingos nos is e demonstra, acima de tudo, respeito por esta CPI. E dizer que V.Exa. ser colocado em um inquérito investigativo, com a fragilidade que aqui já foi claramente colocada por V.Exa. e por todos os Líderes que nos antecederam, fragilidade nas acusações, deixa claro que V.Exa. foi escolhido, com todas as letras, para ser investigado, primeiro porque os dois motivos são muito frágeis, os fatos do policial e da doação, a doação oficial, como já foi colocado aqui, de 500 mil reais, pela Camargo Corrêa, e que, se foi oficial, se está declarado oficialmente na prestação de contas de V.Exa., lógico que é porque V.Exa. não tem nada a esconder da doação que recebeu e que muitos



outros políticos, dezenas deles, receberam doações da Camargo Corrêa e nem por isso foram escolhidos para serem investigados.

A delação premiada do Alberto Youssef e do Júlio Camargo, o Paulo Roberto Costa, quando disse que “salvo engano”, mostra claramente a fragilidade, mas nós temos que entender aqui, e esse é o nosso entendimento, que essa é uma tentativa clara de tentar intimidá-lo, intimidar V.Exa. pelas ações que V.Exa. tem desenvolvido à frente da Câmara Federal, trazendo aqui, pautando matérias, muitas vezes, que não são de interesse do Planalto, mas que V.Exa. atende, principalmente os interesses da sociedade brasileira. V.Exa. tem, na condução da presidência desta Casa, colocado em prática aquilo que V.Exa. disse durante toda a sua campanha: que iria agir com independência, não fazendo oposição, mas que aqui também não seria um puxadinho do Planalto. Então, não há motivo, não há razão nenhuma para que o nome de V.Exa. esteja na lista. E aqui fica, eu não tenho dúvida de que, muito em breve, isso vai ficar claro, que V.Exa. não deveria estar nessa lista. E aqui fica a pergunta da reparação: quem fará a reparação de ter colocado V.Exa. numa berlinda dessa, o Ministério Público, o Procurador, o Sr. Janot? Nós não podemos permitir que esse verdadeiro mar sujo de corrupção, essa lama atravesse a rua e venha para esta Casa. Ele não nasceu aqui, nós não somos responsáveis e não podemos permitir isso. As reputações definitivamente não podem ser atacadas com base em acusações tão frágeis, elas não podem. E V.Exa. tem demonstrado aqui claramente, com a sua posição, aversão total à dúvida e à incerteza, quando vem aqui esclarecer e se colocar à disposição para ser ouvido. Então, quero deixar claro, aqui, para encerrar, Sr. Presidente, que V.Exa. não perde, de maneira alguma, autoridade para presidir esta Casa, não perde V.Exa., em hipótese nenhuma, eu tenho certeza o apoio daqueles que verdadeiramente entendem que V.Exa. foi escolhido por essa investigação. E a fala de V.Exa. deixa claro que V.Exa. permanece com autoridade, com altivez que lhe foram conferidas para presidir este Parlamento. Muito obrigado, Presidente, Deputado Hugo Motta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Aluisio Mendes, pela Liderança do PRB.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta, Sr. Presidente Eduardo Cunha, em primeiro lugar, parabenizo o senhor pela



iniciativa de vir aqui prontamente, após a citação do seu nome nessa investigação, e pela brilhante explanação que o senhor fez aqui durante esses minutos que teve. Eu, como policial federal, há mais de 20 anos, fico extremamente surpreso com um pedido de abertura de inquérito com indícios tão pífios como esse. Causa-me surpresa um órgão tão respeitado feito o Ministério Público sugerir a abertura de um inquérito policial da terceira autoridade deste País, baseado em fatos que são apenas ilações e conjecturas. O que resta além de ilações e conjecturas são fatos que se contradizem. Isso fica posto justamente no inquérito, no pedido de abertura do inquérito.

Causa-me muita surpresa isso, e eu acho que chega o momento de esta Casa discutir também, porque algum tipo de responsabilidade há de ser imputado a quem quer que seja que faça um tipo de imputação dessa gravidade a uma autoridade, neste País, ou a qualquer pessoa que fique sem uma responsabilização, seja uma autoridade policial, seja um membro do Ministério Público. E aqui ficou claro que esse pedido de abertura de inquérito foi algo direcionado. Eu, como todos os colegas aqui, acho que ficamos constrangidos em ver o nome de V.Exa. citado nesse pedido de abertura de inquérito. Mas eu, pessoalmente, saio desta Casa, saio hoje desta Comissão, e peço até ao Presidente que retire o meu nome dos inscritos, porque não resta pergunta a fazer. Eu acho que o Presidente Eduardo Cunha debateu ponto a ponto de maneira brilhante e não restou nada a ser esclarecido. E aqui fica apenas uma questão: a quem interessa a citação de pessoas como o Presidente Eduardo Cunha e outros que foram citados de maneira injusta? E aqueles que deveriam estar citados e para os quais não foi pedido abertura de inquérito? Ficou claro aqui, na quinta-feira, que se precisa aprofundar essa investigação. O depoimento do Sr. Pedro Barusco foi algo chocante, o País inteiro se chocou com o que se passou aqui na terça-feira. E é claro que esta CPI precisa ir a fundo nessa investigação e responsabilizar aqueles que realmente têm culpa nesse verdadeiro saque que foi feito na PETROBRAS, a maior empresa brasileira. Mas também precisa se apurar a quem interessa imputar a culpa a quem não teve nenhuma participação nesse episódio. E isso cabe a esta Casa e a esta Comissão fazer.



Presidente Eduardo Cunha, eu digo para V.Exa. que V.Exa. chega aqui, hoje, e sai maior do que entrou. Eu, pessoalmente, hoje, sinto-me extremamente satisfeito de ser um Deputado Federal presidido por V. Exa., porque V.Exa. entrou aqui, hoje, como Presidente da Casa e sai desse episódio muito maior do que entrou. Eu acho que não resta mais nada a dizer sobre isso. Eu acho que V.Exa. tem passado por momentos difíceis — é inegável isso —, mas sai daqui hoje com a alma lavada e, sem dúvida nenhuma, com condições de presidir esta Casa com toda a grandeza que ela merece.

Parabéns a V.Exa.! Boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Weverton Rocha, pela Liderança do PDT. S.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, colegas Deputados, quero cumprimentar toda a Mesa e o Presidente desta Casa, Deputado Eduardo Cunha, que já fez aqui os seus devidos esclarecimentos. Não precisamos mais fazer, por parte do PDT, nenhum tipo de defesa, nem tampouco de questionamento, até porque já está bem consensuada, Sr. Presidente, a postura e a forma como V.Exa. se reportou diante desta Comissão e diante do povo brasileiro. Então, vamos aí acompanhar o desenrolar dos próximos fatos, para que possamos melhor acompanhar e poder tomar as medidas e as posições necessárias para cada caso.

O que nós queremos de verdade — e esta é a preocupação do PDT, e eu tenho certeza de que de todos os partidos desta Casa, Sr. Presidente — é trazer como extrato, como produto desta CPI e deste momento importante que o Brasil está vivendo... Porque é um momento importante, nós temos certeza de que daqui vai se iniciar uma nova maneira e uma nova forma de se fazer não só política, mas de se olhar também para a política. Nós precisamos mais do que nunca, fazer aqui um monte de reflexões, mas não só fazer essas reflexões, como também ajudar a enfrentar essas dificuldades no plenário, nas Comissões, e toquemos o dedo na ferida, como está se fazendo.

Eu digo isso a V.Exa., primeiro, porque a grande crise por que hoje passa essa empresa, que é a empresa PETROBRAS, que é a empresa dos brasileiros...



Lá é que estão os maiores técnicos, lá é que estão os maiores investimentos, lá é que está o centro da ciência e tecnologia, de pesquisa, de possibilidade de se descobrir novos talentos. Ontem um técnico de renome, inclusive consultor desta Casa, disse-me uma frase e fiquei pensativo: *“Deputado, defendam a empresa PETROBRAS, não deixem acabar com ela, porque o que o capital externo quer é isso. Na hora em que a PETROBRAS sumir do Brasil, a gente vira uma África, porque é daqui que ainda se tem condições de ser fazer investimentos e através dela, através da nossa ciência e tecnologia”*.

Então, tudo o que está se fazendo de investigação tem que se fazer mesmo. Os culpados têm que ser penalizados. Agora, a empresa mais do que nunca precisa voltar a respirar e investir. Aqui, no nosso Brasil, Sr. Presidente, nós estamos passando por problemas sérios, como foi no caso da refinaria do Maranhão e da refinaria do Ceará.

Nesta Casa está instalada uma Comissão para investigar as causas reais que fizeram parar esse trabalho, coordenada pela Deputada Eliziane Gama, do Maranhão.

E, nessa Comissão, ontem, nós tivemos uma reunião com a ANP, e saímos de lá mais preocupados do que já estávamos. Por quê? Porque não se entende. A PETROBRAS nunca pediu autorização para a ANP, por exemplo, nunca submeteu à ANP um projeto tão importante de uma refinaria como é a Refinaria Premium do Maranhão e a do Ceará.

Nós somos sabedores de que existe esse decreto presidencial, o Decreto nº 2.745, de 1998, que, além de instituir a Lei do Petróleo, institui o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado.

Nós não temos dúvida de que, a partir desse decreto, a empresa criou a sua própria estrutura e a sua própria maneira de fazer licitação, saindo da Lei nº 8.666, e, dali, várias possibilidades se abriram. Com certeza, no decorrer desta CPI, vamos comprovar e vamos ter a certeza de que, dentro dessas possibilidades de se montar cartel, de se favorecer essas empresas aí denunciadas, elas ficaram realmente mais fáceis de ser expostas e mais fáceis de entrar no esquema que está aí dentro.

Então, nós queremos, de verdade, pedir e convocar todos para a necessidade de acabarmos ou imediatamente suspendermos esse decreto presidencial instituído



em 1998, para darmos novos rumos de gestão à empresa. E, para a questão das investigações, deixo aqui uma reflexão, Presidente: quando é feita qualquer ilação com o nome de um político, ele já está execrado, tal como ocorreu no final de semana passado com todos os que entraram na lista. Todos foram execrados, e a maioria já foi considerada culpada e até condenada pela sociedade.

Se um juiz ou um promotor toma uma postura e uma decisão equivocada, amanhã ele terá duas opções: a primeira é tirar um atestado médico e ir tratar da saúde, continuando a receber seus vencimentos; a segunda é ser afastado de suas funções, mas com aposentadoria compulsória. Ou seja, ele comete um erro, mas vai para a casa e continua recebendo dinheiro do contribuinte. Mas, se for um político, um Parlamentar, que passa de 4 em 4 anos pelo concurso mais difícil que existe, que é ser votado e legitimado pelas urnas, e qualquer ilação com o seu nome for veiculada em jornal, no outro dia ele está condenado, incriminado, vira um cachorro e não pode passar pela rua sem ouvir: “*Lá vai um bandido*”. E isso porque foi citado pela mídia.

Então, se é para tocar o dedo na ferida, é importante discutirmos as reformas em todos os Poderes, para que a gente possa, de verdade, começar um novo momento no País.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Bruno Araújo, pela Liderança da Minoria.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, numa democracia onde o amplo direito de defesa é preservado, em situações normais da sociedade, inquéritos atingem pessoas que precisam dar satisfação às instituições ou, na realidade, às suas famílias ou fazer sua defesa pessoal.

É óbvio que temos aqui algo diferente. Somos um País com mais de 200 milhões de habitantes que vive um problema macroeconômico e com agitação política. E, nesse ambiente, com o acompanhamento de todo o Brasil, neste momento, o que de fato interessa à sociedade é conhecer qual o real momento e as condições do Parlamento brasileiro, da Câmara dos Deputados, de continuar em um ambiente estável sob a Presidência recém-eleita do Deputado Eduardo Cunha.



Eu digo, Deputado Eduardo Cunha, que V.Exa. é hoje mais Presidente do que às vésperas da divulgação dessa lista. A qualidade, o conteúdo e a firmeza de suas posições dão aos partidos e aos Parlamentares que fazem parte de uma Casa presidida por V.Exa. a tranquilidade necessária, além da sinalização ao País, de que teremos plena e absoluta estabilidade ao longo desse processo, sob sua Presidência, para caminhar neste que é um dos momentos mais delicados, agitados ou que mais chama a atenção da sociedade brasileira sobre a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Portanto, dispensando a utilização de todo o tempo a mim destinado, Presidente Hugo Motta, quero registrar que, de tudo o que ouvimos dos partidos, sobretudo dos que compõem a Minoria, temos plena convicção de sua autoridade no seguimento da Presidência desses trabalhos.

Cumprimento V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Marcelo Aro, pela Liderança do PHS, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Sr. Presidente desta CPI, Deputado Hugo Motta, senhores membros da Mesa, Exmo. Sr. Presidente Eduardo Cunha, venho aqui fazer coro com os Deputados que me antecederam e falar daquilo que conheço de V.Exa.

Eu tive a oportunidade de conhecer V.Exa. logo após a eleição do ano passado e, a partir de então, passei a ser seu admirador. Falo isso em todos os cantos do Estado de Minas Gerais onde estou e por onde vou.

V.Exa. tem conquistado estes Parlamentares pela sua seriedade, pela sua integridade e pela sua honestidade. E o que venho falar hoje nesta CPI é que V.Exa. conta com total e irrestrito apoio do Partido Humanista da Solidariedade e deste Parlamentar que vos fala.

V.Exa. tem a minha total confiança, porque conheci V.Exa. e vi, pelas suas atitudes simples, que V.Exa. tem uma grande história e uma luz que há de brilhar neste País, Sr. Presidente. Então, quero dizer que não é qualquer um que vai manchar a imagem de V.Exa. Tenho certeza de que V.Exa. sairá desse processo



ainda mais fortalecido, Presidente Eduardo Cunha. V.Exa. irá provar a cada dia a sua inocência e mostrará a grandeza que tem para o povo brasileiro.

Conversava com alguns amigos e falava o seguinte: fortalecer V.Exa. hoje é fortalecer a população brasileira, uma população que está descrente da política, uma população que está cansada de ser enganada. V.Exa. é uma esperança de luta por um País melhor.

Eu quero saber, Sr. Presidente, se esta CPI — e faço esse apelo ao Presidente Hugo Motta —, vai de fato chamar aqui, colocar aqui, para nos olhar cara a cara, os verdadeiros culpados. Tenho certeza de que V.Exa., Deputado Eduardo Cunha, não é um deles, pelo contrário. E V.Exa. é fundamental nesse processo, para que nós possamos descobrir aqueles que causaram prejuízos imensuráveis ao nosso País.

Então, Sr. Presidente Eduardo Cunha, mais uma vez, repito: V.Exa. conte com a bancada do PHS. Conte conosco, Presidente, para que possamos sair ainda mais fortalecidos desse processo todo.

Que Deus possa iluminar o caminho de V.Exa. Que V.Exa. continue com a firmeza que sempre teve e com a qual está conduzindo esta Casa para dias muito melhores.

Receba a minha solidariedade, Presidente Eduardo Cunha!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Júlio Delgado, pela Liderança do PSB.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente Hugo Motta, Sr. Presidente Eduardo Cunha, quero inicialmente louvar a iniciativa do Presidente da Casa.

Por ter-me sido concedida a palavra como Líder, não posso, neste momento, fazer indagações que podem ser necessárias e virão mais à frente. Mas V.Exa. já se colocou à disposição para responder a elas, quando necessário e quando vierem à tona.

Eu acho — e posso dizer isso — que V.Exa. não tem nenhum envolvimento nesse sistema mesmo. Acho. E como eu acho também que o Deputado Heinze não tem; como eu acho que o Deputado Balestra não tem; como eu acho que o Senador



Anastasia não tem. Eu acho isso porque os conheço; conheço a história e conheço a trajetória nesta Casa.

No caso da PETROBRAS, eu acho que V.Exa. não tem envolvimento. Mas, como V.Exa. mesmo disse, no período em que nós disputávamos a eleição, quando nós tivemos participação, por intervenção de V.Exa., na CPMI — que virou meio chapa-branca, segundo depoimentos —, era necessária a instalação de uma CPI. E prontamente, ainda como Líder do PMDB, V.Exa. se prontificou a instalar esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agora, também vejo na defesa de V.Exa. que há questões aqui a serem duramente discutidas. E por isso preservo... Como eu acho também o Deputado Jerônimo, que está ali...

Mas nós vimos no pedido de abertura de inquérito, de investigação, o nome de pessoas deste Parlamento que eu tenho certeza de que estão envolvidas. Alguém usou o nome do Deputado Heinze e recebeu por S.Exa. e por si, mas essa pessoa vai ter que responder por isso aqui.

Então, infelizmente, Sr. Presidente, essa crise chegou ao Parlamento. Ela está no Parlamento. Porque houve participação de partidos e de diretores até então indicados por partidos políticos. V.Exa. disse: “*O Cerveró não foi nosso, foi do PT*” — e não me refiro a sua pessoa, mas ao partido.

Eu venho aqui só dizer que, em função da sua fala e da dos colegas que ouvi aqui, nós vamos ter que fazer a delação premiada cair! Quem fez depoimentos sob delação premiada e não conseguir comprovar tem que ter a pena quadruplicada.

Segundo V.Exa. disse, V.Exa. foi incluído na lista pelo Ministério Público. Foi incluído! O Ministério Público foi chamado de aloprado! E agora vai ter que vir aqui também, convidado, para prestar informações a respeito disso, porque, da mesma forma que V.Exa. e outros foram incluídos, injustamente, para algumas pessoas houve pedido de trancamento dos inquéritos, que foram arquivados. O seu colega Alexandre Santos, do Rio de Janeiro, e não só o Senador Delcídio, também teve o pedido arquivado. E por que outros não tiveram? Então, a gente tem que fazer o peso e a medida equilibrados, para que esta CPI possa lavar a Lava-Jato. E eu tenho certeza de que V.Exa. vai ajudar, como ajudou, quando compôs com o Presidente que tem conduzido a sessão; vai ajudar como ajudou na escolha do



Relator, porque impôs ao PT a escolha do nome do Deputado Luiz Sérgio para Relator deste processo; vai ajudar no sentido de que a gente possa quebrar sigilos bancário, fiscal e telefônico, para que a gente possa ouvir todos esses envolvidos, ouvir o Sr. Sérgio Machado. Se o PMDB não indicou Diretor, o Presidente da TRANSPETRO foi indicado pelo PMDB.

Aí V.Exa. fala que a crise está do outro lado da Praça dos Três Poderes. Mas o PMDB está do outro lado da Praça dos Três Poderes. Tem o Vice-Presidente da República, tem seis Ministros neste Governo. Participa dele, junto. E, em uma aliança muito competente feita pelo Deputado Hugo Motta, o PMDB se apossa até de parte da Oposição, para ter um controle maior sobre a CPI e sobre os órgãos de investigação desta Casa.

Eu o cumprimento pela competência, eu o cumprimento pela explanação, mas digo, para finalizar, que nós vamos ter que ter muita paciência na apuração de tudo, para separar o joio do trigo. Eu espero — como acho e digo, porque tenho certeza — que V.Exa. seja trigo, assim como eu sei que o Deputado Heinze é trigo. Mas há muito joio aqui que a gente vai ter que explicar e apontar. Para isso, eu espero que V.Exa. possa contribuir, ajudando, através do Presidente Hugo Motta, para que a gente quebre sigilos e ouça todos os envolvidos. E se precisarmos questionar a delação que foi oferecida por esses que indevidamente citaram talvez o seu nome e o nome dos Deputados corretos desta Casa, mas que corretamente citaram nome de Deputados que vão ter que responder...

Então, não vamos fechar os olhos para a crise. A sociedade está nos acompanhando. Ouvi muito isso aqui dos colegas Líderes que me antecederam. A sociedade está nos acompanhando. Não achemos que essa antecipação vai deixar para o Executivo atitudes com as quais o Legislativo também tem corresponsabilidade. E eu tenho certeza de que a postura de V.Exa. neste dia aqui, nesta manhã, vem trazer toda a isenção para que a gente possa fazer com que esta CPI, através da Presidência do Deputado Hugo Motta, possa se justificar para o povo brasileiro, separando o joio do trigo e dizendo quem está e quem não está envolvido nessa ação.

Agradeço a V.Exa. a vinda à Comissão e o cumprimento pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



Com a palavra o Deputado Rogério Rosso, pela Liderança do PSD.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Sr. Presidente Hugo Motta, a quem parabeno pela condução firme desta Comissão; Relator Luiz Sérgio; Deputado Antonio Imbassahy; Presidente Eduardo Cunha; senhoras e senhores colegas; senhores da imprensa; assessores da Casa; senhoras e senhores, o PSD, no processo de escolha, de eleição da Mesa, não se posicionou no bloco, na chapa do Presidente Eduardo Cunha. O Presidente Eduardo Cunha foi eleito de forma correta, regimental. E o PSD reitera, assim como eu reitero, como Líder do PSD, absoluta confiança na condução do Presidente Eduardo Cunha nesta Casa.

É verdade, e me somo ao que foi dito aqui pelo Deputado Júlio Delgado, que o Presidente Eduardo Cunha dá o exemplo. Provavelmente, pela primeira vez, na história desta Casa — e o Presidente Eduardo Cunha dá um exemplo que tem que ser registrado —, de forma espontânea e voluntária o Presidente vem a uma Comissão, de forma aberta, e se coloca à disposição. Eu tenho certeza de que esse exemplo será seguido pela grande maioria dos nossos colegas.

Quero dizer, Presidente Cunha, que sei que não posso fazer perguntas usando o tempo de Líder, mas a única pergunta que faria a V.Exa. seria uma pergunta dividida em duas partes. A primeira: será que o nosso sistema de licitações, de compras públicas, é suficiente, do ponto de vista da transparência, do ponto de vista do controle, para proteger o Erário, protegendo assim a população brasileira? E a segunda seria: se V.Exa. fosse Presidente da PETROBRAS, o que faria neste momento para resgatar a credibilidade da empresa? Porque resgatar a credibilidade da PETROBRAS é resgatar a credibilidade do País lá fora e aqui dentro também. Ela é a nossa maior empresa.

Dito isso, gostaria de novamente registrar o nosso apoio e parabenizar o Presidente Eduardo Cunha por essa atitude que, seguramente, será um exemplo para esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros, pela Liderança do Partido Progressista.



O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente Hugo Motta, Sr. Presidente Eduardo Cunha, eu começo lendo aqui o que diz o Ministro Teori Zavascki, na decisão sobre esses pedidos de abertura de inquérito:

“4. Contudo, não é demais recordar que a abertura de inquérito não representa juízo antecipado sobre autoria e materialidade do delito, mormente quando fundada em depoimentos colhidos em colaboração premiada. Tais depoimentos não constituem, por si sós, meio de prova, até porque, segundo disposição normativa expressa, ‘nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador’ (art. 4º, § 16, da Lei 12.850/13), o que se coaduna com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual descabe condenação lastreada exclusivamente na delação de corréu (...).”

Então, a partir daqui, nós já temos uma situação que esclarece a posição de muitos Parlamentares citados. Lamentavelmente, o Procurador-Geral pediu que esses processos corressem sem o sigilo, e houve acatamento por parte do Ministro Teori Zavascki. Estamos aqui e ouviremos tantos outros colegas nossos, na mesma situação do Deputado Eduardo Cunha, com abertura de inquérito feita sem absolutamente nenhuma materialidade, sem nenhum indício mais efetivo.

O que se esperava da Operação Lava-Jato, na verdade, era que ela já tivesse, já que está há anos — anos! — investigando, produzido elementos para que pelo menos um dessa enorme lista fosse denunciado, algum elemento que permitisse que pelo menos um fosse denunciado.

E já disse o Deputado Júlio Delgado aqui anteriormente, e eu contestei, que o Procurador tem provas, mas não as apresentou. Prevaricou o Procurador-Geral? Não, ele não as tem!

Portanto, cabe-nos aqui, como CPI, investigar e buscar essas provas, se elas existirem. Mas é lamentável a condenação pública, o linchamento moral de reputações ilibadas, construídas em anos e anos de trabalho a serviço da comunidade, para que, talvez, daqui a 1 ano e meio, 2 anos, a Procuradoria



reconheça que vai arquivar por falta de provas. Muitas vezes levam 10 anos, porque quando eles chegam à conclusão de que não há provas, aí vai para a gaveta, não vai para o arquivo, porque eles demoram a ter coragem de reconhecer que erraram no pedido de abertura de inquérito e não querem o constrangimento de arquivá-lo.

Então, Presidente Eduardo Cunha, a nossa solidariedade a V.Exa. e a todos os demais Parlamentares que estão nessa mesma condição, com a sua reputação colocada em xeque por indícios que são absolutamente superficiais, alguns, inclusive, apontados por delatores que se contradizem uns aos outros. E, mesmo assim, a Procuradoria pede abertura de inquérito geral e pede, em alguns casos, abertura de investigação sobre um grupo enorme de Parlamentares, dezenas de Parlamentares, alegando formação de quadrilha, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. E a peça que pede a abertura do inquérito não diz quem foi o corruptor ativo, quem recebeu, quanto recebeu, de quem recebeu, onde recebeu e como foi lavado o dinheiro. É jogar a tarrafa para ver o que pode surgir da pescaria. Acho isso lamentável! Mas em uma coisa eu tenho que concordar com o Procurador Janot: quem deve vai pagar.

Mas eu posso também, aqui, com a minha convicção, afirmar: pouquíssimos estarão, ao final, nessa condição — pouquíssimos! Talvez com relação a nenhum haja provas suficientes para, efetivamente, ser condenado — talvez nenhum! Eu posso assegurar que a grandíssima maioria desses inquéritos serão arquivados, ao final, por falta de provas. E teremos vivido um lamentável linchamento moral e um lamentável constrangimento às lideranças políticas legitimamente eleitas pela população brasileira.

Presidente Eduardo Cunha, parabéns pela sua atitude de ter vindo aqui, a esta Comissão, porque V.Exa. nos representa a todos. Não é o indivíduo Eduardo Cunha, nem o Deputado Eduardo Cunha que está aqui, colocando-se à disposição de todos; é o Presidente desta Casa, eleito por nós, que vem até aqui colocar à Câmara dos Deputados a sua indignação por esse processo, a respeito do qual afirma: *“Foram escolhidos aqueles que vão ou não ser objeto de investigação. Foram escolhidos aqueles que tiveram o seu processo retornado à primeira instância, porque não têm mais foro privilegiado, e os que não vão retornar à*



primeira instância, mesmo não tendo foro privilegiado”. Isso é a subjetividade da interpretação da legislação.

Mas o histórico da conduta do Ministro Teori Zavascki — e o temos porque é de longa data — nos traz a expectativa de que a justiça será feita com absoluta clareza. Portanto, tantos e tantos companheiros aqui estarão livres desse constrangimento. O que nós temos a pedir é agilidade à Justiça, para que a justiça seja feita, e rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Dando seguimento, antes de entrarmos na lista de inscritos, o Relator Luiz Sérgio pediu a palavra.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Primeiro, quero saudar aqui, mais uma vez, o Presidente da Casa, o Deputado Eduardo Cunha, e o Presidente da Comissão, o Deputado Hugo Motta.

Faço, aqui, duas pequenas observações. A primeira é que, na empolgação da sua fala, o Deputado Júlio Delgado disse que o Relator foi imposto pelo Deputado Eduardo Cunha. Se isso fosse verdade, nós estaríamos aqui arranhando a biografia democrática tanto do Presidente da Câmara, o Deputado Eduardo Cunha, quanto do Presidente desta Comissão, o Deputado Hugo Motta. Meu nome surgiu como surgem os das Presidências das Comissões, num processo de negociação política, respaldado pela bancada do meu partido, o Partido dos Trabalhadores.

A segunda observação é para reforçar a atitude corajosa do Presidente Eduardo Cunha, porque a praxe da Casa, a partir de qualquer denúncia que envolva um Parlamentar, é o acusado solicitar falar no plenário da Câmara dos Deputados, onde as Lideranças podem, evidentemente, fazer os seus discursos, logo em seguida, mas não se propicia o direito ao debate. O Presidente Eduardo Cunha optou por vir à Comissão, abrindo-se à possibilidade do debate. Então, essa foi uma atitude corajosa, que precisa aqui ser muito reconhecida.

Há outro debate aqui sobre o qual nós vamos precisar nos debruçar. É que o pedido de inquérito sobre o Presidente da Casa se baseia também em uma doação da Camargo Corrêa, uma doação legal, declarada à Justiça Eleitoral, no ano de 2010.



No ano de 2010, a Camargo Corrêa, legalmente, doou 22 milhões 750 mil reais aos partidos políticos. Desses, o PMDB foi um dos que menos recebeu. O PMDB recebeu 9%; o PSB recebeu 18% de tudo o que a Camargo doou; o PT recebeu 20% de tudo o que a Camargo doou em 2010; e o PSDB, 24% de tudo o que a Camargo doou em 2010, legalmente, como manda a legislação.

Então, se aquilo foi recebido com prestação de contas, conforme a legislação, nós temos que ter aqui um parâmetro que possa valer para todos, em referência àquilo que foi doação legal. E a própria Justiça, em algumas falas, disse que fica difícil se evidenciar aquilo que já está declarado como manda a legislação.

A outra questão é que quero aqui me somar à fala do Deputado Ricardo Barros, do PP do Paraná.

Nós estamos aqui diante de uma realidade em que as histórias são longas, são contraditórias, muitas vezes um afirma uma coisa, o outro desmente aquilo que o primeiro tinha afirmado, e a legislação da delação premiada, que foi aprovada aqui, no Parlamento brasileiro, deixa muito claro que não basta a versão, precisamos do fato, da materialidade, para se comprovar aquilo que aqueles que estão fazendo as denúncias estão falando.

Da mesma forma, em relação aos delatores confessos, criminosos, nós também temos que ter um tratamento igualitário. Não podem em alguns momentos serem criminosos, em alguns momentos serem mocinhos, em alguns momentos serem heróis. São todos criminosos, que roubaram a Nação brasileira e, por isso, precisam ser penalizados.

Agora, o duro deste processo é que, do ponto de vista da própria fala do Ministro Teori, do ponto de vista jurídico, a abertura do inquérito não significa uma condenação, porque para muitos, seguramente, nem ação haverá contra eles. Do ponto de vista político, a inclusão do nome nessa lista representa um julgamento político que acaba não associado a um processo judicial. E isso eu lamento, porque também tenho consciência de que muitos daqueles que ali estão relacionados seguramente são, a meu ver, inocentes e irão provar isso no curso do andamento da denúncia que foi apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



Dando seguimento, por uma posição adotada por este Presidente, os Sub-Relatores também têm precedência para falar.

O Deputado Altineu requisitou a palavra.

V.Exa. tem até 5 minutos. E faço um apelo para que possamos o quanto antes evoluir nos trabalhos, já que temos ainda outra audiência pública, com o Sr. Sérgio Gabrielli, que já está nas dependências da Câmara.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Presidente Eduardo Cunha, não tenho muito o que acrescentar ao que os oradores falaram aqui, porque são fatos concretos.

O que me chama muito a atenção é que, numa exposição tão clara como a que o Deputado Eduardo Cunha fez aqui, hoje — e contra fatos não há argumentos —, para esclarecer este relatório, às vezes, alguns Deputados buscam tirar proveito político e querem citar aqui outras situações diferentes desta que está aqui sendo esclarecida.

Então, chama-me muito a atenção que, com os fatos concretos apresentados, V.Exa. está sendo atacado na sua moral, como qualquer Deputado poderia ser aqui. Independente de V.Exa. ser o Presidente da Câmara, V.Exa. é um Deputado e é um brasileiro, sendo atacado, na minha opinião, de forma inconsequente e, obviamente, incoerente, como os fatos aqui demonstraram.

Ouvir uma pessoa, como esse tal policial Jaime, colocar as questões todas sem precisões, falar do nome de V.Exa.; falar do nome do Governador Anastasia, conhecido pela sua hombridade, pela sua correção, falar do nome do Deputado Picciani, de quem eu fui companheiro na Assembleia Legislativa, isso é um verdadeiro absurdo, expõe não só V.Exa., mas qualquer um de nós a ser aí citado. Como disse o Deputado Sibá, depois que a gente é citado, sai no jornal, não é a mesma coisa.

Então, eu quero fazer o meu repúdio aqui e, mais, chamar a atenção aqui dos nobres colegas. Eu não sou do PMDB; eu fui opositor ao PMDB no meu Estado quando Deputado Estadual.

Foi citada aqui também, nesse relatório, a questão da Liderança do PMDB. O Deputado Picciani foi eleito com 1 voto de diferença, mas a questão não é essa. Pode-se, em um relatório, fazer uma ilação à Liderança de um partido na Câmara,



como se houvesse, então, um combinado entre todos os Deputados para favorecer uma questão? Pode-se, de um requerimento de uma Deputada, foi Deputada aqui a nossa Deputada Solange, hoje Prefeita, dizer que aquele requerimento... O que é isso? Requerimento é prerrogativa de um Deputado! Amanhã um de nós pode fazer um requerimento aqui. Daqui a pouco, há uma investigação sobre qualquer área do Governo, e aí esse requerimento pode ser... Não, aquele Deputado fez aquele requerimento por causa disso e disso. Isso é um absurdo! O Poder Legislativo tem que ser respeitado. Agora, se existem fatos concretos contra um Deputado ou outro, temos que apurar todos.

Aliás, eu quero colocar aqui a isenção do Deputado Hugo Motta, o nosso Presidente, nas reuniões da CPI, e a transparência dele ao trazer aqui todos os envolvidos. Nós fizemos, ontem, uma reunião com o Deputado Luiz Sérgio, com o Deputado Imbassahy e outros Deputados, para trazer a transparência a esse processo.

Então, eu acho, Presidente Eduardo Cunha, muito louvável a sua atitude de estar aqui presente, que é muito importante para a Câmara dos Deputados, porque o senhor trouxe aqui um comparativo entre o que foi dito nesse relatório e a verdade, com provas. E nisso eu acho que os Deputados têm que prestar bastante atenção.

Eu quero dizer aqui que, neste momento, o que está sendo discutido aqui são esses fatos. Que Deputados da Situação ou da Oposição trouxeram qualquer outra questão sobre qualquer outra situação política, estão trazendo aqui pra fazer disso aqui palanque político. E mais do que isso: neste momento, o que vale aqui é a defesa da honra de uma pessoa, que não é só a de V.Exa., mas dos nossos outros colegas que também estão sendo acusados. Muitos, talvez, têm que se acertar com a Justiça; outros podem estar sendo acusados, como V.Exa., injustamente.

Então, essas seriam as minhas considerações. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos seguir a ordem de inscrição. Indago do Presidente se quer tecer algum comentário, já que tivemos aqui a participação de 16 Líderes, mais o Relator e o Sub-Relator Altineu.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Eduardo Cunha) - Obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, quero agradecer as palavras que foram dirigidas a mim com carinho. Não só por isso, mas pelo conteúdo que foi descrito



aqui. Eu queria fazer apenas alguns comentários pinçados de algumas observações que eu ouvi.

Primeiro, o Deputado Paulo Magalhães havia falado que, pela minha fala, eu estava dizendo que deveria trazer o Senador Delcídio do Amaral aqui. Eu quero deixar claro que não estou fazendo nenhuma acusação ao Senador Delcídio do Amaral, nem juízo de valor sobre os atos ou as atividades dele. Eu mostrei foi a incoerência do Procurador, que escolheu a quem investigar, porque, se ele tivesse adotado a linha que seguiu, ele teria que ter aberto inquérito contra o Senador Delcídio, pela forma como colocou. Ele não juntou as doações oficiais feitas ao Senador Delcídio e desprezou a delação do Paulo Roberto Costa, que falava que ele era o autor da nomeação, porque, se ele abrisse o inquérito contra o Senador Delcídio, iria conflitar com toda a argumentação que ele está embasando para sustentar os demais inquéritos. Foi isso o que eu falei. E, até para poder dizer que eu não estou querendo fazer perseguição a quem quer que seja, eu citei aqui o caso da Senadora Gleisi Hoffmann em que ele pede, nas providências dele, que se faça a pesquisa das doações eleitorais recebidas por ela, e, ouvi aqui depois, até contra o próprio Partido dos Trabalhadores. É uma coisa que bastava ele entrar no *site* do TSE, e faria, como eu fiz no caso do Senador Delcídio, em 5 minutos, a impressão. E mais, eu olhei aqui e falei, no caso da Senadora Gleisi, que a delação fala: *“Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, Ideli Salvatti, Gleisi Hoffmann, Dilma Rousseff, Antonio Palocci, José Dirceu e Edson Lobão”*. Ele escolheu a Senadora Gleisi. E mais, no enquadramento da Senadora Gleisi, ele escreve o seguinte: *“As evidências antes coligidas indicam que Gleisi Hoffmann teria, em agosto de 2010, recebido vantagem indevida antes mesmo do desempenho do mandato parlamentar, mas em razão deste”*. Como alguém que está disputando uma eleição vai exercer ou receber vantagem indevida em razão do mandato que não sabe se iria alcançar? Contra essas incoerências é que estou me insurgindo. Eu disse que até não li todas. Certamente, quando eu terminar de ler todas, vamos encontrar dezenas dessas, porque ele não adotou o mesmo critério para todos.

Eu queria dizer ao Deputado Rosso que, quanto ao sistema de licitações de que ele falou, eu não tenho a menor dúvida, e já falei isso publicamente, de que, no meu ponto de vista pessoal, a razão do esquema de corrupção da PETROBRAS



deu-se pela mudança da regra de licitações. Aí, sim, a mudança feita única e exclusivamente pela PETROBRAS, quando adotou o decreto do regulamento próprio de licitações que permitiu a carta-convite, com empresas cadastradas, que motivaram e permitiram a formação do cartel, que não é permitido em outros setores da administração pública. Ficou exclusivamente por decreto da Presidência da República — não foi da Presidência atual, foi ainda na época do Governo de Fernando Henrique. Mas não estou fazendo juízo de valor de que esse foi o fato motivador, até porque o conceito era tentar dar agilidade para a competição internacional da PETROBRAS, mas aquilo ali se mostrou que foi a porta aberta para que se permitisse instalar uma possível lista de privilegiados na execução das obras e serviços da PETROBRAS.

Quanto ao que eu faria se eu fosse Presidente da PETROBRAS, a gente precisa ter conhecimento de tudo o que aconteceu. O que eu faria é o que já foi feito: teria trocado realmente a Diretoria da PETROBRAS, que, aliás, eu falei, em outubro, em entrevista pública, que aquela Diretoria tinha perdido a credibilidade perante o mercado, perante qualquer setor, para se manter no comando da PETROBRAS. A PETROBRAS precisa recuperar a sua credibilidade, e, para recuperar a sua credibilidade, precisa, em primeiro lugar, ter uma diretoria nova, descomprometida com qualquer, independente de atribuição ou não de culpa, de qualquer envolvimento ou comprometimento com quem quer que seja, para que possa, num trabalho sério — e eu não sei, não conheço o trabalho ainda que está sendo feito agora, não tivemos oportunidade de avaliar —, recuperar e trazer a PETROBRAS para o seu lugar devido de importância no cenário nacional.

Então, eram esses os comentários do que eu ouvi aqui. E queria dizer mais, para complementar. Essa situação envolvendo o Presidente da Assembleia Legislativa, Jorge Picciani, porque o Francisco José dos Reis foi assessor dele, de 1991 a 1997 até 2001, 14 anos atrás. E mais: a eleição do Líder deu-se no dia 11 de fevereiro, e a minha petição protocolada, anexando a Certidão de Ônus Reais, foi dia 9 de fevereiro. A oitiva, requerida única e exclusivamente pra mim, do delator foi também no dia 11 de fevereiro, imediatamente após a minha petição. Só se esqueceram de reinquirir o policial novamente. Então, há que se ver que, com os fatos, datas e o cronológico, é um verdadeiro absurdo querer justificar como



embasamento para justificar que existe relação, porque é óbvio que eu tenho relação com o Presidente do PMDB do meu Estado. Eu sou Deputado do PMDB! É óbvio! É óbvio! Não precisa nem escrever isso. É óbvio que eu tenho no mínimo relação política por estar no partido. E faço parte da Executiva do PMDB do Rio de Janeiro. Então, é óbvio que eu tenho. Não precisa escrever isso. E me abstive na votação de Líder, onde o Líder é o Leonardo Picciani, que venceu por 1 voto.

Então, essas ilações, para justificar a abertura de inquérito, são absolutamente inadmissíveis e mostram que a busca da justificativa que o Procurador escolheu, e o Procurador precisa explicar por que escolheu a quem investigar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Iremos adotar o critério de bloco para as inscrições visando dar mais agilidade ao trabalho. Então, o primeiro bloco de cinco Parlamentares, iremos iniciar pelo Deputado Antonio Imbassahy, em seguida o Deputado Izalci, Deputada Eliziane Gama, Deputado Paulo Pereira da Silva e Deputado Lelo Coimbra.

Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy. V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente Hugo Motta, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, Sr. Relator Luiz Sérgio, Sras. e Srs. Deputados, eu iniciaria aqui fazendo alguns registros.

No ano passado eu fui Líder do PSDB e tive uma luta muito difícil para alcançar o número de assinaturas suficientes no sentido de instalar a CPI da PETROBRAS. E quero deixar registrado que o Líder do PMDB naquela oportunidade, Deputado Eduardo Cunha, auxiliou-nos bastante e contribuiu para essa coleta e alcançar o número mínimo. Também, agora em 2015, o fato se repete: eleito Presidente da Câmara, cumprindo o Regimento, imediatamente determinou a instalação desta CPI. Mais do que isso, também contribuiu para a coleta de assinaturas com membros não apenas do PMDB, mas de outros partidos, para que se alcançasse o número mínimo.

A presença do Presidente Eduardo Cunha aqui nesta CPI, caracterizando a fragilidade dos indícios que levaram o Ministério Público Federal a solicitar a abertura do inquérito é de grande importância e de grande significado. Aliás, a



presença do Presidente neste momento, e como ele próprio disse: “*A qualquer tempo, a qualquer tempo*”.

Mas eu quero, Sr. Presidente Hugo Motta, dizer que o País vive uma crise na economia, uma crise de valores morais, e mais do que nunca — e reitero isso e enfatizo —, mais do que nunca, a importância para que se preservem e se fortaleçam as nossas instituições. Eu começo até pelo próprio Poder Legislativo. A presença do Presidente Eduardo Cunha vai nessa direção de fortalecer e preservar o Poder Legislativo, como também é importante que a gente preserve o Poder Judiciário, e esse último movimento no sentido de complementar o número de membros da Segunda Turma do STF vai também nessa direção.

Reitero também, de maneira clara, a importância de se prestigiar e também fortalecer o Ministério Público, a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União. São essas instituições que asseguram o funcionamento da nossa democracia.

E qual a melhor maneira, qual o melhor caminho para que se fortaleçam essas instituições? É que a gente alcance, com celeridade, a verdade dos fatos, que se possa elucidar todos os fatos, que se investigue com equilíbrio, com serenidade, separando o que tem que ser separado e se chegue à inocência daqueles que são inocentes e à penalização daqueles que merecem ser penalizados.

Portanto, eu encerro, Sr. Presidente Hugo Motta, dirigindo-me também a V.Exa. e cumprimentando-o pela maneira tranquila, serena, equilibrada, firme na hora em que tem que ser firme, mas também tolerante na hora que tem que ser tolerante na condução desses trabalhos.

Esta é uma CPI que está sendo muito acompanhada por milhões de brasileiros, e que nós temos como dever principal, todos nós, não apenas, Sr. Presidente, quem participa, Deputados e Deputadas membros da CPI, mas todos os demais Deputados que até não participam diretamente desta CPI têm, todos eles, a obrigação de contribuir para se chegar a um bom trabalho de investigação.

Eu estou encerrando aqui e me dirijo agora ao Presidente Eduardo Cunha dizendo que, pelas demonstrações, pelos depoimentos das Lideranças, pela sua atitude, pela sua presença, nós estamos reforçando mais ainda a sua autoridade na condução do Poder Legislativo da República.



Portanto, V.Exa. agora passa a ter uma outra situação após o encerramento desta audiência. E peço também a V.Exa. que mantenha, como está mantendo, todo o prestígio e todo o apoio no sentido de recursos materiais, recursos humanos, para que todos nós possamos, todos nós, cumprir com as nossas obrigações e ajudar na elucidação desse fato lamentável que entristece, envergonha e causa indignação a milhões de brasileiros, que foi realmente essa questão dentro da PETROBRAS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta, Sr. Presidente Deputado Eduardo Cunha, com relação ao nosso Presidente Eduardo Cunha, eu faço minhas as palavras do meu Líder, Carlos Sampaio, e Bruno Araújo. Acho louvável a presença de V.Exa. aqui.

Aumenta muito a responsabilidade desta CPI o fato de esses inquéritos terem sido apresentados de forma superficial, como o caso do Deputado Eduardo Cunha e do Senador Anastasia. Eu até fiquei, de certa forma, preocupado, porque o Procurador tinha elementos pra apresentar inclusive algumas denúncias, optou por não apresentar as denúncias e apresentou apenas inquéritos. E, com isso, nivelou.

Mas, nós não podemos, em função da fragilidade de alguns inquéritos, como é o caso do Deputado Eduardo Cunha e do Senador Anastasia, achar que todos os inquéritos também são superficiais. Não são. Nem podemos desqualificar aqui a colaboração premiada. Nós vimos aqui o depoimento do Barusco, na terça-feira, e aquilo que ele colocou realmente, na colaboração premiada, tem bastante robustez, tanto é que devolveu aí já alguns milhões de dólares.

Então, o fato é que existem, existiram e talvez ainda existam alguns resquícios com relação à quadrilha na PETROBRAS. Houve saques, houve uma organização que saqueou a PETROBRAS, e não podemos desmerecer isso. Agora, é evidente que, talvez, num momento oportuno, o Procurador poderá explicar o porquê da sua opção em não apresentar denúncias de fatos que estão lá claros, não só com relação à colaboração. Eu tive a oportunidade de participar da CPI, no inquérito todo você tem elementos suficientes para apresentar diversas denúncias.



Então, eu fiquei preocupado, quando li o inquérito do Deputado Eduardo Cunha e o do Senador Anastasia, exatamente com essa preocupação de que, daqui a pouco, todo mundo está achando que não tem nada, que tudo é frágil, e não é verdade. Existem, sim, provas contundentes contra muitas autoridades, muitos funcionários e diretores da PETROBRAS. Há um indício muito forte realmente em depoimentos aqui claros, que precisam ser aprofundados, do envolvimento, sim, do ex-Presidente Lula e da Presidente Dilma, como tem depoimentos aqui, que foram liberados ontem ou anteontem, do Youssef entrando nesses detalhes.

Portanto, eu quero parabenizar a atitude do nosso Presidente. Acho realmente que o nosso Presidente sai muito maior do que entrou aqui, mas esta CPI aumenta, cada vez mais, a sua responsabilidade de mostrar para a população brasileira quem saqueou e quanto foi sacado da PETROBRAS.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra a Deputada Eliziane Gama, do PPS do Maranhão.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente da CPI, Sr. Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, nós fizemos um pedido — e aí V.Exa. se antecipa ao vir a esta Casa — de convocação de V.Exa. para esta CPI. E eu quero aproveitar para dizer que também esperamos a mesma atitude da Presidência do Senado, Presidente Renan, pra que possa vir a esta Comissão dar os esclarecimentos que ora estamos aqui a investigar nesta Comissão.

Sr. Presidente, o senhor fez, na verdade, uma desqualificação da lista que foi apresentada pelo Procurador Janot, colocando aí a inexistência de provas mais robustas e, portanto, a impossibilidade, segundo as suas argumentações, de que seu nome viesse a constar nessa lista do Procurador Janot. No entanto, nós tivemos também a decisão do próprio Ministro de, na verdade, receber a iniciativa e proceder à abertura do inquérito.

A minha pergunta para o senhor é se as informações que o senhor coloca, a desqualificação da lista e, ao mesmo tempo, a frase que o senhor afirma que os nomes foram escolhidos também se enquadram no mesmo perfil adotado pelo Ministro de receber e proceder à abertura do inquérito.



Outra pergunta, Presidente, ainda referente ao Procurador Janot:. Em uma das suas publicações, o senhor coloca o seguinte: *“Sabemos exatamente o jogo político”*. E fez essas colocações em outras palavras aqui, mas eu queria ler: *“Sabemos exatamente o jogo político que aconteceu, e não dá para ficar calado sem denunciar a politização e o aparelhamento da PGR. Eles estão a serviço de quem? Pelo critério do indício, o PGR só será reconduzido se for da vontade do Executivo”*. Na verdade, fica claro, na sua posição, de que a decisão do Procurador estaria, portanto, na tentativa de favorecer o Governo para, em troca disso, ser reconduzido ao cargo. A minha pergunta: o Procurador toma uma decisão tão grande a ponto de colocar em xeque a própria reputação do Ministério Público?

E, ao mesmo tempo, mais uma pergunta: estaria, portanto, o Planalto jogando contra V.Exa. e, para isso, tendo como apoio o Procurador-Geral da República e até mesmo o Ministro do Supremo Tribunal Federal?

São esses os meus questionamentos. E, ao mesmo tempo, quero reafirmar também os meus cumprimentos pela sua disposição de vir a esta Comissão.

E mais dois questionamentos: nós estamos no início dos trabalhos da CPI. Ao longo dos próximos meses e semanas, nós estaremos aí ouvindo, inclusive daqui a pouquinho, mais um dos convocados, e, naturalmente, que novos fatos poderão surgir ao longo do processo. Se houver a necessidade, por exemplo, de acareações ou até mesmo de quebra de sigilos telefônicos, bancários e fiscais, eu queria saber de V.Exa. se o senhor estaria também na mesma disposição como está agora, ao se prontificar a vir, de forma antecipada, ao plenário desta CPI.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Paulinho.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Obrigado, Presidente. Cumprimento V.Exa.; cumprimento o Presidente Eduardo Cunha.

Como o tempo é curto, queria simplesmente dizer: Presidente Eduardo, o senhor sai não só muito maior do que entrou aqui — e constato aqui que 16 Líderes, ou seja, quase a unanimidade desta Casa, declararam apoio ao senhor pela irresponsabilidade do que foi feito — como põe esta Casa de pé, porque a tentativa era de nos igualar com o lado de lá. Era essa a tentativa. E, pra mim, está claro: o



que o Governo quer, como sempre acontece, é dividir a sua responsabilidade. Recentemente, disse que a crise econômica é internacional. Então, fica tentando arrumar um culpado. E, neste momento, o que o Governo quer é dividir a responsabilidade da lama da PETROBRAS com o Congresso Nacional. Os culpados não estão nesta Casa, os culpados estão do lado de lá.

Agora, Presidente, eu fiquei pensando, preocupado com aquelas histórias que aconteceram entre o Janot e o Ministro José Eduardo Cardozo. Aquela história da Argentina, que foram lá sem agenda, depois aquela história do assalto, que assaltaram apenas o controle remoto da casa dele, e foi denunciado 1 mês depois do assalto. Então, eu preocupado com isso, protocolei um requerimento aqui na CPI e vou ler:

“Nos termos do art. 58, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei 1.579, de 1952, requer a quebra de dados telemáticos e telefônicos dos Exmos. Srs. Rodrigo Janot e José Eduardo Cardozo.”

Fiz esse requerimento — e nós não vamos deliberar sobre isso hoje — pra gente saber, Presidente Eduardo, como é que foi essa trama pelos telefonemas. Não é possível que lá na Argentina não trocaram alguns telefonemas. Essa história do assalto, também trocaram alguns telefonemas. A gente ali vai descobrir como é que foi a trama pra incluir alguns Deputados, inclusive o senhor, na tentativa de jogar o problema pra cá.

Então, eu quero reiterar que esse requerimento eu fiz à CPI, e vamos deliberar com certeza na semana que vem, pra que a gente possa quebrar o sigilo telefônico desses dois senhores, pra descobrir com é que foi a trama feita pra incluir gente da Casa, da Câmara e do Senado, nesse esquema de corrupção da PETROBRAS.

Quero agradecer e desejar, Eduardo, agora você tem mais responsabilidade de manter esta Casa com independência, como o senhor vem conduzindo.

Parabéns pelo seu trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Paulinho.



O último inscrito nesse bloco é o Deputado Lelo Coimbra. V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Saúdo os membros desta CPI na pessoa do Presidente Hugo Motta, saúdo a presença do Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, que neste momento aqui cumpre um papel importante que é, ao se oferecer para estar nesta CPI, apresentar argumentos, apresentar informações, apresentar uma narrativa acerca de como, no seu entendimento e nos fatos apresentados, essa nomeação incluindo a pessoa de V.Exa., possa ter estado presente. E daí também aludindo a outras possíveis injustiças não só por nomeação, mas também por não nomeação, com um tratamento diferenciado, trazendo à tona a questão da politização deste momento transferida às decisões feitas e assinadas pelo Procurador-Geral da PGR, Rodrigo Janot.

Os antecedentes dessa movimentação, desde que todos seriam denunciados, que acabou se transformando em solicitação de inquérito, desde as conversas que vieram a público, sugerindo algum tipo de procedimento, as dúvidas quanto às nomeações que foram feitas nos pedidos de procedimento investigativo quanto àqueles que não foram, fazem com que, primeiro, a questão da politização precisa ficar esclarecida, porque ela não pode contaminar o processo. Nós estamos num dos maiores casos de corrupção que este País já viu, e nós não podemos que, por uma politização na figura do Procurador-Geral, possa comprometer não só a instituição PGR, como advocacia pública no País, mas, ao mesmo tempo, possa fazer com que o próprio autor e responsável pelas denúncias ou pelo pedido de inquérito seja o responsável por introduzir no processo elementos que vão jogá-lo por terra lá adiante, porque isso se transforma em substratos para que lá na frente, no processo jurídico e no embate judicial, esses equívocos, essa politização e os seus resultados possam transformar o processo em inócuo, quando ele deve atingir aqueles que realmente têm culpa. Quem tem culpa tem que pagar.

Nesse sentido, eu acho que nós precisamos produzir um debate mais aprofundado sobre esse tem. Mas, em especial, Presidente, a sua presença e a sua narrativa, com os fatos citados, merecem o nosso respeito pela deferência e responsabilidade devidas ao Deputado e aos seus eleitores, mas pela deferência e responsabilidade do Presidente para com esta Casa, para com a nossa presença



aqui e para com a instituição Câmara Federal que nós precisamos preservar, fortalecer, e cada vez mais dar a ela um protagonismo do qual ela nunca deveria ter se afastado, como já se afastou, e que nós precisamos tê-la de maneira forte, de maneira imperativa à luz e em sintonia permanente com o que a sociedade está emitindo por tudo que é meio de comunicação, pelas falas que são feitas conosco, quando voltamos aos nossos Estados, nos contatos e pelo que se expressa em reuniões como esta, onde todos nós que estamos aqui ligados com as mídias sociais e com as informações, a sociedade está acompanhando tudo que se diz, tudo que se fala, tudo que está se passando nessas reuniões que têm se apresentado aqui na CPI. Elas precisam ficar claras. A impunidade não pode ser um instrumento produzido por aqueles que são responsáveis por fazer a responsabilização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Eduardo Cunha) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer a participação dos Deputados Imbassahy, Izalci, Eliziane Gama, Paulinho e Lelo Coimbra.

Eu queria só, em primeiro lugar, complementar uma informação que eu recebi agora aqui, já que eu não tinha tido também acesso ao conteúdo integral das delações do delator Paulo Roberto, de que ele — e recebi a confirmação, no Termo de Declarações nº 2, de 11 de fevereiro, agora, afirmou que jamais tratou comigo sobre aluguel de sondas da Samsung. Isso foi feito de forma complementar, com o conhecimento do Procurador-Geral.

Eu queria agradecer as assertivas feitas. Para responder à Deputada Eliziane, que foi quem fez perguntas mais diretas, em primeiro lugar, eu não desqualifiquei a lista, eu desqualifiquei a minha participação na lista. Eu fui muito claro quando disse que o Procurador escolheu quem investigar, e dei dados concretos sobre a minha participação e citei dois exemplos que tinham incoerências, porque eu li. Eu não tive a oportunidade de ler todas. Falei que, quando eu tiver condições de ler todas que estão aqui, que estou lendo aos poucos... Eu encontrei incoerência no pedido de arquivamento do Senador Delcídio e relatei divergências ou colocações que considero estranhas no caso da Senadora Gleisi.



Simplesmente em nenhum momento das minhas declarações públicas, eu fiz qualquer crítica ao Ministro Teori Zavascki, até porque, diferentemente do Procurador, o Ministro Teori foi uniforme na sua posição, atendeu a todos os pedidos de abertura de inquérito do Ministério Público, já que os de arquivamento não cabe a ele fazer outra coisa a não ser conceder o arquivamento, conforme a legislação. Se ele tivesse tido uma decisão de um inquérito diferente de outra, poderia ter algum tipo de comentário, mas ele foi coerente: concordando ou discordando, ele adotou uma decisão única. Então, não me cabe discutir.

Eu posso até vir a recorrer da decisão dele. É uma decisão que eu posso tomar com os meus advogados ou não, ou posso continuar seguindo. Mas ele foi coerente, e eu não teci nenhuma crítica a ele. Não há uma palavra minha, em nenhum meio de comunicação, nenhuma palavra proferida, em nenhum momento, citando o nome do Relator do caso, Ministro Teori Zavascki.

Com relação ao jogo político que V.Exa. fala que eu disse claramente, em primeiro lugar, com relação aos novos fatos, a minha primeira fala aqui foi que estou à disposição constantemente — como ressaltado pelo Deputado Imbassahy —, quando e quantas vezes forem necessárias. Não há nenhuma indisposição minha em achar que, porque vim aqui hoje, que porventura o assunto está encerrado. Eu estou aqui e quero e faço questão, Deputada. Eu faço questão de esclarecer qualquer fato que eu possa vir esclarecer. Sobre qualquer fato, no meu momento, estou à disposição de V.Exas.

Com relação ao jogo político, eu coloquei com muita clareza. Eu já dei várias entrevistas públicas e não eu retiro uma palavra do que disse nas minhas entrevistas. E mais: o que eu coloquei é que um Procurador-Geral que depende do Poder Executivo para a condução da sua reeleição deveria, até para manter a sua isenção, já declarar publicamente que não é candidato à reeleição. Assim, ele teria resguardada a sua posição de independência, porque ele deixa de ser independente na hora em que vai depender da caneta do Poder Executivo para a sua recondução. Caberia a nós até mudar a legislação para vedar a recondução, para dar a ele a isenção, para, no exercício da sua função, não ter que agradar a quem quer que seja: seja quem vai reconduzi-lo, seja quem vai aprová-lo na Casa competente.



Com relação ao Planalto jogando contra, eu já falei claramente a minha posição com relação a essa parte. O apoio à CPI é muito claro e nítido. Ontem, inclusive, eu determinei ao Diretor-Geral que colocasse ilimitadamente todos os recursos financeiros necessários para que V.Exas. cumpram as suas funções nesta CPI.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria só fazer uma colocação..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Daremos seguimento à lista de inscrições.

Agradeço ao Presidente da Câmara o respeito pelos nossos trabalhos. Essa postura de V.Exa. dá a esta Comissão o direito de investigar de maneira mais profunda. Esse apoio material já dito publicamente e reiterado aqui, não tenha dúvida, nos estimula a irmos fundo, para que o Congresso possa dar a contribuição que a sociedade espera neste momento difícil que o nosso País enfrenta.

Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli, do PT de São Paulo.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente Hugo Motta, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente desta Casa, Deputado Eduardo Cunha, quero iniciar, Sr. Presidente, elogiando também, como outros Deputados aqui o fizeram, a presença de V.Exa. aqui espontaneamente para colaborar com a CPI, conforme disse semana passada também aqui neste plenário.

Registro que eu inicio fazendo esse elogio a V.Exa. diferente da minha opinião com relação à participação através dos pronunciamentos de alguns Deputados na oitiva anterior, na sessão anterior desta CPI, que também parabenizaram, elogiaram um corrupto confesso que aqui esteve e que, evidentemente, nós precisamos tratar de forma diferente, conforme V.Exa. está expressando ao longo do seu pronunciamento aqui.

Eu vou fazer algumas pequenas indagações com relação à fala de V.Exa., até para que a gente possa, no decorrer, no transcórre dos trabalhos da CPI, saber efetivamente como agir do ponto de vista dos debates que aqui ocorrerão.

V.Exa. falou, por mais de uma vez, que o Ministério Público escolheu a quem investigar. É evidente que a gente sabe que vários Procuradores estão trabalhando nesse inquérito na Operação...



O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Eduardo Cunha) - Perdão, Deputado. Eu não falei o Ministério Público, eu falei o Procurador.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - V.Exa. falou Procurador?

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Eduardo Cunha) - Procurador, textualmente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Tá.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Eduardo Cunha) - Quero ressaltar, porque eu tenho o maior respeito pela instituição.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Tá. Então, vamos corrigir aqui. V.Exa. acha que, também por parte de alguns Procuradores outros, não houve parcialidade com relação às investigações? Vamos exemplificar aqui. A imprensa traz a informação de que um dos Procuradores esteve almoçando com um proprietário de um jornal da grande imprensa. O senhor acha que isso tem alguma relação, por exemplo, com os vazamentos seletivos que foram acontecendo ao longo do tempo?

Digo mais, nos pronunciamentos feitos na delação premiada por parte daqueles que lá estiveram ou que ainda continuam presos, e V.Exa. repetiu aqui alguns, sempre são feitas ilações se utilizando de verbos, de advérbios do tipo salvo engano, supostamente, havia rumores, provavelmente, estima-se que, sem evidentemente substanciar qualquer prova contra alguns e a maioria desses que estão sendo citados, fazendo com que, como já foi dito aqui, a honra de vários desses seja manchada. É óbvio que, do ponto de vista do inquérito, essas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Já concluindo, essas pessoas provarão a sua inocência, conforme V.Exa., mais isso sempre fica como mancha.

Para eu concluir, Sr. Presidente, eu queria saber do Presidente Eduardo Cunha se S.Exa. não acha que, nessa postura adotada por alguns Procuradores, talvez, isso não contagia esse processo, esse inquérito, se não macula esse processo, esse inquérito.

Para eu concluir de fato, V.Exa. se referiu a algumas doações que são doações que apareceram de acordo com a lei, porque são doações que foram feitas



conforme a lei determina. Aliás, V.Exa. instituiu aqui nesta Casa a Comissão que está fazendo o levantamento das informações, dos projetos, etc., para discutir a reforma política, e vai evidentemente debater a questão do financiamento privado. Mas tem diversos partidos que receberam. Para dar um exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Prascidelli, eu queria pedir que V.Exa. conclua.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Para eu concluir, Sr. Presidente, só em 2010 o PMDB recebeu 32 milhões; o PT, 31 milhões; o PSDB, 27 milhões de todas essas empresas que estão participando. Então, são recursos de acordo com a lei e que evidentemente os partidos recebem. Então, nós não podemos incriminar um partido em detrimento do outro.

E só para eu concluir digo, porque alguns Deputados se referiram a atravessar a rua, a mar de lama ou coisa parecida, que nós temos na composição do Governo PT, PMDB, PSD, PDT, PRB, PR, PP, PTB, PCdoB e diversos partidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Então, essas ilações também são complicadas de se fazer neste plenário, para a gente não tornar uma disputa política ao invés da investigação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço V.Exa.

Com a palavra o Deputado Carlos Marun. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Srs. Presidentes da Casa e desta CPI, nobres pares, as minhas primeiras palavras são de congratulação ao Presidente Eduardo Cunha pela forma espontânea, firme, transparente e meticulosa com que comparece e presta declarações nesta CPI, forma esta coerente com vossas atitudes.

Existe coerência entre o seu depoimento e as suas atitudes no decorrer do tempo nesta Casa, especialmente em relação à questão da CPI da PETROBRAS, já que sempre ofereceu apoio decisivo à própria existência dessas CPIs, como, de resto, desta CPI, da qual nós participamos agora.



Então, minhas congratulações e também o meu apoio à proposta de V.Exa. de vedação de reeleição do cargo de Procurador-Geral. Realmente traz V.Exa. a Casa, a esta CPI uma coisa importante no sentido de que não possa, num cargo tão decisivo, numa função tão decisiva, um Procurador ser tentado a agradar a A, B, C, D, X e Y nessa situação.

Em sequência, eu apresento a minha inconformidade absoluta com a tentativa de ser apresentado como indício de qualquer coisa o processo eleitoral de escolha do Líder da nossa bancada, que vivemos há poucos dias. Eu — não é segredo para os nossos correligionários — não fui eleitor do Líder Picciani. E apresento, inclusive, o testemunho de que naquele momento me sentia, como me sinto, liderado por V.Exa. Procurei V.Exa. na busca de uma simples sinalização de qual seria a sua preferência. Coordenava eu, informalmente, naquele momento, um grupo de oito Parlamentares. E V.Exa. se manteve completamente imparcial, não sinalizando em qualquer momento qualquer tipo de desejo, que eu tenho certeza que não houve, e agora somos surpreendidos por essas colocações do Ministério, que faz colocações que tentam confundir o processo, e colocando a eleição do honrado correligionário, competente e brilhante, que já conquista uma liderança na bancada, quase tão grande quanto a que V.Exa. lidera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Marun.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Certo. E, por final, eu peço atenção ao requerimento que protocolamos, que vai ser decidido na próxima reunião de trabalho desta CPI, que pede a convocação do Sr. Janot e também do Sr. Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que venham aqui contribuir com as investigações que estão em curso nesta CPI, esclarecendo fatos aqui citados, inclusive há pouco tempo, de encontros havidos na noite de Brasília, na noite de Buenos Aires. Mas foram, ao final, se houveram esses encontros, e quais foram, afinal, realmente, os assuntos ali tratados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Porque o que está presente nesta lista traz dúvida a todos nós a respeito do processo de escolha, de uma eventual escolha, decisão de quem deveria ser investigado.



São as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado André Moura. *(Pausa.)* Ausente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria me reinscrever. Preciso fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada, não é permitido mais reinscrição. Nós adotamos o seguinte procedimento...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu preciso até fazer um esclarecimento. Acho que ficou uma dúvida em relação ao questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada, se eu for complacente com V.Exa., eu terei que ser complacente com todos os outros Deputados que queiram fazer esclarecimentos. V.Exa. terá oportunidade...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu acho que seria interessante a gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas V.Exa. terá oportunidade de se retratar e colocar...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Com tranquilidade, Sr. Presidente. V.Exa. tem sido tão complacente sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós não podemos abusar da complacência em detrimento do bom funcionamento da CPI. Eu tenho que dar agilidade, já que temos ainda outro convocado, que, acredito eu, tem colaborações a dar a esse nosso trabalho de investigação.

Com a palavra o Deputado Jorge Solla. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Eu queria saudar o Presidente, o Vice, o Relator e os demais companheiros da CPI e registrar que, mais uma vez, fica evidente o grande risco para a democracia e para o processo eleitoral a forma como são tratadas as doações.

O atual Presidente Eduardo Cunha, que está sendo citado, intimado, investigado por uma doação legalizada, pelo que foi aqui registrado — não é isso, Presidente? —, da Camargo Corrêa. A Camargo Corrêa, como todas as outras, são grandes doadoras. A Camargo Corrêa doou 24% das suas doações para o PSDB; a Queiroz Galvão, 30% para o PMDB; a Andrade Gutierrez, 41% para o PSDB. É



interessante, quando se somam todas as doações, que os quatro maiores partidos são muito próximos. Independente de estarem no Governo Federal, no Governo do Estado de São Paulo, no Governo do Estado do Rio, todos os grandes partidos recebem muita doação legalizada. E eu acho que é hora de a gente aproveitar essas denúncias de corrupção para mudar a regra do jogo, para evitar que o Presidente do Congresso possa ser, como está sendo pela Procuradoria-Geral da República, arrolado, buscando criminalizar doação oficial. É colocado como uma das quatro formas de corrupção repassar recurso para Parlamentares. Uma das quatro que é arrolada no inquérito pelo Procurador da República é a existência de doação oficial.

Então, eu acho que é hora de aproveitarmos, inclusive, Presidente Eduardo Cunha, porque V.Exa. colocou na pauta as duas maiores Comissões da Casa, que são a da reforma política e a da CPI da PETROBRAS, que estão movimentando maior atenção, para mudarmos a regra do jogo, aprovarmos a mudança com a reforma política acabando com a contribuição privada das grandes empresas no financiamento empresarial de campanha. O fim do financiamento empresarial de campanha é decisivo para acabar com a corrupção em empreendimentos, compras, licitações e contratos. Isso é bem evidente. Nós precisamos botar a mão na massa e viabilizarmos.

E não dá para admitir a situação do Supremo Tribunal Federal, onde o Ministro Gilmar Mendes, desde abril de 2014... É bom que a imprensa lembre, porque tem algumas coisas que são esquecidas. Helicóptero cheio de cocaína, no Brasil, é esquecido. Conta na Suíça chamada Marília, envolvendo a Siemens, a Alstom, o Governo do Estado de São Paulo e o PSDB, é esquecida. A necessidade de uma CPI do HSBC é esquecida. As denúncias de Furnas são esquecidas. Então, nós não podemos nos esquecer de que o Ministro Gilmar Mendes está há quase 1 ano segurando um processo que já dá vitória por seis a um, condenando a prática de financiamento privado de campanha. Não é possível que ele vai esperar abril chegar pra gente levar um bolo com vela para o Gilmar Mendes soprar a vela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Jorge Solla, para concluir.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Também queria me associar ao Presidente Eduardo Cunha na proposta contra a reeleição, a recondução da PGR,



para evitar situações não só como essa, que é importante ser apurada, como também o que acontecia no Governo FHC, onde as denúncias eram engavetadas. É bom lembrar! Só para citar uma, Presidente, a que foi feita para o Paulo Francis, em 96, contra os diretores da PETROBRAS, que tinham de 50 a 60 milhões de dólares em contas na Suíça. Paulo Francis denominou “a maior quadrilha que já existiu no Brasil.” Ele sofreu uma cobrança de um processo de 100 milhões de reais e a Procuradoria-Geral da República arquivou. Então, não reconduzir o Procurador é salutar, tanto para evitar que o Engavetador-Geral da República repita situações como essa, como acusações indevidas, ilações, inclusive evitando ilações aqui na própria CPI que alguns colegas têm feito de forma também indevida. E vamos somar os esforços para que a gente possa acabar com o financiamento privado de campanha, que é a maior fonte de corrupção que este País tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Bom dia, Srs. Presidentes! Bom dia, Brasil! Eu fiz uma relação de perguntas aqui e vou tentar ser muito direto. O Governo atuou para que fosse barrada essa investigação. V.Exa. sabe dizer quem do Governo fez essa ação? O Líder do PT que veio aqui, há pouco tempo, e se manifestou, ele não agiu com hipocrisia na sua fala? Ele disse o seguinte: “*Neste momento, compreendo perfeitamente que não há nenhum fato que relacione o nome do Sr. Eduardo Cunha a esse fato*”. Então, ele decidiu isso aqui e agora. Até então ele tinha dúvida em relação à conduta de V.Exa. Não é um sinal de hipocrisia? Também foi mencionado — e está nos *sites* dos jornais aqui — que a Procuradoria escolheu quem investigar. V.Exa. tem algum indício e prova de que o Governo atuou para que V.Exa. fosse um dos alvos, V.Exa. e o Presidente do Senado? Isso também veio em pauta, foi trazido pela mídia.

Reuniões particulares entre o Procurador-Geral e o Ministro da Justiça, na Argentina e aqui no Brasil, sem constar nas agendas, não são condutas extremamente suspeitas? Agora, recentemente, nesta semana, terça ou quarta, na semana passada, transferência de Dias Toffoli pelo STF para a Segunda Turma, para ser o Presidente, considerando que ele foi assessor jurídico da Liderança do PT aqui, considerando que ele trabalhou na Casa Civil, foi Advogado-Geral da



União, não é extremamente suspeita essa conduta, dele passar a presidir boa parte dos inquéritos da Operação Lava-Jato?

Agora, direto às questões que vieram no inquérito, só para a gente deixar bem claro, e foram mencionadas pelos acusantes no procedimento aqui, acho bom tirar essa dúvida. V.Exa. tem alguma conta na Suíça ou em algum paraíso fiscal?

Outra pergunta bem direta que eu vi dos autos aqui também: V.Exa. recebeu alguma vantagem ilícita? Foi mencionado nos autos aqui também: o Sr. Fernando Baiano, ele representa V.Exa. ou o PMDB?

Seriam essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Para fechar o bloco de cinco, tem a palavra o Deputado Afonso Florence. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Hugo Motta, Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio, Sras. e Srs. Parlamentares, imprensa que nos acompanha, quero saudar, Deputado Eduardo Cunha, a iniciativa que V.Exa. tomou, certamente não apenas em defesa do mandato sufragado pelo povo do Rio de Janeiro, mas também como uma responsabilidade sua, na medida em que V.Exa. ocupa a Presidência desta Casa, uma decisão acertada. Preserva a Presidência, colocando-se à disposição de fazer este debate — uma decisão acertada. E quero dizer que, na República, o sufrágio popular certamente estrutura as instituições. Obviamente, a controvérsia democrática é fundamental. Mas cada um dos Poderes tem a sua autonomia.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, também temos ressalvas, objeções, divergimos com contundência com a abertura de inquérito de alguns dos nossos filiados, dos nossos filiados. Nós não achamos. Nós temos convicção da inocência dos nossos filiados inclusos nessa lista e temos a expectativa de que, diferentemente do que houve na Ação Penal nº 470, não haja um julgamento de exceção, que ninguém, nem V.Exa., seja submetido a julgamento de exceção.

O instituto da teoria do domínio do fato é inoportuno. Precisamos arrolar provas, e essas provas têm que estar também arroladas nas petições de abertura de



inquéritos, e também elas não existem para os petistas. E quero dizer que também não existem em relação ao Senador Delcídio. Consideramos acertada a não abertura. Outro assunto é se foi errada a solicitação de abertura de inquérito em relação a V.Exa., mas nós consideramos que foi acertada a não abertura de inquérito em relação ao Senador Delcídio.

Quero dizer também que com relação às Cortes Superiores... O Deputado Paulo Teixeira lidera, eu sou subscritor, nós estamos em consulta a uma proposta de emenda à Constituição — quero aqui tornar isso público ao Brasil. As Cortes Superiores, na democracia representativa, têm mandato delegado indiretamente pelo sufrágio popular. Não apenas essa PEC da Bengala aí! O que nós temos que ter é mandato para as Cortes Superiores. Ministros ficam em Cortes Superiores décadas! Alterou-se a correlação de força no País.

Nós temos que debater. Obviamente, as prerrogativas de cada um são respeitadas, mas nós temos depoimentos aqui, a interpretação que está sendo dada do depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Vou concluir, Sr. Presidente.

Nós vamos debater com o ex-Presidente Gabrielli, tem uma interpretação corrente oposta ao depoimento dado pelo Barusco. Então, quando é o PT, generalizam-se acusações sem provas, e nós refutamos veementemente. E eu faço isso em relação a afiliado de qualquer partido. Não encontrei provas que sustentassem a inclusão do ex-Deputado Sérgio Guerra para pedido de indiciamento na proposta de relatório alternativo apresentado pelo Deputado Carlos Sampaio.

Quero me solidarizar à família de todas as pessoas que estão sendo submetidas à abertura de inquérito, cujo tratamento, eventualmente, é de execração pública. E espero ter uma expectativa de que todos, como V.Exa., que está tendo o direito de defesa, tenham bom êxito na comprovação da sua inocência, lembrando: o ônus da prova cabe à acusação. Até transitado em julgado, todos são inocentes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha.



O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Eduardo Cunha) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agradeço a participação dos nobres Deputados Prascidelli, Marun, Jorge Solla, Delegado Waldir e Afonso Florence.

Comentário rápido, apenas com relação ao Deputado Prascidelli, quero dizer o seguinte: eu me referi ao Procurador-Geral, não me referi ao Ministério Público como instituição. Quero reafirmar isso. Obviamente que os vazamentos foram feitos de forma seletiva e atendendo a interesses, não sabemos quais. Mas eu não sei quem foi que fez os vazamentos, e eu não gosto, e não faço comentários de ilações. Eu só posso fazer daquilo de que eu tenho o domínio para poder levantar. Agora, que é estranho só vazar o que interessa, realmente é muito estranho! E a gente tem que combater esse tipo de situação.

Aliás, eu me lembrei de um fato que é importante falar. Quando estava ocorrendo a CPMI da PETROBRAS, quando saíram as notícias da primeira delação premiada, eu me lembro bem de que os Líderes se dirigiram, juntamente com o Presidente e o Relator daquela CPMI, o Senador Vital do Rêgo e o Deputado Marco Maia, e fomos ao Supremo Tribunal Federal, e tivemos uma reunião com o Presidente Lewandowski, com o Ministro Teori e com o Procuradora-Geral da República, naquele momento, para requerer o conteúdo das delações, porque aquela CPI não andaria mais sem aquelas delações. E nos foi negada, houve até objeto de mandado de segurança feito pelo então Senador Vital do Rêgo, alegando-se que o dispositivo legal só permitiria que o conteúdo das delações fosse tornado público depois que a denúncia fosse aceita. Foi deixado muito claro que no instrumento de inquérito não teria conhecimento da delação, mesmo com o oferecimento da denúncia, somente com a denúncia aceita. E agora o conteúdo das delações está sendo divulgado, ou começou a ser divulgado seletivamente. E agora, talvez, completamente ainda numa fase de inquérito. Melhor seria se naquele momento tivesse sido entregue. Talvez aquela CPMI não tivesse acabado da maneira pífia que acabou. Poderia ter terminado ou ter tido uma continuidade com o conteúdo das delações, mas isso vai fazer com que vocês possam tê-la.

Com relação aos comentários do Deputado Marun, eu agradeço a associação à proposta. Deputado Jorge Solla, eu não vou aqui utilizar o espaço da CPI para debater a reforma política. V.Exa. tem sua opinião. Eu até tenho divergências, em



parte, da opinião. Mas aqui não é o momento. Para isso, a Comissão está criada. E a Casa vai fazer o debate e vai votar, de qualquer maneira, alguma proposta de reforma política. Pode ser que a de V.Exa. prevaleça ou pode ser que outra prevaleça. Não cabe aqui, não é o momento, nem a hora para isso.

Delegado Waldir, estou dizendo para V.Exa., clara e textualmente, as coisas bem concretas: o Sr. Fernando Soares não representa o PMDB e não me representa; não tenho qualquer tipo de conta em qualquer lugar que não seja a conta que está declarada no meu Imposto de Renda; e não recebi qualquer vantagem ilícita ou qualquer vantagem com relação a qualquer natureza vinda desse processo.

Com relação ao Ministro Dias Toffoli trocar de Turma, eu não tenho condições e não seria ético fazer qualquer tipo de comentário.

Quanto às reuniões particulares existentes, pelo que eu vi aqui, existem requerimentos e a Comissão vai tratar isso ou não da forma que ela entender melhor.

A escolha, se o Líder do PT agiu com hipocrisia, eu também não faço comentários sobre juízo de intenção de qualquer um que possa falar nesta Casa. Os nossos posicionamentos públicos e políticos são cobrados pública e politicamente pelos nossos aliados ou adversários. Então, certamente, cada um julgará o comportamento e a palavra de cada um.

Se o Governo atuou, eu não posso afirmar que o Governo atuou ou não atuou. O que eu disse textualmente é que houve, sim, interferência. Como atuou, quem atuou, a forma como foi eu não tenho condições de precisar. Eu fiz o meu juízo político, e as minhas palavras públicas já proferidas permanecem no seu inteiro teor. Que houve a escolha para investigar, eu afirmo e estou comprovando aqui. Eu não estou fazendo juízo de valor, se é correta ou não é correta a abertura de inquérito contra qualquer outra pessoa. O que eu estou dizendo é que ele escolheu, porque o critério, a forma e até as informações que ele anexou sobre cada um são diferentes. Ele não usou o mesmo critério. Isso demonstra que ele escolheu, em cada ponto que aqui está, quem investigar.



Deputado Afonso Florence, V.Exa. fez as suas colocações, tem os seus juízos de opinião, mas realmente eu já respondi. Não me cabe fazer juízo de opinião sobre essas colocações. A mim, cabe responder o que V.Exas. estão perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao terceiro bloco. Concedo a palavra ao Deputado Edio Lopes. V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente da nossa Comissão, Sr. Presidente Eduardo Cunha, é notório e sabido nesta Casa da admiração e do respeito que nós temos por V.Exa. Mas eu não poderia deixar de, neste momento, Sr. Presidente, ressaltar aqui a importância deste momento para esta Comissão. V.Exa. veio aqui de forma espontânea e apresentou a esta Comissão argumentos minuciosos e convincentes e desmontou, de forma firme e contundente, o que se noticiava e o que se falava até então.

Mas tudo o que eu falar aqui, dada a admiração que tenho por V.Exa., poderia ser debitado na conta da personalidade. Eu quero concluir a minha fala, Sr. Presidente, tomando como base o que falou o Deputado Carlos Sampaio. Eu, que participei, junto com o Deputado Carlos Sampaio, em inúmeras ocasiões, de inúmeras Comissões, inclusive do Conselho de Ética na Legislatura passada, sou testemunha da firmeza desse Parlamentar. E a fala do Deputado Carlos Sampaio aqui, por si só, pela firmeza, pela coerência com que ele tem se pautado neste Parlamento, já seria o suficiente para que nós tivéssemos a fala do Deputado como condutora do nosso comportamento. Mas, se nós somarmos a condição do Deputado Carlos Sampaio de membro do Ministério Público, que conhece as entranhas daquela instituição, ao que ele disse aqui, é de muita importância para todos nós, sobretudo para reafirmar, ressaltar o que V.Exa. falou a esta Comissão.

Portanto, Deputado Eduardo Cunha, não é da minha autoria, mas V.Exa. sai muito mais, muito maior do que no momento em que aqui entrou, mesmo porque nós temos que entender que V.Exa., como Presidente desta Casa, teve a coragem e, para muitos, a ousadia de pautar e, em muitas oportunidades, conduzir propostas que não agradam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Edio.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - ...que não agradam a muitas instituições neste País. Portanto, não é de se admirar, Sr. Presidente, que V.Exa. tenha sido, e



certamente continuará sendo, alvo de pessoas que se sentem prejudicadas pela sua conduta, que o Brasil está apoiando, na Presidência desta Casa.

Eu, no meu Estado, nas minhas redes sociais, em que compartilho as postagens que V.Exa. faz, sou testemunha do quanto diferente o Brasil hoje vê a figura do Presidente desta Casa.

Era esta a minha intervenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra Deputado Silas Câmara, por até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, povo brasileiro que acompanha esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que está investigando questões relacionadas a desvios na PETROBRAS, eu acompanhei com muita atenção a introdução e o início desta sessão, quando V.Exa. fez a sua fala, e de uma forma bastante objetiva e focada profundamente nos documentos e nos supostos argumentos que o Procurador usou para arrolar o nome de V.Exa. no inquérito. E vi que o senhor usou não apenas a sua capacidade de síntese, de defesa, mas também a sinceridade e indignação, não apenas de um político, mas de um homem, de um ser humano, de um pai de família e de uma pessoa que construiu a sua vida no trabalho.

Eu tive o privilégio de conhecê-lo antes de estar na Câmara dos Deputados, de conviver com V.Exa., com a sua família e de saber que o que lhe move é absolutamente o desejo de ver um país melhor. Por isso, disputou a Presidência desta Casa e ganhou a Presidência desta Casa contra inclusive dois outros candidatos. E hoje aqui eu pude observar que todos os Líderes, os que o apoiaram e os que não o apoiaram usaram da palavra e disseram que V.Exa. preencheu, na sua exposição, a curiosidade que tinham todos a respeito dessa indicação ou desse encaminhamento do Procurador-Geral da República com o seu nome.

A minha palavra é apenas para endossar aquilo que o Líder do meu partido, o PSD, o Deputado Rogério Rosso, disse: nós temos plena confiança na sua inocência. Queremos aqui reiterar a nossa confiança também de que, a partir desta sessão, entra o cidadão, entra o Deputado e sai o Presidente duplamente eleito para esta Casa, agora endossado por todos os Líderes como homem que tem autoridade



para continuar o belíssimo trabalho que está fazendo à frente da Câmara dos Deputados. Deus lhe abençoe! Parabéns pela exposição! Muito obrigado pela oportunidade de estar vivendo este momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. O próximo inscrito Deputado Ivan Valente. V.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente e Sr. Presidente da Câmara Eduardo Cunha, quero primeiro manifestar a posição do nosso partido, da nossa bancada, de não fazer nenhum juízo prévio contra qualquer Deputado ou Senador citado, não fazer injustiça, garantir o amplo direito de defesa a todos, mas o PSOL quer investigar, ele quer a verdade, e eu acho que a sociedade brasileira está olhando para esta CPI.

Então, a primeira pergunta que eu quero fazer, Deputado Eduardo Cunha, é a seguinte: como o Presidente da Câmara representa o Poder exatamente, e eu acho que V.Exa. está bastante indignado pelas manifestações com a PGR, V.Exa. ofensivamente nesta Comissão veio antes de ser convocado, porque está convocado, pois também existe um pedido de convocação para ser julgado aqui, se V.Exa. aceitaria antecipadamente quebrar o seu sigilo fiscal, telefônico e bancário, para que o andamento, para que a Câmara não fique em suspenso ou constrangido como V.Exa. mesmo disse aí agora há pouco?

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu tenho um relatório que V.Exa. mesmo leu na peça em que está escrito: *“(...) outro dado de relevo é o repasse registrado do Comitê Financeiro Único do PP (está muito vinculado a inúmeras condutas criminosas de seus integrantes) diretamente para Eduardo Cunha no dia 01/09/2010, no valor de 100 mil reais.”*

Eu queria saber, se V.Exa. pudesse esclarecer para a gente que transferência é essa de outro partido, do Comitê Único do PP, para V.Exa. que foi citado. V.Exa. leu mas não comentou, e nós queríamos que isso fosse comentado.

Em terceiro lugar, Presidente, eu queria colocar que nós vamos apresentar — protocolamos hoje — a convocação de várias pessoas, entre eles Jaime de Oliveira, Julio Camargo, Francisco Reis, Leonardo Meirelles, e outros, assim como Fernando Baiano já foi convocado. Nós achamos que V.Exa., quando a CPI ouvir essas



peçoas, pode vir aqui desmoralizá-las inclusive. Nós podemos inquiri-los e a vida vai provar essa questão.

Então nós queríamos que V.Exa. se pronunciasse e também colocasse para que todos os Líderes aprovem este requerimento com prioridade porque a acusação contra a Câmara dos Deputados, contra o Poder é muito ruim.

Finalmente, Sr. Presidente, queria colocar uma questão importante que é a seguinte: nós temos os requerimentos da Deputada Solange Almeida. Certamente não é de V.Exa., V.Exa. tem razão nisso, mas eu queria ler publicamente o seguinte trecho do requerimento da Deputada Solange Almeida, em que ela pede informações ao TCU e também ao MME, Ministério de Minas e Energia. Ela fala:

“Vários contratos envolvendo a construção, operação e financiamento de plataformas e sondas da PETROBRAS, celebrados com o Grupo Mitsui, contêm especulações de denúncias de improbidade, superfaturamento, juros elevados, ausência de licitação e beneficiando esse grupo que tem e como cotista o Sr. Júlio Camargo(...)”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu achei que ela não se refere a nenhuma matéria da imprensa, ela não se refere a nada que comporte o que está escrito aqui. Eu queria um comentário.

Só para finalizar, Presidente, V.Exa. peço a tolerância pelo menos de 1 minuto.

Eu quero pegar o Regimento Interno do STF em relação à PGR. Eu não vou analisar porque eu não tenho tempo, mas está dito na peça que o Relator tem competência para determinar o arquivamento do processo, ele também pode segurar o fato narrado, evidentemente quando não constitui crime. E o principal, Deputado Imbassahy, é que o Ministro Relator Teori Zavascki, na ausência de indícios mínimos de autoria ou materialidade, nos casos em que forem descumpridos os prazos para instrução, etc., pode, sim, não abrir o inquérito. Ele não o fez. Então o STF também estaria numa linha ofensiva contra o senhor, parcial, como a PGR?



Eu acho que nós precisamos esclarecer os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu acho esta CPI precisa ter poder de convocação também, e peço, então, a resposta sobre a quebra de sigilo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Celso Pansera por até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Presidente, Deputado Hugo Motta, Sr. Presidente Eduardo Cunha, é um prazer falar aqui, dizer que nós que apoiamos a sua candidatura à Presidência. Antes ainda de assumir o meu mandato, porque este é o meu primeiro mandato, eu estive em diversas atividades da campanha do Presidente Eduardo Cunha, então concorrendo, e a gente se sente melhor com a sua vinda para cá, falando espontaneamente, porque a gente percebe que valeu a pena ter feito a sua campanha, inclusive quando ouve a fala do Deputado Sibá Machado, Líder do PT e que foi um dos condutores da candidatura que teve a segunda maior votação, e também a fala do Deputado Carlos Sampaio e do Deputado Imbassahy, que falaram estiveram na terceira candidatura, todas apoiando, respaldando o seu trabalho e a sua conduta aqui e que também façam que lhe dê novamente uma nova eleição, digamos assim, um novo respaldo, uma nova legitimidade para continuar tocando esta Casa, que precisa continuar trabalhando bastante para recuperar a sua imagem diante da população e legislar, fazer aquilo para o qual fomos eleitos aqui. Temos tem que de fato avançar.

Eu queria falar rapidamente em relação à questão da eleição do Líder. Estive na reunião, na conversa com o Deputado Eduardo Cunha, quando a bancada do Rio de Janeiro escolheu apoiar unanimemente a campanha do Deputado Leonardo para a Liderança. Naquele momento, já o então Líder Eduardo Cunha nos falou que ele manteria uma atitude de não entrar na defesa de nenhuma candidatura e que a bancada decidiria. Ele, inclusive, não votou no dia da eleição para a Liderança.

Acho que já tivemos neste País o “engavetador-geral” e que nós podemos estar agora na frente do “ilador-geral”. Está aí o verbete, está o neologismo. Não existe a palavra, mas podemos falar. Nós temos que, de fato, separar o joio do trigo.



Queria dizer ao Deputado Ivan Valente que não sei as motivações da Prefeita de Rio Bonito, que então era Deputada, para fazer os requerimentos, mas a base eleitoral dela é a região do COMPERJ. Acredito que, em função de todas as demandas geradas naquela região por impactos sociais, impactos ambientais, possivelmente ela tenha tido alguma motivação a ver com o seu mandato, com a sua base eleitoral para que fizesse isso. Mais do que isso, o PMDB do Rio de Janeiro dirige dezenas de Municípios, dezenas de Prefeituras, inclusive a da capital do Estado, tem a maior bancada de Deputados Estaduais, foi o partido que mais elegeu Deputados Federais, tem o Governador do Estado, então, é um partido que tem um peso institucional muito grande no Rio de Janeiro. E a PETROBRAS, como essência, funciona no Rio de Janeiro e é o principal indutor econômico do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Então, nós, de fato, temos uma atuação muito forte na área de petróleo e gás, e não tem como não fazer.

Quando o Deputado Ivan Valente pede para que o Deputado Eduardo Cunha abra seu sigilo, ele já, na prática, está induzindo a uma condenação. Ele disse que quer permitir a ampla defesa, mas, quando propõe isso, está induzindo a uma condenação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Concluindo, Deputado.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Em rápidas palavras, Presidente Eduardo Cunha, na sua experiência, como esta CPI tem que se conduzir para que nós tenhamos um final, de fato, que represente o desejo da população do Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Obrigado, Deputado Celso.

Com a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, prezado Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, eu me preocupo muito é com as instituições, as instituições da democracia — a Câmara, o Ministério Público — e a responsabilidade que nós temos quando somos integrantes dessas instituições de sustentarmos, enfim, a imagem delas.



Penso que V.Exa., Deputado Eduardo Cunha, hoje, aqui, ao apresentar as suas questões à CPI, V.Exa. indicou que, ao final desse procedimento, nós teremos a convicção mais plena, a partir dos elementos que V.Exa. trouxe, da inadequação de o seu nome estar nessa lista. V.Exa. trouxe elementos a esta CPI para indicar esse caminho.

Agora, senhores, eu quero dizer que não acredito em politização do Procurador-Geral da República. Quero dizer que, igualmente quando oferecemos ao senhor aqui a oportunidade, a partir da sua determinação pessoal de vir aqui nos trazer os elementos com os quais apresenta que não é razoável o seu nome estar colocado, por outro lado, eu vejo que não é razoável pensarmos que um instrumento autônomo, quase um poder, ainda que não um poder formal, mas com o Procurador-Geral da República à testa dele, esteja aqui fazendo um mero jogo político, intervindo na Câmara dos Deputados. Isso não diminui que possa estar errado o Procurador-Geral da República. E aí eu me dirijo aos senhores da CPI, aos colegas, para dizer que os erros que podem estar identificados em direção do nosso Presidente, Deputado Eduardo Cunha, podem ser em relação a outros citados na lista ou não citados, que foram retirados da lista ou que foram mantidos.

E aí, Deputado Izalci, eu vou me permitir dizer a V.Exa. que não cite nomes aqui. V.Exa. falou no ex-Presidente Lula. V.Exa. falou da Presidenta Dilma. V.Exa. não pode vir aqui trazer o nome de pessoas que não estão sequer citadas, como se para eles valesse a crítica leviana apresentada aqui. Não! Não vale para o Deputado Eduardo Cunha e não vale para qualquer Parlamentar. Ninguém será condenado, porque todos estão no direito pleno da sua inocência e no direito pleno de defesa que tem que ser assegurado.

E eu concordo com o Presidente Eduardo Cunha — plenamente — quando ele indica aqui que houve vazamentos seletivos, que V.Exa. sofreu vazamentos seletivos. No nosso partido também houve vazamentos seletivos de extratos que atacaram pessoas do nosso partido. Assim como eu não concordo quando há membros do PT que sofrem com esses vazamentos seletivos, eu me solidarizo com Presidente Eduardo Cunha, porque essas delações não podem ser tidas como palavra final. E, se alguma delação foi feita no intuito de prejudicar o senhor ou qualquer Parlamentar ou qualquer pessoa, se alguma delação foi viciada, todo esse



procedimento estará viciado desde o início, porque as delações não são um instituto que deve servir contra pessoas e não podem ser instrumentalizadas contra quem quer que seja. Se isso houve contra V.Exa., V.Exa. contará com o nosso apoio implacável ao seu nome e à sua honra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço à Deputada Maria do Rosário.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, art. 74, inciso VII. Só para dizer o que exatamente foi o que eu disse na minha fala. É que esses inquéritos não poderiam ser generalizados. Está muito claro, do que foi citado do Presidente Eduardo Cunha, que de fato não há elementos ali. Agora, com relação a muitos outros e que eu citei...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - *(Intervenção fora do microfone.)*
... que não é um debate...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Maria do Rosário, V.Exa. citou o Deputado Izalci. Ele tem direito à contradita. Enquanto Presidente, estou concedendo a ele esse direito. Após, daremos seguimento aos trabalhos. Se V.Exa. for novamente citada, também darei a palavra a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Está me respondendo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Inclusive, os nomes que citei estão aqui no depoimento que foi liberado ontem do termo de delação premiada. Esta é a minha preocupação: generalizar todos os inquéritos. Por isso que fiz aqui um questionamento ao Ministério Público de não ter feito denúncias, porque tem muitos que têm elementos suficientes para ter apresentado a denúncia e não apenas inquéritos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Deputado Eduardo Cunha com a palavra.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Eduardo Cunha) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero agradecer a participação dos Deputados Edio Lopes, Silas Câmara, Ivan Valente, Celso Pansera e da Deputada Maria do Rosário.

Deputado Edio Lopes, agradeço pelas palavras. Não há o que eu comente aí. Deputado Silas Câmara também. O Deputado Celso Pansera fez as suas



colocações e também não vi o que responder. A Deputada Maria do Rosário emitiu juízos de opinião, que eu prefiro não debater, porque eu vim aqui para esclarecer fatos. Não vou aproveitar o momento e mudar o rumo para debater opiniões. Provavelmente, tenho divergências de V.Exa. em algumas coisas, concordância em outras, haverá o momento oportuno em outro fórum para debate.

O Deputado Ivan Valente fez questões objetivas e eu vou procurar respondê-las. Em primeiro lugar, a sua última questão com relação ao Supremo Tribunal Federal, eu já havia respondido à Deputada Eliziane Gama. Disse claramente que eu não falei sobre o posicionamento do Ministro Teori Zavascki. S.Exa. adotou um procedimento único, até porque não teria condições, no prazo que o Procurador apresentou e no dia em que proferiu as decisões, de fazer exame. E não o fez. Se tivesse feito, talvez, adotasse diferenças. Não houve tempo hábil para ler todas essas peças no detalhe, em 48 horas, e proferir a decisão, como foi feito, e simplesmente S.Exa. adotou uma postura coerente, adotou a postura de dar a todos a aceitação imediata quanto ao que o Ministério Público propôs.

Há casos no Supremo — já houve comigo mesmo — em que o inquérito não foi aceito; há casos, comigo mesmo, em que o inquérito foi aceito e, depois, ao fim do inquérito, foi arquivado; há casos no Supremo em que *habeas corpus* impetrados trancaram os inquéritos; há casos em que cabem recursos à própria decisão do Ministro. Os meus advogados vão decidir o que fazer naquilo que eles entenderem melhor.

E eu ressalvo o seguinte, até porque, por acaso, o meu advogado é um ex-Procurador-Geral da República: nas gestões anteriores, na do ex-Procurador-Geral da República Roberto Gurgel, na do meu advogado, Antônio Fernando de Souza, e na de Cláudio Fonteles, o procedimento da Procuradoria-Geral da República, aliás obedecendo a uma Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público, era o fazer pedido antecipado de explicações sobre os fatos. Respondido o pedido de explicações, ele decidia se promovia ou não o pedido de abertura de inquérito. E isso não foi feito com ninguém nesse caso. É um tratamento diferente do que a Procuradoria-Geral da República adotava e que é fato de uma Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público.



Com relação aos requerimentos da Deputada Solange, não foi, aliás, só da Deputada Solange, mas também do Deputado Sérgio Brito. O Parlamentar não precisa sequer submeter a uma Comissão um requerimento de informações ao Tribunal de Contas. Faz parte do seu mandato a sua prerrogativa constitucional de solicitar requerimento de informações diretamente. Não é preciso submetê-lo a Comissão alguma.

E eu não estou aqui para comentar o conteúdo do mandato de quem quer que seja. A quem faz seus atos, no exercício de seu mandato, cabe explicar se assim entender que deve. Até porque nós não podemos censurar nem prévia nem posteriormente o exercício legítimo do mandato. Como eu não posso comentar o dele, não posso comentar o de V.Exa. ou de qualquer outro Parlamentar.

Com relação às oitivas, a Comissão é soberana. Se decidir que deve, o fará; se decidir que não deve, não fará. Até porque uns já fazem parte de delação premiada. A delação não pode ser modificada, sob pena de ela ser considerada nula. Então, certamente, aqui comparecendo, serão obrigados a confirmar, perderem a delação ou não falarem. Mas a Comissão é soberana para decidir quem deve ser ouvido. Talvez, essa ou muitas outras pessoas mas, se assim entenderem que deve ser feito.

Com relação à doação do Comitê Financeiro do Partido Progressista, do PP, de 100 mil reais, feita na eleição de 2010, ela se deu única e exclusivamente por dobradas, porque estávamos numa mesma coligação e havia dobradas, os candidatos a Deputado Estadual, Senador e Governador. Foram-me repassados recursos de despesas efetuadas de campanha para candidatos que estavam em dobrada comigo, certamente do Partido Progressista. Nada mais do que isso. E até esse montante, repassado pelo PP na minha prestação de contas, representou 2% da minha prestação de contas.

Com relação à quebra de sigilo, eu diria a V.Exa. o seguinte: eu estou aqui rebatendo, clara e textualmente, e estarei pronto para rebater, clara e textualmente, qualquer informação, fato ou demanda que seja feita quanto ao esclarecimento dos fatos. Se a Comissão entender que existe qualquer tipo de dúvida e que deve promover a abertura dos meus sigilos — o fiscal já é de conhecimento público, porque nós declaramos nas eleições, de maneira que estão perfeitamente



disponíveis as declarações de Imposto de Renda e patrimonial —, mas o telefônico ou bancário, financeiro, se a Comissão entender que deve, ela deve pedi-los, quebrá-los. Até porque o processo é investigativo. Eu não vou fazer processo político de fazer uma bravata, que coloque à disposição, para que constranja quem quer que seja a ser obrigado a fazer o mesmo para não parecer diferente.

Então, se entender, a Comissão faça isso. Eu não tenho nenhum problema com qualquer dos meus sigilos. Mas façam dentro do processo investigativo que deva ser feito, se assim entenderem que cabe. Não haverá nenhum constrangimento. Façam dentro do processo correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao último bloco.

Deputado João Bacelar, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta; Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio; Sr. Presidente desta Casa, Deputado Eduardo Cunha; Sras. e Srs. Deputados, eu queria dizer ao Presidente Eduardo Cunha que S.Exa. sai hoje desta Casa mais forte do que quando chegou a ela.

Depois de tudo o que escutei aqui, Presidente Eduardo Cunha, dos Deputados dos diversos partidos que apoiaram V.Exa., ou dos que foram oposição a V.Exa. nas eleições para a Presidência, ou dos que pertencem ao bloco da Minoria ou da Maioria, acredito que V.Exa., hoje, deu um *show* aqui, por ter vindo a esta Comissão e colocar-se à disposição, em primeira mão, para explicar aqui tudo o que explicou. Quero dizer, acima de tudo, que este ato o fortalece muito e lhe dá representatividade e legitimidade para continuar administrando o Parlamento brasileiro, presidindo o Parlamento brasileiro. Não vai ser com constrangimento aqui de A ou de B que se vai tirar a legitimidade da vossa mão.

Mas eu queria também dizer que foi muito grave a afirmação que V.Exa. fez, no sentido de que o Ministério Público escolheu a quem investigar. Se isso é verdade, temos certeza de que o Estado Democrático de Direito no Brasil está comprometido. Se for verdade que o Ministério Público escolhe a quem investigar, escolhe a quem denegrir, escolhe a quem quer constranger, eu perco o orgulho de ser Deputado Federal, porque o que V.Exa. hoje está passando qualquer um de nós aqui poderá passar posteriormente.



E aí eu quero me reportar às palavras do nobre Deputado Carlos Sampaio, que vem do Ministério Público; quero me reportar às palavras do nobre Deputado Aluisio, que é oriundo da Polícia Federal, dois órgãos de credibilidade no Brasil. Os dois corroboram a retidão, corroboram o fato de que V.Exa. está passando hoje aqui um constrangimento junto a sua família, a seus filhos, a seus pares que depositaram em V.Exa. um voto de confiança nas eleições para presidir esta Casa.

Quero ainda dizer a V.Exa., Deputado Eduardo Cunha, que se mantenha de cabeça erguida; mantenha-se com a mesma firmeza, na mesma posição, porque V.Exa. tem feito o Brasil ver que o Legislativo brasileiro está se transformando, com um Presidente que fez uma agenda positiva para esta Casa, com um Presidente que trouxe o respeito e a credibilidade para o Deputado Federal botar o broche e ter o orgulho de dizer que representa o Parlamento brasileiro. Essas são as minhas palavras.

E quero dizer também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado João Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - E quero dizer também que V.Exa. tem a confiança do nosso partido, o Partido da República, conforme dito pelo nosso Líder, o Deputado Maurício, que aqui me antecedeu, e tem a confiança da maioria dos Parlamentares que aqui me antecederam, dos Líderes que aqui me antecederam, reafirmando a sua credibilidade. Continue neste trabalho firme e forte pelo Parlamento brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero pedir silêncio ao Plenário, para que a gente possa concluir a reunião da mesma forma como a iniciamos: com respeito ao Presidente da Casa e aos Deputados que estão fazendo os questionamentos.

Existe aqui um pedido para falar como Líder do Deputado Junior Marreca, pelo PEN.

V.Exa. tem a palavra por até 5 minutos.



O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA - Eu queria, neste momento importante, dar aqui também o meu testemunho, como Líder do PEN, com muita honra de ter depositado o meu voto em V.Exa., Sr. Presidente.

Eu gostaria que isso realmente não estivesse acontecendo, porque V.Exa. não merece de forma nenhuma estar com esse tipo de exposição. Mas V.Exa. é um homem de Deus, um homem que tem a sua fé e sabe, de cabeça erguida, enfrentar este momento por que está passando. E também não tenho dúvida de que os seus pares, não só os que depositaram o voto em V.Exa., mas todos nós estamos nos sentindo constrangidos com isso que está acontecendo. Mas a sua defesa, a sua postura, a sua coerência estão firmes e fortes para enfrentar esse desafio.

Quero, em nome do meu partido, dizer que estamos juntos, desejar a V.Exa. toda a sorte do mundo e dizer que tenha em nós Parlamentares a força para juntos caminharmos no sentido de dar a V.Exa. legitimidade, não só para exercer o mandato de Presidente, mas também para exercer o mandato que foi dado a V.Exa. pelo povo do seu Estado. Quero desejar-lhe boa sorte, Presidente. Conte com a gente! Conte conosco, principalmente comigo, Junior Marreca, que teve a honra de ser conquistado por V.Exa. naquela nossa reunião, lá no Maranhão, quando vi, no seu semblante, na sua altivez e na sua forma de falar, a coerência de homem público, de homem respeitador e, acima de tudo, de homem de Deus.

Seja feliz e conte conosco!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Junior Marreca.

O próximo inscrito é o Deputado Efraim Filho.

V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Rapidamente, Presidente Hugo Motta, quero dizer que os questionamentos que eu teria ao Deputado Eduardo Cunha já foram respondidos durante as várias indagações e participações feitas e as respostas que ele ofereceu.

Para mim, permanece apenas um fato relevante a ser trazido à nossa atenção e a exigir uma reflexão desta Casa: a acusação que o Deputado Eduardo Cunha faz de politização da atuação do Procurador-Geral da República. E foi demonstrado através dos fatos e da linha de raciocínio que ele trouxe que não se



trata de uma mera bravata, mas de circunstâncias que realmente colocam sob análise e reflexão desta Casa a postura adotada, já que, por exemplo, apesar de alguns Parlamentares aqui parecerem querer proibir o nome da Presidenta Dilma, ela foi citada muito mais vezes nas delações premiadas, o nome dela apareceu muito mais vezes do que o do Presidente Eduardo Cunha. E a reflexão que surgiu na imprensa, principalmente por alguns especialistas que foram consultados, é no sentido de que o Procurador-Geral da República não agiu para abrir inquérito contra a Presidenta porque, estando ela no exercício de um novo mandato, não haveria como configurar crime de responsabilidade contra a Presidente. E de repente me veio, com os argumentos trazidos por V.Exa., Presidente Eduardo Cunha, a lembrança do fato de que essas informações já estão na mão do Procurador-Geral da República desde outubro do ano passado, salvo engano. Portanto, ainda no exercício do anterior mandato, ele já tinha conhecimento das declarações que aqui foram trazidas pelo Sr. Pedro Barusco de que foram doados 300 mil reais, fruto de propina, para a campanha presidencial da Presidenta Dilma, e seguiu esse processo desde outubro, dando a informação de que só o apresentaria em fevereiro.

A impressão inicial da Casa era a de que havia Parlamentares que perderiam seus mandatos e não teriam prerrogativa de foro. Mas, ao trazer só em março esses inquéritos, a alegação de que esses crimes não estariam inseridos no novo mandato da Presidenta Dilma começa a ser colocada em xeque, porque ele já detinha essas informações desde o exercício do mandato anterior, que pode ter a sua legitimidade questionada, porque teve financiamento de propina para o projeto de poder.

Então, acho que essa é uma reflexão sobre a qual esta Casa tem que se deter. Qualquer conclusão é precipitada, mas, diante da acusação de politização dos procedimentos, mais atenta ainda deve ficar esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Mauro Pereira. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra a Deputada Clarissa Garotinho.

V.Exa. tem até 3 minutos.



A SRA. DEPUTADA CLARISSA GAROTINHO - Cumprimentando o Presidente desta CPI, o Deputado Hugo Motta, cumprimento todas as Sras. e os Srs. Deputados.

Primeiramente, gostaria de dizer que não esperava uma atitude diferente do Presidente da Casa que não a de se colocar à disposição espontaneamente para vir a esta CPI. É o mínimo que o Presidente da Casa deveria fazer, em respeito ao Parlamento, porque a exposição do Presidente expõe todo o Parlamento federal.

Também quero dizer que considero vergonhosa a reunião de hoje, porque não cabe a nenhum Parlamentar condenar *a priori* ninguém, tampouco absolver. E o que vi aqui foi uma reunião de felicitações. Achei eu que estava na reunião da CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Cabe, portanto, a esta Comissão inquirir, indagar, questionar, perguntar, e foi o que menos vi na manhã de hoje.

V.Exa., Deputado Eduardo Cunha, já afirmou que não abrirá espontaneamente mão de seus sigilos fiscal, bancário, telefônico e eletrônico, apenas se assim for o entendimento da CPI. V.Exa. também afirmou que não possui contas no exterior, mas eu gostaria de fazer novamente essa pergunta com uma complementação: V.Exa. pode afirmar nesta CPI que não possui contas no exterior em seu nome ou em *offshores* em que V.Exa., porventura, seja sócio?

Pergunto também a V.Exa. quantas vezes já esteve com Youssef e em quais circunstâncias. É verdade que palavra de delação não é prova, mas questiono V.Exa.: por que razão V.Exa. acredita que Youssef teria inventado essas questões envolvendo seu nome? Quantas vezes V.Exa. esteve com Fernando Baiano? Onde? Para quê? Quando? Nota do *Radar On-line*, da *Veja*, de 8 de novembro de 2014, afirma que Baiano esteve várias vezes na casa de V.Exa. Pergunto se essa nota é verdadeira e se V.Exa. alguma vez recebeu na sua casa o Fernando Baiano, apontado como operador do PMDB, e para quê.

Também pergunto se V.Exa. já se reuniu com o Sr. Júlio Camargo ou com representante da Mitsui ou da Samsung para tratar de negócios das empresas com a PETROBRAS. Que outras atividades V.Exa. exerce além de Deputado Federal? E pergunto isso porque diversas matérias de jornal afirmam que o doleiro Lúcio Funaro pagou durante algum tempo despesas de V.Exa. em Brasília. Questiono se isso é



verdade, qual é a relação de V.Exa. com o doleiro Lúcio Funaro e se V.Exa. se sente confortável nessa situação de ter um doleiro pagando contas de V.Exa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, peço a palavra nos termos do art. 74, inciso VII. Eu me senti atingido, no momento em que a Deputada iniciou suas palavras, considerando vergonhosa a atuação desta CPI. Não reconheço nela autoridade moral para vir aqui fazer esse tipo de juízo em relação ao nosso trabalho. Então, deixo registrado o meu protesto. Ela tem o direito de fazer as perguntas que quiser, mas não de vir aqui, chegar no meio da reunião e ainda apontar o dedo para todos nós como se meninos fôssemos. Quero que fique registrado o protesto e faço um pedido a V.Exa. de que não mais permita que acusações nesse sentido se façam à atuação desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Os procedimentos cumpridos por esta Presidência, desde o início desta reunião, foram procedimentos regimentais. A opinião da Deputada ela pode expressar, porque tem o direito da imunidade Parlamentar. Porém, esta Presidência deixa claro que não concorda com as declarações feitas pela Deputada Clarissa Garotinho.

Gostaria de passar a palavra ao Deputado Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Há Deputados muito jovens aqui. Que bom! Que haja cada vez mais Deputados jovens, cada vez mais mulheres Parlamentares! Mas, às vezes, esses jovens não nasceram durante a ditadura, não viram a ditadura, quando se fechava o Congresso, e todo o mundo era preso ali fora, quando manifestava a sua opinião. Então, eu também gostaria que a Deputada até retirasse o adjetivo "vergonhosa". Que bom que os Deputados possam aqui manifestar o que pensam, o que acham do maior escândalo acontecido na República brasileira, esse da PETROBRAS, com certeza, contaminando inúmeras estatais.

Viva o Congresso aberto! Viva a liberdade de expressão! E que haja cada vez mais mulheres e jovens na política.



Caro Presidente, V.Exa. foi seguro, tranquilo, transparente. Veio aqui como foi pedir votos a todos, no Brasil inteiro, quando se candidatou à Presidência desta Casa: tranquilo, sereno, aberto, respondendo às perguntas. Continue assim. A sua postura faz bem para esta Casa e faz bem para o Brasil. Que nós vamos limpar este Brasil nós vamos. Eu tenho esperança, apesar da minha idade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V. Exa.

O último inscrito é o Deputado José Rocha.

V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente Hugo Motta, Sr. Relator Luiz Sérgio, Vice-Presidente Antonio Imbassahy, Vice-Presidente Félix Mendonça Júnior, nosso ilustre Presidente desta Casa, Eduardo Cunha, seria totalmente desnecessária a vinda do Presidente Eduardo Cunha a esta Comissão para que pudéssemos formar juízo a respeito da sua conduta.

V.Exa., Presidente Eduardo Cunha, tem se comportado, ao longo do seu mandato como Deputado e, agora, como Presidente desta Casa, de uma maneira ativa e tem correspondido à expectativa de todos nós na condução dos trabalhos desta Casa.

Quero aqui me somar ao Líder do meu partido, o Deputado Maurício Quintella Lessa, como também a todos os outros Líderes partidários e Parlamentares que reconhecem em V.Exa. a conduta que tem mantido de respeito e de credibilidade na condução dos trabalhos desta Casa.

Eu não diria que V.Exa. sai desta reunião maior do que entrou. V.Exa. sai desta Comissão como sempre esteve, com a grandeza de poder dirigir este Parlamento e merecer o respeito de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Eduardo Cunha) - Primeiro, quero agradecer ao Deputado João Carlos Bacelar, ao Deputado Junior Marreca, ao Deputado Efraim Filho, à Deputada Clarissa Garotinho, ao Deputado Darcísio Perondi e ao Deputado José Rocha pela participação.



Em relação ao Deputado João Carlos Bacelar, quero agradecer as palavras. Deputado Junior Marreca, muito obrigado pelas palavras. O Deputado Efraim Filho levantou pontos de opinião dele acerca da continuidade ou da politização que eu havia referido sob o ângulo do entendimento dele. Eu não vou entrar no mérito do debate promovido por ele. O Deputado Darcísio Perondi fez a sua constatação. E o Deputado José Rocha, ao fim, complementou com a opinião dele sobre a minha participação.

Com relação à Deputada Clarissa Garotinho, eu vou, em primeiro lugar, responder concretamente às demandas apresentadas e vou tecer os meus comentários. Eu nunca estive com o Sr. Youssef na minha vida. Não o conheço. Não sei como é a fisionomia dele. O Sr. Youssef, quanto ao que se referiu no depoimento, atribuiu, salvo engano, a terceiros — usou inclusive a expressão “salvo engano”. Então, tem que se perguntar a ele ou ao “salvo engano”.

Com relação ao Sr. Fernando Baiano, informação da coluna *Radar*, da revista *Veja*, eu a desmenti completamente naquele momento. Não procede. Ela não é verdadeira. E expressei claramente aqui que eu tenho escritórios, inclusive na *Rádio Melodia*, onde V.Exa. já foi muito. E é na entrada do condomínio da minha casa, na Avenida das Américas, 5777. E tenho na Avenida Nilo Peçanha, 50.

Com relação a reuniões para tratar de PETROBRAS: com ninguém — com ninguém! —, a não ser reuniões públicas para debater os interesses do Rio de Janeiro ou, certamente, reuniões para debater interesses públicos do Estado do Rio de Janeiro, na época em que a mãe de V.Exa. governava o Estado, e eu estava presente em várias reuniões.

Com relação a pagamento de despesas por terceiros, eu não tenho o hábito de ninguém pagar as minhas despesas. Sempre as paguei, e ninguém pagou as minhas despesas em nenhum momento.

Com relação ao conteúdo da fala de V.Exa., eu queria dizer o seguinte: V.Exa. tem o seu mandato legítimo e o direito de questionar, sendo membro da CPI ou não sendo membro da CPI, e eu tenho toda a obrigação de responder o que foi questionado.

Nós não temos aqui nesta Comissão que trazer as nossas desavenças eventuais, políticas, para um processo sério de investigação, de inquirição e de



obtenção do legítimo direito à informação, até porque, Deputada Clarissa, neste momento em que se acusava, para fazer o aluguel da plataforma de 2006, nós estávamos no Rio de Janeiro defendendo a candidatura do seu pai, dentro do PMDB, à Presidência da República, enfrentando o Governo — e V.Exa. estava num caminhão de som pedindo o *impeachment* do Presidente Lula.

Ao mesmo tempo, Deputada Clarissa, nesse mesmo momento, 9 anos atrás, em 2006, a mesma revista que V.Exa. cita como nota, eu me lembro bem que eu tive, num determinado fim de semana, que ir ao Palácio, sede do Governo do Estado, onde V.Exa. e a Exma. Sra. sua mãe, aos prantos, revoltadas, e efetivamente com razão, porque havia uma matéria jornalística que atribuía que os voos realizados de pré-campanha eram no avião de um traficante, quando na realidade era um avião que havia sido apreendido pela Justiça e estava à disposição de locação no mercado. E aquele momento resultou, inclusive, numa greve de fome do seu pai para responder à matéria da revista.

Então, todos nós somos vítimas de publicações que não correspondem à realidade. E, seriamente, eu estou sempre à disposição para esclarecer aquilo que V.Exa. entender para o bom andamento dessa investigação e do esclarecimento dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero, antes de encerrar, agradecer a V.Exa. pela presença aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, e deixo aberto o microfone para as suas considerações finais a fim de que a gente possa dar seguimento à reunião.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Eduardo Cunha) - Quero agradecer a todos vocês a minha possibilidade de aqui estar para poder esclarecer os fatos; agradecer pelas manifestações que porventura foram feitas, aqui, de acolhimento das minhas razões; e dizer que eu continuo inteiramente à disposição para o esclarecimento de qualquer fato que possa merecer de V.Exas. a verdadeira elucidação e o esclarecimento.

Muito obrigado a todos vocês, e bom trabalho na CPI.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, questão de ordem, aqui. Eu gostaria de perguntar a V.Exa. sobre um procedimento. O Regimento Interno diz:



“Art. 9º Os Deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o Líder quando a representação for igual ou superior a um centésimo da composição da Câmara.”

Ou seja, cinco Deputados. Como nós temos na Casa 28 partidos, eu pergunto: V.Exa. vai admitir Deputado de cada partido, ou vai considerar os cinco Deputados? Porque V.Exa., há pouco, deu a palavra ao PEN. No PEN, eu sei, são dois Deputados. É uma exceção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O PEN tem direito a esse tempo, que eu concedi ao Deputado Junior Marreca, que é o seu Líder, de 5 minutos por semana. Então, ele já usou o tempo a que tem direito, perante o Regimento da Casa. Em continuando a nossa reunião, nós não daremos mais tempo de Líder, porque quase todos os Líderes já usaram o seu tempo. Nós temos aqui 17 partidos que já usaram esse tempo, podendo ser usado uma única vez por reunião. Então, nós não concederemos esse tempo de Líder. Daremos tempo...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero concluir a resposta ao Deputado Izalci, já esclarecendo.

Eu irei proceder da seguinte forma: o Sr. Sérgio Gabrielli, ao entrar na reunião, será inquirido pelo Sr. Relator, Sub-Relatores, autores, e inscritos — membros e, posteriormente, não membros.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, questão de ordem. Eu cheguei aqui no início do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Um minuto, Deputado Florence.

V.Exa. está liberado. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu cheguei aqui bem cedo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu estou aguardando a questão de ordem de V.Exa., Deputado Florence.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu vou esperar retomar. Inclusive, nós estamos sendo obstruídos na nossa visão por um jornalista — que agora saiu da frente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, eu queria apresentar uma proposta.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - É isso que eu estou propondo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu queria fazer uma proposta ao Presidente, ao Vice-Presidente e aos demais membros. São duas horas da tarde, 14 horas, e o plenário praticamente se esvaziou. A maioria dos Líderes não terá direito a pedir a palavra como Líder. Se eu estivesse aqui para proteger o Gabrielli, que é filiado ao meu partido, eu insistiria para que se desse prosseguimento. A minha proposta é concreta: que nós pudéssemos transferir o depoimento de José Carlos Gabrielli para a próxima...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sergio Gabrielli.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - José Sergio Gabrielli para a próxima semana, em razão do adiantado da hora e também de poder permitir que seja feito um debate com todos, podendo usar o instrumento da Liderança. Eu acho que seria o caminho mais prudente para podermos avançar nos nossos objetivos.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, tem apoio aqui, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - A sugestão do Relator tem apoio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Bruno Covas, que pediu a palavra. Depois o Deputado Florense; depois V.Exa.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, eu queria, com todo o respeito ao Relator, posicionar-me de forma contrária. Nós estamos aqui com uma Ordem do Dia. Quem entrou na CPI sabia muito bem que, não só essa, como outras reuniões vindouras terão a mesma duração. Portanto, nós estamos aqui preparados, aguardando o depoimento do ex-Presidente da PETROBRAS. Tenho certeza de que outros Deputados que se encontram cada um na sua sala virão quando esse



depoimento se iniciar. Portanto, sou plenamente contrário à decisão de se adiar isso, até porque nós temos um prazo para concluir esta CPI, vários requerimentos aprovados, e vai chegar um momento em que não teremos nem tempo para ouvir todo mundo.

Então, acho que hoje, como havia sido marcado, todo mundo sabia disso desde terça-feira passada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou ouvir os representantes dos partidos. Em seguida a Presidência decidirá.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu não gostaria de adiar isso.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Florence com a palavra.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Florence com a palavra. Em seguida, Deputada Eliziane Gama, Deputado José Rocha e Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, eu cheguei aqui cedo por uma estratégia, pela qual nós optamos, para intervenção de nosso partido. Estou designado pelo meu Líder como líder da nossa bancada aqui, na Comissão, e optei por jogar minha inscrição individual para o fim, e não coincidiu tempo de Liderança com o de requerente. Para fazer uma intervenção como Líder, procurei a Mesa, pedi...

Na CPMI, nós tínhamos uma lista de inscrição de Líderes. O Deputado Imbassahy acompanhou. Procurei essa lista de inscrição. Não havia. Registrei, com o Secretário da Comissão, meu pedido de inscrição.

A decisão tempestiva, porque a oitiva vai começar, nos pega de surpresa, alterando a nossa estratégia. Eu quero recorrer da decisão de V.Exa., porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero justificar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Mas deixe-me concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Quero recorrer da decisão de V.Exa. porque, apesar de ser a mesma sessão, são méritos absolutamente distintos.

Eu advoguei na sessão anterior para que não houvesse a coincidência das duas oitivas justamente por essa razão. Nós tivemos agora o Presidente da Câmara dos Deputados e teremos um depoente, que foi Presidente da PETROBRAS, conteúdos absolutamente distintos.

Posso anuir e posso não anuir com o adiamento. Não tem problema. Se se realizar agora, eu ficarei aqui, como de regra fiquei na CPMI — aliás, em muitas oportunidades, ficamos eu e Izalci, às 10 horas da noite, sozinhos, e quase invariavelmente éramos os primeiros a chegar. Então, eu ficarei o tempo todo aqui, se necessário. Agora, a esta altura, com essa natureza de depoimentos, mantido o depoimento, retirar o tempo de Líder, quero recorrer. Creio que não é apropriado, mesmo que porventura haja resguardo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A nossa decisão, primeiro, ela cumpre o Regimento. Segundo, diante do adiantado da hora — já são mais de 2 horas da tarde; iniciou-se às 9h30min da manhã... Todos nós estamos aqui desde o início. Aqui, quase todos que estão presentes no plenário...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, permita-me: se vai ser mantida a oitiva, hora não é justificativa para nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. Eu irei responder a V.Exa...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Deputado Florence, deixe o Presidente discorrer.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - E o senhor é Presidente, é intermediador ou é quê? V.Exa. é o quê?

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Estou lhe alertando para não atrapalhar o trabalho.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - O senhor está contribuindo em atrapalhar. Não se meta!

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Eu nunca lhe vi tão agressivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero pedir...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero dizer que esta nossa decisão visa justamente termos celeridade nos trabalhos.

Irei ouvir os demais representantes. Deputada Eliziane Gama com a palavra.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, eu queria fazer...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, permita-me, quero registrar, porque foi fora do microfone, as minhas desculpas. Eu não sabia que era Paulo Magalhães. Ele tem autoridade para isso. É meu instinto de sobrevivência querendo fazer minha intervenção, mas Paulo pode intermediar tudo...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Agora é tarde, Deputado. Palavras jogadas ao vento. Não tem como colhê-las novamente.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não é tarde, não. O senhor é que está se precipitando e se metendo onde não é chamado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero fazer um apelo para que a gente possa...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, nós temos programada para a próxima reunião uma sessão deliberativa. Nós temos vários requerimentos na Ordem do Dia para a próxima reunião. Eu queria apenas concordar com o Relator, desde que nós dividíssemos também e não saíssemos da sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A próxima reunião será terça-feira. Ela não será deliberativa; ela será uma reunião de trabalho do Relator com os Sub-Relatores, os Presidentes, os Vice-Presidentes. Os Líderes partidários da Comissão também serão convidados, para que a gente possa incorporar as sub-relatorias ao plano de trabalho do Relator. Os Sub-Relatores, que ontem foram reunidos por nós, irão trazer a proposta de plano de trabalho de cada sub-relatoria, para que a gente estabeleça o funcionamento de cada uma delas, para que a gente vise ao bom funcionamento da CPI.

Então, na terça-feira, às 9 horas, tem uma reunião aberta para todos os membros. Na Secretaria da CPI, nós teremos uma reunião de trabalho, para que a gente possa, a partir dali, ter um direcionamento de como cada sub-relatoria irá funcionar. E marcaremos uma oitiva para a próxima quinta-feira. Já assinei, inclusive, o requerimento de convocação, aprovado pela maioria, por que não dizer



pela unanimidade, deste Plenário, do Sr. Renato Duque, ex-Diretor da PETROBRAS, para vir na próxima quinta-feira.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ótimo! Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, essa é a programação da próxima semana, já deixando aqui muito claro. Depois, na quinta-feira da semana que vem, com certeza, apresentaremos a pauta da outra semana.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Fica, portanto, prejudicada a possibilidade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu quero saber quando a Comissão vai votar outros requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Provavelmente, Deputado Ivan, na outra semana.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas tem uma data?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Terça ou quinta-feira, como costumeiramente estamos fazendo as reuniões.

Eu não posso fazer reunião deliberativa sem ter esse plano de trabalho das sub-relatorias, porque é através desse plano de trabalho que os requerimentos a serem apreciados deverão, penso como Presidente, seguir.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Portanto, fica inviável, Sr. Presidente, suspender a oitiva de hoje.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só um esclarecimento, Presidente. A reunião de terça-feira é uma reunião ordinária da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É uma reunião de trabalho interna, marcada pelo Presidente, pelo Relator, pelos Vice-Presidentes e pelos Sub-Relatores. V.Exa. está convidado para levar lá a sua opinião, com certeza, relevante para o bom funcionamento desta CPI.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Pela ordem, Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra a Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria só finalizar.



Diante da sua colocação, fica, portanto, prejudicada a possibilidade de adiar essa oitiva de hoje. Então, eu voto pela manutenção da oitiva de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, para mim, não importa que seja hoje ou adiar. Vou concordar com o adiamento. Mas, levando em consideração a colocação do Relator desta Comissão e tendo em vista já esta exaustiva reunião de hoje, não tenha dúvida de que uma reunião para ouvir o Presidente da PETROBRAS, iniciando de manhã, mais cedo, seria muito mais produtiva para esta Comissão.

Eu não acredito, Presidente, que uma reunião agora, começando depois desta reunião, tenha a mesma produção que teria se começasse no horário normal, de manhã. Eu acho que nós vamos ouvir é o ex-Presidente da PETROBRAS. Então, eu acho que deveríamos levar em consideração a colocação feita pelo Relator nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Celso Pansera. Em seguida, Deputado Silas Câmara.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, o PMDB tende a manter a oitiva em função da carga de trabalho que nós temos. De fato, foram incorporadas novas sub-relatorias, temos proposta de novas sub-relatorias. Então, a gente tem que, semana que vem, organizar um pouquinho isso. Portanto, a gente pode aproveitar hoje, uma quinta-feira, dia de trabalho, dar uma esticada aí e avançar na oitiva com o Sr. Sérgio Gabrielli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Silas Câmara.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, na verdade, eu pedi a palavra para dizer a V.Exa. que eu concordo e apoio a proposta feita pelo Relator, do adiamento da oitiva, até porque, Sr. Presidente, essa oitiva vai ser muito importante para a conclusão dos trabalhos desta Comissão. Até o quórum acho que está inadequado para essa oitiva.



Portanto, eu quero declarar apoio à proposta do Relator, e pedir a V.Exa. que defira de forma definitiva o pleito do Relator, para que nós possamos, então, seguir em outras atividades nesta Casa.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, Presidente, quero registrar a posição do PT, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Onyx vai falar pelo Democratas.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Quero fazer uma ponderação a todos aqui. Primeiro, esta CPI tem 6 meses, prorrogáveis por mais 60 dias. Com o volume de trabalho que nos espera, esse tempo será insuficiente para todo o complexo esquema que nós vamos ter que investigar.

Portanto, há uma expectativa. A sociedade brasileira, que acompanha os nossos trabalhos, está ligada na Internet, está ligada na televisão, nas emissoras de rádio, na *Rádio Câmara*, está acompanhando ao vivo. O que a sociedade quer? Que Deputado trabalhe! O depoente está sentado aqui, o Parlamento gastou para o depoente estar aqui. Até lanche ele já fez, pago com o dinheiro público. Ele tem que sentar ali e ser inquirido, porque este é o nosso dever: trabalhar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, eu fiz...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Quero registrar a posição do PT, Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu fiz a proposta, até porque, no discurso, quando fui apresentado como Relator, eu fui claro: nem proteger e nem perseguir. Eu verifico que o quórum está baixo, os Líderes, como é a mesma sessão, não poderão pedir a palavra como Líder, mas eu retiro a proposta. Convido o...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Vamos trabalhar. Muito bem, Sr. Relator! Parabéns, Sr. Relator! É isso mesmo! Vamos trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Convido o Sr. Sérgio Gabrielli.

(Não identificado) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que ele...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, eu insisto no tema da Liderança. Eu não quero abrir mão do tempo. Eu acho imprópria essa decisão.



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço à Secretaria da CPI que convide o Sr. Sérgio Gabrielli para que ele venha até a mesa dos trabalhos. Como é que estão as inscrições?

Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - A sua decisão está tomada. Eu quero dizer que quem defendia o adiamento não estava defendendo não trabalhar, mas condições de trabalho mais adequadas. Talvez não sejam exatamente aquelas de ontem, quando ficamos 16 horas aqui. A cada dia os Deputados e Deputadas estão ficando. Isso não... A ideia de se passar para a sociedade que nós não trabalhamos é um absurdo. Nós trabalhamos bastante também aqui. E eu quero só enfrentar esse argumento, que não achei correto. E, por outro lado, Sr. Presidente, justamente por isso, nós ficaremos atentos ao quórum, porque queremos que todos escutem o Presidente José Sérgio Gabrielli.

Então, eu queria pedir a V.Exa. que ficasse bastante atento, que olhasse o Plenário e, se não houver quórum, nos desse oportunidade, talvez, de continuidade posterior, em outro momento. Eu até...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, para contraditar, Presidente.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Não, não tem... Eu nem concluí. Eu só quero, então, concluir, Sr. Presidente, dizendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A palavra está assegurada a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Quero concluir dizendo isto: que não se passe a ideia de que trabalhamos pouco, porque estamos trabalhando muito, todos dedicados. Vamos ficar aqui até a hora que V.Exa. determinar, mas, se não houver quórum, nós queremos que V.Exa. observe...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Para contraditar.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - ...e, como Presidente, seja zeloso. Se não houver quórum, nós queremos que os Deputados tenham oportunidade outro dia de ouvir também, novamente, o Presidente José Gabrielli.



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Vai virar CMO, vai virar CMO, para dar verificação de quórum agora?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Para contraditar, para contraditar. Sr. Presidente, está é uma reunião para a CPI ouvir um depoimento e os Parlamentares fazerem o questionamento. O quórum é obtido originalmente, Sr. Presidente, e o quórum só é exigível para deliberação. Poderíamos ficar aqui V.Exa., o Relator e mais um Deputado, e seria plenamente regimental esse procedimento. Em nenhuma CPI, Sr. Presidente, o quórum é averiguado após a abertura dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero dizer que esse é um assunto vencido. Já temos o nosso convidado aqui, acredito eu que pronto para colaborar com o nosso trabalho de investigação.

Darei a palavra... Deputado Fernando Monteiro, não? Deputado Delegado Waldir ainda quer fazer uso da palavra?

Eu queria pedir que a gente pudesse ser conciso nas declarações, para a gente poder iniciar o trabalho.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Muito rapidamente, Sr. Presidente, só para dizer que não interessa se a pessoa é um ex-Presidente da PETROBRAS, quem quer que seja. Eu acho que ela tem que ter tratamento igualitário, como todo e qualquer cidadão que vai ser ouvido em qualquer lugar. Nós não devemos ter preferências nesta CPI. Eu só queria deixar isso bem claro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A nossa decisão, respondendo ao Deputado Florence, está mantida em não conceder tempo de Liderança, visando aqui a inscrição de 35 Parlamentares como membros inscritos, três Deputados não membros inscritos. E temos aqui os autores: Deputado Carlos Sampaio, Deputado Onyx Lorenzoni, Deputado Ivan Valente, V.Exa., Deputado Afonso Florence, Deputado Paulo Pereira e Deputado Carlos Marun. Então, nós temos aí pouco mais de 40 Deputados inscritos, o que, sem dúvida alguma, tornará a nossa reunião muito participativa, inclusive com Líderes já inscritos como autores e também como membros, para poderem fazer os questionamentos.



Após convidar o Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, a quem agradeço a presença aqui na nossa CPI, gostaria de convidar V.Sa. a fazer o juramento necessário.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa. Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido ao convidado será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. Cada Deputado inscrito terá o prazo de até 3 minutos para fazer suas indagações, dispondo o convidado de igual tempo para a resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Boa tarde, Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, é com prazer que eu estou, se não me engano, pela sexta vez, nos últimos 5 anos, neste Congresso, falando sobre a PETROBRAS. Eu entrei na PETROBRAS em 2003, como Diretor-Financeiro. Fiquei como Diretor-Financeiro da PETROBRAS de 2003 a 2005. Depois, assumi a Presidência da PETROBRAS em junho de 2005, e fiquei na PETROBRAS como Presidente até fevereiro de 2012. Portanto, estou há 3 anos fora da PETROBRAS e continuo vindo aqui falar sobre a PETROBRAS, com todo prazer e todo orgulho. Gostaria de comentar, nesse período em que fui, também com muito orgulho, o Presidente que levou mais tempo na Presidência da PETROBRAS, na sua história, o que nós fizemos nesse período. Quando eu entrei na PETROBRAS, a PETROBRAS era uma empresa que valia em torno de 15 bilhões de dólares no mercado. Essa empresa tinha aquela atividade principal de uma empresa de petróleo, que é a busca de novos reservatórios nas áreas de exploração, diminuindo, portanto, ao longo prazo, condenada a não crescer, por uma orientação do seu Conselho de Administração, naquela época, de não disputar agressivamente os leilões que a ANP realizava naquele momento, para deixar espaços para outras empresas conquistarem novos espaços na exploração de petróleo no Brasil. Essa área



exploratória, portanto, condenava a PETROBRAS no longo prazo. Nós modificamos completamente essa orientação, por orientação do Conselho de Administração da PETROBRAS. Nós passamos a adotar uma política de expandir as áreas exploratórias da PETROBRAS, participando de forma ativa e de forma bastante intensiva na busca de novas áreas exploratórias no Brasil. Expandimos, portanto, a possibilidade de a PETROBRAS crescer. Não só expandimos a possibilidade de a PETROBRAS crescer como expandimos a potencialidade de produção na Bacia do Espírito Santo, ao norte da Bacia de Campos, e na Bacia de Santos, ao sul da Bacia de Campos. A expansão da atividade exploratória de petróleo para a Bacia de Santos e para a Bacia do Espírito Santo possibilitou a descoberta desse gigantesco reservatório, desse gigantesco volume de recursos de hidrocarbonetos, que se chama o pré-sal brasileiro, a maior descoberta de novos petróleos convencionais do mundo nos últimos 10 anos. Portanto, o resultado de uma política de intensificar a atividade exploratória significou expandir o futuro e a potencialidade da PETROBRAS. A PETROBRAS, hoje, tem em suas reservas 15 bilhões de barris. Além do mais, nesse período, a PETROBRAS adquiriu o direito de produzir, através do contrato de cessão onerosa com a União, mais 5 bilhões de barris. Portanto, tem a possibilidade de produzir, com suas reservas já descobertas mais a cessão onerosa que garante o volume de 5 bilhões de barris, 20 bilhões de barris para produzir, e adquiriu, através do primeiro leilão do pré-sal, no modelo de partilha de produção, o direito de produzir, no Campo de Libra, 40% desse campo, que equivale, mais ou menos, entre 3 e 4 bilhões de barris. Portanto, nós estamos falando de uma empresa que hoje tem 23 bilhões de barris em suas reservas para produzir. Isso significa, senhores, excelências, que, se a PETROBRAS não descobrir nenhum barril novo, ela tem petróleo para produzir cerca de 23 anos de produção. Essa realidade só é possível se você modifica completamente o funcionamento da empresa e se cria as condições de infraestrutura para fazer essa produção. Criar essas condições de infraestrutura significa ter sondas de perfuração em um volume suficiente para essa escala de produção, significa ter unidades de produção, chamadas de FPSO, que possam processar o petróleo produzido e permitir entregar esse petróleo aos navios petroleiros, significa ter barcos de apoio, significa ter sistemas submersos de controle e pressão e de produção, significa ter



estruturas de bases de apoio em terra, helicópteros, significa, portanto, uma máquina de produção gigantesca. Mas não é só isso. A PETROBRAS, portanto, na área de exploração e produção de petróleo, transformou-se na empresa que tem o maior potencial de crescimento no mundo de petróleo convencional novo. Não somente isso em termos de descobertas, mas, a partir de 2006, com a descoberta do pré-sal, chega-se hoje a ter uma produção proveniente do pré-sal superior, em alguns dias, a 800 mil barris por dia. É uma realidade objetiva a produção do pré-sal brasileiro hoje. Para você produzir, a mais de 2 mil metros de lâmina d'água, a 6, 7 mil metros de profundidade, a 250 quilômetros da costa, você precisa ter uma estrutura de produção para isso. Não é uma produção instantânea, nem trivial. É uma produção complexa, tecnologicamente desafiadora e que tem um sucesso extraordinário para a PETROBRAS, porque as experiências mundiais, seja no Golfo do México, seja no Mar do Norte, seja no oeste da África, é de que a produção no mar, para atingir 500 mil barris, em todas essas áreas, demorou muito mais do que 7 anos que a PETROBRAS levou para chegar aos 500 mil barris/dia do pré-sal, demonstrando a capacidade de gestão, demonstrando a competência técnica de sua força de trabalho e demonstrando a capacidade de dar respostas aos desafios de produção. Mas não foi só a mudança que ocorreu no âmbito da exploração e produção. Nesses 12 anos, a PETROBRAS também fez uma transformação profunda na sua área de refino. O Brasil vivia, de 1998 a 2005, uma fase de estagnação do mercado brasileiro de combustíveis. O mercado brasileiro de *diesel*, gasolina, querosene de aviação, GLP, praticamente não cresceu no Brasil de 1998 a 2005. Os investimentos nas nossas refinarias, cuja a mais nova tinha sido a refinaria de São José dos Campos que foi feita em 1980. Portanto, desde 1980, nós não tínhamos uma refinaria nova no Brasil. Essa situação do refino brasileiro transformou-se completamente, fez-se um novo tipo de investimento, intensificou-se um investimento muito grande na melhoria da qualidade dos produtos, nós reduzimos a proporção de enxofre na gasolina e no *diesel* de forma significativa, caindo de 2 mil partes/milhão para hoje termos refinarias que produzem 10 partes/milhão de enxofre. E isso significou investimentos em equipamentos complexos, significou investimentos grandiosos, gigantescos, na área de refino no Brasil, significou pensar em fazer novas refinarias no Brasil, significou pensar em



expandir a capacidade de refino no Brasil, porque se antecipava o crescimento do mercado brasileiro de derivados. Isso significava, portanto, intensificar o investimento no refino brasileiro. Nós expandimos e fizemos voltar também e expandir o papel da PETROBRAS na petroquímica brasileira, setor do qual a PETROBRAS estava afastada, por uma decisão do Governo de privatizar totalmente a atividade petroquímica brasileira. Nós revertemos essa perspectiva e tornamos a PETROBRAS um *player*, um ator, um agente, importante na área petroquímica. Nós fizemos a PETROBRAS crescer na área de álcool. Nós fizemos a PETROBRAS crescer na área de biodiesel. E hoje a PETROBRAS é uma das grandes produtoras de álcool do Brasil e uma das grandes produtoras de biodiesel do Brasil. Expandimos a capacidade de a PETROBRAS produzir fertilizantes nitrogenados de ureia e amônia, a partir do gás natural. Modificamos completamente a posição da PETROBRAS no gás natural brasileiro. Transformamos o gasoduto Brasil-Bolívia, que era um gasoduto que trazia gás da Bolívia na capacidade de até 30 milhões de m³/dia. Mas nós estávamos trazendo, em 2003, 9 milhões de m³/dia, pagando à Bolívia 24 milhões por um contrato de *take or pay* que nós tínhamos. Nós expandimos o mercado brasileiro de gás natural, criamos uma rede nacional de gasodutos que conecta a malha de gasodutos do Nordeste com o Sudeste, integramos a malha de gasodutos brasileiros. Fizemos a PETROBRAS se transformar num grande produtor de energia elétrica a partir da termoelétrica de gás natural, onde a PETROBRAS hoje tem quase 8 mil megawatts de capacidade de geração elétrica, que são fundamentais para a estabilidade da oferta de energia elétrica no País. Fizemos tudo isso, passando a força de trabalho da PETROBRAS de 33 mil empregados para mais de 80 mil empregados, onde hoje mais de 50% dos empregados da PETROBRAS têm menos de 10 anos de companhia. Portanto, renovamos a força de trabalho da PETROBRAS, modificamos a capacidade de a PETROBRAS dar resposta às tecnologias, expandimos as relações da PETROBRAS com centros de pesquisa do Brasil, expandimos a possibilidade de a PETROBRAS desenvolver tecnologias próprias, expandindo a capacidade de desenvolvimento tecnológico interno na companhia, e viabilizamos, portanto, a companhia ser do tamanho que ela deve ser. Do ponto de vista da governança interna da companhia, nós crescemos. De 2003 a 2009, último número que eu tenho



— eu não consegui levantar os números mais recentes —, a força de trabalho da PETROBRAS cresceu 60%. A força de trabalho alocada, a auditoria interna da PETROBRAS, nesse mesmo período, cresceu 173%. Nós aumentamos mais de 3 vezes a auditoria interna da PETROBRAS, considerando que nós estávamos saindo de uma empresa que investia 5 bilhões de dólares por ano para uma empresa que estava prevendo investir 45 bilhões de dólares por ano, portanto, nove vezes mais do que investia até 2002. Esse crescimento nós sabíamos que criaria, portanto, um conjunto de novas possibilidades e de novas necessidades de contratação. A PETROBRAS chegou a ter 240 mil contratos por ano; 240 mil contratos por ano é uma média de 20 mil contratos por mês. A Diretoria da PETROBRAS reúne semanalmente, e reunia definindo, toda semana, entre quarenta e cinquenta novos assuntos. Portanto, tem 2.500 decisões por ano a Diretoria da PETROBRAS, e decisões fundamentais, porque são decisões grandes, não são as decisões sobre os detalhes. A partir de 2006, a PETROBRAS segue as regras da contabilidade internacional, e a Lei Sarbanes-Oxley foi dos Estados Unidos. Para quem não se lembra, para quem não conhece essa lei, essa lei foi feita por dois congressistas americanos, a partir do escândalo da Enron. Obriga as empresas internacionais a ter na sua contabilidade certificações anuais dos processos de controle interno da companhia. A PETROBRAS, em 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, teve os seus controles internos certificados por uma das grandes auditoras internacionais, chamada KPMG. A KPMG certifica que os controles internos da PETROBRAS estão de acordo com os requisitos da contabilidade internacional. Seis, sete, oito, nove, dez e onze. Doze e treze também são certificados pela Price Waterhouse. Em 2014, a Price não quer certificar esses controles, por causa das denúncias feitas pelo ex-Diretor Paulo Roberto Costa. E eu quero falar um pouco do que o ex-Diretor Paulo Roberto Costa e o Gerente Barusco confessaram. Esses dois ex-gerentes e ex-dirigentes da PETROBRAS confessam crimes, confessam atividades corruptas, confessam que se apropriaram privadamente de recursos e que esse processo de aquisição e de apropriação privada desses recursos respeitou as regras internas da PETROBRAS. E eu vou tentar chamar a atenção dos senhores ao que é que significa. Os processos de compra da PETROBRAS e os processos de contratação, que eu mencionei, são gigantescos e são crescentes — e que são em volumes



muito grandes —, são processos que não são individuais. São processos procedimentados, com regras definidas. As comissões de licitação funcionam. A orçamentação interna da PETROBRAS funciona, como se fosse um concorrente na licitação. Os orçamentos não vazaram. Os orçamentos e os custos estavam de acordo com as realidades de mercado, portanto não estavam com superfaturamento na sua contratação. Esses resultados e esses processos internos permitiam uma negociação sobre as margens e sobre as despesas indiretas, o chamado BDI. Todos esses números, todas essas questões estão dentro dos parâmetros aceitos pela PETROBRAS, portanto são impossíveis de serem percebidos como ato de corrupção. O ato de corrupção, o ato da propina ocorre na negociação de algumas pessoas criminalmente se associando com fornecedores externamente à PETROBRAS, que dividem o seu lucro legítimo, o lucro legítimo deles, porque dentro das margens da PETROBRAS. E é na negociação externa à PETROBRAS, entre esses agentes individuais, que se trata, que se tem a fonte da confissão desses senhores. Não é possível, portanto, identificar esse comportamento nos procedimentos internos da PETROBRAS. É por isso que, depois da denúncia, quando o Sr. Paulo Roberto tinha feito já a sua delação premiada, a PETROBRAS contrata dois grandes escritórios mundiais especializados em investigação. E tem dezenas de investigadores acompanhando isso. Tem dois mil, segundo diz a imprensa, porque eu não estou dentro da PETROBRAS, portanto, não tenho informações internas da PETROBRAS sobre isso. Segundo a imprensa, tem dois mil gerentes da PETROBRAS sendo observados. Apesar disso, quase 1 ano depois, não se chega à conclusão final sobre o assunto. Nós temos a Operação Lava-Jato, conduzida por procuradores, juízes, policiais federais, com centenas de investigadores. Não se tem uma posição final definitiva sobre isso. Nós temos as auditorias internas, o TCU fazendo auditorias específicas, conduzidas, focadas sobre isso. E não se tem uma conclusão interna sobre isso. Como é que o procedimento normal de uma empresa que tem esse volume de atividade vai identificar esse tipo de comportamento? É impossível se identificar esse tipo de comportamento internamente. Isso é um caso de polícia. Como tal, vai ser descoberto por investigação policial, que vem de outras fontes, como é o caso da Operação Lava-Jato, que começa por investigações de drogas e de utilização de



dinheiro ilícito. Portanto, é impossível se pensar que era possível na PETROBRAS, no funcionamento normal da empresa, se identificar esse tipo de comportamento. Tanto é que o Sr. Barusco, por exemplo, confessa que faz isso há 18 anos e não foi pego, porque é impossível, num comportamento normal, se pegar esse tipo de comportamento. Além do mais, dada à crise que isso provoca, nós temos um risco a que eu queria terminar minha fala chamando a atenção dos senhores e das senhoras. Nós estamos com um setor da economia brasileira muito importante para a economia brasileira, que é o setor de petróleo e gás. Esse setor representa, imagino algo em torno de 10 a 15% da formação bruta de capital do Brasil. Ou seja, representa o principal setor no investimento brasileiro. E esse setor que envolve as empreiteiras, que envolve os produtores de máquinas e equipamentos, que envolve a produção da construção pesada brasileira, que envolve a indústria naval brasileira, que envolve a indústria de equipamentos *subsea* para as estruturas submersas, esse setor hoje está se paralisando. A paralisação desse setor pode significar um impacto sobre um milhão de postos de trabalho no Brasil, que é o volume de emprego estimado associado ao plano de investimento da PETROBRAS. Cerca de um milhão de postos de trabalho estão associados a esse tipo de cadeia de produção no Brasil. Se nós desmontamos a cadeia de produção de petróleo e gás, de fornecimento de petróleo e gás — não é na PETROBRAS, porque a PETROBRAS vai resistir a toda essa pressão —, os empreiteiros, os fornecedores da PETROBRAS e os subfornecedores da PETROBRAS podem não resistir, o que significa que nós teremos uma substituição desses fornecedores por fornecedores internacionais. A substituição desses fornecedores por fornecedores internacionais não é um processo que ocorre instantaneamente. É um processo que leva tempo. Portanto, nós estamos falando que, nesse segmento fundamental para o crescimento brasileiro, que é o investimento brasileiro, nós podemos atrasar mais ainda os processos de implantação dos projetos de infraestrutura. Isso não significa apenas os projetos de petróleo e gás, mas a infraestrutura geral brasileira, que também é feita muito fortemente pelos mesmos fornecedores da PETROBRAS. Então, nós estamos vivendo um risco de, por um comportamento criminal de algumas pessoas, condenar a economia brasileira a uma crise mais profunda, condenar a geração de emprego e renda, condenar a estrutura de criação de postos



de trabalho associados a essa atividade. Em 2010, este Congresso Nacional aprovou, por iniciativa do Governo do Presidente Lula, modificações na Lei do petróleo brasileiro. Eu queria chamar a atenção do que também isso significa para esse novo marco regulatório do petróleo brasileiro. Com a descoberta do pré-sal, nós modificamos uma situação estrutural do desenvolvimento do petróleo brasileiro. O risco de encontrar petróleo no pré-sal é muito baixo. Consequentemente, o contrato de concessão, que era o contrato que regia os contratos do petróleo brasileiro no passado, não era o contrato mais adequado, porque, na verdade, é um contrato que deve ser voltado para a produção de difícil descoberta de petróleo. Nós modificamos a lei, criamos o contrato de partilha, viabilizamos, na nova lei, com aprovação do Congresso Nacional, o papel fundamental da PETROBRAS, e, mais ainda, para evitar o risco de doença holandesa, que é o risco de ficar dependente apenas do petróleo, criou-se uma política de conteúdo nacional que obriga a indústria brasileira a gerar emprego e renda no Brasil. É tudo isso que está sob a ameaça nesse momento. É tudo isso que, em última instância, está ameaçado pelo comportamento de um ou dois funcionários.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tem quanto tempo de fala?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Dr. Sérgio Gabrielli, o tempo de V.Sa. está esgotado. Mas, se V.Sa. ainda quiser fazer algum comentário, fique à vontade.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Muito obrigado. Eu encerro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. José Sérgio Gabrielli, em que ano V.Sa. assumiu o primeiro cargo na PETROBRAS? Qual cargo? Por quanto tempo?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu entrei na PETROBRAS em janeiro de 2003, como Diretor-Financeiro da PETROBRAS. Fiquei como Diretor-Financeiro da PETROBRAS de janeiro de 2003 a junho de 2005. Em 2005 fui nomeado, pelo Conselho de Administração da PETROBRAS, Presidente da PETROBRAS, substituindo o ex-Presidente José Eduardo Dutra. Fiquei na Presidência da PETROBRAS de junho de 2005 a fevereiro de 2012.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quais são as atribuições da Diretoria Financeira? Quais são as competências dessa Diretoria frente aos processos de investimento?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - A Diretoria Financeira da PETROBRAS cuida do caixa da PETROBRAS; cuida das captações de recursos, via operações de levantamento de recursos no mercado internacional e no mercado brasileiro; cuida da estrutura tributária e do pagamento de tributos e das questões tributárias relacionadas com os projetos da companhia; cuida da montagem e acompanhamento da definição do portfólio e projetos que constituem o plano de negócios da companhia; cuida das relações com os investidores, portanto, cuida da relação com os acionistas da PETROBRAS; cuida da contabilidade da PETROBRAS. Basicamente a Diretoria Financeira cuida disso. A Presidência coordena a ação dos diretores, não tem atividades operacionais relacionadas com a Presidência. A Presidência tem uma relação direta com o jurídico da PETROBRAS; tem uma relação com a comunicação da PETROBRAS; tem uma relação, portanto, com as gerências corporativas, que tratam das funções corporativas da empresa; representa a empresa em juízo e fora dela e conduz a estratégia orientada pelo Conselho de Administração da PETROBRAS; é membro do Conselho de Administração por ser Presidente. É o único membro do Conselho de Administração que é membro do Conselho por ser Presidente, porque todos os outros membros do Conselho de Administração são indicados pela assembleia como pessoas físicas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em relação...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Relator, só quero registrar que vários membros da CPI se ausentaram durante o depoimento do ex-Presidente Gabrielli. Estão ausentes, voltarão e farão seu espetáculo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Prossiga.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Com relação às indicações para os cargos de diretores da PETROBRAS, o Sr. Paulo Roberto Costa afirmou, em depoimento à Justiça Federal, que elas sempre foram políticas. Segundo ele...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Silêncio, silêncio. Vamos seguir a sessão, por favor.



(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Estou sendo provocado, Sr. Presidente. Estão me provocando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Por favor, peço ordem. Vamos respeitar aqui o Relator, que está com a palavra. Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Com relação às indicações para os cargos de diretores da PETROBRAS, o Sr. Paulo Roberto Costa afirmou em depoimento à Justiça Federal que elas sempre foram políticas. Segundo ele, isso teria ocorrido em todos os governos anteriores: Sarney, Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique e Lula. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Exmo. Deputado Luiz Sérgio, o processo de escolha dos diretores da PETROBRAS ocorre a partir da definição do Conselho de Administração da PETROBRAS. O Conselho de Administração da PETROBRAS é eleito pela Assembleia Geral de Acionistas da PETROBRAS, na qual o Governo brasileiro tem maioria, porque tem a maioria dos votos na assembleia geral. Portanto, o Governo brasileiro faz a escolha, com critérios próprios do Governo, dos membros do Conselho de Administração, orienta os membros do Conselho de Administração, que fazem as suas escolhas sobre os diretores. Quem aprova os diretores e quem aprova o presidente é o Conselho de Administração. Quando eu cheguei à PETROBRAS como Presidente, em junho de 2005, os diretores já estavam escolhidos, os diretores já estavam escolhidos. A única mudança que ocorreu na minha gestão... Houve duas mudanças na minha gestão de Presidente: a mudança da Diretoria de Gás e Energia, com a entrada da futura Presidente Graça em lugar do Diretor Ildo Sauer, em Gás e Energia, em 2007, e a substituição do Diretor Nestor Cerveró pelo Diretor Zelada, em 2009, se não me engano, não me lembro exatamente do ano. Portanto, no meu tempo a discussão era a de que precisávamos de perfis diferentes para substituir os diretores que estavam saindo. Os critérios que o Governo adota para escolher os diretores são critérios do Governo, não são critérios da Diretoria da PETROBRAS.



O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - É o chefe! É o chefe!

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A composição do Conselho de Administração, especialmente os integrantes externos à PETROBRAS e os de representação do Governo com assento no Conselho eram escolhidos de que maneira? V.Sa. poderia nos indicar nominalmente os integrantes do Conselho de Administração no período de sua gestão na Presidência da PETROBRAS?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O Conselho de Administração da PETROBRAS muda todo ano — pode mudar todo ano, melhor dizendo. Pode ser reconduzido, mas pode mudar todo ano. Você tem uma assembleia geral de acionistas como em qualquer empresa; em qualquer empresa, ocorre da mesma maneira. Em qualquer S.A., você tem uma assembleia geral de acionistas, os acionistas votam no conselho de administração e escolhem o conselho de administração. No caso da PETROBRAS, o único membro do Conselho de Administração, que é vinculado com contrato de trabalho com a PETROBRAS, é o Presidente. Não tem membro petroleiro no Conselho de Administração como petroleiro. Todos os membros do Conselho de Administração da PETROBRAS são externos à PETROBRAS e são escolhidos pela assembleia geral de acionistas. Quem vota na Assembleia Geral de Acionistas da PETROBRAS? A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional vota na assembleia geral representando o Governo. Os critérios de escolha, portanto, dos membros do conselho são critérios de escolha do acionista majoritário na maioria dos conselhos, dos minoritários que têm eleição separada dos minoritários para escolher os minoritários, onde o Governo não vota. E, portanto, é um processo de escolha normal, igual a qualquer uma das sociedades anônimas deste País.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Durante a sua gestão, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva aprovaram planos estratégicos e de negócios da PETROBRAS. V.Sa. poderia expor quais eram as motivações desse plano de negócios para o Brasil e os impactos para os grandes investidores do setor de petróleo e gás?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O processo de planejamento da PETROBRAS é um processo de planejamento, pela natureza da indústria de petróleo, de longo prazo. Não há nada na indústria de petróleo que leve



menos de 4 anos. O tempo médio entre a primeira descoberta de petróleo e o primeiro óleo produzido é de 7 anos. Uma refinaria não se faz em menos de 5 anos. Um campo de petróleo, para instalar um poço conectado com a FPSO, leva de 70 a 150 dias, e você tem 10, 12 poços para conectar. Não tem nada na indústria de petróleo que seja de curto prazo. Portanto, todas as questões referentes à indústria do petróleo são decisões de longo prazo. Como você faz decisões com incertezas, porque você tem que antecipar coisas que vão acontecer 5, 10 anos depois, você faz todo ano uma revisão do plano estratégico. O que significa revisão do plano estratégico? Um plano estratégico da PETROBRAS hoje é um plano que deve ter — eu não conheço o último plano estratégico da PETROBRAS — mais de 750 projetos. São 750 projetos dentro de um plano estratégico que são analisados individualmente, para vencer os impactos sobre os objetivos e metas da empresa. Esse plano estratégico tem projetos de investimento em quatro etapas. Todos os projetos da PETROBRAS passam pelas chamadas quatro etapas: fase 1, fase 2, fase 3, fase 4. O projeto na fase 1 é uma ideia geral do projeto, é o chamado projeto conceitual ou um projeto ainda, talvez, pré-conceitual, onde você define: *“Eu quero fazer uma melhoria no processo de hidrotreamento de uma determinada refinaria.”* *“Eu quero modificar o traçado de um gasoduto.”* *“Eu quero alterar uma tecnologia de separação óleo e água, botando esse processo submerso, e não na superfície da plataforma.”* Então, eu tenho vários projetos para os quais eu tenho uma ideia conceitual. Isso é aprofundado. Quando isso passa para a fase 2, eu entro numa fase de detalhamento desse projeto conceitual; avanço no conhecimento da engenharia desse projeto; e passo, portanto, a definir mais precisamente como se faz e como se fará esse projeto. Quando ele passa para a fase 3, começa-se a definição do projeto básico, que é o detalhamento da engenharia básica desse projeto. É nesta fase que você procura identificar quais são os potenciais fornecedores, você procura identificar, em linhas gerais, quais são os custos. Até a fase 3, na ampla maioria dos projetos, não há nenhuma contratação externa para fazer esses projetos. Portanto, os valores referentes aos projetos de investimento na fase 1, fase 2 e fase 3 são laboratórios, são planilhas, são estudos internos à PETROBRAS. Quando ele passa da fase 3 para a fase 4, ele começa o processo licitatório para começar o processo de construção. Então, as contratações, na ampla



maioria dos projetos, ocorrem na fase 4. Portanto, quando você faz uma avaliação dos projetos do plano estratégico da PETROBRAS, você está fazendo uma avaliação de projetos em diferentes fases de concepção e detalhamento. Complexidades diferentes, processos de identificação diferentes, com capacidade de detalhamentos diferentes, cujos significados dos valores têm significados distintos. Cada um desses portões, cada uma dessas fases são aprovadas coletivamente por diversas instâncias, até pela Diretoria da PETROBRAS, e em alguns casos até pelo Conselho de Administração da PETROBRAS. Portanto, o conjunto dos projetos é que se chama Plano Estratégico da PETROBRAS. O Plano Estratégico da PETROBRAS tem que levar em conta que a empresa está num segmento que é geopoliticamente condicionado. O petróleo não é uma *commodity* qualquer. O petróleo movimenta guerras, o petróleo movimenta situações internacionais. Portanto, as relações e os impactos que esse Plano tem com a sociedade brasileira tem que ser levado em conta pela natureza da atividade de petróleo. Como consequência disso, você tem sempre que levar o Plano Estratégico em consideração à situação macroeconômica em que ele está se desenvolvendo. Depois de feita a discussão dos detalhes, você vai para a financiabilidade desse Plano, que tem que ser visto também ao longo do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Silêncio, por obséquio.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O endividamento de uma empresa de petróleo é um endividamento de longo prazo e, como tal, tem que ser pensado na capacidade dessa empresa no longo prazo de repagar as suas dívidas. Portanto, é sempre um planejamento de longo prazo, levando em conta a realidade do tipo de portfólio que você tem de projetos, levando em conta a realidade econômica em que esse projeto vai se desenvolver, e levando em conta como isso vai impactar sobre a financiabilidade da companhia.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O nível de dispersão é grande.

Em 2006, antes da descoberta da província do pré-sal, quais eram as principais oportunidades de investimento da PETROBRAS?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Antes de 2006, a PETROBRAS tinha uma visão, naquele momento, a partir de 1998, de que a PETROBRAS tinha que se concentrar no desenvolvimento das descobertas que já



existiam na Bacia de Campos. Ali você tinha o Campo de Marlim, Albacora, Roncador, que eram grandes campos, gigantes campos naquela época. Hoje, pequenos, frente às descobertas do pré-sal, mas naquela época eram grandes campos, onde a PETROBRAS tenderia a ser crescente produtora de um petróleo pesado no Campo de Marlim, mas não só do Campo de Marlim. A Bacia de Campos era a bacia de maior perspectiva de produção da PETROBRAS na área de petróleo. No refino, a PETROBRAS concentrava seu investimento especialmente em dois tipos de investimento: lentamente, a melhoria da qualidade do *diesel* e da gasolina, portanto a criação de unidades de hidrotreamento e de hidrodessulfurização para diminuir a quantidade de enxofre na gasolina e no *diesel* da PETROBRAS, e também focada na maior conversão de nossas refinarias. As refinarias da PETROBRAS foram montadas para processar petróleo leve importado, e no Brasil estava crescendo a produção de petróleo pesado. Então, você tinha que melhorar a qualidade das refinarias para processar petróleo pesado, mas sabendo que o mercado brasileiro de derivados era um mercado estagnado. Não crescia o mercado brasileiro de derivados. No que se refere ao gás, você tinha o Gasoduto Brasil-Bolívia, você tinha duas malhas isoladas no Sudeste brasileiro e no Nordeste brasileiro, que não tinha uma grande capacidade de transporte de gás, e você tinha uma série de contratos feitos em 2001 e em 2002, que foram contratos extremamente lesivos à PETROBRAS, para montar termoelétricas, consórcios privados, em que o sócio privado ganhava maior parte do rendimento desses contratos. Consequentemente, essa era a realidade da PETROBRAS antes de 2006. Era uma empresa que tinha 33 mil empregados definindo, sem perspectiva de crescer, a não ser o crescimento da produção de petróleo em Marlim. A partir de 2003 e de 2004 começa a mudar a perspectiva, e, a partir de 2006, o mercado brasileiro começa a responder, e você passa a ter um mercado crescente. Hoje o mercado brasileiro de derivados é um mercado pujante, que cresce muito. O mercado brasileiro de produção de petróleo cresce muito, supera fortemente o declínio que vem naturalmente da Bacia de Campos, porque a produção de petróleo tende a declinar com o tempo no local em que ela se desenvolve. E você tem, portanto, novas oportunidades no refino, no gás, na energia, no biodiesel e no etanol.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Posteriormente, houve uma mudança no cenário mundial, principalmente no cenário americano, com a exploração de novas descobertas de reservas de gás de xisto. Nesse novo cenário, em que termos o Brasil foi atingido em relação à conjuntura do mercado mundial de petróleo e gás, e o que isso impactou na revisão dos planos estratégicos da empresa?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Em 2008, nós tivemos dois grandes fenômenos mundiais. O primeiro fenômeno, que é reconhecido mundialmente, é a crise financeira, a partir do Lehman Brothers, e a crise financeira que atingiu os Estados Unidos, se expandiu pela Europa e até hoje provoca problemas graves na área financeira do mundo. Mas também houve uma outra transformação, que não é a descoberta de novas reservas do gás de xisto americano. O que aconteceu nos Estados Unidos foi a generalização da aplicação de uma tecnologia, que era conhecida, mas que, nos Estados Unidos, encontrou condições específicas, especiais — específicas, especiais — muito importantes. A tecnologia chama-se *fracking*, que é fracionamento da rocha geradora. O reservatório de petróleo é gerado numa rocha geradora. O petróleo gerado e o gás migram pelas falhas geológicas existentes no campo e caminham até uma rocha chamada “rocha reservatório”. Essa rocha reservatório é uma rocha que tem... Ela é impedida de ascender à superfície e, portanto, acumula o petróleo na rocha reservatório. A produção do petróleo convencional é feita na rocha reservatório. Mas, na rocha geradora, fica uma certa quantidade de óleo e gás aprisionada por causa da porosidade e permeabilidade dessa rocha geradora que não migra para a rocha reservatório. Esse petróleo, na rocha geradora, esse gás, na rocha geradora, é chamado de gás e petróleo não convencionais. A quebra desta rocha geradora por injeção sob alta pressão de água e polímeros, que é o *fracking* da rocha geradora, permite a liberação desse potencial de petróleo que estava na rocha geradora e, portanto, permite aumentar a produção do petróleo já existente naquele reservatório. O que os Estados Unidos tiveram foi... Como isso é muito intenso e muito rápido, porque a produção desses reservatórios depleta o campo em cerca de 70% a 80% no primeiro ano, portanto você tem que continuamente fazer essa operação em novas atividades, isso só pode ocorrer num lugar em que você tenha uma indústria de perfuração ágil, ampla, com grande capacidade de atendimento às necessidades



de perfuração. Portanto, exige uma cadeia de fornecedores de serviço de perfuração muito intensa, mais cara do que o petróleo convencional, muito mais cara do que o petróleo convencional. E eu vou dizer os valores e por que a crise de petróleo hoje está mostrando que é muito mais cara. Essa atividade não somente precisa ter essa indústria como também precisa ter uma estrutura de *offload*, de entrega do produto que não tenha custo adicional, precisa ter gasoduto instalado que não necessite investimento adicional. Então as descobertas dessas áreas nos Estados Unidos, no Texas, na Luisiana e na Pensilvânia, em direção ao leste, ocorrem embaixo da rede de gasodutos já instalada nos Estados Unidos. Então, são duas situações de superfície que favoreceram muito a expansão do gás de folhelho, do *shale gas* nos Estados Unidos: a existência de uma indústria de fornecedores intensa e ágil e a presença de gasodutos já instalados, que não precisam investir, que permitem a expansão e a utilização dessa produção sem custo adicional para essa produção. Isso viabilizou, portanto, a expansão gigantesca dos Estados Unidos, do gás, de 2008 em diante, tanto é que os Estados Unidos se tornaram não somente autossuficientes em gás nesse período — e os Estados Unidos eram um país importador de gás —, tornaram-se um país autossuficiente na produção de gás como também um país potencialmente exportador de gás. Os Estados Unidos não exportam ainda gás, porque a lei americana — o Congresso americano — não deixa, porque, com esse gás barato, os Estados Unidos estão reindustrializando a economia americana. Mas por que o gás é barato? O gás é barato por essas realidades, só que o custo de produção dos campos marginais, ou seja, do campo adicional de gás nos Estados Unidos, está hoje em torno de 60 dólares por barril, equivalente. Com a crise do preço do petróleo do jeito que temos, da queda do preço do petróleo, está-se inviabilizando a produção de gás nos Estados Unidos, porque, diferentemente do que ocorreu de 2003 a 2013 — 2003 não, de 1993 a 2013 —, da crise de petróleo de 93 — de 1973...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - É o mesmo caso que o pré-sal nosso.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O pré-sal nosso é 45, o pré-sal nosso é 40-45.

(Manifestação no plenário.)



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não cabe aparte.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O pré-sal nosso é 40-45. O pré-sal nosso é viável 40 a 45. Portanto, não está ainda nesse nível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Dr. Sérgio Gabrielli, eu gostaria de pedir a V.Sa., sem prejuízo, objetividade nas respostas que são necessárias, que V.Sa. possa abreviar um pouco, porque o tempo das respostas está ficando longo demais. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - É que o tema é muito complexo. O tema é complexo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu sei, mas V.Sa. é um homem inteligente e pode...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Ah, Sr. Presidente, nós viemos aqui ouvi-lo e não falar mais do que ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu sei, mas se cada questão, Deputado Afonso Florence, se cada resposta demorar 5 ou 10 minutos, fica também um exagero. Ele pode reduzir bastante e ser um pouco mais direto. É isso que estou pedindo, nada mais do que isso.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Vou tentar atender ao apelo de V.Exa. Vou terminar só essa pergunta...

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - Estão sendo extremamente ilustrativas as informações de V.Sa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Além da observação de que, neste momento, não cabe aparte.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Nós queremos falar aqui é do roubo, do rombo na PETROBRAS, não é aula de...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Em 1997 e 1998, o Governo é FHC.

(Não identificado) - Presidente, o Relator tem liberdade para fazer...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente Gabrielli, nós queremos investigar o Presidente FHC, Presidente Gabrielli. Temos de objetivar para chegar lá.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Florence, por obséquio, tem um Relator com a palavra, está certo? É importante...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, eu não fui o único que me manifestei, porque senão fica parecendo que eu fui o único.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu sei, mas V.Exa...

(Não identificado) - O Relator tem a liberdade para fazer as perguntas que quiser, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Peço a todos, então. Ele tem liberdade de fazer todas as perguntas que desejar, como também o depoente tem que responder às perguntas. O que estou solicitando é que S.Sa. seja mais objetivo nas respostas, apenas isso, para que os serviços aqui prossigam normalmente. Portanto, é só isso.

Volto a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu tinha feito aqui a proposta de que nós pudéssemos ouvir o Gabrielli na próxima semana devido já à exaustão. Eu acho que...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Assunto vencido.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Isso está vencido, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Está vencido desde que...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não se trata disso...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Então, agora o senhor quer nos punir, é isso?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não cabe aparte de V.Exa. neste momento.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Tem de aprofundar a investigação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Está vencido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - A palavra está com o Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ...desde que o Regimento seja respeitado e, neste momento, cabe a pergunta do Relator e a resposta daquele que está sendo inquirido.



V.Exas. não estão permitindo o bom andamento do trabalho. Então, ao não permitirem, só reforçam a tese inicial minha de que seria melhor ter...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Relator, o senhor faça seu trabalho e pare de dar aula, porque aqui ninguém é menino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Onyx Lorenzoni, por obséquio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E você, por gentileza, respeite no momento em que eu estiver..., porque V.Exa. já usou, já atravessou o samba mais de cinco vezes.

(Não identificado) - Sr. Presidente, a gente pede que o Relator seja respeitado. Não dá para acontecer esse tipo de coisa.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, visivelmente estão tentando prejudicar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Por obséquio, a palavra está com o Relator Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Houve duas... O xisto impactou na mudança do plano estratégico da PETROBRAS, e, logo depois, com a descoberta da província do pré-sal, também houve uma mudança nos planos estratégicos da PETROBRAS. Então, quais foram as repercussões, a partir da descoberta do pré-sal, tanto no mercado interno quanto no mercado internacional, do plano estratégico da empresa?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - A descoberta do pré-sal é uma descoberta histórica internacionalmente. Quer dizer, ela é a maior descoberta de novo petróleo convencional no mundo nos últimos anos. E ela permite, portanto, que se tenha... Só para dar um número aos senhores, a média de descobertas na indústria do petróleo... Para cada dez poços perfurados, oito estão secos e dois têm algum indício de petróleo. Então, a média de sucesso na indústria de petróleo é de 20%; no pré-sal foi de 90%. Então, portanto, o risco exploratório no pré-sal é muito baixo. Não quer dizer que não tenha risco de produção, não quer dizer que não tenha dificuldade de produção. O que é baixo é o risco de não encontrar petróleo. Portanto, é fácil encontrar petróleo no pré-sal; difícil é produzir o petróleo no pré-sal. A PETROBRAS também demonstrou capacidade de produzir, resolvendo os



problemas todos de logística e de produção, porque está produzindo hoje, como eu disse há alguns dias, mais de 800 mil barris por dia. E 800 mil barris por dia é mais de um terço da produção brasileira, que é de 2 milhões e pouco — 2 milhões e 100 barris por dia. Nós estamos produzindo no pré-sal, que tem 7 anos de descoberto, mais de 800. Só para dar aos senhores um número, o meu glorioso Estado da Bahia tem 2 mil poços de petróleo produzindo e produz 42 mil barris por dia. Dois mil poços produzem 42 mil barris por dia. Um poço do pré-sal no Campo de Lula produz 34 mil barris por dia. Essa é a diferença de produtividade. É por isso que o pré-sal é viável economicamente, é por isso que é uma riqueza extraordinária. E mais ainda, a mudança fundamental que ocorreu não foi nem no âmbito interno da PETROBRAS, porque a PETROBRAS, claro que, tendo essa descoberta, concentrou seu plano de investimento em montagem na infraestrutura para isso. Ela precisa fazer sondas em quantidades que são gigantescas para o mundo; precisa fazer unidades de produção, plataformas de produção, que são em quantidades gigantescas no mundo; precisava ampliar a capacidade de produção da cadeia de fornecedores mundialmente. Portanto, era uma escala gigantesca o projeto de investimento do pré-sal. Mas, mais do que isso, o Congresso Nacional foi sábio, por sugestão do Presidente Lula, em aprovar a mudança no marco regulatório, criando três coisas que me parecem fundamentais: a mudança no marco regulatório do contrato de partilha; a criação da PETROBRAS como operadora única, que garante a centralização das informações, a utilização mais adequada da infraestrutura e a rapidez do conhecimento tecnológico; e, terceiro, a criação de um fundo que vai captar esses recursos do petróleo, aplicando em educação e saúde e viabilizando as transformações de nossa sociedade, no longo prazo.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Nenhuma deu certo.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Todas as três coisas estão em encaminhamento e estão sendo feitas. É isso que está sob ameaça neste momento atual. É esse modelo que está sob ameaça neste momento atual. Em última instância, é isso que está sendo ameaçado. E eu acho que deveríamos colocar essa discussão de forma explícita e não de forma implícita, tentando confundir o comportamento criminoso de alguns com o comportamento de uma empresa que está muito bem funcionando.



(Manifestação no plenário. Palmas)

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Até como metalúrgico da área da indústria naval, porque sou metalúrgico do antigo Estaleiro Verolme, em Angra dos Reis, eu vi a indústria naval pujante, vi a indústria naval ser fechada e a vi ressurgir. Então, do ponto de vista da indústria brasileira, o chamado conteúdo nacional adotado pela PETROBRAS..., ela buscou que objetivo, além da geração de emprego?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Bom, a ideia de fazer a expansão do conteúdo nacional não é um ideia só brasileira. Essa discussão do conteúdo nacional ocorreu na Inglaterra, na Noruega, na expansão da produção do Mar do Norte, ocorreu nos Estados Unidos. Não sei se os senhores sabem, mas nos Estados Unidos, certos tipos de operação só podem ser feitos por empresas 100% americanas na propriedade e no emprego, para proteger o mercado americano. Então, a discussão sobre o conteúdo nacional é uma discussão que está associada a uma maldição do petróleo. Existe uma maldição do petróleo. E qual é a maldição do petróleo? Quem descobre muito volume de recurso de petróleo, que gera uma renda extraordinária e não desenvolve outros setores da economia, que fica dependente do petróleo, cria uma situação que é reconhecida na literatura como doença holandesa, que impede o desenvolvimento dos outros setores, porque o câmbio fica valorizado, porque o tributo passa a ser locado só pela indústria de petróleo, e nada mais acontece no país, e você condena, em longo prazo, o país. A política de conteúdo nacional, portanto, visa expandir setores, que são setores fornecedores da indústria do petróleo, para compartilhar a expansão desse grande e gigantesco recurso que está sendo descoberto. A indústria de conteúdo nacional tinha um programa de treinamento. Esse programa de treinamento chegou a mapear e chegou a executar treinamento para treinar 780 mil pessoas até 2010 — treinamento para treinar metalúrgicos, para treinar gráficos, para treinar pessoal de pintura, para treinar pessoal de fora da PETROBRAS; não era para treinar pessoal da PETROBRAS. Então, eles foram treinar as 780 mil pessoas. O plano de negócios da PETROBRAS foi identificado, o conjunto de postos de trabalho, em cerca de 1 milhão de postos de trabalho. Cada real investido pela PETROBRAS provocava um investimento no País de 3 reais. Portanto, se a PETROBRAS estava prevendo



investir 230 bilhões de dólares em 5 anos, isso significava um investimento, na cadeia produtiva, de mais de 600 bilhões de dólares para a cadeia produtiva. Conseqüentemente, você tinha um impacto enorme na expansão da economia brasileira. Isso chegou a começar a funcionar. De fato, começou a funcionar. A indústria naval, como disse o nobre Deputado Luiz Sérgio, aqui, saiu de uma situação de estagnação, com 2 mil empregados, para chegar a 70 mil empregados na indústria naval brasileira. Nós construímos neste período cinco novos grandes estaleiros no País: o Estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco; o Estaleiro Enseada, na Bahia; o Estaleiro Brasfels, do grupo Keppel, em Angra dos Reis; o Estaleiro Jurong, no Espírito Santo; e o Estaleiro Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Isso viabilizou, portanto, a criação..., a potencialidade de criação de uma indústria naval, retomando a indústria naval e *offshore* no Brasil. Nós montamos um conjunto de novos contratos de estaleiros para produzir barcos de apoio e para produzir barcos de transportes e combustíveis. Isso já aconteceu; agora está em crise. É verdade que está em crise, mas já aconteceu. Não é uma ficção, não era o que estava no papel, é o que aconteceu de fato. Isso teve impacto na economia brasileira em 2010, teve impacto na economia brasileira em 2011, teve impacto na economia brasileira em 2012. Foram impactos importantes na criação de emprego e renda no Brasil. A indústria de petróleo não somente é importante na geração de emprego e renda, mas é importante no financiamento dos Estados e do Governo Federal, porque é uma indústria intensamente pagadora de impostos, porque é formal, e porque paga imposto, bastante imposto. O ICMS da indústria de petróleo, o ICMS dos combustíveis no Brasil é a principal fonte na maioria dos Estados brasileiros — de ICMS. A PETROBRAS, o sistema PETROBRAS deve estar contribuindo entre 10% a 15% da arrecadação federal de impostos. Não é uma coisa trivial que nós estamos falando, não é uma coisa pequena que estamos falando. Nós estamos falando de uma coisa gigantesca, em padrões internacionais, não é só em padrões brasileiros.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vamos passar ao capítulo das contratações da PETROBRAS.

Nas grandes obras de refino da PETROBRAS, qual é o papel da Diretoria Executiva, o da Diretoria de Abastecimento e o da Diretoria de Engenharia, Tecnologia e Materiais, antes chamada de Diretoria de Serviços?



O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - A divisão das diretorias da PETROBRAS tem a Diretoria de E & P — Exploração e Produção; a Diretoria de Abastecimento; as Diretorias de Gás e Energia, que são chamadas Diretorias de Negócios, ou seja, são diretorias que executam as suas áreas de negócio. A do E & P basicamente viabiliza a exploração de novas descobertas e a produção do petróleo; a de Abastecimento viabiliza o refino, o transporte, a venda dos derivados e a compra de petróleo importado; e a de Gás e Energia viabiliza o transporte e a transformação do gás em energia elétrica e em químicos, derivados nitrogenados, quer dizer, ureia e amônia, e, portanto, essas são as diretorias de atividades-fim da companhia. Além dessas atividades-fim, você tem atividades-meio. Então, você tem a Diretoria de Serviços, que depois foi dividida e hoje tem uma parte de Diretoria de Engenharia e Serviços; você tem a Diretoria Financeira e você tem as funções corporativas ligadas ao Presidente, que são atividades-meio, que, digamos, prestam serviços às três atividades-fim. Então, quando você tem um projeto de refinaria... O projeto de refinaria é todo desenvolvido por iniciativa da área de abastecimento, que é tecnologicamente avaliado e desenvolvido pela área de pesquisa, que é da área de serviços, quando chega à fase 3 e à fase 4, e vai para a contratação. É a engenharia que faz a contratação a serviço da Diretoria de Abastecimento. Há limites de competência, de alçada, para os diversos níveis da PETROBRAS — nós estamos falando aqui numa empresa que deve ter 3 mil decisores, ou seja, gerentes que tomam decisões na PETROBRAS são cerca de 3 mil pessoas, em vários níveis. A diretoria tem sete membros... Oito membros, não é? Acho que são oito, hoje. Cada diretoria deve ter sete ou oito gerentes executivos. Então, você fala aí, num primeiro nível de gerências e de diretorias, de 80 a 90 pessoas que tomam decisões. Não há decisões individuais na PETROBRAS. Todas as decisões são coletivas. Todas as decisões são procedimentadas. Todas as decisões passam por processos auditáveis e todas essas decisões são documentadas. Esse é o processo de decisão e esse é o relacionamento entre abastecimento e serviços de engenharia.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Pelo Decreto nº 2.745, de 1998, e pelo Regulamento Interno da PETROBRAS, para cada contratação de cada unidade é nomeada uma comissão de licitação. Existe uma coordenação dessas comissões?



O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, não há uma coordenação das comissões de licitação. O Decreto 2.745, que é um decreto assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, com parecer favorável do Advogado-Geral da União, na época o hoje Ministro Gilmar Mendes... Esse Decreto 2.745 é um decreto que a AGU obriga a PETROBRAS a seguir. Há uma decisão da AGU de que a PETROBRAS é obrigada a seguir o Decreto 2.745. A Lei nº 8.666, o TCU tem uma interpretação distinta sobre isso e acha que o decreto não deveria ser seguido. Então, há uma controvérsia que o STF vai resolver — o STF até agora não resolveu essa controvérsia. Existem 2 dezenas, se eu não me engano, de liminares, e essas liminares que não vão ao mérito são favoráveis à PETROBRAS e contrárias ao TCU. Esse é o fato da decisão do STF. Então, esse é um problema pelo... Qual é a grande diferença entre o Decreto 2.745 e a Lei 8.666? Não tem grandes diferenças. A diferença principal está no prazo e na falta de limite para a carta-convite. Na Lei 8.666, o limite da carta-convite é muito baixo, mas da indústria de petróleo, que exige que você tenha fornecedores especializados, porque a maioria dos produtos comprados pela indústria não é de produtos de prateleira; são produtos customizados, feitos sob encomenda, a qualificação do fornecedor é fundamental. Então, portanto, não há necessidade de você fazer concorrência pública para fazer compras de equipamentos especiais. Você, no entanto, segue um processo de concorrência, que se chama carta-convite. Essa é a grande diferença entre o Decreto 2.745 e a Lei 8.666.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nos depoimentos prestados à Justiça Federal pelos Srs. Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, e também ontem, em depoimento — ontem, não, na terça-feira — prestado aqui à CPI pelo Sr. Pedro Barusco, afirmaram que a comissão de licitação não sofria interferências.

Segundo esses acusados da chamada Operação Lava Jato, as empresas participantes da licitação não tinham conhecimento de antemão do orçamento elaborado pela comissão. Em suas palavras, esse grupo, Comissão de Licitação, era muito fechado, e muito correto. Abre aspas. *“Nunca tive nenhuma referência de ter havido vazamento de informações, e mesmo qualquer Diretor da PETROBRAS, ou Presidente, se solicitasse a essa comissão ter o preço antecipado, a resposta não ia ser positiva”* — fecha aspas —, disse Paulo Roberto Costa. O que V.Sa. tem a dizer



sobre isso, uma vez que ambos, após licitados, operavam para receber recursos indevidos e comissões indevidas dessas obras que eles gerenciavam?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O que é público, do depoimento do Sr. Pedro Barusco, particularmente o depoimento dele da terça-feira, nesta CPI, e o que é público do depoimento do Sr. Paulo Roberto Costa, é que eles dizem — eu não conheço o que é secreto —, mas o que eles dizem, de público, é que as comissões de licitações funcionaram corretamente. O que significa isso? A Comissão de Licitação recebe da PETROBRAS um orçamento, como se fosse um concorrente, da engenharia da PETROBRAS — recebe um orçamento como se fosse um concorrente. E recebe as propostas de orçamento dos outros concorrentes. Portanto, a Comissão de Licitação, ao avaliar os custos de um determinado empreendimento da PETROBRAS, tem o orçamento da PETROBRAS, que é o último a ser aberto, e os orçamentos dos concorrentes, como se a PETROBRAS fosse uma concorrente. Esse orçamento da PETROBRAS só é fechado 24 horas antes do recebimento do contrato. E é fechado por uma única pessoa. Portanto, não... Se tiver vazamento, é perfeitamente identificado quem vazou isso. É uma prática... Portanto, eu estou falando aí numa empresa que tem 240 mil contratos. Nem todo contrato tem todos esses procedimentos, mas são 240 mil contratos/ano, onde a prática de licitação é uma prática usual, frequente. São milhares de comissões de licitação que funcionam. E esse elemento de respeito ao sigilo do orçamento é um valor e um elemento fundamental na governança da PETROBRAS. E não há evidências de vazamento dessas questões. A regra da PETROBRAS, que é uma regra internacionalmente aceita, é de que nas licitações do tipo de produto que a PETROBRAS faz você pode admitir flutuações de propostas entre menos 15% do valor do orçamento base e mais 20% do orçamento base. Então, você tem um intervalo, uma taxa de variabilidade da negociação em que você classifica as empresas nesse intervalo. A mais barata você chama para negociar o BDI para baixo, nunca para cima. Esse processo foi todo seguido, segundo o que é público das declarações do réu confesso Pedro Barusco e do réu confesso Paulo Roberto Costa. Onde é que eles dizem que fizeram as negociações ilícitas? Na relação direta com o fornecedor, que partilhou parte do seu ganho com eles, ganhos que estão legais, pagou Imposto de Renda sobre esse ganho. Foi



dentro dos procedimentos da PETROBRAS. E eles dividiram esse com... A confissão, eu estou aqui reproduzindo o que é público da confissão desses dois senhores. Portanto, não é possível que o sistema de governança da PETROBRAS captasse esses problemas. Não há possibilidade de que internamente se captasse essa situação. Tanto é que, como eu disse, depois da denúncia, com milhares de horas/homem, ou horas/mulher, sendo aplicadas para essa investigação, não se chegou a uma conclusão ainda. Nós estamos na terceira CPI! Nós estamos na terceira CPI do Congresso Nacional, o que significa que, na vida cotidiana, é quase impossível você perceber isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Na sua gestão na presidência da estatal houve alguma denúncia de práticas de corrupção, alguma apuração teria sido determinada? Caso positivo, quais e que resultado?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Olha, nós criamos uma Ouvidoria na PETROBRAS, ligada ao Conselho de Administração. Essa Ouvidoria recebe, em média, 17 mil consultas anuais, ou denúncias anuais, ou consultas anuais. Dezessete mil! Eu estou falando em números do tamanho da PETROBRAS. Não é uma, ou duas. Nós, até 2011, se eu não me engano, nós demitimos cerca de 1.400 pessoas por comportamento inadequado na PETROBRAS, não necessariamente corrupção — 1.400 pessoas foram demitidas da PETROBRAS, por vários processos. Então, conseqüentemente, tudo o que chegou ao conhecimento da Diretoria da PETROBRAS foi apurado e foi investigado. Se comprovado, foi demitido o funcionário — no caso da PETROBRAS é empregado, não é funcionário — e foi encaminhado o resultado disso ao Ministério Público, ao TCU e à CGU.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - É possível que haja demissões, entre essas, decorrentes de ilícito, ou corrupção?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, é possível que sim...
(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - É possível, sim. Agora, eu não posso é lembrar aqui quem foi.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não pode interromper. Eu acho que não pode interromper...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A palavra está garantida ao Relator e ao convidado.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Como eu disse, nós ampliamos, de 2003 para 2010, nós fizemos duas reformas estruturais na auditoria da PETROBRAS, ampliando o poder e a capacidade de a Auditoria da PETROBRAS fazer auditorias. A Auditoria não é polícia; a Auditoria é um órgão de controle interno, que tem que cuidar da conformidade dos procedimentos internos. Mas se encontra indícios de não conformidade, tem que encaminhar isso para os órgãos adequados. Então, nós ampliamos o poder da Auditoria, nós ampliamos a capacidade de a Auditoria fazer auditoria. Como eu disse, nós crescemos três vezes mais a Auditoria, em termos de pessoal, do que o conjunto da companhia. Portanto, nós criamos as condições para a companhia acompanhar o enorme crescimento da contratação que ia ocorrer.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como V.Sa. avalia a capacidade das empresas brasileiras no campo da construção de refinarias? Quantas empresas têm real capacidade de assumir obras dessa complexidade?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Construir uma refinaria inteira, não há nenhuma empresa com essa capacidade. Construir algumas unidades específicas, há algumas empresas, sendo que eu diria que grande parte dessas que têm potencialidade estão envolvidas nos problemas que estão públicos, que são empresas que têm que ter um porte maior do que uma empresa pequena, porque têm que administrar um capital de giro maior do que uma empresa pequena; têm que ter uma competência tecnológica adequada. Quando você está falando em uma unidade de hidrotreatamento, você está falando numa unidade de 700, 800 milhões de dólares, que tem uma complexidade muito grande. Não é uma coisa simples, são torres de 150 metros, de 160 metros, que trabalham com pressões de 100 atmosferas de pressão, que trabalham com temperatura de 1.600 graus. Não é uma coisa trivial fazer um equipamento desses. Não há equipamentos de prateleira. Não há equipamento de prateleira, é específico. Por outro lado, a engenharia brasileira para construir os equipamentos centrais de refinarias estava desatualizada porque a última refinaria feita no Brasil foi de 1980, sendo que, em 1980, a refinaria era fortemente de um projeto internacional, com um grande componente importado.



Portanto, a *expertise* brasileira é limitada a algumas empresas, sim, na área de refino.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Antes, a PETROBRAS comprava suas plataformas de empresas estrangeiras. Atualmente, é fato que as empresas produzem sondas e plataformas no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento industrial e a geração de empregos. V.Sa. considera que o modelo atual, ao mesmo tempo em que incentiva a indústria nacional, pode facilitar a corrupção? E se fossem contratadas prioritariamente empresas estrangeiras, como antes, esse cenário seria diferente?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu não acredito que a potencialidade da corrupção esteja associada a conteúdo nacional. Eu acho que a potencialidade da corrupção está associada ao volume das transações e à capacidade de você captar, e, via mecanismos policiais, punir e identificar o criminoso. Não é uma consequência do conteúdo nacional maior ou menor possibilidade de corrupção. O que acontece é que toda política de conteúdo nacional pressupõe uma curva de aprendizado para a indústria nacional. Então, os primeiros equipamentos, em geral, têm um custo maior do que se importados. Mas você não pode se basear no curto prazo, apenas. Você tem que pensar que o equipamento inicial pode ser mais caro, mas você tem que estabelecer uma convergência de preços para preços internacionais para que essa indústria, que numa fase inicial, na sua chamada fase de infância na indústria, crie músculo e crie capacidade para aumentar a sua produtividade ao longo do tempo e se transformar numa indústria produtiva nacional. Então, conseqüentemente, provavelmente, as primeiras unidades da imposição do conteúdo nacional são unidades um pouco mais caras do que a importação, mas, no médio e longo prazos, você viabiliza o crescimento brasileiro, você viabiliza o crescimento na indústria brasileira, e baixa o custo com o aumento da produtividade.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vamos à questão relativa às refinarias. Como foi o processo interno da PETROBRAS que decidiu a construção de novas refinarias no Brasil? Quais foram os primeiros estudos para a construção de novas unidades de refino no Brasil? Que unidades foram essas?



O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Como eu disse, o mercado brasileiro de derivados estava estagnado, em torno de 100 mil metros cúbicos/ano, de 1998 a 2005. Então, nós não crescemos o consumo de gasolina, nós não crescemos o consumo de *diesel*, não crescemos o consumo de GLP, não crescemos o consumo de QAV. Então, não crescemos o consumo, porque o País não crescia. Então, conseqüentemente, não havia perspectiva de se expandir refino. Nesta época, o Plano Estratégico da PETROBRAS era o seguinte: como eu vou aumentar a produção de petróleo brasileiro, eu vou buscar refino no exterior. Daí por que a compra de Pasadena, nos Estados Unidos, que decorre dessa decisão estratégica, da época, de buscar capacidade de refino no exterior. Essa situação começa a se modificar em 2005, 2006. O Brasil começa a dar os primeiros sinais de que o mercado brasileiro ia crescer: a safra agrícola começa a crescer; a indústria automobilística começa a aumentar a produção; os programas de mobilidade urbana aumentam o uso de ônibus nas cidades; você passa a ter um aumento de utilização em tratores; e você começa a notar que começa a aumentar o consumo no mercado brasileiro. Com base nisso, a PETROBRAS resolve mudar de estratégia em 2007 — de 2006 para 2007. O Plano Estratégico de 2007 já diz que a PETROBRAS não ia buscar mais refino no exterior. O Plano Estratégico de 2007 diz que a PETROBRAS vai buscar criar capacidade de refino no Brasil. E qual é a ideia da PETROBRAS? Ao analisar o mercado brasileiro, verifica que o mercado brasileiro de combustível ia crescer mais no Nordeste brasileiro, no Centro-Oeste brasileiro e no Norte brasileiro. O crescimento seria maior nessas Regiões do que no Sul, no Sudoeste e no Sudeste brasileiros. O Sul e o Sudeste já tinham suficiente capacidade de refino. A refinaria mais ao norte no Brasil é a Refinaria Landulpho Alves, do meu glorioso Estado da Bahia. Mas era uma refinaria que não podia expandir mais capacidade; ela estava no limite de capacidade. Só podia melhorar a qualidade do produto, mas dificilmente poderia aumentar a capacidade de destilação. Então, é necessário criar refinaria no Nordeste brasileiro. Então, se pensou em fazer uma refinaria no Ceará, se pensou em fazer uma refinaria no Maranhão, porque a refinaria de Pernambuco tem outra lógica. A refinaria de Pernambuco é uma refinaria que vinha sendo negociada já desde antes dessa fase e que, num acordo com a Venezuela, se estabeleceu um conjunto de projetos, que poderiam ser conjuntos entre a



PETROBRAS e a PDVSA — que não aconteceram, mas que na época poderiam acontecer —, particularmente permitindo a entrada da PETROBRAS na exploração do petróleo ultrapesado da Bacia de Carabobo, na Venezuela. A Venezuela é um país que está em cima de um reservatório de petróleo ultrapesado muito grande. Hoje a Venezuela tem 240 anos de reservatório em relação à produção dela — 240 anos! Portanto, nenhuma empresa de petróleo grande quer se afastar da Venezuela. A Venezuela é um potencial enorme. Era, na época, o segundo maior fornecedor de petróleo para os Estados Unidos, porque os Estados Unidos importavam petróleo pesado da Venezuela, do México e do Canadá. Portanto, nosso acordo era: para entrar na Venezuela, a Venezuela iria entrar na Refinaria Abreu e Lima, na refinaria do Nordeste. Coisa que não aconteceu. Nenhuma das duas coisas aconteceu: nem a PDVSA entrou na Refinaria Abreu e Lima, nem nós entramos na exploração e petróleo na Venezuela. Mas nós aí tentamos e não conseguimos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, questão de ordem, Sr. Presidente, artigo 256. O art. 256, §5º diz: “*Os Deputados só podem interpelar o expositor estritamente sobre o assunto da exposição*”.

Os requerimentos aqui de convocação, todos eles, falam realmente da questão dos desvios da Lava Jato e tal. O Prof. Gabrielli, na prática, está tentando dar uma aula aqui sobre PETROBRAS.

(Não identificado) - É um simpósio!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Esse assunto já foi motivo de audiência pública, já esteve aqui algumas vezes. A gente precisava concentrar um pouco. Eu pediria a compreensão do Relator até para a gente intercalar um pouco, senão daqui a pouco a gente vai sair daqui só com as perguntas do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, a intervenção de V.Exa. é muito lúcida, porém o Relator tem o direito adquirido de questionar prioritariamente aos autores, aos sub-relatores, aos que estão inscritos como membros e não membros. É um direito adquirido do Relator e nós temos que respeitar.

(Não identificado) - Sr. Presidente, e o tempo dele?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, e vale registrar, Presidente, isso é um depoimento. Esse artigo se refere a audiências públicas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não há tempo predeterminado. O Relator tem o tempo que lhe convier para esgotar todos os seus questionamentos. Então, após o término do Relator, V.Exa. terá oportunidade de abordar o assunto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Há notícias na imprensa de que a PETROBRAS não teria elaborado estudos de viabilidade técnica e econômica da Abreu e Lima, ou que esses estudos seriam falhos e incompletos. Essa notícia tem procedência?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não. Como eu disse, os projetos da PETROBRAS passam por quatro fases: fase 1, fase 2, fase 3, fase 4. Na fase 1, você tem uma ideia do projeto. Então, na fase 1, você tende a fazer preços referenciais, mas você não tem o detalhe do projeto. Na fase 1, no caso de refinaria — e nós, como eu disse, fizemos a última refinaria em 1980 —, se tomou uma referência genérica de uma refinaria padrão no Golfo do México e se fixou um valor genérico sobre o que seria essa refinaria. Mas essa refinaria passou pela fase 2, passou pela fase 3. Na fase 3, você já tinha o detalhe. Pelos procedimentos internos da PETROBRAS, só na fase 3 e na fase 4 você vai para contrato. É aí que você precisa ter os estudos detalhados sobre isso. Foram feitos estudos de viabilidade técnica e econômica nessa fase 3, como deviam ser feitos na fase 3. Ao ir para o mercado, começou-se a ver que os custos estavam acima do previsto e, portanto, era necessário fazer novas licitações, era necessário voltar ao mercado, era necessário redefinir o projeto para reduzir custos, era necessário redefinir, fazer o que se chama de rebide, redefinindo concorrentes. Foi necessário redefinir estratégias de partição dos “epecistas” — a partição das empresas que iam cuidar da engenharia, da compra e da construção. Foram feitos vários mecanismos de redução de custos. E, portanto, não há verdade em dizer que a PETROBRAS fez uma refinaria sem estudar o que ela ia fazer. Só que isso leva tempo, tem etapas diferentes, e o grau do detalhamento dos estudos é diferente, dependendo da fase em que o projeto se encontra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, não podemos afirmar que a Abreu e Lima está dentro dos padrões internacionais? E que fatores poderiam ter provocado essa diferença entre as estimativas e o custo real daquela refinaria?



O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, a Abreu e Lima não está dentro dos padrões internacionais. Ela, na fase 3, ela foi estimada em 13 bilhões e 500 milhões de dólares. Ela foi, segundo publicamente a PETROBRAS diz hoje — eu não sei os dados atuais —, ela custou... Porque ela entrou em operação, ela está em operação. Aliás, é importante, porque ela está em operação, está produzindo *diesel* em grande quantidade; ela é uma fábrica de *diesel* quase. Ela está produzindo *diesel* de extrema qualidade: 10 ppm de enxofre no *diesel*. Ela está resolvendo grande parte do problema do balanço de pagamentos no País, porque nós não precisamos importar mais *diesel* no volume de que precisamos. Então, ela está produzindo. A Abreu e Lima está em plena produção. O custo, portanto, de 18 mil e quinhentos, 18 bilhões e 500 mil barris (*sic*) para 165 mil barris por dia, é um custo alto, acima dos padrões internacionais. É um custo bastante alto. Quais são as razões desse custo ter aumentado? São várias as razões. Uma primeira razão importante, que representa mais ou menos 40% dessa variação de custo, é o fato de que, no caso de refino — é diferente do caso da exploração e produção —, a maioria dos desembolsos é em reais e, nesse período, você teve uma apreciação do real. Então, a apreciação do real, pelo simples fato de que o câmbio brasileiro passou de um determinado valor para um outro valor, elevou o cálculo em dólar em cerca de 40%. Quarenta por cento da variação é exclusivamente cambial. Um segundo elemento importante é que, no processo de montagem da refinaria, houve um aperfeiçoamento do projeto, houve uma modificação de escopo do projeto, houve uma readequação do escopo do projeto, o que aumentou em alguns casos o custo pela redefinição do escopo do projeto. Um terceiro elemento importante é que fazer uma refinaria no Nordeste, mesmo tendo a necessidade de fazer uma refinaria no Nordeste, envolve uma série de custos adicionais, que não ocorreriam se essa refinaria fosse feita no Sudeste. Por exemplo, é preciso adaptar o porto; por exemplo, é preciso criar mecanismos de tratamento de resíduos; é preciso modificar a rede elétrica; é preciso criar, portanto, um conjunto de investimentos que não são diretamente associados à refinaria, mas são indispensáveis para a refinaria. E, por fim, eu acho que nós tivemos um pouco o efeito do aquecimento do mercado. A refinaria foi construída simultaneamente a um aquecimento da indústria brasileira, com o PAC se acelerando, com todas as obras de investimento crescendo, com o



pré-sal crescendo, com, portanto, um conjunto de obras que aqueceu o mercado de fornecedores brasileiros.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, a partir de 2008, o Tribunal de Contas da União passou a apontar irregularidades nas obras de implantação da Abreu e Lima. Atualmente, tramitam no Tribunal de Contas da União sete processos que tratam da refinaria. Quais foram as medidas adotadas a partir dos apontamentos do Tribunal de Contas da União?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O Tribunal de Contas da União, de forma bastante cuidadosa, em geral, no seu primeiro relatório de auditoria, aponta todos os indícios de irregularidades que ele possa encontrar. Então, o primeiro relatório do Tribunal de Contas da União, em geral, aponta um conjunto de indícios, que, ao longo do tempo, vão sendo esclarecidos e deixam de ser indícios de irregularidades e o Tribunal passa a aceitar isso. Então, ao longo do tempo, eu diria que a ampla maioria do que é apontado nos relatórios preliminares do TCU é transformado em não irregularidade dentro do próprio TCU, dentro do próprio TCU, porque os auditores passam a perceber os detalhes e as especificidades daquele tipo de projeto. Nenhum dos sete contratos, dos sete processos do TCU tem conclusão definitiva ainda. E se o nobre Deputado solicitar ao TCU, vai ver que, na ampla maioria desses processos, tem uma enorme redução do valor dos indícios de irregularidades do início para a situação atual. Então, nenhum desses processos tem decisão definitiva.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vamos ao COMPERJ do Rio de Janeiro, que nos interessa muito.

O COMPERJ estava inserido na estratégia de refino adotada pela PETROBRAS. Houve mudança no escopo do projeto? Quais? Quais as razões que proporcionaram o aumento de custo entre o previsto e o realizado? O projeto atualmente está incluso (*sic*), na sua opinião? Que esforço pode ser feito para que aquela obra seja concluída e seja retomada?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O COMPERJ, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, é um projeto antigo; é um projeto que vem do Governo Fernando Henrique Cardoso, não é um projeto novo. Esse projeto antigo, inclusive, era em outra localização, não era na localização atual. A mudança



de localização foi feita porque, onde estava prevista a implantação do complexo, já havia uma saturação de emissões na atmosfera, o que inviabilizava, do ponto de vista ambiental, você instalar um complexo petroquímico lá. Ele se desloca para a localização atual e ele muda de concepção ao longo do tempo. Um complexo petroquímico, em geral, tem uma unidade de produtos básicos e uma unidade de produtos petroquímicos. Então, você tem uma unidade que chega a produzir eteno e propeno, e tem uma unidade que vai para polipropileno, vai para polietileno e vai para outros aromáticos. Então, conseqüentemente, você tem etapas no processo de complexos petroquímicos, pela natureza do processo industrial. Só que o tamanho do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em termos de volume de investimento, era um volume extremamente alto. O modelo tradicional da petroquímica brasileira é a PETROBRAS ficar na refinaria e a petroquímica ficar privada. A PETROBRAS tenta voltar à petroquímica, avança na definição da fase de refino e cria um conjunto de possibilidades de associação com grupos privados na área petroquímica. A crise internacional, a crise do setor petroquímico, a competição do *shale gas* americano em relação ao gás e à produção petroquímica internacional praticamente inviabilizam a associação das empresas privadas com a PETROBRAS na fase petroquímica. Então, o COMPERJ virou essencialmente uma refinaria; o COMPERJ hoje virou uma proposta de refino. Essa proposta de refino, pelo que me consta — porque eu saí da PETROBRAS, de novo, em fevereiro de 2012 —, pelo que é público da PETROBRAS, esse complexo está 82% construído. Então, 82% está pronto, mas não a fase petroquímica; só a fase da refinaria.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. presidia a PETROBRAS quando se elaboraram os planos estratégicos prevendo a Premium I e a Premium II. De ambas, os projetos foram revistos. Qual a sua avaliação desses projetos, dessas revisões? Acho que ele pode retomar? Qual é a avaliação sua acerca desses dois empreendimentos?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Como eu disse, o projeto inicial, na fase ainda muito conceitual, inicial, lá em 2005, 2006, se não me engano, era de que essas refinarias eram localizadas no Ceará e no Maranhão também porque esses dois portos, o Porto de Pecém e o Porto de Itaqui, eram portos mais próximos dos Estados Unidos e da Europa. Portanto, também seriam refinarias que



nós poderíamos exportar, caso o mercado brasileiro não crescesse, para a Europa, para os Estados Unidos e para a América Central. O mercado brasileiro cresceu mais do que o devido, do que esperado. Devido não; cresceu menos do que o devido, porque sempre é bom crescer mais, mas mais do que o esperado. Então, conseqüentemente, não na visão que se viu do mercado, para o Maranhão e para o Ceará, a refinaria ia voltar-se para o mercado interno, e não mais para o mercado externo. Então, essa foi a primeira mudança importante que ocorreu na concepção da refinaria. Por outro lado, o projeto, que, como eu disse vai para a fase 1, fase 2, fase 3, ele estava em fase 3, quase para ir para a licitação. Mas ao fazer isto, nós começamos a verificar que os custos das refinarias eram muito altos e, portanto, não tinha viabilidade econômica naquele momento. O que nós fizemos? Em agosto, se não me engano, agosto de 2009, em meados de 2009, nós regressamos esse projeto para a fase 1, ou seja, voltamos para a prancheta, como se dizia antigamente; volta à prancheta, contrata uma empresa internacional para simplificar o projeto, tenta-se fazer um projeto mais simples, mais padronizado; se avança nos estudos para fazer isso. A partir de meados de 2009, nós retomamos, portanto, o projeto das refinarias Premium I e Premium II à fase 1, fase 1, da qual ele não passou, porque a PETROBRAS, segundo é público agora, em janeiro de 2015, concluiu que não chegou, não conseguiu viabilizar economicamente as duas refinarias. Processo normal no mecanismo de escolha de entrada e saída de projetos dentro do portfólio do Plano Estratégico da PETROBRAS. Não passou da fase 1; não conseguiu passar para a fase 2, não conseguiu ter viabilidade econômica na prancheta. Uma refinaria, como eu disse, no entanto, é um projeto de longo prazo. Alguns equipamentos e algumas unidades são unidades de longa duração de construção. Tem unidades que levam 1.300 dias para serem feitas, 4 anos para serem feitas. Então, você tem, algumas vezes, que tentar viabilizar, em alguns casos de necessidade estratégica fundamental de ter o equipamento funcionando, antecipar algumas compras. Para antecipar essas compras, você tem que ter um critério. Primeiro, tem que ser algo que tenha significado de longo prazo para aquele projeto; e tem que ter uma capacidade de você utilizar esse projeto em outros projetos, utilizar esse equipamento em outros projetos. A PETROBRAS tem 14 refinarias no Brasil. Então, tem unidades para uma refinaria nova que você pode



usar numa refinaria velha. Então, você pode antecipar a compra de alguns equipamentos, mesmo que não tenha o projeto já completamente maduro, porque você pode usar o equipamento em outras refinarias. Foi isso o que aconteceu com a refinaria Premium I, e que hoje ela está descontinuada pela PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, questão de ordem. Sr. Presidente, questão de ordem, 46, § 1º. É que, oficialmente, daqui a 4 minutos, nós temos que estar no plenário, e o nosso Regimento impede que tenhamos sessões paralelas.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Então...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ... queria que V.Exa. pudesse nos antecipar como vai proceder. Porque a qualquer minuto começa....E, apesar de as informações serem importantes, a metodologia utilizada, que foi determinada pela Mesa e não está prevista necessariamente no Regimento, ela exacerba, digamos assim, do tempo de perguntas/respostas e, em certa medida, perde riqueza, porque eu acredito que a manifestação de outros Deputados, perguntas mais objetivas, poderiam, digamos, colaborar para a elaboração de um relatório, para cumprir o objetivo da CPI. Então, eu queria manifestar essa opinião, ver a sua opinião sobre...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Estou acolhendo a questão de ordem de V.Exa., Deputado Onyx para contraditar, em seguida, decidimos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu queria contraditar, Sr. Presidente, porque nós estamos numa oitiva. A tradição desta Casa, ao longo das CPIs, é que a oitiva prossegue. Eventualmente há interrupções, se houver alguma deliberação em plenário. Nós não estamos deliberando nada aqui. Nós estamos ouvindo e apurando a maior roubalheira já praticada neste País, e o que a gente quer é chegar nas perguntas que interessam. O que estamos analisando neste momento é que talvez tenha havido, que nem em outras CPIs que ocorreram no ano passado, uma certa combinação de perguntas. E isso que está me "cheirando" o que eu estou assistindo. E eu não estou gostando.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) – Agradeço aos Deputados Edmilson e Onyx. Esta Presidência... Eu queria deixar claro que, apesar de toda a exaustão, o cansaço deste trabalho, nós não vamos admitir que a ordem não seja respeitada neste plenário. Quero pedir o respeito dos Srs. Deputados. Da mesma forma que os senhores estão cansados, esta Presidência, o Relator, estão da mesma forma, mas, nem por isso, nós devemos perder o foco da reunião.

Nós temos aqui um convidado que está vindo dar sua contribuição. O Relator tem o direito regimental de usar o tempo que lhe convier para esgotar todas as suas perguntas e quem quiser contribuir, inquirir o convidado, terá que aguardar o Relator cumprir todos os seus questionamentos. O convocado está respondendo. Nós temos que respeitar.

Procurei saber junto à Secretaria da Comissão e, infelizmente, nós não podemos, com os Deputados que estão participando aqui, evitar que os Deputados não precisem ir ao Plenário. Os Deputados terão que se revezar. Se acontecerem votações nominais, iremos aqui dar continuidade à oitiva e pedir que os senhores se revezem, indo votar e outros ficando, para que a gente possa atingir o objetivo da Comissão, que é podermos escutar o Sr. José Sérgio Gabrielle.

Então, a palavra está garantida ao Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O requerimento...

(Não identificado) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A palavra está garantida ao Relator. Eu gostaria de pedir a compreensão dos senhores para que a gente pudesse ter a organização dos trabalhos.

(Não identificado) - Transferir a passagem para amanhã, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Estou fazendo um apelo aos senhores. Vamos aguardar. Vamos aguardar o Relator concluir as suas perguntas.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, não haveria possibilidade de entrar em contato com o Presidente da Casa para que ele confira a presença dos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, não é possível e para que fique já esclarecido aqui, eu, no momento que saí para almoçar, já dei a minha



presença no plenário. Estou lá o.k. Creio que os senhores podem fazer da mesma forma.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Retomando, o requerimento de criação desta CPI cita que existem indícios de ilícitos na constituição e operação de empresas subsidiárias de sociedades de propósitos específicos da PETROBRAS, citando, em especial, o projeto Gasene.

V.Sa. poderia nos dizer por que a PETROBRAS trabalha com a criação de modelos societários com as subsidiárias e a sociedade de propósito específico e qual a o objetivo delas; qual papel elas têm desempenhado na PETROBRAS e se procede, na sua avaliação, esses — abre aspas— “indícios de ilícitos” ?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - As sociedades de propósitos específicos, as SPEs, são estruturas financeiras comuns entre as grandes empresas para financiar projetos chamados *project finance*, projetos estruturados de financiamento das empresas. O que caracteriza fundamentalmente um projeto desse tipo? É a garantia de um fluxo futuro de rendimento desse projeto, que é o que viabiliza o pagamento desse financiamento para quem financiou esse projeto. Então, uma sociedade de propósito específico, ela, em geral, é criada por capitais privados. Esses capitais privados viabilizam uma estrutura contratual com um cliente, que compra os serviços ou compra o produto previsto por essa estrutura. Esse cliente tem uma avaliação de risco creditício positivo no mercado. Como é um contrato de longo prazo, os financiadores se sentem confortáveis de financiar a construção desse equipamento. Existem dezenas de SPEs na PETROBRAS; existem muitas SPEs em quase todas as grandes empresas existentes no Brasil. É uma estrutura absolutamente legal, comum e viável. Qual é o problema? Com isso você viabiliza o financiamento da construção, você passa a ter um equipamento que é necessário para você sem precisar investir na fase inicial; transforma, portanto, o investimento num fluxo de gastos operacionais depois da execução do projeto; viabiliza o pagamento do financiador. Uma vez terminado o pagamento do financiador, esse equipamento passa a ser propriedade sua. Essa é uma estrutura padrão, comum. E é assim que foi feito com o GASENE. No GASENE, nós tínhamos também algumas características especiais em relação ao GASENE. O GASENE é um gasoduto de 1.400 quilômetros, que liga a cidade de Catu, na Bahia, à malha de



gasodutos no Sudeste. Portanto, ele viabiliza que o gás entre no Porto de Pecém, no Ceará, e seja usado em Pelotas, no Rio Grande do Sul; possibilita que o gás entre, venha da Bolívia e seja usado em Pernambuco, porque integra o País em termos de uma malha de gás pressurizada única no País inteiro. Para construir esse GASENE, foi conseguido um empréstimo do Banco de Desenvolvimento da China, que financiou a construção desse GASENE. Essa SPE, portanto, foi constituída para utilizar o empréstimo do Banco de Desenvolvimento da China, construindo esse gasoduto no Brasil, viabilizando, portanto, a integração da malha de gasodutos brasileiros. Então, é uma coisa padrão, comum, legal, legítima. Há uma discussão jurídica — e aí não me compete entrar no detalhe sobre essa discussão, porque eu não sou jurista, sou economista: se o TCU pode auditar ou não uma empresa que é praticamente 100% privada, que é uma SPE, durante a fase de construção. Então, é uma discussão que ainda existe. E o TCU, portanto, ainda não tem uma posição definitiva sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vamos para o eixo de afretamento e construção de navios de transporte, navio-plataforma e navio-sonda. Isso interessa muito, especialmente à minha cidade de Angra dos Reis. Para os que aqui não sabem, eu sou metalúrgico da área de construção naval.

Especialmente para o desenvolvimento dos campos do pré-sal, são necessárias novas unidades flutuantes de produção, armazenamento e estocagem, as FPSOs. Na sua gestão, a prioridade era a construção de FPSOs próprias ou o afretamento dessas unidades? Quais as vantagens e desvantagens, na sua opinião, entre construir e afretar?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Um FPSO é uma plataforma que, em geral, produz entre 150 a 200 mil barris por dia. Um FPSO precisa de cinco a seis barcos de apoio para poder funcionar, exige um conjunto de poços conectados a ele, o que vai exigir um conjunto de plataformas de perfuração, sondas de perfuração, para viabilizar isso. Portanto, um FPSO é um conjunto de... ele é um equipamento que, sozinho, não funciona, ele funciona num complexo de produção integrado. O FPSO é um equipamento caro. Um FPSO custa 5 bilhões de dólares. Não é um equipamento barato, é um equipamento caro, é um equipamento de um navio de 320, 350 metros. É um equipamento complexo, é um equipamento



que precisa ter posicionamento dinâmico, precisa ter sistemas especiais para funcionar, porque tem que estar estável. Ele não pode ficar flutuando, ele tem que ter condições de trabalhar com certas pressões e temperaturas. Não é um equipamento trivial. Tanto é que a frota de FPSOs no mundo é pequena. O Brasil tem a maior frota de FPSOs do mundo já — e vai ter, com certeza, muito maior do que o segundo que virá. A PETROBRAS tem. Os FPSOs são as plataformas. A PETROBRAS tem. A PETROBRAS está prevendo ter, em 2020, 69 FPSOs. Hoje ela deve ter 50 — acho que tem 50. Quando eu entrei na PETROBRAS, nós estávamos discutindo a P-47. A P-47 era um FPSO. Hoje a PETROBRAS está discutindo a P-78. Hoje. A P-76 está no *rebid* agora. Então, quando nós entramos na PETROBRAS em 2003, nós estávamos na 47. A P-50 é a plataforma que viabilizou a autossuficiência na produção de petróleo, não de derivados, mas de petróleo — a P-50. Nós estamos discutindo hoje P-79, P-80. Então, você veja o tamanho da frota de FPSOs da PETROBRAS. A PETROBRAS tem uma frota de navios que deve ser hoje de 300 navios, não de navios de petróleo, navios de apoio, barcos de apoio. O volume de um FPSO é muito grande. Portanto, você tem duas situações: se você constrói o FPSO pela PETROBRAS, isso vai para o balanço da PETROBRAS; se você afreta o FPSO, você cria uma estrutura de financiamento para o FPSO, ele só vai entrar no seu balanço como custo de operação desse FPSO e de aluguel desse FPSO. Portanto, você transforma uma despesa de investimento numa despesa de custeio, que afeta muito menos o seu balanço e permite, portanto, você ter uma escala maior sem comprometer sua situação financeira.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E, como entram as FPSOs — e a SBM Offshore é uma das que arredaram —, aí entra a figura polêmica do Sr. Julio Faerman, bastante citado em reportagem e nos documentos envolvendo denúncias de corrupção com os representantes da SBM. V.Sa. teria relação com essa pessoa, relação pessoal ou comercial? Conhece essa pessoa? V.Sa. conhece as empresas que ele estava representando aqui no Brasil, como a Faercom Energia?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO- Olha, eu não conheço o Sr. Julio Faerman. Eu não me lembro de ter encontrado com ele nenhuma vez. Com certeza, eu nunca me sentei com ele para discutir absolutamente nada. Portanto, não tenho a menor relação pessoal com o Sr. Julio Faerman. A SBM é a segunda



empresa do mundo de operações com sistemas de produção do petróleo. Então, não é uma empresa pequena. A SBM é uma empresa grande, internacional, tem vários sistemas de produção com a PETROBRAS. E é uma empresa grande, não é uma empresa pequena. Mas eu não conheço o Sr. Julio Faerman, nunca estive com ele, não imagino que estive com ele. Se estive com ele em algum evento público, nem sei quem é, porque eu nunca me sentei com ele para discutir absolutamente nada.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O Renato Duque, conhece?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O Renato Duque, eu trabalhei com ele durante 9 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. poderia nos dizer como se deu o processo que ensejou a criação da empresa Sete Brasil?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Olha, a Sete Brasil foi construída exatamente pelo tamanho do pré-sal. O pré-sal brasileiro precisa de, como eu disse... A previsão da PETROBRAS no plano estratégico anterior — não sei o atual, porque está sob revisão — era chegar em 2020 com a produção de 4 milhões de barris no Brasil, sendo 2 milhões, 2,5 milhões no pré-sal. Para você produzir 2 milhões, 2,5 milhões no pré-sal, você precisa instalar aí 10 a 12 FPSOs no pré-sal. Dez a 12 FPSOs no pré-sal, precisando em cada um desses — vamos botar 10, para fazer uma conta redonda — 10 poços conectados a esses FPSOs, você está falando de 100 a 120 poços perfurados nesse período. Um poço perfurado do pré-sal leva 90 dias para perfurar. Portanto, você tem um volume de sondas de perfuração que você precisa ter alocadas ao pré-sal bastante grande. A estimativa da PETROBRAS para as sondas de perfuração necessárias era algo em torno de 29 sondas de perfuração, para viabilizar esse tipo de situação. Vinte e nove sondas de perfuração não são sondas pequenas, são sondas da sexta geração de sondas, são sondas que hoje no mercado — hoje deve ser menos, mas na época o mercado estava relativamente aquecido —, o aluguel de uma sonda dessas equivale, considerando o aluguel mais o custeio, a alguma coisa em torno de 1 milhão de dólares por dia, para essa sonda funcionar. É 1 milhão de dólares por dia. Esse é o volume de custos de uma sonda dessas. Então, a PETROBRAS resolveu dizer o seguinte: "*Nós precisamos...*" Nós... A PETROBRAS, até 2003, não construía



sondas no Brasil, nunca construiu sondas no Brasil. As sondas eram todas afretadas internacionalmente. Mas dado esse tamanho da obra, da compra da PETROBRAS, era necessário ampliar a capacidade mundial na produção dessas sondas, precisavam criar novos estaleiros no plano mundial. A maior produtora desse tipo de equipamento era a Singapura. A Coreia também produzia isso bastante. Então, você tinha Coreia e Singapura como duas áreas produtoras, mas com limites na capacidade de atender a necessidade da PETROBRAS. Combinando isso com a política de conteúdo nacional, se disse que essas sondas deveriam ser construídas no Brasil. Para construir essas sondas no Brasil, precisava criar cinco estaleiros no Brasil. Então, cada um desses estaleiros tem um contrato de fazer cinco a seis sondas em cada estaleiro. Uma sonda dessas leva de 2 a 3 anos para ser feita. Portanto, cada estaleiro desses tinha um contrato de 10 a 12 anos de operação. Com isso, você viabilizava os estaleiros. Essa estrutura, com um volume de dinheiro gigantesco, não podia ser feita direto no balanço da PETROBRAS. Então, se criou um mecanismo para atrair capitais privados, em que a PETROBRAS entra com 5% e 95% são capital privado, para viabilizar um projeto estruturado que viabiliza o financiamento para a construção das sondas no Brasil e entrega essas sondas com a expansão da capacidade de estaleiros e entrega essas sondas no prazo. Como poderia ter atrasos, simultaneamente a isso, a PETROBRAS avançou na contratação temporária de sondas afretadas, com contratos de 3 anos, contratos de 5 anos e contratos de 7 anos, de tal maneira que, se houvesse o atraso, a renovação desses contratos não seria feita e, portanto, você não afetaria a curva de produção da PETROBRAS. Então, você combinava a flexibilidade de manter a curva de produção da PETROBRAS, que era fundamental para viabilizar a expansão da produção, com o conteúdo nacional, crescendo a possibilidade de ter indústria de estaleiros no Brasil, expandindo a construção disso, sem afetar o balanço da PETROBRAS, porque era feito numa empresa fora da PETROBRAS. Esta é a função da Sete Brasil e é isto que a Sete Brasil vinha fazendo e que agora, aparentemente, está com problemas de financiamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Na avaliação de V.Sa., qual prejuízo à nossa indústria, principalmente no que se refere à geração de empregos, traria se a Sete Brasil se inviabilizar?



O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Olha, nós temos de atores novos, fora dos atores brasileiros, que entraram na construção dessas sondas, a (*ininteligível*), nós temos a Kawasaki, do Japão, nós temos a Keppel Fels, de Singapura, e temos a Jurong — não me lembro agora se é da Singapura ou da Coreia, estou em dúvida.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Singapura.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Singapura. Está certo? Então, nós temos vários atores internacionais importantes que estão sócios das empreiteiras brasileiras na construção dos estaleiros. Se a Sete Brasil quebra, é preciso saber quais são as implicações para os estaleiros, porque provavelmente vão quebrar os estaleiros também. Portanto, quebrar os estaleiros também significa a não conclusão dos estaleiros, o que significa que, para que a PETROBRAS não afete sua curva de produção, a PETROBRAS vai ter que afretar essas sondas internacionalmente. Portanto, você não vai criar emprego e renda no Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vamos para o eixo de venda de ativos na África. V.Sa. poderia descrever os planos estratégicos da PETROBRAS no que concerne à internacionalização e aos períodos em que eles foram concebidos e implementados? Foram muitos negócios no exterior? Quais V.Sa. destacaria?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - A PETROBRAS tem um ativo de exploração e produção na África concentrado principalmente em Angola. Em 2011, frente à redefinição da prioridade do pré-sal brasileiro, a PETROBRAS apresentou um programa de desinvestimento que envolvia venda de ativos na África, ou seja, autorizava a venda de ativos na África. No entanto, essas vendas ocorreram posteriormente à minha saída da PETROBRAS em fevereiro de 2012. Portanto, eu não tenho a menor condição de falar do que aconteceu com a venda dos ativos na África, porque tudo ocorreu depois da minha saída da PETROBRAS. E, portanto, eu não posso falar do que não sei.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas na sua gestão, o plano estratégico da PETROBRAS já tinha revisto essa posição para vender esses ativos dela? Foi ainda na sua gestão?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, não. Na minha gestão, nós estávamos com pouco sucesso exploratório em Angola. Os resultados



exploratórios em Angola não foram bons. Se eu não me engano, foram dois postos secos perfurados em Angola. E, portanto, isso não justificava que a PETROBRAS continuasse na atividade em Angola. E, portanto, havia uma lógica empresarial de vender os ativos de Angola. A autorização de venda não definiu o preço nem definiu as condições. Isto é resultado do processo negocial que ocorreu depois da minha saída da PETROBRAS. Portanto, eu não tenho como dizer o que aconteceu, porque eu estava fora da PETROBRAS e não tenho informações do que aconteceu dentro da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Paulo Roberto Costa, o Barusco, o Duque e o Nestor Cerveró foram diretores e gerentes da empresa durante a sua gestão. Qual era o seu relacionamento com essas pessoas? Você em algum momento chegou a desconfiar de que pessoas da sua diretoria estivessem envolvidas numa trama de corrupção e de recebimento de propinas?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, eu não tenho a menor... Estou insistindo aqui que eu não tinha a menor condição de saber disso. O próprio Barusco aqui, no depoimento dele, disse que ele estava fazendo essa corrupção desde 1997, manteve esse dinheiro na Suíça e nunca o trouxe para cá. Então, é quase impossível eu saber que tivesse alguma coisa contra o Barusco. O Sr. Barusco nunca foi diretor da PETROBRAS, ele foi diretor interino algumas vezes, substituindo o Duque. Portanto, eu tive algumas reuniões em diretoria com ele. Minhas relações pessoais com Duque, Barusco e Nestor nunca passaram das reuniões. Eu não tive nenhuma relação pessoal com eles além das relações estritamente profissionais com os diretores e gerentes da companhia.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, o Barusco disse aqui também que ele começou a roubar em 97 ou 98, ainda num cargo bem inferior na estrutura hierárquica da PETROBRAS. E ele afirmou que não tinha ali o poder de decidir, de interferir, mas tinha o poder de receber, e que recebia sozinho. Eu até usei uma expressão: se ele era o pai da corrupção na PETROBRAS. Quer dizer, dentro do cargo que ele exercia ali, era um cargo que permitia a ele sozinho agir como um marginal dentro da empresa?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Olha, a relação de fornecedores com uma empresa de petróleo... Eu vou insistir de novo nessa



questão, porque isso é muito... Na indústria de petróleo, quase não existem produtos de prateleira, que você chega num supermercado e compra, que você chega e sabe o custo padrão, uma tabela de quanto vai custar. Isso não é assim na indústria de petróleo. Todos os equipamentos, complexos são em geral feitos sob encomenda. Portanto, são específicos, são únicos. Então, a negociação ocorre sobre... Não quer dizer corrupção; quer dizer que você tem que fazer. Você sabe que uma unidade vai precisar tantas toneladas de aço e você sabe quanto custa o aço, mas você não sabe quanto custa a capacidade de fazer o aço daquela forma. Então, você precisa fazer um processo de negociação técnica. E essa negociação técnica viabiliza ou não essa empresa vir a fazer ou não parte do processo de discussão de propostas para a companhia. Por outro lado, essas empresas, fazendo produto sob encomenda, equipamentos sob encomenda, precisam manter um fluxo de receita ao longo do tempo que viabilize o seu capital de giro. Então, esse fluxo de receita faz com que, algumas vezes, a empresa prefira ter uma lucratividade no projeto menor do que gostaria, para manter o seu relacionamento de funcionamento nessa empresa. É nesta decisão, a meu ver, que pode aparecer a possibilidade de, no âmbito pessoal, na relação de alguns técnicos com os fornecedores, eles negociarem ilegalmente parte do ganho das empresas com corrupção. Se você não consegue captar isso nos sistemas internos da companhia — e você não consegue, e isso foi certificado durante pelo menos 8 anos, pelos melhores auditores do mundo —, você tem que descobrir isso através ou de denúncia ou de investigação policial, que foi o caso. Então, não tem como você, no dia a dia, saber que o cara está roubando. Não tem como.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, se houver necessidade, ao longo da audiência e da oitiva, eu retornarei. Mas por enquanto, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Daremos seguimento com os Sub-Relatores.

Com a palavra o primeiro Sub-Relator, Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. José Sérgio Gabrielli, eu vou começar até por uma frase do senhor, a frase final do senhor: "*Pode haver a possibilidade...*" Nesse caso aqui, o desvio foi de bilhões de



reais — porque nós vamos chegar a esse valor —, então, existiu essa possibilidade. E o dinheiro desviado saiu do caixa da PETROBRAS. O dinheiro desviado saiu do caixa da PETROBRAS, para pagar às empresas e seus aditivos, que pagaram aos diretores da PETROBRAS. Isto tem que ficar muito claro.

Eu tive a oportunidade de estar com o senhor lá na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, quando o senhor apresentou o projeto do COMPERJ. O senhor deu uma explanação muito detalhada. Toda a população do Estado do Rio de Janeiro ficou muito animada. E hoje existem milhares de famílias desempregadas. Isso não é fruto dessa investigação, isso é fruto da governança da PETROBRAS. Não se pode colocar, nesta CPI ou na investigação que está acontecendo, a conta do desemprego. A conta do desemprego é a corrupção que foi levantada. E, diga-se de passagem aqui, quero dar os parabéns aos procuradores, ao Dr. Sergio Moro, à Polícia Federal, que foram quem nos trouxeram aqui a este momento.

Então, o senhor me desculpe. O senhor me diz que a PETROBRAS tem 3 mil contratos, 20 mil contratos. Mas decisões dessa monta? Ninguém conhece mais a PETROBRAS do que o senhor. Aliás, o senhor teve aqui uma oportunidade de responder, talvez, a mais de 50 perguntas e explicou aqui coisas que eu nunca tinha ouvido. Eu sou um simples Deputado Federal aqui, hoje fazendo parte desta CPI para tentar apontar onde é que está essa corrupção. A gente já sabe das delações.

Agora, existem contratos que o presidente de uma empresa... Por exemplo, delações que foram feitas pelo Dr. Barusco, que trabalhou com o senhor, que fala, por exemplo, de contratos de 3,6 bilhões e que as empresas cotaram 5,4 bilhões. Esse não pode ser considerado um dos 3 mil contratos.

O senhor citou, por exemplo, a questão da Refinaria Abreu e Lima. Por ela estar no Nordeste, o preço dela é 18,5 bilhões de reais para refinar 165 mil barris. Mas o COMPERJ está dentro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e o superfaturamento talvez seja igual ou pior.

Eu, Sr. Gabrielli, com todo o respeito — até a gente não tem que fazer nenhum prejulgamento e eu também nem tenho nem elementos técnicos para dizer se o preço é esse ou aquele —, mas a gente está tendo denúncias inclusive de funcionários da PETROBRAS. E a enorme maioria dos funcionários da PETROBRAS quer o bem, assim como todos nós que estamos aqui, o povo



brasileiro que está nos assistindo neste momento. Denúncias sobre o preço das refinarias, o preço total.

Não vou falar aqui em processos, na corrupção das empresas. Não vou falar disso porque está muito claro. As delações premiadas estão aí. Agora, dizer que a diretoria da PETROBRAS, que seus engenheiros — aliás, o senhor deu uma informação muito importante, que as decisões são coletivas — não são responsáveis pelo preço final do custo de uma obra?

O senhor, quando, por exemplo, coloca o assunto da Abreu e Lima... E eu já vou finalizar, Sr. Presidente, fazendo um questionamento só antes de o meu tempo acabar, para os nobres colegas poderem falar. O senhor, quando fala o preço de uma obra, por exemplo, citando novamente a Abreu e Lima — o senhor citou o preço de 18,5 bilhões de reais —, o senhor diz que a indústria brasileira está aprendendo. Mas existe um custo internacional. Não pode uma refinaria custar... O senhor me desculpe até o número, se é baixo ou se é alto, mas, segundo as informações e denúncias de engenheiros da PETROBRAS — nós vamos verificar isso aqui, nesta Comissão, nas nossas investigações, porque isso tudo está aí em documentos que a gente não teve possibilidade de ver ainda —, segundo engenheiros da PETROBRAS, esse custo pode ser quatro a cinco vezes em dólar. Aí não tem justificativa para dizer que foi o problema do resíduo ou que foi o problema da localização no Nordeste.

Então, eu faço um único questionamento ao senhor, até porque neste momento não tenho dados técnicos para fazer outros que eu gostaria e de que desconfio: o senhor avaliza que os preços das refinarias que estão sendo construídas pela PETROBRAS são justos, são honestos, mesmo diante dos pontos que o senhor colocou em relação a ser do Nordeste, à indústria estar aprendendo? Isso comparado com os preços internacionais em dólar, para também não se falar em desvalorização, em real ou dólar. Não é essa a questão. O senhor considera que a PETROBRAS está sendo competente e honesta em pagar esses preços? Essa é a única pergunta que eu quero saber do senhor, porque aí nós vamos ter como apurar isso com os outros documentos. Essa colocação do senhor é muito importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - V.Exa. faz uma pergunta importante. Mas eu tenho que qualificar um pouco a resposta, primeiro porque, como eu disse, a refinaria é um conjunto de unidades grandes, ela não é uma obra única em que você faz o conjunto da obra simultaneamente e com um único contrato. Você tem alguns casos de dezenas de contratos, muito mais de dezenas de contratos, se você considerar os pequenos contratos. Então, você não pode dizer que o processo de gestão do custo de um projeto como uma refinaria seja a mesma coisa de considerar o projeto de gestão de uma obra, porque são múltiplas obras, com diferentes tipos de equipamentos, com diferentes tipos de fornecedores. A PETROBRAS está fazendo basicamente duas refinarias, porque a Premium I e a Premium II não estão sendo feitas. Então, basicamente a PETROBRAS terminou já o primeiro trem da RENEST e está concluindo o COMPERJ. Está fazendo duas refinarias.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, até para facilitar a resposta do Sr. Sérgio Gabrielli, para ser bem objetivo, a minha pergunta é: uma refinaria para 165 mil barris de petróleo, em qualquer outro país do mundo, em dólar, quanto custa? Aqui custou 18,5 bilhões. Isso independentemente dos outros processos, de ter que fazer isso ou aquilo, no todo, porque esse é um preço internacional. Essa é a minha pergunta.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu vou dizer ao senhor o último dado que eu andei pesquisando para responder inclusive a este Congresso Nacional, na CPMI do ano passado, que é o custo das refinarias nos Estados Unidos comparado com Pasadena, em 2006. A última refinaria nos Estados Unidos foi feita em 1976. Eu quero mostrar isso para dizer que refinaria não é uma coisa que se faz toda hora e em grande quantidade, para se ter um preço de prateleira. A última refinaria nova nos Estados Unidos foi feita em 1976. Em 2006, que é o último número que eu tenho pesquisado — e aqui eu sou obrigado a falar a verdade —, os preços de refinarias compradas entre os agentes que trocaram compra de refinaria variaram de 3,4 mil dólares a 19,5 mil dólares por barril de capacidade de destilação. A métrica usual de refinaria é você dividir o investimento pela capacidade diária de destilação e fazer quanto é o investimento por barril de capacidade de destilação. Simples. Você pode fazer um cálculo mais complicado, complexo, se você qualifica



as diferentes unidades. Mas eu não quero fazer essa discussão aqui. Mas o fato é que, em 2006, os preços variaram entre 3,4 mil dólares por barril e 19 mil dólares por barril. Pasadena foi comprada por 7.400 dólares (*sic*). A Abreu e Lima hoje está custando muito mais do que isso. Portanto, a Abreu e Lima está cara no plano internacional. O COMPERJ está custando muito mais do que isso. Portanto, também está caro em comparação com o plano internacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao próximo Relator, Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Desculpe, Sr. Presidente, é só porque o meu microfone falhou.

Então Pasadena foi um bom negócio na opinião do senhor?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Com certeza absoluta, não tenho dúvida quanto a isso.

(Manifestação no plenário. Risos.)

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Gabrielli, os estudos técnicos para a celebração do contrato celebrado entre a Gasene Participações Ltda., a PETROBRAS, a Transportadora Gasene S/A e o BNDES, que foi o principal financiador do projeto, ocorreram na sua gestão na Presidência da PETROBRAS?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. tem conhecimento do fato de que a transportadora Gasene, segundo apontou o TCU, é uma empresa de fachada?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, não é uma empresa de fachada. Isso está em discussão com o TCU. Não há apontamento definitivo do TCU. Está em discussão. Inclusive o TCU está revendo os seus apontamentos iniciais.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - No caso da Transportadora Gasene, a PETROBRAS figura como a responsável pelo pagamento da operação de crédito firmada com o BNDES consubstanciada na concessão de empréstimo na ordem de 4 bilhões e 500 milhões de reais para que a transportadora implementasse o Gasene. Correto?



O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, não é correto também porque não é que a PETROBRAS seja responsável pelo pagamento do empréstimo. O responsável pelo pagamento do empréstimo é a Transportadora Gasene, que é uma SPE. A PETROBRAS contratou a Transportadora Gasene para transportar gás que a PETROBRAS produz e, pelo custo do transporte de gás, esse fluxo futuro do uso do gás, depois de construído, pagava o financiamento. Então, não é correto dizer que a PETROBRAS é responsável direta pelo pagamento do financiamento.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - É correto então dizer que, a título de garantia, foram celebrados um contrato de penhor de direitos creditórios em conjunto com um contrato de penhor de ações entre o BNDES, a Transportadora Gasene S/A e a Gasene Participações Ltda.? O primeiro estabelece, em favor do BNDES, o penhor dos direitos creditórios da Gasene Participações Ltda. e a Transportadora Gasene relativos ao contrato de opção de compra e venda celebrado entre essas sociedades e a PETROBRAS?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - É correto, porque o contrato de penhor é exatamente o que viabiliza a garantia do fluxo futuro do serviço prestado para pagar o BNDES. E o contrato mútuo de compra e venda de ações é para garantir que, depois de pago o financiamento, a Transportadora Gasene vire empresa 100% PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Essa garantia foi submetida a deliberação do Conselho de Administração da PETROBRAS?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, porque não é competência do Conselho de Administração fazer esse tipo de discussão. Foi apresentada ao Conselho de Administração da PETROBRAS a estrutura financeira como um todo, que é resultado de um processo licitatório que foi feito pela PETROBRAS, onde dez bancos participaram e o Santander ganhou a licitação. Esse processo licitatório montou a estrutura financeira, que envolve um *project finance* que é padrão, como qualquer *project finance*.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mesmo com a lei das sociedades anônimas, no seu art. 142, inciso VIII, estabelecendo que é competência do



Conselho de Administração autorizar, se o estatuto não dispuser em contrário, a prestação de garantias a obrigação de terceiros?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, com certeza, isso está evidente, mas a obrigação de terceiros não foi feita pela PETROBRAS. A PETROBRAS, como eu disse, ela contratou um serviço da Transportadora Gasene; ela não contratou um empréstimo dando a garantia do empréstimo ao BNDES. Ela contratou um serviço a Transportadora Gasene, e a Gasene está funcionando, está plenamente funcionando. A Transportadora Gasene já foi incorporada à PETROBRAS e já foi, portanto, desmontada essa estrutura, que cumpriu o seu papel, que era construir o Gasene, viabilizar a entrega de gás, viabilizar para o Rio de Janeiro o fornecimento de gás para as termoelétricas, evitar riscos de apagão, viabilizar a expansão da produção elétrica.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - No período em que cabia a V.Exa. presidir as reuniões da Diretoria Executiva, dirigir e coordenar os seus trabalhos, havia algum membro daquele órgão incumbido de intermediar as relações entre a PETROBRAS e a Transportadora Gasene?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Sim. A Transportadora Gasene era no âmbito da Diretoria de Gás e Energia. A Diretoria de Gás e Energia é que cuidava das relações diretas, cotidianas com a transportadora.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E quais eram as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração para pautar as relações entre a PETROBRAS e a Transportadora Gasene?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Isso não é pauta do Conselho de Administração. O Conselho de Administração fez a discussão da importância do Projeto Gasene; aprovou, no Plano Estratégico, o Projeto Gasene; a Diretoria da PETROBRAS acompanhou a execução da implantação do Projeto Gasene e a execução concreta, operacional, foi feita pela Diretoria de Gás e Energia.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor tem conhecimento de que o Sr. Pedro Barusco, em depoimento a esta CPI, declarou que houve pagamento de propina nas obras do Gasene?



O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu o ouvi falando na transmissão ao vivo do depoimento dele.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Porque, para ficar bem claro para a gente, Sr. Gabrielli, é que existem dois mundos: o “mundo Barusco”, em que ele diz que, a partir de 2003, a corrupção foi institucionalizada na PETROBRAS, e o “mundo Gabrielli”, com o perdão da palavra, em que se diz que houve apenas uma distribuição do lucro – e usou essa expressão — legítimo, que as empresas recebiam, entre algumas pessoas. Tenho certeza de que esta CPI, ao longo do seu andamento, do seu trabalho, vai verificar qual desses mundos é o mundo da realidade e qual desses mundos é o mundo da fantasia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. e, antes de passar a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, que é o próximo Sub-Relator, informo que chegou aqui um comunicado de que a Ordem do Dia foi iniciada. Então os Deputados que desejarem ir ao plenário para dar a presença... Já foi iniciada a Ordem do Dia. Então a gente...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Uma questão de ordem, Presidente!

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Presidente, se V.Exa. pudesse ver a ordem...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - É possível consultar o Presidente se, lá na sessão, nós poderemos, de alguma forma, ser dispensados dessa presença, porque eu não gostaria de ter que me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Até onde eu sei, Deputado Florence, nós não temos esse poder...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não é possível, não, Presidente. Temos que ir ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...de dispensar as eventuais faltas. Então terá que ser feito um esforço dos Deputados...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Se V.Exa... Presidente! Desculpe-me.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) -...para poderem estar presentes, claro, na hora que puderem, nos dois lugares.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Só um pedido para V.Exa.: peço que leia a lista de inscritos, porque então nós vamos nos organizando no momento de sair, irmos até lá e voltar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não. Temos na inscrição, antes, dos Sub-Relatores: falará o Deputado Arnaldo Faria de Sá e, em seguida, o Deputado André Moura; depois os autores — Deputado Carlos Sampaio, Deputado Onyx Lorenzoni, Deputado Ivan Valente, Deputado Afonso Florence, Deputado Paulo Pereira da Silva e o Deputado Carlos Marun, que são os seis autores. A lista de inscrição dos membros: Deputados Antonio Imbassahy, Izalci, Otavio Leite, Eliziane Gama, Paulo Pereira da Silva, Lelo Coimbra, Valmir Prascidelli, Carlos Marun, André Moura, Leo de Brito, Jorge Solla, Delegado Waldir, Afonso Florence, Edio Lopes, Aluisio Mendes, Júlio Delgado, Celso Panseran, Onyx Lorenzoni, Silas Câmara, Darcísio Perondi, João Carlos Bacelar, Paulo Magalhães, Edmilson Rodrigues, Pauderney Avelino, José... — não estou entendendo essa letra —, Efraim Filho, Jorge Boeira, Carlos Andrade, JHC, Rodrigo Martins, Ivan Valente, Ricardo Barros. Ainda os não membros: Luiz Carlos Haully, João Gualberto, Adail Carneiro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente! Pela ordem. Veja se o 28º não é o Deputado José Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O 28º é Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu me inscrevi, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. é o 27º. Antes porque... A caligrafia de V.Exa. não é tão boa. Eu não consegui...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA – É porque eu sou médico, Presidente.
(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Temos o mesmo problema.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Como todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Gabrielli, desde quando o senhor esteve na PETROBRAS?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Na minha apresentação, eu comecei dizendo que eu entrei na PETROBRAS em 2003, como Diretor Financeiro. Saí da Diretoria Financeira em junho de 2005, virei Presidente em junho de 2005; saí da PETROBRAS em fevereiro de 2012, sendo o Presidente que mais tempo ficou como Presidente da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando foi criada a Sete Brasil?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - A Sete Brasil, se não me engano, foi criada no final de 2010, os primeiros contratos dela foram feitos em 2011 ou 2012, eu não tenho certeza.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor era Presidente ainda?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu... Na execução dos contratos, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando foi criada a Sete Brasil, o senhor era Presidente?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu era Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Há uma declaração sua no *Jornal Nacional* em que o senhor disse que a indicação de João Ferraz e Pedro Barusco para Presidente e Diretor de Operações da Sete Brasil... O senhor afirmou que a Sete Brasil era uma empresa privada, e que a PETROBRAS não tinha nada com isso. Mas, pelo acordo de acionistas, essas duas diretorias não cabem à PETROBRAS?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - É, foi um equívoco que eu fiz, com o *Jornal Nacional*. Eu estava fora da PETROBRAS, depois alguns...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor fez um equívoco, o senhor falou?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu fiz um equívoco. É claro que eu fiz um equívoco.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Um equívoco.



O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - É possível. Os seres humanos cometem equívocos. Eu fiz um equívoco ao dizer essa informação, porque eu não tinha... Eu não lembrava do detalhe de um acordo de acionistas, que é privado, onde a PETROBRAS tem 5% — está certo? —, qual o processo. Agora, a indicação desses diretores é uma indicação da PETROBRAS, não é uma indicação pessoal minha.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O equívoco foi naquela época... Hoje o senhor confirma, então, que isso dos diretores foi...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não. O equívoco foi afirmar que a PETROBRAS não era indicação, porque eu imaginei, o meu raciocínio foi: a PETROBRAS tem 5%, então não vai indicar um diretor. Foi esse o raciocínio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas o senhor conhecia o João Ferraz e Pedro Barusco?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Claro! João Ferraz era Gerente-Executivo da PETROBRAS. Executivo, não. Foi Gerente-Geral da PETROBRAS de projetos estruturados. O Barusco era o Gerente da área de engenharia. Os dois foram os principais estruturadores do programa de sondas, que é uma necessidade para a PETROBRAS. E os dois seriam, portanto, os dois nomes mais adequados para conduzir a Sete Brasil.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas, permanecendo no seu equívoco...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O meu equívoco é o seguinte, V.Exa. me permita. O meu equívoco foi no *Jornal Nacional*.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não, não! Deixe-me terminar o raciocínio. Permanecendo o seu equívoco, quem, então, teria indicado Pedro Barusco e João Ferraz para a Sete Brasil?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu imagino que a diretoria da PETROBRAS, porque...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor não era da diretoria na época?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Era, mas a diretoria da PETROBRAS toma 40 a 60 decisões por semana. São 2.500 decisões por ano.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas essa decisão... Era uma decisão muito importante essa.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Para o senhor achar que ela podia ser de outra diretoria.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não. A decisão é a estrutura... O que passa pela diretoria, a discussão, era a estrutura da Sete Brasil, a aprovação do modelo de estruturação da empresa. Não necessariamente você faz a discussão sobre quem vai indicar. Cometo... Confesso, aqui, que, na declaração para o *Jornal Nacional*... Como geralmente acontece, eu sou procurado pelo *Jornal Nacional* e tenho que dar uma resposta rápida. Eu estava fora da PETROBRAS já há 1 ano e tanto, 1 ano e meio, mais de 2 anos, então eu cometi um equívoco de memória. Mas consultando as informações, ficou evidente que essas indicações competiam à PETROBRAS. À PETROBRAS, não individualmente a mim. A pergunta era se eu indiquei. Eu disse que não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não. Se foi a PETROBRAS que indicou, o senhor era o Presidente, quem foi que indicou, então?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Quem indicou foi a diretoria da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem era o Presidente da PETROBRAS?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu era, mas eu não falo em nome da diretoria. Eu sou membro da diretoria. Essa é a questão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas se o senhor...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - A diretoria não é órgão coletivo. A PETROBRAS tem uma diretoria coletiva.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas se o senhor era Presidente, o senhor era a pessoa principal naquele momento.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Era a pessoa que coordenava a diretoria, com certeza.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E já tinha sido, antes, Diretor Financeiro. Poderia ter evitado, se não quisesse o Barusco lá, não é verdade?



O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não. Mas não tinha por que vetar o Barusco lá. Não tinha por que vetar, porque o Barusco era um técnico que era um dos técnicos mais adequados para a função que ele tinha. Não tinha por que vetar. Não tinha nenhuma acusação de corrupção para ele. Era um técnico que estava ligado ao projeto, e tinha que ser ele mesmo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Hoje o senhor admite que o Barusco é um corrupto?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Admito, não. Ele confessou. Eu não preciso nem admitir. Ele confessou que era corrupto desde 1997. Eu entrei na PETROBRAS em 2003.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor falou agora há pouco que assistiu o depoimento dele aqui, na terça-feira. Por que o senhor... Qual a motivação que o senhor assistiu o depoimento dele?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Porque eu estou envolvido na PETROBRAS. Eu sou ex-Presidente da PETROBRAS

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor está envolvido? O senhor está envolvido?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Na PETROBRAS! O senhor quer me dizer que eu estou envolvido. Eu estou envolvido com a PETROBRAS!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem usou a palavra foi o senhor, não fui eu.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu estou envolvido com o projeto do desenvolvimento da PETROBRAS. Eu estou envolvido com o que foi feito na PETROBRAS de positivo. Eu estou envolvido com o que nós fizemos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem usou a palavra “envolvido” não fui eu, foi o senhor.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - É. Eu estou dizendo “envolvido”, mesmo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E já estava convocado.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - E já estava convocado.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, peça calma ao depoente. Ele está falando com um Deputado aqui.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu estou falando com V.Exa. Eu estou falando com um Deputado. E ele também está falando com um cidadão. Todos os direitos do cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Delegado Waldir, a condução dos trabalhos... Nós saberemos definir quando for necessário intervir.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A respeito da SBM, tem alguma informação que o senhor pode trazer para poder clarear toda essa confusão?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, questão de ordem. Qual é o tempo do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Até aguardar o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que já deve estar próximo a concluir, para que ele possa exaurir todos os questionamentos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então é a última pergunta. Pode ficar sossegado. Eu não vou atrapalhar vocês, não. Fica tranquilo. Eu só quero saber a respeito da SBM holandesa e toda essa história de navio sonda, navio plataforma, essas coisas todas que o senhor conhece bem, está bem metido. Qual a situação da SBM holandesa?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Bom, eu não sei, porque as denúncias da SBM ocorreram depois que eu saí da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A do seu tempo?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - No meu tempo não tem nenhuma denúncia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, mas ela foi contratada no seu tempo.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Tem. A SBM, eu disse, é a segunda maior empresa de exploração e de desenvolvimento de petróleo e equipamentos *offshore* do mundo. É uma grande empresa no mundo. E foi contratada dessa forma, como uma grande empresa no mundo, que ela, associada à corrupção, vem uma denúncia posterior à minha saída da PETROBRAS.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando o senhor soube posteriormente que ela estava envolvida em toda essa corrupção, o senhor ainda continua achando que é uma grande empresa?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu não vou responder em hipóteses. Eu estou fora da PETROBRAS desde fevereiro de 2012.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É do seu tempo! É do seu tempo!

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, mas no meu tempo não tinha denúncia de corrupção! Não tinha. Não tinha corrupção. Tinha obras e tinha atividades. Tinha implantação de atividades, tinha sistema de produção (*ininteligível*). O nobre Deputado precisa se informar um pouco mais.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ô, fala assim com Deputado, não!

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Porque o nobre Deputado me acusou de estar usando recurso público...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não, não.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - ... e de comer lanche hoje aqui com o dinheiro público, o que é absolutamente equivocado!

(Tumulto no Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero... eu quero... eu quero...

(Tumulto no Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu já deixei claro, Deputado Florence, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Onyx, a quem eu peço que deixe o Deputado Arnaldo Faria de Sá concluir a sua intervenção... O convocado, Sr. Gabrielli, está respondendo. Vamos manter a calma, para que a reunião possa continuar fluindo da maneira como iniciou, com as respostas, e contribuindo com a investigação, que é isso que o Brasil espera, é isso que o Brasil quer desta Casa neste momento. Eu queria pedir para V.Exa. concluir, que a gente possa dar seguimento à reunião.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu só queria saber de V.Exa...



O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Senhoria.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Senhoria ou Excelência para mim é a mesma coisa. O senhor é um cidadão para mim. Em todos os negócios feitos na sua época, Argentina, Bolívia, Estados Unidos, Venezuela, com a Abreu e Lima, qual o negócio que o senhor não faria de novo?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Primeiro, a Argentina foi anterior à minha chegada. Foi um negócio feito em 2002 e em 1990 e poucos. Então, portanto, não tenho por que dizer... falar sobre a Argentina. A Bolívia também é anterior à minha chegada. Também não tenho o que falar na Argentina. Os negócios referentes à Venezuela...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o Japão?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu vou falar do Japão. Os negócios referentes à Venezuela não foram efetivados, porque nem nós entramos no Campo de Carabobo, na Venezuela, nem a Venezuela entrou na refinaria. Portanto, foi uma tentativa de fazer acordos que não se efetivaram. Portanto, em relação a esses países, eu não tenho como dizer nada. O Japão, o Japão nós compramos, na realidade... Com a Refinaria de Okinawa, nós compramos um tanque de logística importantíssimo, porque Okinawa fica no meio entre a China, o Japão e a Coreia, e é um centro de logística muito importante. E você teve um acesso, portanto, a um pátio logístico muito importante. É uma refinaria antiga, sem dúvida nenhuma, mas com isso você tem uma capacidade de atuar no mercado asiático muito boa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E a África?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - África, eu não me lembro de ter feito nenhum negócio na África no meu tempo. Grande negócio, nenhum. Não fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Vamos ao próximo Sub-Relator, e último, Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, ao Sérgio Gabrielli: em 2008, o Presidente Lula foi à África diversas vezes com uma numerosa comitiva, com numerosas comitivas, especialmente a Gana, determinando que a



PETROBRAS procurasse parcerias com empreiteiras brasileiras, financiadas pelo BNDES.

Incontestavelmente, V.Sa., no posto de Presidente da PETROBRAS, fez parte dessas viagens. Conforme publicação da imprensa, havia dois convidados: o Sr. José Carlos Bumlai, um dos melhores amigos do Presidente Lula e conselheiro na empresa CONSTRAN, e o Sr. Fábio Pavan, apontado pela matéria como lobista da CONSTRAN em Brasília.

Posteriormente, a Operação Lava-Jato constatou evidências que envolvem empresas por ela representadas, que se somaram à PETROBRAS no esquema de corrupção, presente inclusive em transações na África, investigado nessa operação.

V.Sa. conhece os Srs. José Carlos Bumlai e Fábio Pavan? Pode nos afirmar se eles estiveram no avião oficial com o Presidente Lula? Eles realmente fizeram parte de comitivas oficiais? E qual a participação, em sua gestão, deles? Quais as obras contratadas com a CONSTRAN?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Bom, eu primeiro não me recordo de ter ido a nenhuma viagem do Presidente para a África. Pode ser que eu tenha ido, mas eu não me lembro. Eu não me lembro de nenhuma viagem... Com o Presidente Lula para a África, eu não fui nenhuma vez. Com a África, não. Eu fui, na África, a Angola, e, pelo que me consta, eu não me lembro se fui com o Presidente, acho que não fui com o Presidente para Angola. Fui para a África... Basicamente, eu acho que só fui a Angola. Não me lembro de ter ido com o Presidente para a África. Então, eu não tenho condições de responder à pergunta do senhor, porque eu não me lembro de ter ido para a África com o Presidente Lula.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Certo, mas qual a participação, na sua gestão, da CONSTRAN, e quais foram as obras contratadas, na sua gestão, pela CONSTRAN?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não sei. Não sei.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. omitiu informações — planilhas eletrônicas, memórias de cálculo — para autoridades federais, durante a sua gestão frente à PETROBRAS, alegando sigilo. Qual seria a sua fundamentação para tal sigilo?



O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Em primeiro lugar, esse processo foi um processo de discussão e de aprendizado mútuo entre a PETROBRAS e o TCU, porque, na verdade, o que se tinha é que havia necessidade de você preservar a informação estratégica comercial da empresa. Isso significava, portanto, que você tinha que criar um procedimento, entre a PETROBRAS e o TCU, de que não houvesse vazamento dessa informação. Enquanto não se chegou a um acordo sobre a criptografia e sobre a forma de você criptografar a informação, essas informações foram distribuídas de forma que o TCU não gostaria de receber. Esse processo se transformou, ao longo do tempo, com a identificação de um mecanismo de criptografia que permitia, portanto, a troca de informações sem risco de vazamentos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Em certo momento V.Sa. resolveu enviar caixas com planilhas impressas para o TCU. Porém, em suas memórias de cálculo, por qual motivo houve tal omissão? Evitar a abertura de custos das plataformas para esse Tribunal, para o TCU? Essa conduta é digna de um gestor probo e transparente? O senhor pode me explicar?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, não houve isso. O que houve foi uma discussão com o TCU, e eu estive várias vezes no TCU, pessoalmente, conversando com os Ministros do TCU. O que houve foi o seguinte: havia uma discussão sobre EVTE, os detalhes do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica, que envolvia decisões estratégicas da PETROBRAS, e nós achávamos que, para ser passado para o TCU, nós tínhamos que garantir mecanismos de controle do sigilo da informação, para evitar que os nossos concorrentes tivessem acesso a essas informações. Isso é um procedimento de zelo com uma empresa em que eu era o gestor. Zelo. Isso não quer dizer omissão, nem quer dizer boicote ao TCU. Nós passamos as informações de forma que o TCU não queria receber, e, posteriormente, na medida em que nós encontramos um mecanismo de passar essas informações, elas foram passadas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Zelo com memórias de cálculo de custo de plataforma, sem memórias de cálculos do custo de plataforma para o Tribunal, não entendo isso como zelo, mas tudo bem. É uma posição de V.Sa.



Mas V.Sa. foi citado na delação premiada do Sr. Pedro Barusco. Ele arrecadou, segundo ele, 97 milhões de dólares com as propinas. Em sua gestão, dentre as atribuições do cargo, estes atos ímprobos não foram detectados na sua gestão? Porque era na gestão de V.Sa., também, que o Pedro Barusco atuou, não é? E, então, essa omissão existiu? Ou não foram detectados esses atos ímprobos na sua gestão?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu não posso aceitar que houve omissão. Não houve omissão nenhuma. Ao contrário, diga-se aqui que nós aumentamos a capacidade de investigação da auditoria, como órgão de controle; nós reforçamos as investigações da segurança empresarial, nós reforçamos, abrimos um canal de denúncias com a criação da ouvidoria; portanto, nós criamos todos os mecanismos que uma empresa pode fazer para descobrir e acompanhar o que estava acontecendo, mas não conseguimos descobrir...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E não descobriu?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não descobrimos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Com tudo isso? Com todos esses mecanismos?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Tanto é que nós não descobrimos, tanto é que nós não descobrimos que, posteriormente à denúncia, milhares de horas/homens e horas/mulheres são dedicados especificamente a isso, e até agora não se comprovou. Vide o que aconteceu aqui anteriormente a meu depoimento, quando se constatou, todos os senhores constataram, que há muita ilação e falta de fundamento nas denúncias. Isso foi o que aconteceu no depoimento do nobre Deputado Eduardo Cunha, poucas horas antes de mim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Após a venda dos blocos de exploração na África, por sinal, um péssimo negócio para a PETROBRAS, havendo perdas bilionárias, somando-se ao fracasso da compra de Pasadena, que, segundo V.Sa., foi um bom negócio — não sei para quem foi um bom negócio —, efetivamente V.Sa. participou da estruturação de tais operações extremamente arriscadas. Por que não impediu esses tropeços nocivos ao País?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Bom, a adjetivação, V.Exa. há de me permitir dizer que a adjetivação é adjetivação do senhor, de V.Exa.,



porque eu não concordo fazer a adjetivação que o senhor está fazendo. Acho que o grande resultado da nossa gestão na PETROBRAS é positivo. Se alguns cometeram crimes, esses crimes têm que ser punidos e investigados pela polícia! Porque crime é questão de polícia! É polícia que investiga! Não é atividade empresarial investigar crime.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas o senhor era o Presidente da PETROBRAS. Foi na sua gestão.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Sim, mas se eu não consigo identificar os procedimentos internos, eu não posso ser atribuído a mim nenhuma responsabilidade sobre isso — como, aliás, eu não estou sendo atribuído, em nenhum dos inquéritos, responsabilidade por isso —, porque eu não posso ser atribuído a mim isso. Comportamento criminal é combatido por polícia e pela Justiça.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Como ocorreram as contratações da Sete Brasil pela PETROBRAS? Foi por meio de concorrência pública, por carta-convite? Houve efetiva concorrência? Os valores dos contratos são compatíveis com as métricas internacionais?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Os valores contratados foram compatíveis com os mercados internacionais, foi feita uma licitação nos moldes da 2.745, de carta-convite para os concorrentes. Não foi concorrência pública.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, para concluirmos, só mais duas perguntas. Quem concebeu modelo de contratações de navios-sonda e plataformas de perfuração da PETROBRAS que levou à criação da Sete Brasil?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O modelo é um modelo construído coletivamente. Existiu um primeiro momento de várias experiências da PETROBRAS de projetos estruturados. Essa experiência de projetos estruturados vem de 1990, porque isso começou nas relações da PETROBRAS com o GBIC, que é o órgão de financiamento do desenvolvimento japonês. A PETROBRAS teve várias estruturas montadas com a estrutura japonesa. As SPEs são formas de organização de projetos estruturados que são... crescem mais nos momentos em que os mercados financeiros ficam mais restritos. Isso é comum no mundo dos negócios, e a Sete Brasil não tem nada de excepcional no que se refere à sua



estrutura. O que é excepcional, sim, é que contratar 28 sondas é um volume de contratação muito grande, sem dúvida nenhuma, mas essa é decorrente — essa decisão e esse processo —, é decorrente da necessidade de você combinar a construção das sondas no Brasil com a necessidade de você viabilizar a curva de produção do pré-sal brasileiro.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Para finalizar, Sr. Presidente, quem são os operadores de negócios dos navios e plataformas de perfuração? Existem contratos de afretamento e de operação? Qual a relação entre a Sete Brasil e os operadores? E qual o impacto da Operação Lava-Jato nos contratos da Sete Brasil com os estaleiros? Existem obras sendo paralisadas? O senhor sabe me responder? E qual a importância do BNDES na continuidade operacional da Sete Brasil, já que a Sete Brasil foi idealizada na gestão de V.Sa.? V.Sa. disse que não teve participação decisiva, mas V.Sa. era o Presidente da PETROBRAS. V.Sa. não pode se esquivar disso. Pode ter sido uma decisão de diretoria, mas sob o comando de V.Sa. Sob o comando de V.Sa. foi idealizada a Sete Brasil. Então qual a importância do BNDES na continuidade dessa operação da Sete Brasil? Qual o impacto da Operação Lava-Jato? Quem são os operadores de negócios de navios e plataformas de perfuração? Qual a relação entre a Sete Brasil e esses operadores?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Bom, eu não posso falar sobre os impactos atuais da Sete Brasil com Lava-Jato, porque eu não estou acompanhando operacionalmente. Atualmente sou um professor aposentado da Universidade. Minha atividade profissional é ser aposentado da PETROBRAS... da Universidade Federal da Bahia. Então eu não estou acompanhando o dia a dia e não posso falar o que está acontecendo hoje. Posso falar sobre a estrutura, porque eu acompanhei a montagem da estrutura. Qual é a estrutura que foi montada? Você montou o seguinte: a PETROBRAS precisa de 29 sondas, quer essas sondas sendo construídas no Brasil. Para fazer isso, ela faz um contrato de operação dessas sondas. Para fazer esse contrato de operação dessas sondas, ela contrata, faz um processo licitatório e contrata a Sete Brasil. A Sete Brasil, por seu turno, contrata a construção dessas sondas com estaleiros. Então a relação da Sete Brasil é com os estaleiros. Os estaleiros constroem as sondas. O período de construção de uma sonda, eu disse, é de 2 a 3 anos. Se eu me lembro, é 46 meses. O número que está



me lembrando aqui são 46 meses. Então esse período de construção é... você está na fase de construção, mas quem é que vai operar essa sonda? Você tem um operador da sonda, ou seja, quem vai fazer a sonda funcionar. Então, você também tem um contrato de operação e manutenção da sonda, que é quem, em última instância, vai contratar junto com a Sete Brasil a construção. Então esse é o modelo que foi estruturado. Quem é quem, aí eu teria que recorrer à memória, que eu não gostaria neste momento de cometer equívocos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas existem contratos de afretamento e de operação?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Existem contratos de afretamento que são feitos com os operadores e que são, em última instância, os que viabilizam a viabilidade do financiamento para construção dos estaleiros.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Está bom, Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa. Eu quero informar que essa complacência do tempo para com os Sub-Relatores é justamente no intuito de fortalecermos, a cada dia, a cada semana, o papel de cada área, que nós fizemos o esforço para criar dentro do requerimento de instauração da CPI, para que esses sub-relatores possam realmente aprofundar o seu trabalho de investigação nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vamos agora aos autores dos requerimentos de convocação do Sr. Sérgio Gabrielli. O primeiro requerimento é do Sr. Carlos Sampaio. V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Gabrielli, V.Sa. presidiu a PETROBRAS e, portanto, sabe que as diretorias são cargos em comissão, são demissíveis a qualquer momento. Existem dois brocados latinos que dizem o seguinte: "*Quem indica tem culpa in vigilando e in eligendo*": quem indica tem culpa em vigiar e tem culpa ao elegê-lo. V.Sa. disse aqui, textualmente, hoje, que a indicação de diretores é uma questão de Governo, e não da PETROBRAS. Estou certo? Então, se erros existiram por parte dos diretores que estão envolvidos na Operação Lava-Jato, em crime de lavagem de dinheiro, de corrupção e outros



tantos, para mim, fica muito claro que a responsabilidade é de quem indicou, o Presidente Lula e a Presidente Dilma, e não de V.Sa. Fui claro no meu raciocínio?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - É... o senhor tem que levar... V.Exa. eu acho que tem que levar o raciocínio no limite, porque na verdade...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O limite é muito simples. V.Sa. não indicou? V.Sa. disse hoje que é uma questão de Governo.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não. Eu sei disso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não receba como uma pergunta. É uma afirmação. Se V.Sa. diz que é uma questão de Governo a diretoria da PETROBRAS, quem responde pela indicação é o Governo. Ponto final. Afirmação feita. Não é indagação a V.Sa.

Passo às indagações. Segundo a Comissão interna da PETROBRAS, V.Sa. autorizou o jurídico internacional da PETROBRAS a entrar em processo arbitral contra a Astra, em 19 de junho de 2008, sem o conhecimento da Diretoria Executiva e do conselho de administração. A pergunta que faço: V.Sa. assim agiu porque achou que poderia agir, ou agiu por desconhecimento?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Em primeiro lugar, me parece que Pasadena não está envolvida nesta CPI, portanto, eu poderia me recusar a responder. *(Manifestação no Plenário.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É óbvio que não poderia! É óbvio que não poderia! É sobre a PETROBRAS.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, não, não. Eu não vou me recusar a responder.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A pergunta é muito objetiva.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu não vou me recusar a responder, não. Eu só vou... Eu quero afirmar porque, em respeito à legislação, a CPI não tem incluído, não inclui Pasadena, portanto, não é objeto desta CPI, que foi objeto de duas CPIs no ano passado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, eu peço apenas...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Mas eu vou responder.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, é que eu faço uma pergunta objetiva. Se ele fizer divagações em cada uma delas, eu peço que seja descontado o tempo. A pergunta é muito objetiva. V.Sa. autorizou? Autorizou ou não autorizou?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu vou responder, V.Exa. me permita. Nós levamos, de 2006 a... 2007 a 2008, durante 2 anos, basicamente 1 ano e meio, até junho de 2008, discutindo a dissolução da nossa sociedade com a Astra. A diretoria discutiu isso cotidianamente. Então, portanto, a resposta...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, eu peço a intervenção de V.Exa., porque eu vou fazer uma pergunta objetiva, eu quero que as respostas sejam o... Se cada vez que eu fizer uma pergunta ele disser: *“Olha, nos idos de... nós...”* Eu não quero saber isso. Minha pergunta foi: teve a prévia ciência do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu garantirei a V.Exa., Deputado Carlos Sampaio, a complacência do tempo, para que V.Exa. possa concluir as indagações.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A afirmação que eu fiz, Sr. Presidente, é de que a auditoria interna da PETROBRAS, a comissão decidiu que ele falhou ao não consultar o Conselho de Administração e não consultar a Diretoria Administrativa. A pergunta que faço é: V.Sa. errou ou V.Sa. achou que podia assim proceder?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Primeiro que essa conclusão foi contestada por mim na auditoria interna, posteriormente ao relatório. Portanto, eu mostrei e demonstrei que a decisão foi passada pela diretoria inúmeras vezes, não foi uma vez só, não. E o comunicado ao Conselho de Administração da PETROBRAS, no dia 20 de junho, portanto, um dia depois, só poderia ser feito se a diretoria tivesse que aprovar...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Sa. conhece...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Portanto, a diretoria tinha aprovado, objetivamente, o apoio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Bom, eu não vou nem discutir. Se a comissão interna...



O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Então, é uma... O senhor tem uma diferença de posição. A comissão já... O senhor tem que ver o que a comissão está... contestado. O direito do contraditório existe.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, eu não tenho que ver nada. O senhor está aqui para responder às perguntas.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Estou respondendo objetivamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - *(Ininteligível.)* ... as suas aulas, guarde-as para a universidade que V.Sa. *(ininteligível)*.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - A diretoria sabia. A diretoria sabia.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A comissão interna diz que não sabia. Eu confio na comissão interna da PETROBRAS.

O senhor conhece o Sr. Samir Passos?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Samir?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Conheço.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Conhece. Ele trabalhava junto com o Diretor Zelada?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O Samir, se não me engano, ele era o gerente...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não tem... não precisa lembrar, não.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - ... da área internacional. Acho que era da área internacional.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Se V.Sa. conhece, está ótimo.

Olhe o *e-mail* que ele passou para o Sr. Zelada: "Até agora, temos instruções da diretoria com o aval de Brasília e estamos nesse caminho, até por falta de qualquer sinalização da comissão... do Conselho de Administração, que sequer votará o assunto da decisão arbitral." Ele dizendo para o Sr. Zelada que não tinha nenhuma informação, inclusive que o Conselho de Administração ia se manifestar sobre esse tema. Só tinha o seu aval e o de Brasília. Ele afirmou isso, e dois dias



depois esse *e-mail* foi reproduzido a V.Sa. e ao Sr. Paulo Roberto Costa. Fica o registro.

É fato que, em 30 de julho de 2009, o Conselho de Administração da PETROBRAS decidiu descumprir a sentença arbitral norte-americana que condenava a empresa a comprar 50% das ações da refinaria?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não. A decisão não foi de... não de descumprir, foi fazer com que a PETROBRAS não perdesse a possibilidade de ser... a PETROBRAS ter a possibilidade...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Vou fazer a pergunta de outro jeito, talvez V.Sa. entenda.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - ... ter a possibilidade de (*ininteligível*) pagar duas vezes.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pagar duas vezes. Sei. Então, tem um júízo arbitral que foi contratado por determinação de V.Sa.?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Isso. Daí, esse júízo arbitral decide?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Aí, V.Sa., presidente, questiona o júízo arbitral na Justiça e gera um prejuízo de 100 milhões de dólares.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não é verdade.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu não estou fazendo nenhuma afirmação que não conste da documentação. Ou V.Sa. desconhece o óbvio ou aqui está se fazendo de torto.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O óbvio pode ser que eu desconheça, eu conheço os fatos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, desconhece. Desconhece. Porque o Conselho de Administração determinou que não fosse cumprido o júízo arbitral até entrar em júízo. O conselho arbitral que V.Sa. mandou exercer o seu papel de decisão arbitral foi exatamente a decisão que foi depois revista pelo Conselho de Administração, sob a presidência da então Presidente Dilma, que disse que deveria ser descumprida a decisão arbitral (*ininteligível*) em júízo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não é essa a decisão do conselho.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Vou ler para V.Sa. a decisão do conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Certo.

“Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da Petróleo Brasil S/A, em reunião levada a efeito no dia 30/07/2009, sob a presidência de Dilma Vana Rousseff, deliberou, dentre outros, sobre o assunto a seguir transcrito:

‘Contencioso de Pasadena. Em face da apresentação feita pelo gerente da unidade internacional, Carlos César Borromeu de Andrade, sobre a matéria e os esclarecimentos que se seguirem, a Presidente’ — ou seja, a Presidente Dilma — ‘dispensou o relato da matéria em referência, já apreciada pela diretoria, e determinou que se entrasse em juízo.’”

Essa ata também é mentirosa?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, mas ela...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ela é verdadeira?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Posso esclarecer?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Evidente que pode.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Então, para esclarecer: o que acontece é que a decisão arbitral... tinha simultaneamente a ela um processo judicial em andamento. Nós chamamos a Astra para dizer: eu cumpro a decisão arbitral, desde que as decisões judiciais parem, porque senão eu corro o risco de pagar duas vezes. Então, conseqüentemente, nós, em defesa do patrimônio da



PETROBRAS, decidimos que só iríamos executar a decisão arbitrária depois da decisão judicial.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Entendi. V.Sa....

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - E esperamos a decisão judicial.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO V.Sa. defende o patrimônio da PETROBRAS como ninguém. Entrou, ela tinha um valor; hoje, ela vale um terço. Parabéns! V.Sa...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não. Entrei ela valia 15 e hoje ela vale 60...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Sa. é uma sumidade.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Vale quatro vezes mais e já chegou a 380.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Duas últimas perguntas, para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Ela vale quatro vezes mais do que no tempo do senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu tenho certeza absoluta. Eu e o mundo pensamos isso. Só V.Sa. que tem essa clareza...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - São números, eu não posso...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Aliás, a fala de V.Sa., hoje, demonstra ou conivência ou uma incompetência brutal. Eu estou para o lado da conivência, por hora.

V.Sa. tem uma carteira de 1,5 milhões de reais aplicados na Bolsa de Valores de São Paulo em 17 empresas?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Deve ter. Deve ser isso. Eu não sei quanto vale isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Sa. só tem 120 reais aplicados na sua PETROBRAS?



O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não é verdade.
(*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Sa. tem quanto?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu devo ter hoje uns 500 mil reais.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - De 1 milhão?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Quinhentos mil reais na...
É. Meio milhão. Presidente, (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Sa. não quer checar o número, para depois não dizer que se equivocou?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, é que... Está no mesmo balanço. É público. Quando eu saí da secretaria, saiu... Se o senhor pegou aí essa informação do Bernardo Mello Franco...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, não.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - ... que é do jornal *Folha de S.Paulo*, está errado!

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Porque uma coisa é o que V.Sa. declarou no seu Imposto de Renda...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Está no *Diário Oficial*. Está no *Diário Oficial*. Está no *Diário*...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ... outra coisa é o que valem as ações da sua PETROBRAS hoje, amigo. É bem diferente.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Está no *Diário Oficial*. O senhor está equivocado na informação; está publicada no *Diário Oficial* da Bahia. No *Diário Oficial* da Bahia está publicada a minha declaração de bens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Carlos Sampaio, para concluir.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Para concluir, Sr. Presidente, vamos fazer um registro claro aqui. O depoente não veio aqui para ajudar absolutamente ninguém a não ser a si mesmo. Ele afronta a inteligência de brasileiros e de todos que estão nesta CPI. A PETROBRAS era muito melhor do que era antes, a PETROBRAS dele hoje. A PETROBRAS não teve corrupção e era



indetectável. Por que era indetectável? Porque os diretores indicados pelo Presidente Lula, dele, e a Presidente Dilma, dele, faziam conluio com empresas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O tempo, Deputado.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Presidente, quanto tempo o...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu estou finalizando a minha fala. Respeite a minha fala. Eu estou finalizando a minha fala.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Porque é impressionante a diferença de tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - São 10 minutos para cada autor.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Agora é discurso contra o depoente?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu faço o discurso que eu quiser.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Mas é tempo de Líder ou são 3 minutos?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu faço o discurso que eu quiser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou garantir a palavra ao Deputado Carlos Sampaio.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço a V.Exa. que conclua.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. terá e eu atrapalharei V.Exa. como está me atrapalhando.

Resumindo: ele faz mal a esta CPI, ele fez mal ao Brasil...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É de uma cara de pau inaceitável. Vem aqui dizer inverdades!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente,...



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Inverdades! E que fique muito claro: ele prestou depoimento aqui com o compromisso de dizer a verdade. E esse cara de pau...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, Sr. Presidente, até agora esta sessão está ocorrendo adequadamente...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

Eu passo a palavra ao próximo autor, Deputado Onyx Lorenzoni. V.Exa. tem até 5 minutos.

(Tumulto no plenário. O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu só gostaria de registrar, neste momento, que o Brasil acompanha esta reunião e que esta discussão não contribui em nada com a investigação. Vamos aguardar a participação dos autores. Seremos complacentes também com o Deputado Florence quando for falar como autor. Isso visa justamente o esforço desta Presidência para que se esgotem todos os questionamentos a serem feitos ao nosso convocado.

Então, Deputado José Rocha, eu não darei a palavra para V.Exa. agora. Tenho um respeito muito grande, uma amizade muito grande, mas a palavra ficará com o Deputado Onyx Lorenzoni, como autor. Em seguida, darei a palavra a V.Exa.

Deputado Onyx, a palavra está assegurada a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu quero fazer a seguinte combinação. Nos meus 5 minutos, eu vou fazer uma análise de tudo o que eu estudei e do depoimento de hoje. Eu não quero ser interrompido por ninguém, esse é um direito que eu tenho como Parlamentar, muito menos pelo depoente. E eu vou voltar. E quando eu voltar, na reinscrição, aí vou perguntar. Mas, agora, eu quero apenas trazer a público aquilo que estudei.

Eu estava na CPI dos Correios. Eu vi como foi estruturado o mensalão que continua hoje na PETROBRAS, com o petrolão. José Dirceu coloca lá, na PETROBRAS, primeiro, José Eduardo Dutra, e, junto com ele, José Sérgio Gabrielli, companheiro de primeira hora, inteligente, perspicaz, rápido, cínico.

E o que acontece quando José Eduardo Dutra foge da PETROBRAS, quando é desmascarado na CPI dos Correios e aparece a denúncia da GDK, com



superfaturamento? Baiana! Que deu o Land Rover para o Sr. Sílvio Pereira. Ele abre mão da sétima petrolífera do mundo para cumprir outras tarefas. E aí é guindado da diretoria de relações com investidores e financeira, o gênio, José Sérgio Gabrielli, que se relacionou com os fundos de pensão, que estão lá na Sete Brasil! conviveu 8 anos com Paulo Roberto Costa, 7 anos com Renato Duque, com Pedro Barusco, e vem aqui dizer que a Sete Brasil surgiu do nada?

A Sete Brasil é uma organização criminosa, montada para quê? Para cobrar propina de 1% sobre 22 bilhões, que era a construção, e com um planejamento da organização criminosa que está dentro da PETROBRAS, que transformou a PETROBRAS, que era orgulho nacional, na vergonha brasileira pelo mundo afora!

O que fez o Sr. José Sérgio Gabrielli? Indica Ferraz e Barusco para roubarem o dinheiro e desviá-lo. E aí Vaccari Impõe dois terços da propina, e Barusco cobra mais 0,1% por fora, porque achou uma demasia. E o projeto era colocar mais 50 milhões de dólares por ano depois da operação das 28 sondas.

Aqui, está todo o mundo sabendo o que foi feito, Sr. José Sérgio Gabrielli. O Brasil não acredita numa palavra do que o senhor disse. *“Ah, Pasadena foi um ótimo negócio para o País”*. Por que os seus bens estão indisponíveis? O senhor não pode vender um palito, uma ação, por quê? Porque o Tribunal de Contas da União quer que o senhor ajude a devolver 700 milhões de dólares, que pela sua incúria, pela sua incompetência, pela sua conivência, pela ladroagem que se estabeleceu na PETROBRAS, foram desviados da companhia!

Não há um servidor da PETROBRAS ativo ou aposentado que não cobre a maneira criminosa como o seu grupo conduziu a PETROS, as negociatas feitas com a PETROS. E o senhor vem aqui dizer que o senhor é um homem preparado, quer discutir tecnicamente nas perguntinhas combinadas com o Relator? Talvez, esteve lá pelo Palácio do Planalto combinando o que ia fazer, como foi feito nas CPIs anteriores, mas aqui nós queremos enfrentar de frente essa discussão.

Uma companhia que hoje está completamente destruída pela incúria, pela sanha, pelo assalto que foi feito! Praticaram malfeitos no Brasil, na América do Norte, na América do Sul, na África e na Ásia, e aqui querem posar de bom moço, *“sou homem de academia, sou professor universitário, a minha PETROBRAS”*. A sua PETROBRAS é uma vergonha, a nossa PETROBRAS era um orgulho, a



PETROBRAS dos brasileiros independente de Governo, a PETROBRAS que era dos servidores de carreira, que o senhor afastou! Ou não é verdade que a companheirada foi nos níveis de divisão, departamentos e foi empurrando os funcionários de carreira que ficaram sem vez e sem voz?

Homens de idade me procuram com lágrimas nos olhos para dizer o que está sendo feito dentro da PETROBRAS, e o senhor vem aqui cinicamente dizer o que o senhor está dizendo. O senhor tinha que ter vergonha, o senhor tinha que ter respeito! O senhor é cúmplice de um assalto de proporções gigantescas, que a Presidente que lhe substituiu na PETROBRAS não conseguiu definir se era de 2,5 bilhões ou se era de 2,6 bilhões ou de 2,7 bilhões! E, por isso, a corrupção, a roubalheira que o PT colocou dentro da PETROBRAS, impediu que o balanço fosse auditado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Essa é a sua PETROBRAS. A nossa PETROBRAS, a que os brasileiros querem, é a PETROBRAS limpa, com homens e mulheres dignos que possam fazer voltar o povo brasileiro a ter orgulho da sua companhia.

Sr. Sérgio Gabrielli, o senhor tem duas alternativas no seu depoimento de hoje: ou o senhor, como disse muito bem o Parlamentar que me antecedeu, é um incompetente de mão cheia, que ficou lá tanto tempo só para, “incompetentemente”, entre aspas, encobrir o que foi feito, ou o senhor é um dos *capi*. Eu disse aqui nesta sala: Pedro Barusco devolveu 97 milhões de dólares que não eram dele. Eram seus? Eram de Lula? Eram de Dirceu? E o dinheiro do Renato Duque, muito maior do que o dinheiro de Barusco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O gerente da PETROBRAS que o senhor colocou, que o senhor deu aval, que o senhor colocou na Sete Brasil, disse aqui que sistematicamente, metodicamente, inteligentemente, articuladamente, a máfia da estrela começou a assaltar de maneira organizada a PETROBRAS a partir de 2004. O senhor já estava lá ajudando a roubalheira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Em nome dos brasileiros é que eu lhe digo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Já concluí. Tenho muito mais a dizer, e vou dizer quando eu voltar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu queria aqui dizer ao Deputado Onyx Lorenzoni, que começou sua intervenção dizendo que estudou bastante: acho que deveria estudar a regra do respeito. V.Exa. disse aqui que eu combinei aqui perguntas. V.Exa. não tem um dado concreto para afirmar esse desrespeito comigo. Eu acho que as regras da convivência, do debate acalorado requerem respeito.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Relator, os antecessores do seu partido fizeram combinações tanto no Senado como na Câmara. O Brasil sabe disso. Espero que o senhor não tenha feito.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu espero que o senhor possa retirar...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço ao Deputado Onyx.

O próximo autor é o Deputado Edmilson Rodrigues V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Espero que...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Sr. Presidente, o Deputado fez uma pergunta para mim.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não fiz pergunta nenhuma para o senhor.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Perguntou se o dinheiro era meu?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O senhor não merece pergunta.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Perguntou se o dinheiro era dele.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Questão de ordem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. tem algo a falar? A palavra está assegurada a V.Sa.



O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que evidentemente a Constituição brasileira, a lei brasileira garante o direito de opinião livre, amplo e irrestrito, especialmente dos Parlamentares. Portanto, o Deputado tem o direito de pensar o que quer, mesmo que seja completa inverdade, mentiras e acusações falsas. Eu tenho uma vida pública clara, transparente. Estou sendo investigado em dezenas de investigações que não envolvem a mim diretamente e eu não tenho nada de acusação pessoal de enriquecimento ilícito. Portanto, eu repilo veementemente qualquer acusação do tipo da irresponsabilidade da opinião do ilustre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, obrigado.

Dr. Sérgio Gabrielle, terei respeito por V.Sa. como terei com os que estão sob investigação ou denunciados pelo Ministro. Mas respostas têm que ser dadas para que esta CPI não seja transformada em *pizza*.

Em primeiro lugar, sua presença é importante para que nós tenhamos condições de diagnosticar as causas da corrupção e indicar, para além de exigir punição a corruptos, caminhos, que é obrigação nossa também, de procedimentos alternativos, para que não tenhamos o amanhã como um "*Tudo como dantes no quartel de Abrantes*". Daí a necessidade de assumirmos: existe ou não corrupção? V.Sa. em algumas entrevistas chegou a dizer, por exemplo, no dia 20 de janeiro, chegou a dizer ao *Estadão* que era um problema dos fornecedores e dos doleiros, que os diretores estariam isentos. Em outro momento disse: "*Não. Há um diretor que está sendo denunciado e virou delator*".

O segundo ponto é que o nosso partido faz oposição ao Governo como fazia ao de Fernando Henrique Cardoso, e há algo que é princípio para nós: o fortalecimento da PETROBRAS, para que ela não se torne um pesadelo para o País e, ao contrário, para que assuma o seu papel estratégico na produção de um território como abrigo para o nosso povo. É inadmissível que um território tão cheio de recursos sirva apenas para enriquecer alguns oligopólios, algumas corporações, e a desigualdade crescente com as mazelas sociais sendo aprofundadas. E entre as mazelas sociais há uma que é cultural, a corrupção, que tem que ser combatida.



Eu quero dizer neste momento por que levanto esta questão: porque há oposição e oposição. Eu quero dizer da minha preocupação. Enquanto realizamos esta CPI, há um projeto de lei que tenta alterar de forma profunda o marco regulatório do pré-sal, a mudança da Lei nº 12.351, de 2010, que, a meu ver, culminaria numa privatização total da PETROBRAS, portanto, inviabilizaria a possibilidade de afirmarmos um futuro soberano para o nosso País. Quem quiser, veja o Projeto de Lei nº 600, de 2015. E é concreto, portanto, uma tentativa de vilipendiar criminosamente, na minha avaliação, o nossos futuro.

Eu levantei, na presença do denunciado Barusco, que o Decreto nº 2.745, de 1998... Esse processo licitatório simplificado era um problema. E ele era em grande medida responsável, se não pelo início da corrupção, mas por um processo sistêmico de corrupção. Hoje, V.Sa. corrobora com essa tese. Aliás, hoje, depois de elogios do Líder do PSDB e de várias Lideranças partidárias, 16 ou 17 elogios, assim profundos e emocionados, o Presidente da Câmara fez questão de dizer: Esse processo de regime próprio de licitação foi o início dessa corrupção. Ele não usou o termo “corrupção sistêmica”, mas, o início facilitou esse processo que ora investigamos e que inclusive o envolve, com todo o direito a defesa. E eu espero que prove, porque é bom para o Parlamento, para a democracia que nós não tenhamos à frente da Câmara dos Deputados alguém envolvido realmente com o crime.

Então, por que V.Sa., à frente durante tantos anos — esta é uma pergunta — de uma empresa tão importante para o nosso País, mesmo fazendo crítica aqui, não fez nenhum esforço? Não tinha autoridade para isso, posto que o decreto obrigatoriamente devia ser seguido por decisão do então Advogado-Geral, hoje Ministro Gilmar Mendes? Em algum momento, houve a iniciativa ou realmente esses princípios, o princípio do neoliberalismo, a lógica do lucro imperou sobre a lógica do fortalecimento da PETROBRAS?

V.Sa., em vários momentos, mostra dificuldades para ter certeza sobre processos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Edmilson.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Permita-me. Vou tentar resumir.

... e fala em 240 contratos, para mostrar a dificuldade de saber. Só que quem administra, estabelece hierarquia. Uma coisa é uma reforminha, aquela porta que quebrou, a pia que quebrou, tem um departamento, vai fazer uma contratação direta, liga para três empresas, faz uma carta convite. Mas nós sabemos que aqui estamos falando de contratos bilionários, então, não há justificativa. Não são 240 mil Pasadenas — nem Abreu e Lima. Então, não se pode, por conta desse criminoso Decreto 2.745 e sem projeto — e eu falo como um arquiteto que já foi Prefeito...

Hoje há um debate sobre a Lei nº 8.666, de 1993. E o CAU — Conselho de Arquitetura e Urbanismo tem como uma de suas reivindicações que qualquer projeto da área de engenharia e de arquitetura, para ser executado, seja baseado num projeto completo, que, em geral, chama-se Projeto Executivo. Sabe que, mesmo um projeto básico, como é comumente chamado na lei, em geral cria possibilidade de variações de preços finais enormes, inviabilizando a obra, porque acima de 20% não vai ser possível auditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu vou concluir.

Então, por que não se inicia um processo e por que foi mantido de forma crítica esses procedimentos, que, claro, tinham que dar nessa multiplicação por várias vezes em obras como a Abreu e Lima? Aí V.Sa. tente me explicar. E falou há pouco: *“Ora, eu acho que 40% dos problemas relacionados à Abreu e Lima é por conta do câmbio”*. Tudo bem. Sabemos que o dólar cresce. O aquecimento do mercado também aumenta a procura. E levantou também a dimensão de que as coisas não estão nas prateleiras. É claro, tudo o que é exclusivo acaba merecendo um trabalho especializado.

Mas é importante que V.Sa. assuma: *“Não há uma corrupção sistêmica”*. Se não há, o que nós estamos fazendo aqui? Essa é uma questão. E eu vou, se me permite, Presidente, para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado, para concluir.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Para concluir, não vou levar os 11, 12 minutos do Líder, o primeiro que falou, não. Mas vou concluir.

V.Sa. falou aqui, nesta sessão: *“Não há decisões individuais, todas as decisões são coletivas na PETROBRAS”*. Em outro momento, V.Sa.: *“Não era possível captar as ocorrências ilícitas”* — aqui não está literal — *“praticadas”* — aí está literal — *“pelos réus confessos”*.

E aí eu vou concluir dizendo o seguinte. O Sr. Barusco afirma que ele era ladrão individual. Não, não individual. Mas, pela PETROBRAS, ele fazia individualmente, cometia o crime de roubalheira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Edmilson, para concluir.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Vou concluir.

E que se tornou sistêmico a partir de 2003.

Então, é sistêmico ou não é? E o que é que nós temos a dizer, e V.Sa., como ex-Presidente? Que controle se tem se tudo é coletivo? Por que, então, bilhões são agregados num aditivo e o Presidente assume uma postura de rei da Inglaterra? — para não falar no feminino; mas caberia o ditado, sem nenhuma ofensa aqui.

Queria levantar uma última pergunta, Presidente, de forma muito resumida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, para concluir.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Em relação à Pasadena, doutor, com todo o respeito, há a questão de o TCU ter detectado 792 milhões de prejuízo aos cofres da estatal, e há um dado que me chama a atenção. Ainda sob o seu comando, parece-me, foram contratadas várias consultorias internacionais: Deloitte & Touche, Muse Stancil, Citigroup, Thompson e outras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Edmilson.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Nenhuma levantou a possibilidade, detectou a autoprodução dos Estados Unidos, ainda que poluindo lençóis freáticos, os rios. E essa possibilidade de ter o controle do mercado do petróleo e influenciar nos preços, afetar países produtores como o nosso e dar no que deu, inclusive, com prejuízo de milhares e milhares, milhões e milhões de reais para o povo paraense, e colocando em risco, apesar do apelo de V.Sa., a



importância da PETROBRAS... Admitamos, a corrupção colocou em risco, mesmo com o crescimento, que todo mundo sabe que é verdadeiro, o aumento dos investimentos, não é, o número de funcionários...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Edmilson, para concluir. Eu não serei mais complacente. Para concluir!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu concludo, então. Está feita a pergunta.

Muito obrigado pela Comissão Parlamentar... Não é (*ininteligível*), porque ela é complacente com uns e com outros não é tanto.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O nobre Deputado Edmilson me faz uma pergunta, a que eu vou responder diretamente, e depois vou tentar elaborar: há ou não há corrupção sistêmica na PETROBRAS? Eu digo, peremptoriamente: na minha visão, não há corrupção sistêmica na PETROBRAS. Isso não quer dizer que não haja corrupção na PETROBRAS. Só que o problema da corrupção na PETROBRAS é um problema individualizado, pontual, específico de alguns criminosos. Não há uma corrupção sistêmica, porque o sistema PETROBRAS tem mecanismos de controle e de acompanhamento dos processos que mostram a aderência dos processos aos preços de mercado. Portanto, não há como, via mecanismos internos, sistematicamente se criar um sistema voltado para a corrupção. O sistema de compra da PETROBRAS é voltado para agilizar a montagem e a implementação das atividades da PETROBRAS. Não é montado para viabilizar a corrupção de alguns. É isso que eu estou afirmando peremptoriamente. Estou dizendo também que todos os réus confessos têm dito que esse processo interno da PETROBRAS mostra o controle que a PETROBRAS tem dos seus sistemas. Isso não quer dizer que, na negociação externa, se faça negociação que só vai ser descoberta por ações da Polícia, da investigação, que não compete à empresa fazer. Então, esse é o segundo elemento que eu queria mencionar. Eu, de novo, agradeço. Portanto, de forma genérica, explícita, eu estou dizendo que eu não concordo com a ideia, a meu ver, construída de tentar vincular a corrupção de alguns a um sistema de corrupção geral da empresa, porque a empresa não se montou para ser uma empresa corrupta. A corrupção é um comportamento criminal, que precisa ser combatido criminalmente. Segundo elemento importante: Decreto



2.745. O Decreto 2.745 não foi escolhido por essa atual diretoria. Ele é uma contingência real, existente, da legislação brasileira. A PETROBRAS, juntamente com o TCU, fez várias discussões para fazer projetos de lei a serem encaminhados ao Congresso Nacional, para substituir o 2.745 e estabelecer um marco regulatório para compras da PETROBRAS. Esse processo avançou em alguns momentos, recuou em outros momentos, porque, em geral, envolvia empresas estatais que não eram tão independentes em termos de receita como a PETROBRAS. Conseqüentemente, teve um processo de discussão. Então, existiram propostas, foram feitas reuniões, tem modelos preparados. A PETROBRAS deve ter isso; eu não tenho pessoalmente, mas arquivado na PETROBRAS deve ter essas propostas. Existem inclusive, pelo que me consta, alguns projetos de lei, aqui no Congresso Nacional, para discutir alternativas ao Decreto 2.745. O Decreto 2.745 está sob investigação da sua constitucionalidade pelo STF, que já emitiu, se eu não me engano, cerca de 20 liminares. Dessas 20 liminares, a ampla maioria é favorável à PETROBRAS, é contrária à interpretação do TCU. Portanto, é um tema controverso. Os Srs. Deputados são parte importante na solução disso, porque precisam de um projeto de lei, e a PETROBRAS já atuou e já participou dessa discussão. Em relação à Pasadena, eu agradeço a pergunta do ilustre Deputado do PSOL, porque me permite, mesmo não constando desta CPI, falar sobre Pasadena um pouco mais. As consultorias contratadas pela PETROBRAS em 2005 e 2006 não poderiam antecipar o que aconteceu em 2008 com a expansão da utilização do *shale gas*, porque não tinha... A tecnologia não foi uma tecnologia nova, mas a utilização da tecnologia com a viabilidade, dadas as circunstâncias dos Estados Unidos, eu mencionei na minha fala inicial aqui. Ela não... Então, portanto, não era possível que as consultorias... E foram as consultorias importantes, grandes, experientes, competentes mundialmente, que fizeram essa avaliação. Há o famoso prejuízo do TCU. Eu queria chamar a atenção dos Srs. Deputados para o processo, porque existe um processo que tem defesa. O que existe hoje no TCU é a avaliação das nossas defesas. E esse processo, ele tem algumas coisas muito interessantes, que eu gostaria de, formalmente, no meu depoimento aqui, formalmente, lembrar. Primeiro problema: a auditoria do TCU, por 3 meses, ficou dentro da PETROBRAS. A conclusão da auditoria dos técnicos do TCU é de que Pasadena não tinha problema nem em



preço nem em contratos — conclusão explícita nos autos do processo do TCU; primeira auditoria, 3 meses dentro da PETROBRAS. O Ministro José Jorge não aceita a decisão do Tribunal, dos técnicos do Tribunal, pede uma segunda auditoria. Essa segunda auditoria passa quase 40 dias dentro da PETROBRAS, levantando todas as informações, conclui basicamente o que a primeira auditoria... concorda. O Ministro José Jorge não concorda com essa segunda auditoria, pede a um assessor individual da SECEX Rio de Janeiro, que, sem ir à PETROBRAS, faz, fundamenta o voto do Ministro José Jorge, que, a meu ver, é um voto politicamente motivado e não tecnicamente significativo, e constata que esse tal prejuízo é uma criação ficcional, comparando o preço da refinaria paga com 1 entre 27 cenários construídos — e cenários de valores de refinarias nos Estados Unidos. Portanto, é um raciocínio de prejuízo que não tem nada a ver com a vida econômica real, é uma ficção politicamente construída.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, está fazendo discurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Conclua, Sr. Sérgio.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Portanto, essa é a realidade de Pasadena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Como um dos autores, tem a palavra o Deputado Afonso Florence.

V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, como V.Exa. acabou de assumir aqui os trabalhos, venho apelar ao nosso 1º Vice-Presidente, porque houve uma complacência com todos os requerentes que me antecederam, está certo? Então, vou tentar encerrar as minhas ponderações nos 5 minutos, mas, se eu não conseguir, por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Terá a nossa complacência.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Quero registrar também que não me ausentei desta sala...

Peço que não conte meu tempo ainda; senão, é brincadeira!

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Peço que retome o tempo, por favor.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu não me ausentei desta sala sequer para dar presença. Eu só fui ao toailete quando ficou impossível permanecer na sala. Falo isso porque eu propus que nós não coincidíssemos as oitavas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Peço que reponham o tempo do Deputado Afonso Florence, por favor. A partir de agora, o tempo de V.Exa. já está sendo contado.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. José Sérgio Gabrielli, eu vou me concentrar em algumas perguntas que considero fundamentais. Uma delas eu não vou apresentar, a referente ao TCU.

Após eu fazer a minha intervenção com interpelação — peço condescendência quanto ao meu tempo —, que seja permitido que ele, se quiser complementar a resposta em relação ao TCU e à indisponibilidade dos seus bens, apresente os argumentos técnicos na sua defesa.

Nós do Partido dos Trabalhadores temos orientação aqui para investigar, e as minhas perguntas, a nossa conduta tem demonstrado isso aqui, como na CPMI da PETROBRAS, no ano passado.

Sr. Gabrielli, V.Sa. disse aqui que acompanhou pela TV o depoimento do Sr. Barusco. Quero registrar, Presidente, que inúmeras vezes riram, fizeram chacota e ofensas pessoais a um cidadão que, por ser gestor, tem todo o direito, que é cláusula pétrea da Constituição, de se defender, como têm direito os órgãos de controle de investigar, e os políticos de fazer disputa eleitoral de terceiro turno, como está acontecendo aqui e na conjuntura brasileira.

Amanhã, haverá uma mobilização dos sindicatos de petroleiros em defesa da PETROBRAS. Os que tentaram privatizar estarão lá provavelmente. Investigar nós vamos, investigar, e a diferença do conteúdo das intervenções aqui mostrará isso, como fizemos com Barusco.

Sr. Gabrielli, o senhor assistiu ao depoimento do Sr. Barusco. Provavelmente, tem conhecimento da íntegra do depoimento de delação premiada de Paulo Roberto, que circula nas mídias. Os depoimentos do Sr. Barusco e do Sr. Paulo Roberto, na minha opinião, permitem a construção de uma cronologia da prática da corrupção na PETROBRAS.



Por parte do Partido dos Trabalhadores, nós vamos investigar, constituir provas, seja com agente econômico, seja com agente político, independente de que partido for. E, feito o pedido de abertura de inquérito pelo Procurador-Geral, a todo mundo cabe direito de defesa — não é condenação. Eu disse isso hoje ao Presidente Eduardo Cunha, disse ao Sr. Barusco, que é réu confesso. E vale registrar: todos os réus confessos são dos quadros de carreira. Não é verdade que houve aparelhamento pelo Partido dos Trabalhadores. Todos os ladrões confessos que coincidentemente dizem que no período do... O Barusco, Sr. Sérgio Gabrielli, disse que roubou em 1997 e 1998 sozinho e não reconhece o que é notório no Brasil. Paulo Francis foi processado pela PETROBRAS. Outros grandes jornalistas do Brasil denunciaram a existência de uma corrupção institucional na PETROBRAS nos anos de 1997 e 1998.

Os depoimentos do Barusco e do Paulo Roberto nos permitem construir uma cronologia da corrupção na PETROBRAS, que, é óbvio, foi praticada em larga escala, apesar de que o volume de contratos, segundo eles, sem a prática de corrupção é muito maior do que o de contratos com corrupção. Os volumes dos contratos são muito vultosos. Então, os volumes deixam todos nós perplexos. O Brasil não aguenta mais corrupção, e nós temos que combater.

Que cronologia é essa? Começou em 1997, 1998, diz um réu confesso, e diz que não conhece prática institucional nesse período, independente do fato de ter havido CPI aqui, nesta Casa, em que foram arroladas evidências; mas o relatório final não concluiu pela existência de uma corrupção institucional.

Ele diz que a corrupção se institucionalizou em 2004, mas aqui, semana passada, disse que essa institucionalização decorria do número de contratos e do volume operado e do fato de diretores estarem envolvidos, repito, todos eles de carreira. E ele disse aqui que não havia uma orientação superior. Foi perguntado se Lula, se Dilma, se o PT... E ele disse que não. Eu mesmo perguntei, e ele disse que não. Ele disse que a institucionalização decorria de que outros aderiram. Os réus confessos estão aí, de carreira.

Depois, ele disse que ficou sabendo e que negociou com Vaccari, mas que não sabe se foi negociação de arrecadação ou legal e que não tem prova. Ele fez suposições de cálculo de quanto Vaccari teria recebido, pelo que ele recebeu. Ele



disse aqui que supôs que teria Vaccari recebido porque ele recebeu, mas ele também não tem prova.

O que nós queremos aqui? Averiguar. Nós achamos que, se há tantos indícios de que houve corrupção entre 1997 e 1998... Eu quero dizer ao depoente, Sr. Sérgio Gabrielli, que o Sr. Barusco, nos seus depoimentos, disse que amealhou 97 milhões de dólares e que amealhou de 40 a 50 milhões entre 2003 e 2013. Portanto, antes de 2003, foram 47 milhões, antes de 2003, no período FHC, quando não havia corrupção sistêmica. Ele amealhou mais quando não havia corrupção sistêmica e havia menos investimentos do que quando há corrupção sistêmica, que ele disse que não foi do PT, e muitos investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Deputado Afonso, quero só comunicar a V.Exa. que seu tempo está esgotado. Vou ser complacente, mas...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Por favor, porque todos tiveram direito e eu tenho também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Quero só comunicar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Muito obrigado.

Então, a linha da corrupção é 1997, 1998. Esta Comissão, se quer investigar, tem que retroagir no prazo. E, se quer investigar, tem que fazer perguntas a V.Sa., bem como a todos os outros, respeitando a família de quem quer que seja, mesmo dos réus confessos. Não vamos fazer aqui achaque no sentido de constranger, ofender a pessoa. Não vamos fazer isso. Mas tenho que lhe fazer perguntas, Sr. Sérgio Gabrielli. As do Tribunal, obviamente, não vou fazer, porque foram feitas.

Vou lhe fazer perguntas referentes ao depoimento do Sr. Paulo Roberto, porque não foram feitas sequer pelos membros da Oposição, e acho que são as perguntas de maior acuidade no que diz respeito à possibilidade de o senhor contribuir para a investigação desta CPI.

O Sr. Paulo Roberto, no seu depoimento do dia 1º de novembro de 2014, relata duas coisas: o pagamento de propina de 10 milhões a Sérgio Guerra, para enterrar a CPI da PETROBRAS em 2010, e afirma que o seu chefe de gabinete autorizou esse pagamento de propina. Assim que eu terminar a minha fala, gostaria que o senhor se posicionasse sobre essa acusação.



Além disso, ele afirma, em 3 de novembro de 2014, que o senhor autorizou negócio em patamar superior ao mínimo fixado. Essa é a acusação do Sr. Paulo Roberto sobre V.Sa. Esse depoimento é do dia 3 de novembro de 2014.

Portanto, minhas perguntas são essas, referentes ao depoimento de Paulo Roberto. E eu gostaria de ter um esclarecimento de V.Sa., que presidiu a PETROBRAS, sobre a possibilidade de uma corrupção sistêmica — todos reconheceram que a comissão de licitação estava isenta — ter perdurado tanto tempo, de 1997, 1998 até os dias atuais. E que instrumentos institucionais podemos constituir para, entendendo que a PETROBRAS tem gestão corporativa consolidada, aperfeiçoá-la no sentido de vir a coibir novas práticas desse tipo no futuro?

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Nobre Deputado Afonso Florence, eu afirmo, de novo, que eu não acredito na tese que está sendo construída de que há uma corrupção sistêmica na PETROBRAS. Eu não posso afirmar que não há corrupção. Você tem uma empresa com 80 mil funcionários, que tem um investimento... Fazendo as contas, a PETROBRAS chegou a investir 45 bilhões de dólares num ano; 45 bilhões de dólares por ano significam 8 mil dólares por minuto! Uma empresa que tem esse volume, com 5 mil pessoas tomando decisões, dizer que não tem corrupção seria uma ilusão. Não tem sentido. Agora, é preciso avançar nos controles internos. Os controles internos, a meu ver, não conseguem captar a corrupção dessa forma. E, portanto, não vejo que haja um sistema pró-corrupção dentro da PETROBRAS. O primeiro ponto é esse. Respondendo diretamente a suas duas perguntas. Há notícias faladas de Paulo Roberto sobre a conversa de Paulo Roberto com Armando Tripodi. Não chegou a mim. Portanto, eu nunca fui informado por Armando sobre isso. E o Armando nega que essa conversa tenha ocorrido com Paulo Roberto. Acredito que, portanto, você tem uma palavra contra a outra. É um problema de avaliar a credibilidade da palavra de um e da palavra do outro. Se a palavra do delator vale mais do que a palavra de quem está acusado, tudo bem. É um problema de opinião. Mas o fato é que essa conversa nunca ocorreu comigo, e Armando disse que essa conversa nunca ocorreu com ele. Portanto, não posso falar sobre essa conversa. Em relação à negociação da Suzano Petroquímica — imagino que seja essa a questão —, é preciso mencionar que a compra, a montagem da... a



compra da Suzano Petroquímica foi objeto de investigação do TCU, e o TCU já concluiu que nada há a levantar sobre essa questão, tanto na ação movida pelo Deputado do PSDB de São Paulo sobre a possibilidade de a PETROBRAS voltar à petroquímica — porque a privatização impedia que a PETROBRAS voltasse —, como na discussão específica dos valores, que estão dentro da margem prevista pelos bancos assessores. Portanto, é completamente equivocado dizer que a operação foi feita fora da margem esperada pelos assessores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Como autor de requerimento, nós temos o Deputado Paulo Pereira da Silva, que não se encontra presente. O último autor de requerimento é o Deputado Carlos Marun. Em seguida, vamos começar a lista de inscrição para os membros titulares.

Com a palavra o Deputado Carlos Marun.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. José Sérgio Gabrielli, o senhor presidiu a PETROBRAS no período de maio de 2005 a fevereiro de 2012, no qual essa empresa, que é um amor de todos os brasileiros — nós somos apaixonados pela PETROBRAS —, foi tomada de assalto, no meu pensamento. Outros podem até pensar em colocar um adjetivo menos... Mas eu entendo que a empresa foi tomada de assalto por um processo; estou a princípio convencido de que é um processo sistêmico de corrupção com fins, também, de promover enriquecimento ilícito de funcionários, de promover enriquecimento ilícito de políticos e de promover sustentação de campanhas de agentes políticos.

Então, nós suspeitamos do senhor. Nós suspeitamos. Eu tenho o dever de suspeitar do senhor. Eu não posso me colocar diante do senhor sem suspeitar que o senhor, como Presidente por tanto tempo, um homem bem informado, capaz, não tivesse conhecimento do que estava acontecendo. É difícil acreditar nisso. Então, eu quero dizer que suspeito do senhor. Eu tenho o dever, como membro desta CPI, de suspeitar do senhor.

Nesse sentido, vai a minha primeira pergunta, e eu gostaria que o senhor a respondesse de pronto: existe alguma conta bancária no exterior controlada direta ou indiretamente pelo senhor?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Existe e está na minha declaração de Imposto de Renda. Eu tenho uma conta em Portugal em que eu



recebo os honorários da Galp — eu sou membro do conselho da Galp. Deve ter hoje 61 mil euros de saldo.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - É essa a conta, e nela o senhor possui...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - É no Banco do Brasil em Portugal, absolutamente declarada no Imposto de Renda, totalmente legalizada do ponto de vista formal. Só tenho essa, não tenho outra.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Positivo. Está respondido.

O senhor alega a impossibilidade de ter sido detectado por controle interno o que estava acontecendo e que foi hoje objeto dessas delações premiadas, objeto do depoimento aqui do Sr. Pedro Barusco, pela quantidade inclusive de decisões. O senhor colocou que a diretoria toma 50 decisões por reunião, são 2.500 decisões, as coisas aconteciam em níveis que não chamavam, digamos assim, a atenção dos órgãos de controle. E eu tenho certeza de que a PETROBRAS tem que ter órgão de controle interno. Certo?

E a Refinaria Abreu e Lima? Previsão de 2 bilhões e meio de dólares, o custo inicial; e 18 bilhões de dólares o custo final, sendo que o senhor admite que esse valor é caro, segundo suas palavras, se considerados os preços internacionais. Isso não chamou a atenção? Essa não é uma decisão colocada ao léu entre as 50 que os senhores tomavam por semana. Isso não chamou, não despertou a atenção da diretoria? Não despertou a atenção do Presidente que ali pudesse estar acontecendo coisas não republicanas e a promoção, eu digo, dos ilícitos que coloquei no início?

Minha terceira pergunta. O senhor coloca que os preços da PETROBRAS são formados em cima de um preço base calculado pela empresa e que existe uma faixa, um teto superior de 20% e um piso inferior de -15%. Até entendo como razoável essa formatação. Agora, isso tende a levar a uma aproximação dos preços contratados com o preço base. Um contrata um pouco acima. Digamos, se o mercado atua livremente, a tendência é que os preços tendam para o preço base. Eu entendo que, a partir do momento da formação desse cartel, os preços, especialmente dos contratos mais vultosos, se aproximaram do teto, devem ter fugido da média do preço base, devem ter começado a bater no teto. Isso não



chamou a atenção da direção da PETROBRAS e do seu Presidente? Os controles internos não tiveram condição de avaliar isso? Será que não toca um alerta, quando isso começa a acontecer, e a curva desses preços se aproxima do teto? Realmente, 1%, 2% de comissão pode fazer parte do lucro dessas empresas. Mas e esse cartel? Eu entendo que isso, 1%, 2%, não quebra a PETROBRAS, o que quebra é os preços todos saírem 20% acima, numa sequência. Dali a pouco, os custos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Conclua, Deputado Marun.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - E, para encerrar, eu gostaria que o senhor me dissesse o seguinte: qual o gasto médio anual da PETROBRAS? Qual era, pelo menos no tempo em que o senhor dirigiu a empresa, o gasto médio anual da empresa com publicidade e propaganda, em ordem de grandeza? Eu gostaria de saber isso.

Eram as perguntas que eu tinha a colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sr. Sérgio Gabrielli, por favor.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Primeiro, eu agradeço as perguntas do nobre Deputado, porque vão me permitir detalhar um pouco mais a minha visão do problema. Quando eu disse que é indetectável a corrupção, nesta forma que foi feita, com respeito aos procedimentos internos da PETROBRAS, isso não quer dizer que não haja acesa a luz amarela quando os preços começam a se aproximar dos tetos. Mas, como os procedimentos são seguidos, você tenta investigar as causas de por que o preço foi lá para cima. Como os volumes são muito grandes, e os volumes da PETROBRAS são muito grandes, e até agora, por mais confissão de corrupção que exista e por mais grave que seja a corrupção, os números confirmados de corrupção são relativamente pequenos em relação à PETROBRAS, a discussão sobre por que chegou não é em geral discussão de corrupção. Buscam-se outras causas de por que o preço chegou lá em cima, buscam-se causas no aquecimento do mercado, buscam-se causas na definição do projeto básico *versus* projeto executivo, buscam-se causas na simplificação ou complexificação do projeto, buscam-se causas na variação do câmbio, buscam-se causas, em alguns momentos, por variação de contingências — greves, chuvas e processos de licenciamentos, etc. Mas não há como você, dado o volume, começar a investigar isso com base na corrupção, a menos que você admitia a tese



preliminar, que a meu ver está equivocada, de que existe uma corrupção sistêmica na empresa. Como eu não acho que existe uma corrupção sistêmica, a análise desses casos tem que ser feita pela natureza da elevação dos custos. Na média, o senhor tem absoluta razão, na média dos contratos da PETROBRAS, os preços convergem para os orçamentos internos da PETROBRAS. Você tem exceções que são grandes, mas na média, dado os 240 mil contratos da PETROBRAS, que vão desde o contrato de comprar papel para impressora até fazer uma plataforma gigantesca, na média, eu diria que os processos de orçamentação da PETROBRAS conseguem acompanhar o que está acontecendo no mercado. Portanto, o sistema funciona adequadamente. As exceções, os comportamentos ilícitos são casos de polícia e têm que ser tratados como caso de polícia. O gasto médio em publicidade da PETROBRAS eu tenho impressão de que deve ser hoje em torno de 1,6% do faturamento da PETROBRAS, que é a média internacional. A PETROBRAS fatura 240 bilhões por ano; então, é 1,6%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Muito obrigado, Sr. Sérgio.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - O senhor não falou de Abreu e Lima.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Falei. O preço subiu, e eu disse aqui que as explicações dos custos não foram na corrupção. Nós fomos buscar no câmbio, fomos buscar na variação do escopo, fomos buscar na demora de financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Positivo.

Agora, pela lista de inscrição dos membros titulares, vamos iniciar...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Pois não.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Só para comunicar que eu vou me retirar rapidamente para registrar o voto nas votações anteriores, em respeito aos meus colegas, justificando minha ausência temporária.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Perfeito.

Como eu ia dizendo, passamos a iniciar a concessão aos membros titulares.

O primeiro inscrito é o Deputado Antonio Imbassahy.



O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, primeiro, eu quero afirmar que a tarefa de combater o crime é árdua. E mais uma vez quero manifestar as minhas homenagens ao Ministério Público e à Polícia Federal.

Dr. Sérgio Gabrielli, V.Sa. é filiado a algum partido político? Se for filiado, há quanto tempo?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - V.Exa. sabe que eu sou filiado ao Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Eu não sei, não!

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O senhor sabe, porque o senhor é político da Bahia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - V.Sa. me respeite! Eu não vou aceitar nenhum tipo de insinuação.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O senhor sabe que eu fui candidato a Governador da Bahia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - V.Sa. me respeite e se atenha a responder...

(Não identificado) - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A palavra está garantida ao Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Segundo, V.Sa. tem relacionamento de amizade com o ex-Ministro José Dirceu? Se o tem, há quanto tempo?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Tenho relacionamento de amizade com o Ministro José Dirceu desde a fundação do PT.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Antes de V.Sa. assumir a direção da PETROBRAS, qual a empresa que V.Sa. dirigiu?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu dirigi 700 grupos de pesquisa que funcionam como empresa na FAPEX, na Bahia, e sou doutor em Economia. Portanto, fui indicado para a Diretoria Financeira da PETROBRAS pelo meu conhecimento teórico sobre finanças e sobre comportamento do mercado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - V.Sa., em 20 de abril de 2014, numa entrevista ao jornal *Estadão*, referindo-se à questão da compra da refinaria de



Pasadena, textualmente disse o seguinte: *“Eu sou responsável, eu era o Presidente da empresa, não posso fugir da minha responsabilidade, do mesmo jeito que a Presidente Dilma não pode fugir da responsabilidade dela, que era Presidente do Conselho. Nós somos responsáveis pelas nossas decisões”*.

O senhor confirma essa declaração?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - As decisões corretas tomadas pelo Conselho de Administração e corretas tomadas pela Diretoria, sim, isso é fato, eu era Presidente da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Qual foi o contexto em que o senhor fez essa declaração?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O contexto de dar uma entrevista a *O Estado de S. Paulo* sobre a acusação politicamente motivada pelo Ministro José Jorge no TCU.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - V.Sa., em uma outra manifestação mais recente — essa é uma nota de jornal, não é nenhuma declaração textual de V.Sa. —, a defesa de V.Sa., junto ao TCU, disse que *“o Conselho de Administração teve tanta ou mais responsabilidade do que eu, do que a Diretoria Executiva, na compra da refinaria”*. O senhor confirma isso?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O estatuto da PETROBRAS diz, de forma clara, explícita e geral, que a responsabilidade da aquisição de empresas é decisão exclusiva do Conselho de Administração da PETROBRAS. Eu era membro do Conselho de Administração, portanto, eu não estou me excluindo da decisão. Eu era membro do Conselho de Administração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Imbassahy.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Estou concluindo, também com uma tolerância, porque para todos que estiveram aqui, Presidente, houve uma tolerância de pelo menos 1 minuto.

Encontrou-se V.Sa. no Hotel Naoum com o ex-Ministro José Dirceu, o Ministro já cassado, no dia 27 de agosto de 2011. Segundo a matéria, era um agendamento com personalidades do Governo da Presidenta Dilma. Poderia V.Sa. revelar o teor dessa conversa com o ex-Ministro José Dirceu?



O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu encontrei o meu amigo José Dirceu nessa reunião, que foi conseguida de forma fraudulenta pelo repórter da *Veja*, essa matéria fraudulentamente conseguida pelo repórter da *Veja*, que usou métodos criminais para obter essa informação, tem uma relação pessoal entre mim e o Ministro José Dirceu, não tem nenhuma relação pública nessa reunião.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Muito bem. Eu encerro agora apenas com uma pergunta final, lembrando que V.Sa. está sob juramento: alguém, em algum momento, pediu-lhe ajuda financeira para campanha política ou outro fim?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu sou contribuinte público e notório de campanhas financeiras. Na minha declaração de Imposto de Renda, todo ano, praticamente, eu declaro contribuições financeiras.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Eu me refiro, Dr. Sérgio, no exercício da Presidência da PETROBRAS.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, no exercício da Presidência, não.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Ninguém nunca lhe pediu nenhuma ajuda financeira?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não. Como Presidente da PETROBRAS, não.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - O.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, antes de começar a contar o tempo, eu só quero também lembrar isto, que está sob juramento; as questões dos delatores colaboradores premiados também estavam sob juramento, inclusive podem ser penalizados 4 vezes mais.

O depoimento, termo de colaboração Alberto Youssef, diz aqui:

“(...) que, em complementação ao termo de declarações realizado na data de ontem, o declarante gostaria de ressaltar que tanto a presidência da Petrobras, quanto o Palácio do Planalto tinham conhecimento da estrutura que envolvia a distribuição e repasse de comissões no âmbito



da estatal; que indagado quanto a quem se referia em relação ao termo 'Palácio do Planalto', esclarece que tanto a presidência da República, Casa Civil, Ministro de Minas e Energia, tais como Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, Ideli Salvatti, Gleisi Hoffmann, Dilma Roussef, Antonio Palocci, José Dirceu e Edison Lobão, entre outros relacionados; que esclarece ainda que eram comuns as disputas de poder (...) à distribuição de cargos, no âmbito da Petrobras e que essas discussões eram finalmente levadas ao Palácio do Planalto (...); que indagado acerca da atuação dos diretores da Petrobras, esclarece que a Presidência da estatal tinha conhecimento dos fatos." Ponto 1.

Segundo ponto, sobre o que gostaria também depois de perguntar:

"que se recorda de uma situação em que havia uma determinada situação, em que houve determinado processo relacionado à contratação de serviços de marketing para a Petrobras e que teria sido interrompido em razão de irregularidades; que numa dessas, entre outras, 'atas paralelas', o declarante recebeu a incumbência de pagar essas despesas das participantes em razão de determinação direta de Sérgio Gabrielli, então Presidente, que teria repassado a determinação ao então Diretor Paulo Roberto Costa; que como o contrato foi interrompido, o declarante pagou o restante dos valores devidos, se recordando do pagamento ter sido feito a partir de alguns TED a partir da conta da empresa MO Laudos Estatísticos."

Só para lembrar que isso possivelmente vai ter que gerar uma acareação.

Sr. Presidente, no ano de 2005, Delúbio Soares deixou o cargo de Tesoureiro de seu partido e foi substituído por João Vaccari Neto, que, segundo o depoimento



de Alberto Youssef, já atuava como agente do esquema do petrolão junto à Diretoria de Serviço da PETROBRAS.

“(...) que João Vaccari, mesmo antes de assumir como tesoureiro do PT, atuava perante a Diretoria de Serviços, dando ordens ao Diretor Renato Duque, sendo que alguns pagamentos de comissões devidas pelas empreiteiras, pelo que sabe, teriam sido feitos por meio de doações oficiais ao Partido dos Trabalhadores.”

Está na Colaboração nº 1, de 2 de outubro.

Pergunto a V.Sa.: como Diretor Financeiro e, depois, como Presidente da PETROBRAS, o senhor sabia da implantação e operação do petrolão? Como é possível montar um esquema de desvios de recursos, como confirmou aqui Barusco, institucionalizado, sem que o diretor financeiro e o presidente da empresa não perceberam? E aí eu reforço aqui: ou é conivente, ou é incompetente, ou os dois, pelo que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É porque teve 2 minutos, Sr. Presidente, do Deputado André que abriu para os anteriores, inclusive para o nosso Florence. Peço para recontar, Sr. Presidente, o meu tempo.

V.Sa. acompanhou a reunião em que esse assunto foi deliberado, a questão da composição da Sete Brasil? A iniciativa de criação da Sete Brasil foi efetivamente de Pedro Barusco e de João Carlos Ferraz ou partiu de V.Sa., ou de outro administrador da PETROBRAS? Neste último caso, de quem partiu?

E rapidamente: V.Sa. acha que a amizade com José Dirceu influenciou sua nomeação na Presidência da PETROBRAS e de que forma? V.Sa. acha que a Presidente Dilma foi uma boa Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS? Como V.Sa. explica a perda do valor de mercado de 2012 para cá? V.Sa. acha que a saída de Graça Foster da Presidência da PETROBRAS foi boa para a empresa?

Só um comentário rápido que eu pediria a V.Sa., porque recebi há pouco. Tem uma operação que foi feita, está na revista *Piauí*, e V.Sa. recebeu o relatório, juntamente com Zelada e Guilherme Estrela, com relação a um processo que



(*ininteligível*) dos Estados Unidos da empresa West contra, por incrível que pareça, a multinacional chamada Encana Oil, sobre a questão que a PETROBRAS estava negociando em torno de 273 milhões com essa empresa, mas, na prática, o contrato era dessa empresa Encana, que entrou na Justiça reivindicando a devolução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. poderia falar sobre esse contrato?

Eram essas as minhas indagações, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Sobre esse contrato da Encana... A Encana é uma empresa canadense importante na produção de petróleo, de areia betuminosa. Não é uma empresa pequena, é uma grande empresa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, multinacional.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Multinacional. Eu não tenho a menor informação sobre esse contrato. Não chegou ao meu conhecimento nada sobre esse contrato. Eu não posso falar sobre esse contrato porque não tenho nenhuma informação sobre ele. Em relação à criação da Sete Brasil, eu tentei dizer aqui... A criação da Sete Brasil é fruto da experiência da PETROBRAS, que vem desde a década de 90, de montagem de estruturas financeiras para financiar projetos complexos e caros. Não é uma novidade. Isso aconteceu com o projeto... Tem um projeto chamado Projeto Marlim, que viabilizou o desenvolvimento do Campo de Marlim em 1996. Tem outros projetos semelhantes à Sete Brasil. Não é uma coisa excepcional, fora do mundo do petróleo e fora da PETROBRAS. Portanto, o Projeto Sete não é uma jabuticaba criada especialmente para fazer alguma coisa. É um projeto normal de um *project finance* para viabilizar o financiamento de um grande empreendimento sem afetar o balanço da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A SPE é normal, as indicações é que não são normais.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, mas as indicações foram as adequadas, porque são as pessoas que mais tinham conhecimento sobre o assunto. Então, esse é o problema. Por isso que não se pode falar, condenar as pessoas, porque na época você não sabia nada sobre elas. Eu vou lembrar também, nobre Deputado, que a PETROBRAS tem mais de 50 analistas de bancos acompanhando diariamente a PETROBRAS. A PETROBRAS é fiscalizada pela CVM



brasileira e pela SEC americana. A PETROBRAS é cotidianamente fiscalizada por auditorias diversas de diversos órgãos. Isso... Durante muitos anos, o tempo que passamos na PETROBRAS, o tempo que eu passei na PETROBRAS, de 2003 a 2012, essa questão da corrupção sistêmica nunca foi identificada. Como é que eu posso agora admitir que todos esses órgãos, todos esses especialistas, todo esse sistema não viu uma corrupção sistêmica montada? Não há possibilidade de existir uma corrupção sistêmica que não fosse percebida por esses órgãos. O que há é corrupção individualizada, pontual, específica, e, portanto, questões que devem ser combatidas pela ação gloriosa da polícia. Ponto. Esse é o meu ponto. Essa é que é a questão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. começou de trás para frente. Eu quero ver o início.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, eu vou chegar lá. Eu vou chegar à questão do depoimento do Sr. Alberto Youssef. Quer dizer, o Sr. Alberto Youssef é uma pessoa que eu não sei quem é, nunca estive com ele. Não sentei com ele para nada. Não tenho nenhum contato com o Sr. Alberto Youssef. Não faço operações de câmbio paralelo. Não tenho nenhuma relação com o Sr. Alberto Youssef.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. não sabia, como está afirmado aqui?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não!

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. está sob juramento. Estou perguntando por isso.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu estou falando aqui. Vou falar especificamente sobre a questão. Há, no depoimento dele — como eu não participei do depoimento, eu não sei —, uma dúvida sobre o que significa ressalvar. O senhor começou a dizer que ressalva... Não é isso?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, não. Eu não falei ressalva, não.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - É ressalva. A primeira palavra que o senhor leu aí do depoimento é ressalva.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Posso ler novamente para V.Sa.?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Pode.



O SR. DEPUTADO IZALCI - “(...) *que em complementação ao termo de declaração realizado ontem, o declarante gostaria de ressaltar*” — não é ressaltar, é ressaltar — “*que tanto o Presidente da PETROBRAS quanto o Palácio do Planalto (...)*”.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Ressaltar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ressaltar. É diferente.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu ouvi ressaltar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, é ressaltar.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Está bom. Então, eu fiquei na dúvida. Foi por isso que eu fiquei na dúvida. Agora, eu nego completamente esse episódio que ele menciona.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Temos que fazer uma acareação, Sr. Presidente. Vou fazer um requerimento.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Vamos fazer acareação. Não tem problema. Eu nunca tive uma conversa desse tipo com o Presidente Lula. Nunca tive, menos ainda, com o Sr. Youssef, porque o Sr. Youssef... Eu nunca encontrei para discutir nada com o Sr. Youssef. Imagino que Paulo Roberto não fala sobre isso. Portanto, eu não sei de onde vem essa informação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. não percebeu que o Vaccari mandava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, o tempo de V.Exa...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. concluiu as respostas?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, eu não posso responder sobre o Vaccari, porque eu não tenho, não sei essa informação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ele disse que mandava em Duque, que era diretor.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, isso aí é informação que o Sr. Youssef disse. O senhor acredita na fala que o Sr. Youssef fez?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sob juramento.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O senhor acredita na *(ininteligível)*?



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Os réus confessos agora viraram heróis.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu passo a palavra ao Deputado Otavio Leite. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Gabrielli, Sr. Presidente, a dimensão da tragédia tem números impressionantes. Queria só lembrar que, do Orçamento da República para este exercício, tirando pessoal, custeio, sobram para investimentos 80 bilhões. Qual é a capacidade de investimento da PETROBRAS? Cerca de 80 bilhões. É mais ou menos a mesma coisa. É do tamanho do Brasil. É uma dimensão impressionante. E ela está aí nesse estado, no fundo do poço, com o valor de mercado lá embaixo, credibilidade zero, condições objetivas para captar recursos praticamente nulas.

Vou fazer cinco ou seis perguntas diretamente. Peço ao Sr. Gabrielli que as anote e se pronuncie sobre elas.

O que dizer aos trabalhadores brasileiros que tiveram oportunidade de comprar ações da PETROBRAS pelo FGTS e estão aí vendo o seu prejuízo nas suas contas?

O que dizer para os empregados, que já são milhares, seja na Bahia, no Rio, no Rio Grande do Sul, por conta do não pagamento dos seus salários, por conta do desemprego?

O senhor, se fosse Presidente da PETROBRAS, não mandaria pelo menos cortar a publicidade oficial, que vende uma mentira, de que são cerca de 1,6% — deixe-me acabar de falar, por favor, depois o senhor responde —, para vender um paraíso que a gente sabe que não existe? Não era mais justo e honesto pelo menos não deixar esses trabalhadores desempregados?

O que o senhor tem a dizer sobre a possibilidade real, concreta, no mercado, de não haver o fechamento do balanço pela Pricewaterhouse? Isso é realmente assustador, é uma espécie de uma debacle, a um passo do precipício final.

Eu queria saber também, Sr. Gabrielli, se, ao tempo da compra da Refinaria de Pasadena, a Presidente do Conselho, a Presidenta Dilma, participou dos debates. Puxe um pouco a memória. Quais foram as preocupações em relação aos



preços? Estava ajustado? Ela compartilhava também, portanto — eu posso afirmar isto? —, da sua convicção de que foi acertada aquela venda para a empresa, para o País?

E ainda quero perguntar o seguinte: diante de tudo o que o senhor veio a saber, embora o senhor ressalte que a corrupção sistêmica é impossível acontecer, dado o controle que se impõe na PETROBRAS, etc... Mas temos aí, diante do Brasil, um movimento mafioso, criminoso que se instalou. O senhor se considera um ingênuo por não ter enxergado esse movimento ali ao seu lado? Eu queria saber isso do senhor.

E, finalmente, lembrando que o senhor está sob juramento, lembrando que estamos todos acompanhando com toda a atenção... Eu fiquei muito perplexo diante das informações do Sr. Vaccari sobre os encontros dele, do Barusco, do Duque. É uma espécie de trio, um trio impossível. Impressionante! E nós solicitamos já as imagens dos restaurantes, dos hotéis onde eles se encontravam. O senhor em algum momento foi convidado para um desses convescotes, para um desses jantares com Barusco, Duque e Vaccari?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Otavio.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Concluí. Gostaria dessas respostas.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Bom, nunca fui, participei de jantares com Barusco, Duque e Vaccari. Nunca participei. Se eu sou ingênuo ou não? Acho que não sou. Pode ser que eu seja ingênuo, mas o que quero dizer é que todo o sistema montado, não só dentro da PETROBRAS, mas fora da PETROBRAS e que acompanha a PETROBRAS, não pode ser considerado ingênuo; é ingênuo se tomarmos como verdade a tese inicial do senhor de que existe uma corrupção sistêmica. Como eu não acredito nessa tese, acho que é equivocada essa tese, eu não posso me considerar um ingênuo.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sistêmica, pelo menos, é algo institucionalizado, organizado, espreado no tempo. Isso já vem desde 2004.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, não é organizado. O senhor vai dizer isso, mas não há possibilidade. O Barusco disse que vinha roubando desde 1997, que vem desde 1997 roubando. Então, não posso acreditar



que seja algo que foi montado sistematicamente, que se discutiu, porque na diretoria nunca foi discutido isso, os sistemas de controle nunca captaram, os sistemas externos nunca captaram, as informações e denúncias nunca captaram isso, a avaliação do sistema de controle nunca captou essa questão. Portanto, não há como hoje — por convencimento de alguns — tentar-se dizer que houve um sistema de corrupção montado na PETROBRAS. Não posso concordar com isso.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu digo na direção da PETROBRAS...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não acredito que a PETROBRAS vá ficar sem balanço. A PETROBRAS vai ter balanço; mais cedo ou mais tarde, vai ter balanço. A corrupção, do ponto de vista da técnica internacional de apuração de balanços de empresas, é muito difícil de ser apresentada no balanço. Isso não é um fenômeno da PETROBRAS, é um fenômeno... Ou os senhores acham que as corrupções identificadas em outras empresas são lançadas como provisões no balanço? Não existe esse tipo de coisa! Você tem o resultado do prejuízo constatado que vai a resultado. Mas provisionar corrupção é uma coisa equivocada, do ponto de vista da técnica contábil internacional. Não estou falando do caso específico da PETROBRAS. Portanto, acho que vai ter... a Price atestou a validade das certificações em 2012 e em 2013. A KPMG atestou a validade das certificações e dos valores em 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011. Isso, com testes, com milhares de testes sendo feitos sobre o significado dos números. Então, não posso admitir que a PETROBRAS não vá ter balanço. Mais cedo ou mais tarde a PETROBRAS vai ter balanço. Quando ao desemprego, estou extremamente preocupado, conforme o senhor está levantando, sobre os impactos disso com o desemprego na cadeia de fornecedores. Esse é o meu ponto de preocupação principal. Acho que estamos — aí sim — com um risco sistêmico de desmontar a cadeia de fornecedores da PETROBRAS. E esse risco é generalizar o desemprego no País, é substituir um modelo que ampliava a condição de criação de emprego e renda no País por importações internacionais ou por trazer empresas internacionais para substituir as empresas brasileiras. Esse é o grande risco.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Mas por que os trabalhadores não estão recebendo salário? Por que eles estão sendo demitidos?



O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, isso é das empreiteiras, não é da PETROBRAS. Não estou sendo...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Então, elas não estão sendo pagas?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, elas estão sendo...
Estão em uma crise financeira.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - A PETROBRAS está sem dinheiro, então?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, a PETROBRAS não está sem dinheiro, o problema é que...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Por que as pessoas estão com meses e meses de salários atrasados?

(Intervenções fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quero garantir a palavra ao depoente.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - As empresas têm problemas. Por fim, a questão das ações e do FGTS. É muito fácil e é muito correto, do ponto de vista dos políticos — e do nobre Deputado —, tentar trabalhar com as informações. As ações do FGTS hoje valem muito mais do que quando foram compradas, porque, quando as ações foram compradas, a PETROBRAS valia menos de 10 bilhões de dólares; hoje, a PETROBRAS vale 60 bilhões de dólares — vale 4 ou 5 vezes mais do que antes. Portanto, as ações hoje valem 4 ou 5 vezes mais do que antes. Então, não há perda de quem investiu, pelo FGTS, na PETROBRAS. Há perdas, sim, de quem investiu em 2008 — em 2008 eu era Presidente da PETROBRAS, quando ela chegou a valer 380 bilhões de dólares. A queda foi a partir de 2008. Comparando-se com 2008, está menos. Mas, comparado com 2003, é muito mais. Por fim, eu queria retificar um número que eu dei aqui de memória: eu falei que era 1,6, mas a PETROBRAS acaba de me informar aqui que é 0,16 a proporção de publicidade da PETROBRAS, em termos de faturamento. Não é 1,6; é 0,16.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Eu levei prejuízo com a PETROBRAS...

(O microfone é desligado.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento às inscrições, Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - (*Ininteligível.*)... com a sua incompetência, sua irresponsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quero garantir a palavra, Deputado Hauly...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Você devia estar na cadeia! (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Hauly, eu quero estabelecer o respeito aqui nesta reunião.

A palavra está concedida e garantida à Deputada Eliziane Gama.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Eu falo em nome de milhões de brasileiros indignados.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, a pergunta que quero fazer ao Sr. Gabrielli — e eu gostaria que senhor me respondesse de forma rápida, até mesmo por conta do tempo: em 2005, o senhor esteve no Estado do Maranhão, ao lado do então Presidente Lula. Naquela época, a então Ministra Dilma Rousseff e várias outras autoridades do Governo estiveram no Estado e anunciaram a instalação, a implantação da Refinaria Premium I. O Estado do Maranhão, naturalmente, formou toda uma expectativa em relação àquele empreendimento: 2 bilhões e 100 milhões de reais foram investidos ali em terraplanagem, na devastação de uma área, inclusive com plantas nativas, de 2 mil hectares. Depois de várias interferências, inclusive com relatórios apresentados — estou aqui com um deles — do Tribunal de Contas da União, apresentando uma série de fragilidades, nós tivemos, considerando o tempo agora, em 2015, o anúncio, de uma forma, parece, muito natural, da PETROBRAS simplesmente dizendo que não ia mais fazer nenhuma refinaria. Da mesma forma aconteceu no Estado do Ceará.

Ontem nós tivemos aqui a ANP, quando nós tivemos uma informação que, para mim, foi estarrecedora: a PETROBRAS sequer encaminhou projeto para a implantação da refinaria no Estado do Maranhão. Ou seja, para mim ficou claro que não havia nenhuma determinação, de fato, de levar o projeto adiante, já que nem



mesmo o projeto foi executado, ou melhor, não foi realizado e protocolado junto à ANP. Por que, Sr. Barusco, foi feito isso? Ou melhor...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É tudo do mesmo grupo, não é? *(Risos.)* Sr. Gabrielli, por que foi feito isso com um Estado como o Maranhão, Sr. Gabrielli, o Estado mais pobre do Brasil? Sessenta por cento da população daquele Estado vivem abaixo da linha de pobreza, com famílias que não conseguem sequer, às vezes, construir um banheiro para poder manter o saneamento de suas casas; jovens entraram na universidade para poder — quem sabe? — ter um emprego, porque o anúncio era de 25 mil empregos, e de repente vem uma resposta dessa natureza.

Por fim, vou emendar a outra pergunta, que na verdade não é uma pergunta. Eu tive o cuidado de ler as notas taquigráficas de sua vinda à CPMI — o senhor já veio várias vezes aqui, inclusive em outras Comissões — e fiquei impressionada, como também fico hoje mais uma vez, com a sua segurança em refutar todas as denúncias que já foram apresentadas. E naquele momento também refutava com veemência. Foi uma defesa incondicional da PETROBRAS e do PT, dizendo que não havia possibilidade de haver desvio de recursos.

E hoje, 9 meses depois, o senhor volta aqui e, de uma forma clara, estarecendo o povo brasileiro, diz que não havia possibilidade de se descobrir um desvio tão exorbitante, aliás, a maioria durante a sua gestão. Eu lhe digo sinceramente que, se eu fosse Presidente da PETROBRAS, eu me sentiria incompetente se não tivesse tido a possibilidade de detectar um desvio tão monstruoso de dinheiro como o que aconteceu na PETROBRAS.

Mas o senhor é diferente: o senhor é PHD em Economia, o senhor é pesquisador de universidades internacionais, o senhor tem todo o preparo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Finalizo, meu Presidente querido.

Eu quero dizer a V.Sa., Sr. Gabrielli, que para mim é indecifrável, na verdade, é incompreensível, é inexplicável essa sua posição. Mas eu queria fazer uma



pergunta a V.Sa.: V.Sa. se considera incompetente ou é conivente com essa roubalheira que se instaurou na PETROBRAS?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Nobre Deputada, eu não posso responder à pergunta da senhora porque eu não considero que haja uma roubalheira generalizada na PETROBRAS. Portanto, não posso lhe dizer que sou competente ou incompetente, porque, a meu ver, incompetente é a formulação inicial de que há um sistema que ninguém conseguiu perceber durante os 60 anos da companhia. Então, para mim, esse é o problema do erro fundamental. Nos 60 anos não se percebeu isso, e agora...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O Sr. Barusco disse que foi institucionalizado a partir do momento em que o senhor assumiu a direção da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu gostaria de garantir a palavra ao Sr. Gabrielli.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ele falou isso ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu gostaria de garantir a palavra ao Sr. Gabrielli, para que ele possa responder a V.Exa.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Em relação à refinaria do Maranhão, como eu disse aqui, os projetos da PETROBRAS passam por quatro fases. Na primeira fase, ele é um projeto conceitual, é uma ideia geral sobre o que vai fazer; numa segunda fase, você o detalha um pouco mais; na terceira fase, você chega ao projeto básico; e aí você vai para as licitações. O projeto da refinaria do Maranhão foi até a terceira fase. Ao chegar à terceira fase, dada a situação de mercado na terceira fase, constatou-se que o projeto estava economicamente inviável. Portanto, nós, em meados de 2009, nós decidimos — em meados de 2009, nós decidimos — que o projeto deveria voltar à fase 1, que é redefinir a concepção do projeto. Foi contratada uma consultoria internacional para redefinir o desenho da refinaria — isso foi uma decisão de 2009 —, que concluiu... Aí eu não posso falar pela decisão de janeiro de 2015, porque eu estou fora da PETROBRAS desde fevereiro de 2012, mas concluiu em 2015 que não era possível, economicamente, viabilizar a refinaria. Então, era um problema de análise de projeto tradicional da



PETROBRAS. A análise do projeto, evidentemente, levou a decisões de análise de aprofundamento dos projetos existentes. Não é que não existia o projeto.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas o senhor não protocolou nada na ANP.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, deixe-me dizer: a interpretação da PETROBRAS sobre a Instrução nº 16 da ANP é de que o pedido de registro no âmbito da ANP só ocorrerá quando você for começar as obras de construção de edificações.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Qual é a fase?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, é dentro da fase; dentro das diversas fases, você tem a primeira...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Chegou à fase 3.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, não. A fase 3 é de projeto interno, é projeto interno da PETROBRAS. Esse projeto interno na refinaria tem terraplanagem, tem construção de edificações, tem implantação de módulos, tem comissionamento dos sistemas *off-sites*, tem a possibilidade de você criar alternativas externas para fornecer equipamentos e fornecer... Então, esse é um conjunto de tarefas do projeto em todas as fases. Para pedir autorização à ANP, pela experiência que a PETROBRAS teve na relação com a construção da Refinaria de Manaus, a REMAN, a necessidade de pedir autorização à ANP para a construção só ocorre quando você vai fazer edificações. Para terraplanagem e remoção de vegetação, você não precisa ter autorização da ANP. Essa é a interpretação legal que a PETROBRAS tem.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Foram 2 bilhões e 100 milhões para o ralo.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, é...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - São 3 bilhões, juntando o Maranhão e o Ceará. É inaceitável isso!

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, não foi...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Chega a ser indignante isso!

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Indecente!



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim, indecente! É roubar o dinheiro do povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane, entendo a insatisfação de V.Exa., inclusive, com muita justiça, porque defende tão bem aqui o Estado do Maranhão nesta Casa. O tempo de V.Exa. está esgotado. Darei seguimento às inscrições.

Com a palavra o Deputado Paulo Pereira da Silva. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra Deputado Lelo Coimbra. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli.

V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Deputado Hugo, V.Exa. pode verificar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Pauderney.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Depois nós teremos a réplica, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, não, Deputado Izalci. V.Exa. é o 26º inscrito; nós estamos no 7º. Faltam 19.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Aguardarei pacientemente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tenho certeza disso.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas.

Sr. Sérgio Gabrielli, queria iniciar cumprimento-o e parabenizando-o pela sua exposição aqui e dizer que V.Sa. não está sendo acusado em nada pelo Ministério Público, não aparece em nenhuma lista. No entanto, aqui na CPI, V.Sa. saiba que — e a população que nos assiste sabe bem disto — há Deputados aqui que defendem os criminosos confessos, aqueles que dilapidaram e roubaram a PETROBRAS. Há alguns hoje aqui que tentaram hostilizar V.Sa. e que até gelinho na água é capaz de terem querido colocar para o Sr. Barusco, que esteve aqui outro dia, de tão bem que quiseram tratar o Sr. Barusco, que é um ladrão confesso da PETROBRAS. E hoje tentam hostilizar V.Sa., que fez um trabalho brilhante à frente da PETROBRAS.

Eu tinha um rol de perguntas para fazer, para mostrar às pessoas que existem dois pesos e duas medidas por parte de alguns Deputados. Eu tenho aqui,



por exemplo, duas matérias que dizem respeito ao presidente nacional de um partido de Deputados que fizeram diversas acusações ao senhor, que está sendo acusado de corrupção, está sendo acusado de desvio de dinheiro, que, segundo a matéria desses jornais, foi sócio de uma empresa que está denunciada na Lava-Jato, que tem contrato esta empresa com a PETROBRAS desde 2001.

Vou ler aqui um pedaço:

“A Comav tem contratos desde 2001 com a BR Distribuidora, um dos braços da Petrobras para abastecer os aeroportos de Natal e Mossoró. O primeiro contrato foi assinado em fevereiro de 2001, durante o governo tucano de Fernando Henrique Cardoso, quando o atual ministro do TCU e antigo quadro do PFL (hoje DEM), José Jorge, comandava o Ministério de Minas e Energia.”

Então, veja só: na parte da manhã, Sr. Gabrielli, nós tivemos aqui o depoimento do Presidente desta Casa. Os Deputados aqui, vários deles, diziam que essas ilações feitas por esses criminosos que lá prestaram depoimento junto ao Ministério Público não serviam quando citavam o nome do Presidente. Pois bem, os mesmos Deputados dizem agora que as ilações servem quando citam o senhor. Olhe o absurdo!

Esses Deputados que aqui tentam incriminar V.Sa., que não está sendo acusado de nada, apresentam matérias de jornais, muitas vezes, quando sai algum fato ou alguma questão abordada por V.Sa., e acham que as matérias dos jornais que trazem acusações aos políticos, aos presidentes de partidos, às pessoas ligadas a eles não servem para nada.

Para concluir, Sr. Sérgio Gabrielli, acho que o povo que acompanha esta CPI, assim como acompanha o trabalho dos Deputados, não pode ser enganado. O desemprego que tem acontecido não é fruto apenas das investigações que estão acontecendo; é fruto de uma tentativa que ocorre por parte de alguns aqui de transformar o patrimônio do povo num capital internacional. Há projetos de Deputados que fazem parte desta CPI...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Prascidelli.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - ...que querem internacionalizar a PETROBRAS. Isso nós não vamos permitir.

Queria que V.Sa. pudesse abordar o significado dessa oscilação de petróleo internacional, o que isso tem de reflexo para o nosso País. Gostaria também que V.Sa. pudesse abordar alguma coisa com relação ao preço dos combustíveis, porque é isso que as pessoas querem muitas vezes saber e que alguns tentam atribuir a má gestão, quando se trata de outras questões. Sobre isso eu gostaria que V.Sa., que tem evidentemente toda a experiência de presidir a PETROBRAS, pudesse discorrer aqui.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Muito obrigado a V.Exa. pelas perguntas. Eu imagino que, nesse processo que nós estamos vivendo, em que há uma ação muito intensa de divulgação de informações parciais, de ilações sobre delações de que você não sabe os detalhes, de condenações públicas sem que você tenha os procedimentos legais, adequados, isso é um problema muito perigoso para a democracia brasileira e um problema muito perigoso para a Justiça brasileira, mas é a realidade que nós vivemos. Em relação à situação do preço do petróleo e do preço dos derivados, esse é um ponto que foge ao controle administrativo direto das empresas. Nós temos, hoje, no mundo, uma situação de mudança muito profunda no mercado mundial de petróleo. O mercado mundial de petróleo se equilibrava, de 1973 até 2013, basicamente com o controle da produção que a Arábia Saudita fazia. A Arábia Saudita aumentava a produção quando a demanda crescia e, portanto, faltava petróleo no mundo. Ela aumentava a produção, o preço se estabilizava um pouco mais. Quando a demanda caía, a produção era maior do que a demanda, ela reduzia a produção e, com isso, o preço do petróleo deixava de cair. Esse processo de ajuste ocorria porque o custo de produção do petróleo na Arábia Saudita era muito baixo e os campos de produção da Arábia Saudita são muito altos. Isso fazia com que, portanto, o poder da OPEP fosse um poder importante na fixação de preços internacionais. A partir de 2013, esse mecanismo deixou de funcionar, porque a Arábia Saudita se recusou, e a OPEP se recusou, a reduzir a produção com o preço caindo. O preço estava caindo porque a demanda europeia, a demanda japonesa e a demanda americana caíam. Os chineses



começaram a comprar um pouco menos, e a produção do *shale gas* transformou os Estados Unidos em um país autossuficiente em gás e praticamente autossuficiente em petróleo leve, o que diminuiu o poder da Arábia Saudita. Então, a Arábia Saudita decidiu fazer o seguinte: *“Olha, eu vou deixar o preço flutuar para baixo mais, porque, deixando o preço flutuar para baixo mais, eu tiro de condição de produção o produtor de shale gas caro, ele sai de produção, portanto não vai crescer a produção americana, portanto eu volto a ter um papel importante e, de quebra, dou um papel importante para a geopolítica americana, que é fragilizar a Rússia, a Venezuela e o Irã”*. Então, é um problema de geopolítica mundial, não é um problema, digamos, de disputa interna aqui dentro, é um problema geopolítico mundial. Nesse contexto, nós temos o preço da gasolina e do *diesel* e do QAV. Esses produtos são produtos que tendem a funcionar em países que têm importação desses produtos, convergir de alguma maneira para o preço internacional. Então, durante um certo tempo, esses preços estavam altos internacionalmente. O nosso preço brasileiro não estava acompanhando esse preço internacional alto. Portanto, nós tivemos aqui uma certa contenção dos preços e derivados em função dos impactos que poderia ter sobre a inflação brasileira. É uma decisão geopolítica também por parte do controlador da PETROBRAS. Quando os preços internacionais começaram a cair por esse mecanismo de ajuste que a Arábia Saudita deixou de fazer, simultaneamente a isso você teve a variação do câmbio, aumentando o valor do dólar, portanto, depreciando o real. Na medida em que o dólar cresce, o efeito, digamos, positivo sobre o caixa da PETROBRAS, de você manter o preço da gasolina e do *diesel* mais alto do que o internacional, desaparece, porque a importação você paga em reais. Portanto, você acaba pagando mais em reais e, portanto, não tem efeito. Então, do ponto de vista da estrutura de preços, é correta a política de preço da PETROBRAS de que não deve passar diariamente, ou de curto prazo, a variação dos preços internacionais para o mercado brasileiro. Mas é impossível para a PETROBRAS manter os preços domésticos de derivados, por muito tempo, fora dos níveis internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Sr. Gabrielli, pedindo também ao convocado que, se puder ser mais conciso nas respostas, diante do adiantado da hora, esta Presidência agradece.

Deputado Marun. *(Pausa.)* Ausente.



Deputado Leo de Brito, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente — queria saudar também o depoente —, primeiro quero dizer que nós temos que tomar muito cuidado com as nossas atitudes aqui, porque o povo brasileiro é inteligente, ele não aceita que se brinque com a inteligência dele. E nesse mesmo sentido eu quero me somar aqui à preocupação do Deputado Prascidelli, que me antecedeu, para a gente não utilizar de dois pesos e duas medidas.

Eu estou vendo aqui alguns discursos já fazendo o depoente, julgando e já condenando o nosso depoente. Hoje pela manhã, eu concordei com absolutamente todos os discursos que foram feitos aqui, no sentido de a gente relativizar as delações, no sentido de a gente relativizar questões como o financiamento de campanhas — 18, 18 partidos receberam financiamento de campanha licitamente, que estão registrados no TSE. E aí não dá para a gente tratar o Ministério Público de manhã de forma questionadora, e à tarde ele ser um herói; não dá para a gente tratar da mesma maneira o Sr. Gabrielli, que veio neste momento aqui, que não está sendo investigado, da mesma maneira como um bandido, como o Sr. Pedro Barusco, que foi tratado aqui quase como herói nacional. Então, nós temos que tomar esses cuidados. Não dá para a gente transformar o Youssef, que fez uma delação a respeito do Sr. Anastasia — o PSDB fez todo o esforço, hoje de manhã, para tentar desqualificar isso —, e hoje à tarde achar que é uma verdade absoluta. Então, nós temos que tomar todos esses cuidados. Eu peço que se tomem todos esses cuidados, porque tem vários partidos que estão envolvidos, e nós estamos aqui para investigar.

E eu queria neste momento fazer as minhas perguntas, Sr. Presidente. Primeiro, eu queria que o senhor se reportasse a algumas coisas que o Sr. Pedro Barusco falou aqui, que talvez tenham passado até despercebidas pela mídia. Primeiro, ele colocou, de maneira muito categórica, que não houve prejuízo na PETROBRAS — colocou isso aqui —, por conta de que o preço era o preço praticado no mercado. Segundo, que não havia nenhum tipo de represália a empresas para que elas pagassem propina à PETROBRAS. Terceiro, que ele estimou que o Sr. Vaccari, tesoureiro do PT, tenha recebido entre 150 e 200 milhões



de dólares. Mas ele se esqueceu de falar aqui — e aí é bom que se registre isto — que o Sr. Vaccari só assumiu a tesouraria do PT em 2010, e ele fala de 2003 a 2013. Eu queria que o senhor comentasse sobre isso.

Indo para o encaminhamento, Presidente — por favor, eu queria pedir esta complacência —, eu queria que o senhor falasse... O senhor tem falado em entrevistas de uma suposta existência de espionagem na PETROBRAS. A serviço de que interesses o senhor acha que está esse sistema de espionagem? E também queria que o senhor comentasse se o senhor tem conhecimento a respeito do projeto de lei que foi apresentado nesta Casa, na última semana, do Deputado Jutahy Junior, do PSDB — o PL 600, de 2015 —, desobrigando a participação de 30%, mínima de 30%, da PETROBRAS nos consórcios.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Muito obrigado pelas perguntas, nobre Deputado. Eu vou começar pelo PL 600. Eu não conheço detalhe do PL 600, mas conheço a formulação feita pelo PSDB num seminário realizado aqui em Brasília em janeiro de 2013, que foi publicado posteriormente num livro por um Deputado do Espírito Santo, do PSDB — eu não recorro o nome dele agora —, que traça uma linha de atuação do PSDB em relação ao marco regulatório do pré-sal. Nesse seminário fica claro que o PSDB vai lutar contra a presença da PETROBRAS como operadora única; vai lutar para que a PETROBRAS deixe de ser, como sendo operadora única, deixe de ser obrigada aos 30%; vai lutar para acabar com a partilha como contrato para o pré-sal brasileiro; vai lutar para que não se viabilize, portanto, o processo de controle da partilha de produção, voltando às concessões com leilões de entrada, onde o bônus passa a ser o elemento-chave para entrada na produção de petróleo. Portanto, essa concepção é desmontar completamente o que foi feito por este Congresso Nacional, em 2010, aprovando o novo marco regulatório. Portanto, acredito que vários projetos de lei de origem do PSDB vão caminhar nessa direção, porque é pública e notória a posição do PSDB contrária ao marco regulatório. Ao ser contrário a esse marco regulatório, evidentemente que o PSDB tem que ir adiante, às consequências disso, porque, se você tem vários operadores, as tecnologias são várias, portanto, conseqüentemente, você não tem o controle do desenvolvimento tecnológico nem tem a capacidade de



desenvolver a tecnologia mais rápida, porque a PETROBRAS é quem mais conhece. Segundo — tem que ser uma segunda consequência, porque é o corolário dessa decisão —, se você não vai ter um operador único, como é que vai ser a infraestrutura? Quem vai ser o proprietário ou o gestor do sistema de aeronaves, de barcos de apoio, de sistemas de gasodutos, de oleodutos? Como é que vai ser esse tipo de repartição da PETROBRAS não sendo operadora?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, olhe o discurso!

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Por ter sido citado, Sr. Presidente, depois queria falar pelo PSDB.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Então, conseqüentemente, eu estou dizendo que é uma posição política respeitável que vai desmontar o que é hoje o conteúdo nacional, o desenvolvimento tecnológico e o papel da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. não falou na reestatização que o nosso Presidente prega, na reestatização da PETROBRAS, que hoje é patrimônio do PT.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Essa é uma opinião do nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Aliás, Sr. Presidente, rapidamente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - A proposta de emenda à Constituição que tramita nesta Casa e que inclui uma cláusula...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Se toda vez em que um partido político for citado aqui a gente tiver que tomar uma posição, usar a palavra...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu acho que é um dado relevante, permita-me. É um dado relevante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Só um esclarecimento, Deputado Otavio Leite. Vou abrir para V.Exa. fazê-lo.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - É um dado relevante, uma questão de visão de como a empresa pode ir mais adiante. Nós temos, evidentemente, diferenças. Não foi feito leilão nenhum, e esta é a tragédia em que se encontra a PETROBRAS.



Mas eu queria registrar o seguinte: a proposta de emenda à Constituição que se propõe, portanto, a colocar como cláusula constitucional o impedimento de se privatizar a PETROBRAS é de autoria do PSDB.

Eu queria até solicitar aos Deputados do PT que pedíssemos urgência para que isso fosse logo votado, porque eu acho que é um serviço que se prestará ao Brasil preservar essa titularidade, antes que a derrocada final da PETROBRAS venha.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Em relação ao depoimento do Sr. Barusco, eu assisti a ele até as 2 horas da tarde pela transmissão da *TV Câmara*, depois não consegui mais assistir. Portanto, assisti a uma parte do depoimento. Eu não sei. O que eu entendi do depoimento do Barusco foi o que ele disse de fato: que, se você tem os preços, os orçamentos de acordo com o mercado, se o BDI — Benefícios e Despesas Indiretas estão dentro da faixa esperada da PETROBRAS, a PETROBRAS não pode ter prejuízo. Pode ter preço alto, mas não necessariamente sobrepreço, nem prejuízo. Se parte desse BDI, parte da lucratividade das empresas, ela reparte para a corrupção ou para financiamento de campanha ou para financiamento legal ou ilegal, é um problema externo à PETROBRAS, que os sistemas de controle da PETROBRAS não podem captar. Então, em última instância, é isto o que eu entendi do depoimento do Sr. Barusco: que roubavam, mas roubavam fora da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Deputado Jorge Solla. (*Pausa.*) Ausente.

O inscrito agora é o Delegado Waldir, mas ele fez uma permuta com o Deputado João Gualberto. Então, o Deputado João Gualberto tem a palavra. V.Exa. está inscrito agora como segundo, Delegado Waldir, dos não membros.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Dos não membros.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, está havendo uma nova votação nominal, e tem sido uma rotina nesta tarde.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor poderia, por gentileza, nominar uma relação, quem sabe de cinco.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Isso. É isso o que eu queria saber.



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Porque aí o Deputado faz uma estimativa de tempo, se dá para votar ou deve permanecer na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu irei aqui fazer um intervalo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, o meu questionamento é rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Fique à vontade.

O Sr. Gabrielli vai ao banheiro.

Qual seria o questionamento de V.Exa., Deputado João Gualberto?

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Lista: Deputados João Gualberto, Afonso Florence, Edio Lopes, Aluisio Mendes, Júlio Delgado, Celso Pansera, Onyx Lorenzoni, Maria do Rosário, Silas Câmara, Darcísio Perondi, João Carlos Bacelar, Paulo Magalhães, Edmilson Rodrigues, Pauderney Avelino, José Rocha, Efraim Filho, Jorge Boeira, Carlos Andrade, JHC, Rodrigo Martins, Ivan Valente, Ricardo Barros, Luiz Carlos Hauly, Delegado Waldir e o Deputado Adail Carneiro, fechando a lista de inscritos.

Deputado João Gualberto, V.Exa. tem a palavra por até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, Sr. José Sergio Gabrielli, eu espero aqui hoje não ser contaminado pelo sentimento de indignação e de revolta da população brasileira com o senhor, com o PT e com este Governo que está aí.

O senhor, em suas palavras, em suas respostas, citou que o roubo da PETROBRAS foi muito pequeno. Imagine o senhor que somente o Sr. Pedro Barusco roubou 300 milhões de reais! Só fazendo uma comparação com o trabalhador brasileiro, que parece que o senhor não respeita, isso significa o trabalho de mil pessoas durante 35 anos. Mil pessoas. Somente o Pedro Barusco, que trabalhava com o senhor, roubou do povo brasileiro, só para o senhor ter uma ideia. E o senhor afirmou aqui categoricamente que o roubo da PETROBRAS foi pequeno. Isso realmente é de revoltar qualquer pessoa.

Eu tinha várias perguntas aqui para fazer para o senhor, mas eu não vou servir para esse papel. E vou dizer o porquê. O Relator fez mais de 50 perguntas



para o senhor. E é brincar com a inteligência do povo brasileiro achar que os senhores não combinaram essas perguntas. As respostas às perguntas já foram dadas.

Os Deputados da sua base fazem as perguntas já para que o senhor responda de uma maneira que o isente. Então, eu não vou servir para esse papel aqui para o senhor.

Eu só queria dar alguns dados aos Deputados presentes e também para o senhor, porque o senhor sempre compara a sua administração como muito boa, e que no período do PT a PETROBRAS cresceu muito. No período de Fernando Henrique, de 1994 até 2002, a PETROBRAS teve uma valorização de 607%, 607%. De 2003 para cá, para 2010, a PETROBRAS teve uma valorização de 328%. Isso significa que, no período governado pelo PSDB, a PETROBRAS foi valorizada em mais do dobro do que do período administrado pelo PT.

O senhor falou também aqui que quem comprou ações em 2008 perdeu. O colega Haully estava indignado porque ele, como muitos brasileiros, também perdeu muito dinheiro. O senhor está enganado. Quem comprou as ações também em 2003, em 2003, se tivesse aplicado o seu dinheiro na poupança teria um rendimento... Se ele aplicasse 100 reais, teria 304 reais hoje. Na PETROBRAS, ele só tem 197. Então, o senhor também está enganado com isso.

Só com a capacidade que o senhor tem de se manifestar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Todo mundo passou muito tempo, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A Presidência será complacente. Estou apenas informando que o tempo regimental de V.Exa. está encerrado.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O.k., O.k.

Já foi perguntado ao senhor aqui se a PETROBRAS entrou nessa condição hoje de ser uma empresa em uma situação que todo brasileiro não quer, com muitos problemas, de muito desemprego. O senhor mesmo, que é da Bahia, como eu sou,



sabe quantas pessoas foram desempregadas ali em Maragogipe: mais de 4 mil pessoas, em função da administração do PT na PETROBRAS. É claro que foi.

Mas a PETROBRAS, em 2010, era a segunda empresa de petróleo das Américas, das Américas. E a ECOPETROL — Empresa Colombiana de Petróleos S.A., da Colômbia, era a sexta empresa das Américas. Hoje, a PETROBRAS, tão bem administrada pela equipe do PT — o senhor, a Graça Foster, etc. —, saiu do segundo lugar para o décimo, e a ECOPETROL, que era a sexta, virou a quinta empresa das Américas.

Então, eu não vou aqui falar que o senhor é corrupto, que o senhor participou dessa quadrilha, não vou falar isso aqui, até porque o desdobramento desta CPI vai indicar isso. Então, seria prematuro eu falar isso do senhor. Porém, da incompetência... Eu acho que o senhor aqui se coloca muito bem, afinal de contas, antes de ser Diretor Financeiro da PETROBRAS, como o senhor disse, uma empresa complexa, uma empresa muito grande, como é de fato, o senhor foi apenas professor — apenas, não, porque professor é uma nobre carreira —, por 25 anos, mas nunca foi experimentado na iniciativa pública nem na iniciativa privada. Então, o senhor nunca geriu nada, absolutamente nada, e chegou a Diretor Industrial apenas porque, como o senhor falou, é filiado ao PT e está desde o início; é filiado desde a fundação do PT. E, com isso, chegou também à Presidência.

Agora, Sr. Sergio Gabrielli, eu não sei como o senhor consegue dormir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Conclua, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Eu não sei como é que o senhor consegue dormir. Veja quantas pessoas hoje estão desempregadas, quantas pessoas perderam dinheiro, pegando o seu FGTS e comprando em ações. E aí o senhor tem essa tranquilidade toda aqui, quer dar aula para gente, para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Fala alto com todos os Deputados quando o senhor não gosta da pergunta. E o senhor comandou a maior empresa do Brasil. Então, Sr. Sergio Gabrielli, eu só tenho que lamentar que um baiano, como você, que o Brasil hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Conclua, Deputado.



O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Eu tenho certeza de que a Bahia tem vergonha do senhor, por ser baiano, por ter comandado a empresa e ter deixado tantos brasileiros desempregados e, daqui pra frente, muitos mais ainda vão ser desempregados.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Nobre Deputado, João Gualberto, ilações, boatos, fofocas, críticas são comuns. O senhor deve sofrer várias acusações de ser corrupto. O senhor deve sofrer várias acusações de ter se apropriado de recursos da sua Prefeitura, mas não devem ser verdadeiras; mas existem acusações. Não devem ser verdadeiras, mas existem acusações.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sergio Gabrielli...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Deputado, nós fomos muito complacentes com o senhor, deixe-o responder, por favor.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O interrogado está sendo incoerente e me desrespeitou. Eu não tenho nenhuma ação movida pelo Ministério Público...

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Nós fomos... A Mesa foi bastante complacente, o Deputado falou por 6 minutos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - ... garantir a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Vamos garantir a fala do depoente. Pode falar, Sr. Sergio Gabrielli.

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Quando o depoente terminar de falar, o senhor fala, está bom?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Arrogante e prepotente esse cidadão. É arrogante e prepotente.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu estou dizendo que eu não vou afirmar isso, porque eu admito que o senhor, antes de tudo, é inocente. Então, eu acho que o senhor é, antes de tudo, inocente, porque a Constituição brasileira garante que todo mundo é, em princípio, inocente até que se prove o



contrário. É a Constituição brasileira que diz isso, e eu estou seguindo a Constituição brasileira.

Mas eu queria discutir com o senhor não as acusações, porque o senhor tem direito de fazer as acusações que quiser, mas fazer uma discussão dos números que o senhor cita, e tentar mostrar que o senhor está equivocado. Por que V.Exa. está equivocado? Porque, quando a PETROBRAS começou a ter ações no mercado...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Eu não fiz pergunta a ele, eu não fiz pergunta. Eu falei bem no início que não adiantava fazer pergunta a ele. Eu não fiz pergunta a ele. Deixei muito claro isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Nós vamos aguardar a resposta dele e depois...

(Intervenções fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Eu nunca vi resposta sem pergunta!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Deputado, eu fui muito complacente, o senhor falou mais de 6 minutos, Deputado, e nós temos que seguir a lista aqui.

(Intervenções fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Mas ele está falando, ele tem direito.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - ... pergunta, e ele falou, Deputado.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Bom, quando a PETROBRAS entrou no mercado de ações, em 1994, 1995, no Governo Fernando Henrique Cardoso, o processo foi... o Governo vendeu parte das suas ações no mercado. Com isso, houve uma redução da participação do Governo na PETROBRAS, naquele momento, que colocou as ações, que eram do Governo, para o mercado. Ao fazer isso, quem foi financiado por aquela venda de ações não foi a PETROBRAS, porque a receita da venda das ações no mercado de Nova Iorque foi para o Governo. Foi a arrecadação de recursos para o Governo, em 2004.



A PETROBRAS, se não me engano, era a décima sexta empresa de petróleo do mundo em 2002. Chegou à segunda em 2010. Eu era presidente em 2010. Chegou à segunda em 2010.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Conclua, Sr. Gabrielli.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Para concluir, portanto, não é correta a comparação que está sendo feita sobre valorização e sobre comportamento do valor das ações. Quando você compara, com qualquer métrica, 2003 com 2015 — não estou nem comparando com 2010 —, todas as métricas de valor de ação são quatro, cinco vezes maiores do que eram em 2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Um minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - A tática do PT é incluir todo mundo na lama. Claro que é, todo mundo sabe disso. Impressiona-me o senhor, que me conhece — o senhor me conhece —, o senhor sabe que eu não desviei um centavo de Mata de São João, mas, mais do que isso, ninguém nunca levantou essa questão, absolutamente ninguém, nem a Justiça. Fui por 8 anos Prefeito de Mata de São João com muito orgulho. Transformei aquela cidade. Construí todas as escolas de Mata de São João. Encontrei Mata de São João com o pior IDEB — Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da Região Metropolitana e superei Camaçari, todos os Municípios, Salvador e etc. Mata de São João tem a melhor saúde do Estado da Bahia, construída no meu Governo. O senhor sabe muito bem disso. Então, o senhor fala isso, o senhor é um irresponsável, o senhor é um irresponsável, como foi quando administrou a PETROBRAS. O senhor sabe muito bem que eu não respondo a nada. Tive todas as minhas contas aprovadas como Prefeito. O senhor sabe disso, ou não sabe? Então, Sr. José Sergio Gabrielli, não queira me misturar com o senhor, não queira mesmo! Ok?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, nós temos um Regimento aqui da Câmara, um Código de Ética e Decoro Parlamentar, e o Capítulo II, art. 3º, inciso VII, diz o seguinte: *“Tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar, não prescindindo de igual tratamento”*. Veja só, o Sr. Sergio Gabrielli está aqui, ou foi convocado por esta CPI como testemunha, não está sendo acusado de nada. Alguns Deputados estão



tentando transformá-lo em réu aqui. Estão tentando transformá-lo no mesmo nível daqueles que estiveram aqui nesta semana, que eles tentaram defender, que são ladrões confesso, e estão tentando transformá-lo no mesmo nível daqueles que tentaram dilapidar o patrimônio público. Esses Deputados precisam respeitar o Regimento e o Sr. Sergio Gabrielli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Afonso Florence, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Srs. Parlamentares, Sr. Presidente, Dr. Sergio Gabrielli, todos que nos assistem, nos ouvem, nós estamos vivendo três dinâmicas combinadas: uma é a disputa política do terceiro turno, porque a Oposição não se conforma em ter perdido a eleição. No ano que eles dizem que foi ruim, 2014, tivemos 4.8% de desemprego apenas, o menor índice de desemprego da série histórica; crescimento da massa salarial; melhoria da qualidade de vida do nosso povo. Eles estão baseados na precificação de ativos. A preocupação deles é o PIB, é a Bolsa de Valores. Claro, nós fizemos desonerações, nós investimos no PAC. Provavelmente, muitas das obras em todos os Municípios do Brasil são de recursos federais de investimento e nós estamos fazendo ajuste fiscal. Vamos recuperar a capacidade de investimento e o Brasil vai sair deste momento difícil decorrente da crise mundial e vamos garantir emprego para o nosso povo.

A PETROBRAS é estratégica. Entretanto, nós temos uma disputa aqui na Casa, no Brasil. Há quem tentou privatizar. Há quem quer privatizar agora. Há quem quer derrubar o regime de partilha, e o Barusco, que esteve aqui, assumiu que roubou desde de 1997, 1998, e está sendo transformado em herói e ele disse que não houve patrocínio da administração da PETROBRAS. A maior parte, como está dito no testemunho dele, dos recursos desviados são do período FHC! Nós temos que convocar os diretores daquele período! Nós temos que investigar!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, eu quero que garanta a minha palavra. Eu estou sendo mais uma vez molestado aqui. Eu estou sendo molestado.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não é possível que, em uma reunião extensa como esta, nós estejamos ainda, Deputado Vitor, gastando energia com coisas que não contribuem para o bom funcionamento da CPI.

Gostaria de fazer um apelo a V.Exas.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Na verdade, é o que mais contribui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu gostaria de fazer um apelo a V.Exas.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

Eu gostaria de fazer um apelo. Eu gostaria de fazer um apelo a V.Exas. Nós estamos sendo complacentes com o tempo. Temos procurado colaborar, fazendo um exercício de paciência, na essência da palavra, e estamos aqui gastando energia com esse tipo de desentendimento. Eu acredito que não é isso o que a sociedade brasileira espera desta CPI.

Então, vou garantir a palavra ao Deputado Florence, com o respeito que ele merece, e pedir que os nobres pares respeitem o Deputado.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, vou pedir para repor o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não tenha dúvida. Iremos repor o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Muito obrigado.

Quero dizer que quem teve Procurador-Geral da República conhecido como “engavetador” foi o Governo do PSDB. Nesse período, não havia investigação. Por isso é que nós temos que retroagir a 1997 e 1998, porque esse período tem que ser investigado também.

Presidente, mais uma vez estão rindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já determinei a retirada da matéria.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Estava no *site* da Câmara que os Deputados riem toda vez que é dito algo que desmonta essa operação política de tentar criminalizar quando não há prova de crime e tentar esconder o período em que o réu confesso disse que praticou o ilícito.



Eles estão transformando réus confessos em heróis nacionais, com o apoio dos setores que são a favor do fim do regime de partilha; e há um pacto nacional antidistributivista das elites brasileiras, de setores comprometidos com os interesses de precificação de ativos, e não com a melhoria da qualidade de vida do nosso povo; que estão tentando fazer terceiro turno; que dizem que defendem a PETROBRAS, mas não vão amanhã para a rua defendê-la, que querem privatizá-la.

Nós queremos garantir os recursos do regime de partilha, que ainda sequer começou a chegar ao volume que poderá chegar. E eles estão com um projeto de lei para derrubar o regime de partilha. Nós queremos garantir o dinheiro do regime de partilha para o povo brasileiro, para melhorar a saúde, para melhorar a educação.

Toda vez que um depoente faz uma calúnia aqui contra qualquer pessoa do Governo ou do PT e é réu confesso, é promovido a herói nacional. Quando alguém, como o Sr. Sergio Gabrielli, apresenta evidências, defende tecnicamente, desmonta as acusações infundadas, é levado a constrangimento, piadinha, gozação. Isso é um desrespeito.

O senhor está de parabéns. O senhor honra o Brasil. O senhor honra os trabalhadores da PETROBRAS. O senhor se conduziu adequadamente, está se submetendo a constrangimento. É um absurdo esta indisponibilidade de bens do Tribunal de Contas; é infundada. Temos convicção de que o senhor vai derrubá-la. Estaremos ao seu lado. O senhor está de parabéns!

Enfrente-os de cabeça erguida, porque esse terceiro turno vai ser derrotado, como está o MST na rua, como está a Federação dos Petroleiros defendendo a PETROBRAS. É isso o que está acontecendo. De um lado, os pobres, os trabalhadores, e de outro, eles defendendo os interesses do grande capital internacional, dos oligopólios de petróleo e gás do mundo, querendo acabar com a PETROBRAS.

Nós vamos enfrentá-los, e o povo brasileiro vai derrotá-los. Assim que precisar, vai para a rua!

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - É. Vai no dia 15.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - No dia 15, vocês estão se mobilizando porque querem um terceiro turno!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.



A palavra agora será garantida ao Deputado Edio Lopes. S.Exa. terá até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, Dr. Sergio Gabrielli, eu não entraria — e não vou entrar — em uma discussão de aqui imputar ao senhor acusações que, até o momento, de maneira concreta, nem os órgãos de investigação e de controle e nem os delatores trouxeram à baila.

Agora, eu sou um homem que procuro raciocinar pelo senso comum, pelo homem mediano. Eu começo dizendo, Dr. Sergio, que a sua frieza me assusta. Não a frieza do lado do aspecto do homem mau. Não é isso que eu quero dizer. É a frieza com que o senhor enfrenta esse debate a nível nacional. Porque, voltando a raciocinar como o homem mediano, nós não podemos aceitar de forma passiva o fato de um homem, definitivamente inteligente como o senhor é, passar tantos anos no topo da pirâmide da maior empresa nacional com um grupo confesso de ladrões e propineiros um andar abaixo do seu gabinete, no sentido figurado. E o senhor não se apercebeu de nada.

Um homem mediando, um homem comum, Dr. Sergio, não pode aceitar isso. Longe de mim, eu querer aqui dizer que o senhor participou disso. Mesmo porque, até agora, não há uma evidência que me levasse a afirmar isso.

Agora, eu não sou um homem de números, de letras, eu sou um homem absolutamente comum. Eu não tenho uma faculdade sequer, mas eu vejo aqui tanta discussão, tantos números, tantas teorias sobre Pasadena e a pergunta que o homem comum quer saber é a seguinte: o Brasil pagou “x”, há uma evolução pelo “x” pago até agora. Ora, será que nós, ou o senhor, não poderia responder a uma questão objetiva? Pasadena vale hoje o que pagamos, corrigida ou não? E aí nós saberemos se, intencionalmente ou não intencionalmente, o Brasil ou o senhor ou a PETROBRAS fez, ou não, um mau negócio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Edio.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O réu confesso esteve aqui sentado nessa mesma cadeira, e muitos afirmaram que saiu daqui como herói. Eu acho que — de mim, não — ele saiu daqui do jeito que ele entrou: ladrão do povo brasileiro, que está confessando tudo em busca de uma melhora jurídica da sua situação,



porque ele foi flagrado, ele foi pilhado. Porque 100 e tantos milhões de reais repatriados ontem ao Brasil não é piada, não é fofoca, é fato real!

Eu pergunto — eu já fiz a pergunta de Pasadena —, durante esse tempo, inúmeras vezes a Oposição, as autoridades, a imprensa trouxeram denúncias que apontavam desse rumo na PETROBRAS, e a pergunta é: em alguma oportunidade, o senhor, como Presidente, sugeriu ou determinou a quem de direito que averiguasse, ou melhor, que investigasse as denúncias que os mais diversos setores da sociedade brasileira, em especial, a mídia fizeram durante todo esse tempo?

Então, são essas as duas colocações. E volto a repetir que me assusta a maneira fria — que poderia até, para outro, ser interpretada como corajosa — com que o senhor enfrenta todo esse debate.

O SR. DEPUTADO JUTAHY JUNIOR - Sr. Presidente, pela ordem.

Eu fui informado de que fui citado na CPI sobre o Projeto de Lei nº 600, em que peço a mudança da lei aprovada em 2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. realmente foi citado.

O SR. DEPUTADO JUTAHY JUNIOR - Exatamente.

Eu gostaria, pelo art. 74, de ter o direito de expor a minha posição diante do fato de que fizeram uma afirmação de que eu estava contrariando o interesse nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JUTAHY JUNIOR - Sr. Presidente, quando foi feita a mudança da Lei do Petróleo, em 2009, eu fui diversas vezes à tribuna da Câmara dos Deputados, dizendo que o maior crime contra a economia nacional que poderia ser praticado seria a mudança da lei que estava dando grandes resultados para o Brasil.

O Brasil saiu de 2% do Produto Interno Bruto, na área de petróleo e gás, para mais de 10% do Produto Interno Bruto nessa atividade. E que, aquilo que estava dando certo, não tinha por que nós mudarmos. Era extremamente positivo o que estava acontecendo, com inúmeros países investindo em empresas dentro da área de petróleo no nosso País. Isso era uma demonstração do sucesso da lei.



A partir de 2009 foi concebido um modelo que saiu de concessão para partilha e a PETROBRAS passou a ser operadora única dos campos do pré-sal, com obrigatoriedade de 30% em todos os campos do pré-sal.

Além disso, criou-se o conceito de que o fornecimento dos navios-sondas e das plataformas teria que ter 60% de conteúdo nacional. O somatório de tudo isso implicou a criação de uma empresa chamada Sete Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero pedir, Deputado Jutahy Junior, que V.Exa. seja conciso na explicação porque temos diversos Deputados inscritos ainda. É em atenção a V.Exa. que estamos fazendo isso.

O SR. DEPUTADO JUTAHY JUNIOR - Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço muito e quero parabenizar V.Exa. pela competência na condução dos trabalhos desta CPI, jovem que é. Eu me sinto honrado, porque cheguei nesta Casa também muito jovem, com 27 anos, e já vou fazer 60 anos este ano. Eu sei que é um estímulo para a juventude ver alguém que deseja exercer o seu papel aqui com extrema competência, como V.Exa. está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. a deferência.

O SR. DEPUTADO JUTAHY JUNIOR - Então, a partir do momento em que foi criada a empresa, passou ela — Sete Brasil — a ser responsável pela contratação de empresas e estaleiros para construir navios-sondas e plataformas, no valor de 88 bilhões de dólares.

Na Bahia, o ex-Presidente da empresa, José Sergio Gabrielli, sabe o problema pelo qual está passando o Estaleiro Enseada do Paraguaçu, que tem 85% de sua obra pronta, e que a Sete Brasil não lhe paga.

Então, eu quero dizer aqui que quando apresentei esse projeto para que houvesse a extinção do operador único e a obrigatoriedade dos 30%, estou pensando na PETROBRAS, estou pensando nos empregos no Brasil, na possibilidade de a PETROBRAS não ficar endividada, como está hoje.

Porque a PETROBRAS é a maior empresa do mundo em exploração e produção de petróleo. Isso é um orgulho para o Brasil. A PETROBRAS é um orgulho nesse setor. Mas a visão ideológica atrasada, a incompetência e a corrupção fragilizaram a PETROBRAS.



Quero dizer ao Presidente José Sergio Gabrielli que não foi uma questão tópica, foi uma questão sistêmica a corrupção. Foi uma questão sistêmica. E a questão sistêmica foi organizada pelo seu partido, pelo seu Governo, através do Presidente Lula e da Presidente Dilma.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Quero fazer uma reclamação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JUTAHY JUNIOR - Para encerrar, como nós não temos condição, neste momento em que o PT governa o Brasil, de mudar outras coisas, podemos mudar, sim, o sangramento da PETROBRAS para permitir que ela não tenha que recorrer a bancos privados, ao BNDES, que não aguenta mais, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Jutahy Junior, para concluir. Nós estamos aqui há mais de 10 horas.

O SR. DEPUTADO JUTAHY JUNIOR - V.Exa. é um Deputado que merece toda a nossa concordância.

Para encerrar, o projeto que apresentei foi em defesa da empresa, pela qual eu tenho muito amor, como todo brasileiro. E tenho orgulho de meu avô, Juracy Magalhaes, ter sido o primeiro Presidente dessa empresa. Isso, para nós, baianos, é motivo de orgulho.

Esta CPI é não só para vermos os males que foram cometidos, mas para olharmos para o futuro, para ressuscitarmos a PETROBRAS como reconhecimento de todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Só para registrar aqui uma reclamação, de acordo com o art. 96. O nobre Deputado esteve utilizando a palavra com a argumentação de que foi citado um projeto dele. É verdade que essa citação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Prascidelli, esse assunto já está vencido. Com o respeito que tenho a V.Exa. vamos dar prosseguimento às inscrições.

Com a palavra o Deputado Aluisio Mendes. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Júlio Delgado. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Celso Pansera, por 3 minutos.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, só não pode o Deputado vir aqui fazer luta política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O jornal *O dia* de hoje publicou uma matéria, da qual eu vou ler um trecho:

“Eles não participaram das negociatas, nem meteram a mão em um centavo sequer da Petrobras e muito menos formaram cartéis para burlar as licitações. Mas, antes mesmo de políticos e empresários envolvidos no escândalo sentarem nos bancos dos réus, pelo menos 50 mil trabalhadores do Rio de Janeiro já foram condenados na Operação Lava Jato.

São os primeiros sentenciados numa história onde mocinhos e bandidos trocam de lado e os operários é que vivem atrás de grades invisíveis, presos ao desemprego, à redução bruta dos salários, ao fim do sonho de tocar o próprio negócio e assistem à queda de pequenas empresas, algumas com mais de meio século.”

Essa é a tragédia da PETROBRAS, a tragédia do meu Estado do Rio de Janeiro. Uma tragédia que vem da combinação de má gestão, uma tragédia que vem de um assalto sistêmico, conforme disse o Barusco, terça-feira, aqui dentro, com uma crise econômica mundial e problemas de disputa geopolítica no mercado internacional de petróleo.

Nós temos, então, uma tragédia, que é da vida real e que, no meu Estado, gera 50 mil desempregados e pode atingir uma cadeia muito maior.

Sr. Gabrielli, eu elenquei uma série de perguntas, mas muitas já foram respondidas. Eu vou fazer três aqui ao senhor.

Eu gostaria que o senhor descrevesse os processos a que está respondendo hoje em instâncias administrativas e judiciais, em que estágio se encontram esses processos e se existem ou não condenações de forma definitiva ou não.

Eu queria que o senhor descrevesse também o procedimento e a área responsável por estimar os preços dos contratos e respectivas margens, os preços



básicos, e por que um espaço tão elástico entre o preço básico aceitado, de até mais 20% ou menos 15% do preço estimado pelo mercado e pela PETROBRAS.

Por fim, gostaria que descrevesse como se dá o processo de pagamento da PETROBRAS no exterior, como é que ela faz o processo de pagamento dos seus contratos no exterior. E mais uma questão: nós estamos enviando requerimento para ser aprovado aqui da ata em que foi tomada a decisão de que o Sr. Barusco iria ser um dos integrantes da Diretoria da Sete Brasil, indicado pela Petrobras. Que o senhor pudesse também nos falar um pouco sobre isso. Obrigado.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu não respondi as questões do nobre Deputado. Então, não vou responder agora. O nobre Deputado me pergunta quais são os processos a que eu estou respondendo. Eu, neste momento, estou intimado pelo processo de Pasadena no TCU, que está para tomada de contas especial, e minha defesa está protocolada no TCU. É só e somente esse de que estou intimado. Eu fui informado pela imprensa, mas não fui intimado ainda em nenhum processo. Portanto, não posso saber o que está acontecendo. Está na imprensa que tem um processo do Ministério Público do Rio de Janeiro, mas eu não sei do que se trata porque não fui intimado. Portanto, não tenho nenhum outro processo. Não tenho nenhuma condenação nem nenhuma acusação criminal neste momento contra mim. Pelo que me consta, na Lava Jato não tem nenhuma investigação em relação a mim. Portanto, eu me sinto tranquilo, com minha consciência tranquila do que eu fiz. E não sou só eu, porque eu estou acompanhado de milhares de analistas que fizeram análise da PETROBRAS, de órgãos de controle que acompanharam a PETROBRAS e, durante esses 15 anos, não constataram essa corrupção sistêmica que os senhores estão identificando. Preços dos contratos. A variação entre menos 15 e mais 20 é uma variação recomendada pelas consultorias internacionais em projetos industriais desse tipo. Como são processos e projetos muito customizados, você tem uma margem de variação, porque não são projetos padronizados, portanto, é de regra... Não estou recordando aqui o nome completo da entidade, que, ao que me parece, chama-se AACT, que é uma entidade internacional de consultoria de custo de projeto que estabelece... Eu não lembro o nome exatamente, portanto, não quero assumir a responsabilidade do nome da entidade, mas é uma entidade internacional de



consultores que fixa essa margem. Pagamento no exterior. Se os pagamentos no exterior são oriundos de processos e contratos brasileiros, passam pelo Banco Central, é um processo normal de pagamento pelo Banco Central com compra de divisas internacionais e pago lá fora, como todo pagamento internacional. Se for um pagamento de operações e atividades internacionais, segue a regra dos países em que esses negócios estão sendo executados, com a receita ou com os recursos disponíveis pela entidade que está lá no exterior.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O senhor já falou sobre isso, mas e a decisão de o Barusco compor a Diretoria da Sete Brasil?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Bom, imagino que isso tenha sido uma decisão da diretoria, mas não tenho capacidade de responder agora exatamente, porque eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu vou novamente usar os 3 minutos e não gostaria de ser interrompido, muito menos pelo depoente.

Pelo raciocínio do senhor, que hoje depõe nesta CPI, não era possível identificar corrupção na PETROBRAS por conta do seu tamanho, mas, depois da gestão petista, ela virou líder mundial de corrupção entre as petroleiras do mundo.

Acha que nós somos pouco inteligentes, que uma corrupção dessa escala, que jogou a PETROBRAS das alturas para tornar-se hoje uma empresa periférica, arrasada financeiramente, e ninguém teria capacidade de perceber, que foi uma articulação apenas entre diretores concursados corruptos e empreiteiros espertos, sem nenhum envolvimento da cúpula.

Na desculpa de Gabrielli, a PETROBRAS não é passível de ser administrada com eficiência e sem corrupção, mas a PETROBRAS era grande até a chegada do PT e ficou bem pequena depois da competência petista para roubar, assaltar e saquear.

Aqui disseram que não havia nenhuma evidência. Então eu quero trazê-la à luz. É importante esclarecer, Sr. Presidente, que as delações premiadas e os acordos de colaboração têm uma questão. Quando uma pessoa, na busca de melhorar a sua condição jurídica, faz depoimento outorgado pela Justiça, se ela for pega na mentira, Sr. Gabrielli, a pena dela não dobra, não, ela quadruplica. Então,



quem está aqui buscando fugir, o Sr. Alberto Youssef, diz textualmente, no Termo de Colaboração nº 2, feito no dia 3 de outubro de 2014, que eu duvido que o senhor não conheça:

“O declarante gostaria de ressaltar que tanto a Presidência da PETROBRAS quanto o Palácio do Planalto tinham conhecimento da estrutura que envolvia a distribuição e o repasse de comissões no âmbito da estatal.”

Mas ele diz mais, Sr. Presidente. Indagado acerca da atuação dos diretores da PETROBRAS, esclarece que *“a Presidência da estatal tinha conhecimento dos fatos, que recorda de uma situação em que foi solicitado...”* O declarante Alberto Youssef recebeu a incumbência de pagar despesas de empresas de publicidade contratadas para um determinado fato, determinação direta do Sr. Sérgio Gabrielli, que teria repassado essa determinação ao então Diretor Paulo Roberto Costa. Os autos estão aqui.

Eu chamei o nosso depoente de cínico. E explico: estou aqui com a decisão do Tribunal de Contas da União que torna indisponíveis os bens do Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo a partir do dia 23 de julho de 2014, por conta de garantias na devolução dos mais de 700 milhões de dólares sobre os quais ele tinha responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Aqui está a defesa do Dr. Gabrielli, que pede, no item que nós assinalamos aqui, o item 24 da sua defesa, que seja afastada a reponsabilidade da Direção Executiva e que se chame o Conselho de Administração. Sabe para quem ele está querendo transferir a responsabilidade dele? Para a companheira Dilma Vana Rousseff, que é quem está aqui arrolada com ele. Então, quando eu digo que o Sr. Gabrielli é cínico, eu estou provando que ele é cínico. Quando eu digo que ele é incompetente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI ... ou quando eu digo que ele é o capo, é porque há declarações, documentos e uma delação premiada que sabe que o pescoço do delator está em jogo. O senhor vá à Polícia Federal, ao Ministério



Público e desminta Alberto Youssef, e desminta Paulo Roberto Costa. O senhor vai vê-los apodrecer na cadeia. Sabe por que o senhor não vai? Porque se o senhor for, pode ser que o senhor fique preso junto com eles.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, só uma questão: quando eu fiz essa mesma pergunta, o depoente não falou sobre essa questão da publicidade. Se ele pudesse falar sobre isso eu queria...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Deputado Izalci, respeito V. Exa., mas eu não fiz nenhuma pergunta. Esse cidadão não merece ser perguntado.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Mas ele tem o direito de fazer declaração.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Se eu posso fazer declaração, posso fazer. Se não posso fazer...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu não fiz nenhuma pergunta. Que um Parlamentar do PT pergunte e peça a resposta. Eu não quero resposta desse corrupto.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Quero registrar que todas as considerações...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) Deputado Florence, darei a palavra ao Relator. Gostaria de restabelecer a ordem. O respeito que tenho aos Parlamentares é um respeito igual e iremos tratar, de forma transparente e imparcial, todas essas reuniões em que sabemos que o nível de tensão sempre será muito alto.

Desde o primeiro dia dos nossos trabalhos eu deixei claro que no grito aqui não vai. Quero só deixar isso aqui bem esclarecido, para não acharem que um pode exaltar a voz de um lado, e o outro pode exaltar do outro. A nossa condução não funciona sob pressão nem sob grito de quem quer que seja. Quero deixar isso aqui claro. Ela será conduzida pelo Regimento da Casa. É isso que tenho procurado fazer desde o início. Então, eu lhe darei ao convocado o direito de fazer as suas explicações e seguirei a lista de inscrição, mais uma vez, fazendo um apelo para que o senhor possa ser conciso na sua resposta.



O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Bom, em primeiro lugar, o Deputado Onyx Lorenzoni faz uma afirmação que não condiz com a informação que ele mesmo lê, porque o que Sr. Youssef diz é que o Sr. Paulo Roberto teria dito que teria recebido orientação minha. Então, o verbo usado é um verbo condicional e eu nego peremptoriamente essa questão. O senhor tem o direito de concordar com qualquer criminoso confesso que o senhor deseje, porque eu não concordo com criminosos confessos. O senhor tem o direito de concordar com quem escolher, com as conferências do senhor e as concordâncias do senhor. Não tenho que concordar com as concordâncias do senhor. O segundo problema importante: é factualmente equivocado dizer-se que a PETROBRAS era grande até o PT chegar à Diretoria da PETROBRAS e depois ficou pequena. De jeito nenhum! Não há nenhuma métrica que prove que a PETROBRAS, antes de 2012, era maior do que é hoje, mesmo depois da crise pós-2008. Isso não é factual, não há viabilidade fática, não há realidade objetiva para essa afirmação. Portanto, é somente xingamento político. Eu estou em uma Casa política e tenho que, tranquilamente, receber isso. O Deputado anterior falou em minha frieza, mas eu tenho uma tranquilidade com o que eu fiz. Tenho absolutamente tranquilidade sobre o que fiz. Por isso, eu tenho tranquilidade em defender meus pontos de vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V. Exa. Concedo a palavra ao Deputado Silas Câmara.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, eu queria elaborar algumas perguntas e vou ser bem objetivo. Pelo que entendi, e o ex-Presidente e depoente pode depois explicar, quem elaborou o plano estratégico da PETROBRAS para a empresa Sete Brasil produzir as sondas de perfuração foi o Barusco e, salvo engano, o senhor disse que ele foi nomeado para a Sete porque ele era a pessoa certa e competente para elaborar a fabricação, já que ele tinha planejado.

O senhor não acha que é um erro estratégico administrativo colocar quem planeja para executar? Por que essa é uma lição básica de administração. Eu só queria saber se o senhor não acha, como Presidente, que cabia ao senhor dizer assim: "*Você fez o plano...*" Não é possível que a PETROBRAS, com 86 mil servidores, não tinha outra pessoa para ser indicada para fabricar aquilo que alguém planejou, fazendo planilha de custo, elaborando os detalhes e, vamos dizer assim,



as armadilhas que o levariam para onde ele foi, já que o senhor disse que a PETROBRAS não perdeu, porque o roubo se deu no lucro das empresas, ou seja, as empresas passaram a dividir o lucro com quem conhecia os custos da empresa. Então o cara conhecia o custo e ia lá e dizia: *“Você está ganhando tanto, me dê parte e parte fica para você.”* É uma pergunta.

A segunda pergunta que quero lhe fazer é a seguinte: qual era o volume de investimento da PETROBRAS quando o senhor assumiu a Presidência e quando o senhor deixou a Presidência? A origem desse investimento tinha a ver com o BNDES? Se tinha, qual era o valor que o BNDES tinha nesse volume de investimento?

A terceira pergunta é a seguinte: o senhor acha que é possível construir o volume de corrupção e de desvio de dinheiro que está publicado, quase 3 bilhões de reais, em 3 anos? Porque o senhor foi Presidente 7 anos, foi o Presidente que mais tempo ficou na PETROBRAS. A ex-Presidente, demitida recentemente, ficou 3 anos. Na sua avaliação, esse dinheiro foi desviado em que período, nos 7 anos ou nos 3 anos? Porque se não foi no seu tempo de Presidência, eu quero atribuir que a Presidenta recentemente demitida pode ter produzido muito rapidamente esse resultado que o ex-gerente aqui nesta CPI disse que teve.

Eu queria encerrar dizendo para o senhor o seguinte: mesmo o senhor sendo Presidente e tendo um Conselho que deliberava sobre as decisões, o senhor era Presidente, ou seja, ao Presidente não se pode dizer que um sistema inteiro foi montado dentro de uma empresa e esse Presidente nunca, absolutamente, observou nem notou nenhum comportamento aleijado da anatomia administrativa da empresa que ele presidia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Portanto, eu queria fazer essas perguntas a V.Sa., com todo respeito, até porque, Sr. Presidente, eu acho que esta CPI também é pedagógica. E as perguntas que eu estou fazendo são na direção de entendermos como funciona, porque não é possível que no relatório os Relatores não vão colocar no relatório alguma coisa dizendo: *“Olha, nós descobrimos que se fizer tal, tal e tal movimento vai melhorar alguma coisa para que nunca mais isso aconteça.”*



O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO. - Obrigado, Deputado. Primeiro, a Sete Brasil é um instrumento, ela não é parte do plano estratégico da PETROBRAS. Certo? Então, o plano estratégico da PETROBRAS era o quê? Evidentemente, era aumentar a produção do petróleo do pré-sal brasileiro. Para isso, por requisitos técnicos, precisam tantas sondas, precisam tantos FPSOs, tantos barcos de apoio etc., etc., etc. Como é que nós vamos conseguir isso? Nós podemos conseguir isso importando, nós podemos conseguir isso produzindo no Brasil, podemos fazer isso contratado direto pela PETROBRAS, podemos fazer isso via estrutura de *project finance*, criando uma estrutura financeira que viabilizasse isso. Portanto, o que aconteceu na PETROBRAS foi que, do ponto de vista estratégico, o que foi definido foi o volume de produção e quais são os equipamentos necessários para isso. Não se discute, no plano estratégico, a formatação de como se vai conseguir isso. Por isso a contradição — e o senhor está perfeitamente correto — entre executar e planejar não cabe nessa questão, porque a questão era qual era a melhor maneira de fazer o que estava definido. A construção da Sete decorre do volume de investimento que era necessário e da limitação do balanço da PETROBRAS. O balanço da PETROBRAS não suportaria esse investimento dentro do balanço. Portanto se criou, como sempre se faz, um *project finance*, chamado não recursivo, que não vai atingir o balanço da PETROBRAS, e se cria isso fora da PETROBRAS. Foi isso o que aconteceu. Quem montou isso foram as áreas de engenharia e as áreas de projetos estruturados das finanças, que eram coordenadas por Ferraz e por Barusco. Portanto, eram as pessoas que iam tocar isso de forma mais adequada posteriormente. Não tem nenhuma, digamos, conotação de montagem de esquemas especiais, etc. Não tem. É um problema normal de uma atividade desse tipo. Volume de investimento da PETROBRAS. Quando eu entrei, a PETROBRAS investia 5 bilhões de dólares ao ano. Quando eu saí, se eu não me engano, em 2011, a PETROBRAS investiu 45 bilhões ao ano. Saiu nove vezes mais o investimento da PETROBRAS. A maior parte do financiamento não foi do BNDES. A maior parte do financiamento foi de captações no mercado financeiro de bônus, de debêntures no mercado internacional. A PETROBRAS foi financiada por captações no mercado financeiro internacional. Não foi em bancos, foi no mercado financeiro. Portanto, essa é a



principal fonte. Não foi o BNDES. O BNDES é importante em alguns projetos específicos, mas, no conjunto dos investimentos, a principal fonte de financiamento foi a emissão de títulos da PETROBRAS, investimento de longo prazo — tem títulos de 30 anos, tem títulos perpétuos, etc. Quanto ao volume da corrupção desviada, eu não posso falar nisso, porque eu não acho que houve um sistema de corrupção para desviar isso. E o que os réus confessos têm dito é que esse volume de dinheiro corrompido foi, como o senhor mesmo mencionou, divisão do ganho dos empreiteiros. Então, isso não está dentro da PETROBRAS. Isso não pode estar dentro da PETROBRAS. Então, não há como dividir, 7 anos e 3 anos, se houve ou não houve parte da corrupção desse tipo. É preciso identificar caso a caso, ir fundo em cada caso, punir exemplarmente os criminosos e seguir adiante com a vida.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Sr. Presidente, por favor, algumas pessoas abriram mão da palavra. Eu gostaria também de ter oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós estamos cumprindo o critério de inscrição, Deputado Vitor.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Sim, na ordem de inscrição, obviamente. Seguindo a ordem de inscrição, mas eu queria também ter a... Eu fiquei 7 horas na outra reunião. Não pude ficar aqui durante todo o tempo, porque tive que marcar presença em plenário, mas quero dar a minha contribuição. Tenho dúvidas.

V.Exa. está à frente de uma CPI que tem uma responsabilidade muito grande. O Brasil inteiro está acompanhando isso e acho que nós devemos esclarecer todas as dúvidas possíveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei seguimento à lista de inscritos.

Tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado João Carlos Bacelar. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado Paulo Magalhães. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado Pauderney Avelino. S.Exa. tem 3 minutos.



O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, eu, como milhões de brasileiros, estou indignado, estou estupefato com o que nós estamos vendo acontecer.

O Dr. Sergio Gabrielli foi nomeado para a PETROBRAS por Lula, que é seu amigo. Lula é amigo de Sergio Gabrielli e Sergio Gabrielli é amigo de Lula. A amizade dele com Zé Dirceu é muito menor! Ele é amigo de Lula, que foi quem o nomeou, e era a quem ele obedecia. É por isso que ele fica querendo imputar... Eu acho também que tem responsabilidades a Presidente Dilma Rousseff, assim como o Presidente do Conselho de Administração tem responsabilidade junto com ele, que era Presidente da empresa. Mas isso foi para tirar de foco o Lula.

Eu fico indignado por entender e ver que, apenas na questão de Pasadena, quando uma revista ou revistas colocaram fotos do Sr. Sergio Gabrielli e outros lá na Califórnia ou no Texas, sei lá onde...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - No Texas.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - No Texas, com aquele chapelão próprio do Texas, tomando champanhe, vinhos caros, comemorando — comemorando! — a compra de Pasadena, uma empresa cujo controle acionário havia sido comprado por 42 milhões de dólares e que foi vendida por quase 400 milhões para a PETROBRAS. Depois, houve aquela cláusula *put option*, que levou a um prejuízo de 1 bilhão e 200 milhões de reais.

Isso é um absurdo e demonstra claramente que foi o PT que instalou essa quadrilha na PETROBRAS e que os membros das diretorias que foram nomeados pelos outros partidos são sócios minoritários nesse projeto danoso.

O senhor é responsável por ter roubado o orgulho dos brasileiros, pelo que foi feito com uma empresa de que todos nós tínhamos orgulho. O senhor é o principal responsável, junto com o Lula, junto com a Dilma, que era Presidente do Conselho!

O senhor, que é professor da Universidade Federal da Bahia, deveria estar construindo algo maior. O senhor deveria se envergonhar. O senhor talvez tenha dificuldade de dormir por ver o dano que o senhor causou ao País e aos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Pauderney.



O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não é à toa que hoje a Presidente não pode andar nas ruas do Brasil. O povo brasileiro não aceita mais essa corrupção que o seu partido instalou no Governo, na PETROBRAS e em outras empresas estatais!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. tem alguma consideração a fazer? *(Pausa.)*

Dando seguimento aos inscritos, tem a palavra o Deputado Jorge Boeira. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado José Rocha. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado Efraim Filho. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado Carlos Andrade, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Por gentileza, Sr. Presidente, há reinscrição? Gostaria de me reinscrever, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não existe reinscrição nem inscrição. Vou pedir, inclusive, desculpa ao Deputado Vitor Lippi, porque eu não vou poder dar a palavra a ele, para não abrir um precedente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente, só gostaria que V.Exa. retomasse o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Sergio Gabrielli, o senhor foi Presidente da PETROBRAS entre julho de 2005 e fevereiro de 2012. É possível, durante 7 anos como gestor da maior empresa do Brasil, não tomar providências sobre as impropriedades ocorridas naquela organização?

Eu e muitos nesta CPI — creio que a sociedade brasileira concorda — temos a sensação e a constatação de uma omissão descabida na gestão da PETROBRAS. Eu lhe pergunto: o senhor falhou na gestão da PETROBRAS? Tudo aconteceu à margem da autoridade do senhor como Presidente da PETROBRAS? Nós sabemos que a Diretoria Executiva é uma diretoria colegiada, mas as decisões passam pela Presidência. Ela homologa as decisões.



Gostaria recapitular. Permita-me lembrar uma matéria publicada no jornal *Valor Econômico* em março de 2014 e, posteriormente, em fevereiro de 2015, que diz que os ex-Presidentes da PETROBRAS, Graça Foster, e seu antecessor, José Sergio Gabrielli, foram alertados diversas vezes sobre a existência de irregularidades em contratos da PETROBRAS. Isso foi muito antes do início da Operação Lava-Jato. O alerta se deu em março de 2014 e o senhor, como Presidente daquela organização, foi alertado.

As minhas perguntas seriam: o senhor falhou na gestão da PETROBRAS? Ou tudo aconteceu às margens da sua autoridade?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Ilustre Deputado, o TCU e algumas denúncias falam de irregularidades, mas não falam em corrupção. Investigar as irregularidades nós fizemos. Fomos verificar por que os preços estavam acima ou não estavam acima. Fomos verificar por que estaria havendo alguns indícios de irregularidades por comparações de preços com alguns padrões de preços. Fomos investigar. As auditorias, os mecanismos de controle da companhia do processo normal de decisão empresarial fazem isso. Isso foi feito internamente. A PETROBRAS, como eu disse, vive um escrutínio praticamente diário, tanto do mercado financeiro como dos bancos, do mercado bancário, quanto dos órgãos de controle. A PETROBRAS sofre um enorme... São, se eu não me engano, milhares de informações solicitadas pelo TCU por ano à PETROBRAS. E tudo isso foi feito. O sistema de governança da PETROBRAS funcionou. Só que não se conseguiu identificar corrupção, porque a corrupção é um ato individual. E esse ato individual de corrupção só se consegue identificar ou identificando sinais exteriores de riqueza ou por denúncia ou por investigação policial. Isso não é atividade regular na gestão de empresas. Então, por mais que o senhor queira que eu responda se falhei ou não falhei, eu não posso responder, porque a pergunta para mim não tem sentido, porque não tem como identificar isso num processo regular de uma empresa que tem processos, é procedimentada, que tem mecanismos de decisão e que funciona de forma auditada e auditável por milhares de auditores.



O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Dr. Sérgio, por que empregados foram afastados, então, essas pessoas foram afastadas das suas atividades nesse período?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Se eu não me engano, nós chegamos nesse período...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Pessoas que estavam levantando essas questões. Elas foram destituídas dos seus cargos, saíram dos seus cargos. Inclusive, o *Valor Econômico* foi muito claro na reportagem.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O senhor está falando da Venina?

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Também, também.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - A Venina é um caso especial.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Também, também. É por isso que eu pergunto: o senhor, como Presidente, o senhor, como gestor macro, o senhor, como gestor, tem o poder de fazer as deliberações. Então, não poderia dizer que desconhecia. Por isso eu digo que então estava à margem da sua autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Carlos Andrade, o tempo de V.Exa. está encerrado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, Deputado JHC.

O SR. DEPUTADO JHC - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos vivenciando no Brasil um momento triste da nossa história. E quando vejo, muitas vezes, discussões que estão sendo feitas com base em métodos sofisticados e que não têm compromisso, necessariamente, com a realidade, isso me entristece. Nós sabemos que devemos garantir o contraditório, a ampla defesa, o devido processo legal, mas nós não podemos deixar de dar uma resposta à sociedade. Não podemos subestimar o povo brasileiro. Nós sabemos que nesta CPI não haverá vencedor, mas o menos perdedor. E o menos perdedor neste momento deve ser o cidadão brasileiro. Nós observamos, muitas vezes, uma discussão partidária: se a corrupção pertence a um partido da Situação ou se pertence a um partido da Oposição. Mas o



que nós estamos aqui a fazer é representar os milhares de brasileiros, como irá ocorrer agora no dia 15, que foram às ruas. Eles não são filiados a partidos políticos. E na primeira manifestação de rua que nós tivemos, em junho, nós sabemos que a participação popular foi maciça. Naquele momento não havia bandeira partidária e sem se sabia o que eles estavam a reclamar. E aqui eu tenho dados do TSE que mostram que nós temos 143 milhões de cidadãos eleitores e apenas 10%, ou seja, quase 15 milhões, são filiados a partidos políticos.

Então, nós temos que discutir, sim, o desmonte da maior empresa brasileira, que é a PETROBRAS. Isso não foi provocado pelo povo brasileiro. Isso foi provocado por ações irresponsáveis, corruptas e omissas, e o que nós temos que fazer agora é dar uma resposta à sociedade da melhor maneira possível.

Eu gostaria, neste breve questionamento, indagar ao Sr. Sérgio Gabrielli... Vou fazer algumas ponderações.

Em primeiro lugar, gostaria que o senhor explicasse como é o seu relacionamento com a empresa Andrade Gutierrez, também envolvida na Operação Lava-Jato, e com quais executivos da empresa o senhor se relacionou durante as contratações de obras para o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da PETROBRAS.

A CGU — Controladoria Geral da União, como nós sabemos, já está abrindo processos contra essas empresas. O senhor tinha conhecimento da participação da Andrade Gutierrez no esquema de propina investigado pela Operação Lava-Jato? A sua relação com os executivos da empresa foi, de alguma maneira, intermediada pelo ex-Diretor Renato Duque e pelo ex-Gerente Pedro Barusco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO JHC - O senhor tinha conhecimento do esquema para sobrepreço da obra do CENPES? O doleiro Alberto Youssef diz ter sido chamado pelo Sr. Gabrielli para captar 1 milhão de reais entre empreiteiros, pois havia uma empresa que ameaçava denunciar escândalos envolvendo outras empresas.

Por último, gostaria de perguntar qual a relação — se essa relação se deu — e de que modo essa relação se deu com o Sr. Sérgio Machado, ex-Presidente da TRANSPETRO.



Finalizo com essas perguntas. Quero dizer ao povo brasileiro que conte com a imparcialidade e com a isenção deste Parlamentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Muito obrigado. O Sérgio Machado foi Presidente da TRANSPETRO. Nós tivemos relações funcionais com o Sérgio Machado. Eu conheci Sérgio Machado numa viagem de investigação técnica para o Japão em 1994, mas não tenho nenhuma relação pessoal com o Sérgio Machado.

À questão do Youssef eu já respondi. Para mim, é absolutamente ficcional, falsa e mentirosa essa afirmação do Sr. Youssef. Eu nunca me encontrei com o Sr. Youssef. Essa ordem nunca existiu. Ele, inclusive, fala que teria ouvido falar que o Sr. Paulo Roberto teria dito... Portanto, tem vários condicionantes nessa questão do Sr. Youssef. A obra do CENPES, que é uma obra extremamente importante para a expansão da capacidade de pesquisa da PETROBRAS... O CENPES é o centro de pesquisa interna da PETROBRAS. Isso foi duplicado. Foi feito um concurso entre escritórios de arquitetura do Brasil. Ganhou um escritório de São Paulo, que fez um projeto extremamente especial para desenvolver o laboratório de pesquisas para a PETROBRAS. Eu não tenho nenhuma relação pessoal com os empreiteiros da Andrade Gutierrez. Não participei de nenhuma discussão específica sobre esse contrato com a Andrade Gutierrez, que era tocado basicamente pela Diretoria de Serviços. Portanto, eu não tenho nenhuma relação com isso. Esse processo que o senhor menciona é um dos processos que eu li pela imprensa, mas até agora eu não fui notificado formalmente, e o senhor, que me parece ter informação jurídica, pelo tipo de informação sabe que eu sequer fui intimado, quanto mais me defender.

O SR. DEPUTADO JHC - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Rodrigo Martins.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - Sr. Presidente, queria solicitar ao Sr. Sérgio Gabrielli que respondesse a algumas perguntas — são rápidas as minhas perguntas — de maneira objetiva, para que possa permitir que eu faça mais de uma.



A primeira S.Sa. já externou no que diz respeito ao sistema de auditoria que era normal dentro da PETROBRAS. Isso acontecia realmente com certa frequência na empresa?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Sim. Se eu não me engano, no plano... Se eu não me engano, eu vou dizer um número aqui do qual não tenho certeza absoluta, mas eu acho que é alguma coisa em torno de... O plano de auditoria da PETROBRAS envolve 350 auditorias anuais. Alguma coisa assim desse tipo.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - Certo. Outro questionamento que eu tenho a fazer a V.Sa. é se V.Sa. recorda o valor de recursos destinados à PETROBRAS ou oriundos do Banco do Brasil, solicitados a título de investimentos, na sua gestão.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - A título de investimento, eu acho muito pouco o Banco do Brasil. As relações da PETROBRAS com o Banco do Brasil são relações mais no âmbito do banco comercial. O Banco do Brasil não é um banco que financia o investimento da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - O senhor também externou por diversas vezes aqui que não considera que a PETROBRAS esteja em crise.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não. Eu acho que a PETROBRAS está com uma gestão de curto prazo que precisa resolver o problema do balanço. Mas a PETROBRAS hoje tem, do ponto de vista dos fundamentos de empresa, uma das melhores condições entre todas as empresas de petróleo do mundo, porque tem um volume gigantesco de reservas a desenvolver, que são da PETROBRAS. Portanto, é só uma questão de desenvolver essas reservas. Ela tem hoje instalada uma capacidade de refino de mais de 2 milhões e 100 mil barris por dia funcionando no operacional, e, portanto, eu não vejo, do ponto de vista dos fundamentos, problemas para a PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - E como explicar que uma pessoa que comprou, no início do ano de 2004/2005, uma ação que valia 40 reais e hoje a está vendendo, ou conseguindo, no máximo, 8 reais por cada ação?



O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Se ela comprou em 2004, ela não comprou por 40 reais. Ela comprou, provavelmente, por 3 ou 4 reais, e hoje vale 8.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - No início de sua gestão, então, só valeria...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - No início de minha gestão a PETROBRAS valia 15 bilhões de dólares. Hoje ela vale, depois de toda a crise, 60 bilhões de dólares, quatro vezes mais.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - No que diz respeito à ação...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, mas aí é o equivalente, porque o valor de mercado é o número, é o valor da companhia por ação.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - Outro questionamento que eu tenho a V.Sa., e este é o último, é bem objetivo. Quero perguntar a V.Sa. quem é, na sua opinião, o mais responsável por essa atual crise vivida na PETROBRAS no dia de hoje, se o Presidente da própria empresa tem um fator primordial ou se o próprio Presidente do Conselho da empresa.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu não acho que seja nenhum dos dois. Eu acho que existe uma situação de uma multiplicidade de fenômenos que estão acontecendo. Você tem a redução do valor de ações da PETROBRAS, que é uma coisa; a outra coisa é a dificuldade de caixa da PETROBRAS em função do período de preços represados. A PETROBRAS teve que importar derivados e vender a preços menores aqui dentro. E você tem hoje um problema de balanço que dificulta a captação de recursos no curto prazo.

Então, é um conjunto de questões que não têm uma responsabilidade individualizada.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito no que diz respeito aos questionamentos. Mas queria fazer a observação da nossa tristeza em observar que 350 ou 250 auditorias realizadas na PETROBRAS por ano são incapazes de identificar um tipo de prática que aconteceu, no mínimo, absurda, de supervalorização de 20% desses contratos.



Certamente vários leitos de hospitais poderiam ter sido construídos se esses recursos fossem aplicados em saúde pública, em respeito ao nosso povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Ivan Valente. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Ricardo Barros. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Luiz Carlos Hauly. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Adail Carneiro. (*Pausa.*) Ausente.

O último inscrito é o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Sr. Presidente, mais uma vez, eu fiquei aqui quase 7 horas hoje e não tive a oportunidade de fazer nenhuma pergunta. Se eu tivesse chegado agora, tudo bem. Eu fiquei das 9 e meia da manhã até às 3 e meia da tarde. Eu fui para o plenário, porque naturalmente não faço parte da Comissão Permanente, mas entendo que a minha responsabilidade é acompanhar... Voltei aqui... Eu estou há 7 horas aqui e não tive a oportunidade de fazer nenhuma pergunta. Vou pedir a sensibilidade de V.Exa., até porque agora há poucos Deputados na Casa, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A nossa sensibilidade V.Exa. tem e ela é incontestável. O que eu não posso, neste momento, é perder a autoridade de Presidente que eu tenho procurado construir aqui para conduzir os trabalhos.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Mas V.Exa. não vai perder a autoridade por isso, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com certeza, irei, porque o Partido dos Trabalhadores não aceita que eu faça a extensão, porque eles vão querer se reinscrever.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Mas V.Exa. dá para eles também a palavra.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu quero me reinscrever. Todos querem novamente.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Mas V.Exa. já falou várias vezes. Eu não falei nenhuma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu ontem concedi a palavra a V.Exa. com o maior respeito e a maior destreza. Todas as vezes que V.Exa. vier



aqui e fizer a inscrição, V.Exa. terá a palavra. Agora, eu não posso, porque eu sou escravo do Regimento da Casa. Peço desculpas a V.Exa. Sei que V.Exa. quer contribuir, mas infelizmente eu não posso, neste momento, atender o pedido de V.Exa.

Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Boa noite a todos!

Sr. José Sérgio Gabrielli, eu gostaria de fazer algumas perguntas, se for possível pinga-fogo, direto, sim, não, quem, para a gente ganhar tempo. Eu fiz uma homenagem ao PT: 13 perguntas. Então eu quero ver se é possível o senhor responder a todas elas.

O senhor foi indicado politicamente por quem?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu fui indicado ao Conselho pelo Presidente da República.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Nome?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Bacana. Foi colocado na PETROBRAS para manter uma quadrilha para roubar dinheiro do povo brasileiro?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não. Qual a sua ligação com o tesoureiro do PT, Vaccari?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Nenhuma. O senhor o conhece?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Conheço.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Frequenta a casa dele?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Em quais locais o senhor já esteve na companhia dele?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Em algumas reuniões do partido.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Reuniões de partido. A PETROBRAS tem conselheiros, diretores, presidente, auditores, advogados, mas



ninguém conseguiu ver a corrupção endêmica ocorrida a partir do momento em que o senhor assumiu a Presidência?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, porque não existe essa corrupção endêmica, não existe.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não existe? Essa vergonha nacional? Então não existe corrupção?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Existe corrupção individualizada.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu vi que o senhor disse que investigou 1.400 pessoas, nenhuma por corrupção, Presidente?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, teve algumas por corrupção, sim. Foram demitidas, inclusive, mas não, não sistemicamente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Estranha muito. O senhor foi considerado pelo ex-Presidente Lula o melhor Presidente da história da PETROBRAS. E nela também aconteceram os maiores roubos da nossa história, da história deste País. O Presidente Lula está equivocado?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Primeiro não está comprovada essa visão de maiores roubos existentes, porque tem que se comprovar esse tipo de coisa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas está aí. Todo mundo está vendo!

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Mas o senhor há de convir...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não sou eu, é a imprensa...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - V.Exa. deve saber que tem muita ilação e muita informação incompleta.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Está sendo devolvido o dinheiro, 100 milhões sendo devolvidos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Vamos ver, vamos continuar então. O senhor reconhece hoje que ocorreu lesão ao patrimônio público na PETROBRAS?



O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O roubo individual foi feito na relação com empresas privadas e não na PETROBRAS. O roubo foi feito no âmbito das empresas privadas.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas o dinheiro tomado foi da PETROBRAS; são mais de 90 mil contratos de corrupção. Aconteceu lesão ao patrimônio público ou não?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - A corrupção confessada é uma corrupção fora da PETROBRAS, sem prejuízo da PETROBRAS!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas foi com o dinheiro da PETROBRAS?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não foi com o dinheiro da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Foi dinheiro do povo brasileiro?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Foi com o lucro das empresas.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Esta indústria de propina implantada em sua gestão foi por ação ou por omissão do senhor?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu não concordo com a tese preliminar da indústria de propina. Eu estou dizendo que existiu corrupção individualizada.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor foi negligente na conservação do patrimônio público brasileiro?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - De forma nenhuma. Preservei o máximo possível o patrimônio do povo brasileiro e da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - De quem foi a ordem para agasalhar na PETROBRAS os diretores com os maiores salários do País, verdadeiros marajás, em um país com um salário miserável?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Os salários da PETROBRAS, comparados com salários de empresas do tamanho da PETROBRAS, são muito baixos. Não são altos.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas comparados ao salário do cidadão brasileiro, salário mínimo, dos Deputados Federais, dos Senadores, dos Juízes, dos Professores?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Desculpe-me. Qual era o seu salário e o salário dos diretores?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Os salários dos diretores são em torno de 100 mil reais/mês,...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Cem mil reais! Escutou, Brasil? Cem mil reais por mês o salário!

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - ... incluindo os encargos sociais.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mais que o de V.Exa., Deputado. Mais que o de V.Exa., Presidente. Vergonhoso! Vergonhoso!

E, para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Para concluir, realmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Lembrando que eu ganho a mesma coisa que V.Exa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É. O último sempre será o primeiro. Alguns diretores já foram presos; outros ainda não. O senhor acha que Graça Foster, Dilma, Lula, não vão confessar, no mínimo, improbidade administrativa, formação de quadrilha?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Ah, isso é uma questão dos órgãos de justiça e de polícia investigarem o crime. Havendo crime, será punido. Mas eu não acredito que é generalizado isso.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Só para deixar agora, para finalizar: *“A PETROBRAS não pode ser qualificada como empresa malgerida, que está em crise”*. Essas palavras são do senhor?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - São.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - São. *“A Oposição quer criar um espetáculo, está querendo destruir uma empresa sólida. A empresa está numa crise que não existe”*. É uma crise que não existe, escutem isso! *“Há uma ficção nas ações da Oposição.”* Isso é verdadeiro, Presidente?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - A minha visão é que a tentativa de caracterizar o processo de corrupção como um processo sistêmico é uma ficção criada por alguns.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Uma ficção. Escutou, povo brasileiro, cidadão brasileiro, Presidente? Essa roubalheira é uma ficção. Nós estamos no mundo da Lua, vivemos em Marte.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Não havendo mais inscritos para o debate, concedo a palavra ao Sr. Sérgio Gabrielli, para as considerações finais, agradecendo-lhe a presença.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Muito obrigado pela possibilidade de fazer os esclarecimentos. Infelizmente, posso ter desagradado alguns, mas tenho convicção do que eu pensei, do que eu fiz e de como eu interpreto os problemas deste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Lembro, só para ajustar, que a próxima audiência pública de oitiva será na próxima quinta-feira, com a presença do Sr. Renato Duque.